

**Dos significados do cotidiano vivenciado  
à gestão da conservação**  
uma imersão para Santo Antônio, Recife-PE

Laryssa Araújo



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO  
CENTRO DE ARTES E COMUNICAÇÃO  
DEPARTAMENTO DE ARQUITETURA E URBANISMO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO URBANO**

**DOS SIGNIFICADOS DO COTIDIANO VIVENCIADO À GESTÃO DA  
CONSERVAÇÃO: UMA IMERSÃO PARA SANTO ANTÔNIO, RECIFE-PE**

**LARYSSA SOARES DE ARAÚJO**

Recife  
2024

LARYSSA SOARES DE ARAÚJO

DOS SIGNIFICADOS DO COTIDIANO VIVENCIADO À GESTÃO DA CONSERVAÇÃO:  
Uma imersão para Santo Antônio, Recife-PE

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial à obtenção do Título de Mestre em Desenvolvimento Urbano.

**Área de concentração:** Conservação integrada.

**Orientadora:** Profa. Dra. Natália Miranda Vieira-de-Araújo.

Recife

2024

.Catalogação de Publicação na Fonte. UFPE - Biblioteca Central

Araújo, Laryssa Soares de.

Dos significados do cotidiano à gestão da conservação: uma imersão para Santo Antônio, Recife-PE / Laryssa Soares de Araújo. - Recife, 2024.

257f.: il.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Artes e Comunicação, Mestrado em Desenvolvimento Urbano, 2024.

Orientação: Natália Miranda Vieira-de-Araújo.

Inclui referências e anexos.

1. Patrimônio cultural; 2. Participação; 3. Conservação. I. Vieira-de-Araújo, Natália Miranda. II. Título.

UFPE-Biblioteca Central



Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Urbano  
Universidade Federal de Pernambuco

**Laryssa Soares de Araújo**

**“DOS SIGNIFICADOS DO COTIDIANO VIVENCIADO À GESTÃO  
DA CONSERVAÇÃO: UMA IMERSÃO EM SANTO ANTÔNIO,  
RECIFE-PE”**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em  
Desenvolvimento Urbano da Universidade Federal de Pernambuco,  
como requisito parcial para obtenção do título de mestra em  
Desenvolvimento Urbano.

Aprovada em: 25/06/2024.

**Banca Examinadora**

Prof. Natália Miranda Vieira-de-Araújo (Orientadora)  
Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Iana Ludermir Bernardino (Examinadora Interna)  
Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Júlia da Rocha Pereira (Examinadora Interna)  
Universidade Federal de Pernambuco

**Participação por vídeo conferência**

Prof. Flávia Brito do Nascimento (Examinador Externo)  
Universidade de São Paulo

Ata da décima defesa de Dissertação de Mestrado, do Programa De Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano do Centro de Artes e Comunicação da Universidade Federal de Pernambuco, no dia 25 de junho de 2024.

Aos 25 dias do mês de junho de 2024, às 14h30, em sessão pública realizada de forma presencial, na sala de aula do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano do Centro de Artes e Comunicação, teve início a defesa/apresentação do Trabalho de Conclusão de Curso intitulada "DOS SIGNIFICADOS DO COTIDIANO VIVENCIADO À GESTÃO DA CONSERVAÇÃO: UMA IMERSÃO EM SANTO ANTÔNIO, RECIFE-PE", da mestranda Laryssa Soares de Araújo, na área de concentração de Desenvolvimento Urbano, sob a orientação da Profa. Natália Miranda Vieira-de-Araújo. A Comissão Examinadora foi aprovada pelo colegiado do programa de pós-graduação em 10/06/2024, sendo composta pelos examinadores: Iana Ludermir Bernardino e Júlia da Rocha Pereira, PPGDU/UFPE; e Flávia Brito do Nascimento, USP. Após cumpridas as formalidades conduzidas pela presidente da comissão, Profa. Natália Miranda Vieira-de-Araújo, a candidata ao grau de mestra foi convidada a discorrer sobre o conteúdo do Trabalho de Conclusão de Curso. Concluída a explanação, a candidata foi arguida pela Comissão Examinadora que, em seguida, reuniu-se para deliberar e conceder, ao mesmo, a menção APROVADA. Para a obtenção do grau de Mestra em Desenvolvimento Urbano, a concluinte deverá ter atendido todas às demais exigências estabelecidas no Regimento Interno e Normativas Internas do Programa, nas Resoluções e Portarias dos Órgãos Deliberativos Superiores, assim como no Estatuto e no Regimento Geral da Universidade, observando os prazos e procedimentos vigentes nas normas.

Recife, 25 de junho de 2024.

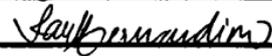
BANCA EXAMINADORA

Profa. Natália Miranda Vieira-de-Araújo

Profa. Iana Ludermir Bernardino

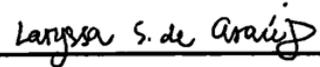
Profa. Júlia da Rocha Pereira

Profa. Flávia Brito do Nascimento

  
  
  
Participação via Videoconferência

CANDIDATA AO GRAU DE MESTRA

Laryssa Soares de Araújo

  
\_\_\_\_\_

Indicado para publicação

Sim() não(  )

à vovó Telmira (em memória)  
à vovó Claudina

## **AGRADECIMENTOS**

A construção deste trabalho foi fomentada pelo compromisso e desejo de promover a participação e a compreensão coletiva do patrimônio cultural na cidade do Recife. Esta pesquisa é resultado do processo de retroalimentação das linhas de atuação que desenvolvi ao longo dos anos desde que decidi me dedicar à arquitetura e urbanismo: a participação social e o patrimônio cultural.

Esse produto resulta de um longo processo de uma produção paralela à dedicação no âmbito da gestão pública da cidade do Recife, na Gerência Geral de Preservação do Patrimônio Cultural (DPPC/ICPS/SEPUL/PCR) e à construção coletiva no Massapê, organização da qual fui cofundadora e junto aos meus colegas, encaramos o desejo de promover cidades com mais justiça socioespacial por meio de processos coletivos, onde desenvolvemos o Guia (co)Memorativo da Boa Vista (2021).

A exaustiva e desafiadora missão de desenvolver esta pesquisa, em paralelo à dedicação ao trabalho nas instituições citadas, somente foi possível graças a presença de familiares, amigos e colegas de trabalho que me forneceram carinho e suporte emocional ao longo desse processo.

Agradeço a Natália Miranda Vieira-de-Araújo pela paciência, confiança e construção da troca de conhecimentos que pudemos estabelecer para chegar no resultado apresentado. Sua capacidade de compreensão e estímulo nos fizeram chegar até aqui. Os agradecimentos também se estendem à sua cuidadosa e atenciosa atuação na Coordenação do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Urbano - MDU/UFPE.

A todas as pessoas que entrevistei e dialoguei ao longo desse processo de compreensão dos sítios históricos do Recife, na Boa Vista, no Bairro do Recife, Santo Antônio e São José. Elas foram a minha maior fonte de aprendizado sobre o centro do Recife e suas particularidades. Me ensinaram sobre como podemos construir trocas coletivas e como é importante estabelecer o envolvimento da maior diversidade possível de atores na prática da gestão do patrimônio cultural.

À minha família que me fez perceber o mundo, desenvolver minhas raízes, me esforçar pelas descobertas, conquistas e pelo aprendizado. Principalmente a Telmira (em memória), Claudina, Maria Lúcia, Alzeni, Adilson, Lays, Lelê e Yoshio, a Mylla (também pela tradução do resumo). Agradeço a compreensão pelas minhas ausências para desenvolver esse estudo. A Gil e Judite, meus gatinhos companheiros e apoiadores de noites exaustivas de trabalho, por todo o carinho e amor felino que me trazem.

A Denizard, companheiro e parceiro, agradeço imensamente sua presença, incentivo, amor e carinho que me trouxe ao longo das etapas cruciais do desenvolvimento dessa pesquisa. Agradeço o estímulo e o reforço para minha autoconfiança, foco e determinação no desenvolvimento desse trabalho. Agradeço pelo amor e desejo de futuro.

Às minhas amigadas de vida, sempre presentes na escuta dos desabafos de tristezas e alegrias da vida profissional e acadêmica, Igor, Marília Orange, Marilinha, Bruna, Lane e Wallace. A Carlinha pela irmandade, trocas diárias, risadas e pelo desafio de compartilhar um doce lar. Aos meus amigos do Massapê por toda amizade e construção do conhecimento compartilhado ao longo desses quase 8 anos, pelo sonho coletivo de fazer cidades mais justas: Amanda, Bela, Bruno, Marina, Mel, Lucas, Pedro, Camilo, Nando e Bia.

Aos meus amigos queridos da DPPC, a Lindó pela compreensão e generosidade de sempre, à "kikibaia", Bela (Isabel) por ser minha dupla de suporte diário, pela elaboração dos mapas e por compartilhar tudo de bom, a Antonio pela alegria, carinho e troca de conhecimento, a Júlia pelo compromisso, determinação e atenção, a Breno, pelos livros e conversas construtivas, Luísa, pela calma, Janine, pela energia, poder e espiritualidade e Lili, pela alegria, a todos pelo suporte constante. A Larissa e toda a equipe pelo compromisso com o patrimônio cultural e por encarar a desafiadora missão de construir as Declarações de Significância Cultural dos sítios históricos do Recife dentro da gestão municipal. A toda equipe do Instituto da Cidade Pelópidas Silveira, à presidente Mariana Asfora e ao secretário executivo

Ubirajara Paz, à GGPU, à GGPE e à Gerência de Normativas, pelo desafio empreendido de planejar a cidade do Recife para as pessoas.

A mim mesma. Por não desistir e conseguir expressar aqui o que acredito para o patrimônio cultural das nossas cidades e identidades.

Se não conhece o Recife  
Venha que eu vou lhe mostrar...

Recife linda cidade  
De movimento está cheio  
O relógio dos Correio  
Ganhando sem trabalhar

Eu vou te mostrar  
A Rua da Palma  
Precisa ter calma  
Quando atravessar

Eu quero mostrar  
É a Rua Nova  
Você não reprova  
O que eu vou te falar

É mulher de todo lado  
É por isso que os tarado  
Vão ali se aproveitar

A cidade tem movimento  
Quem quiser ver  
Vamos passear

Agora vou te levar  
No comitê do mercado  
É sempre superlotado  
Com a turma do mugunzá

Duque de Caxias,  
Tem a livramento  
O seu movimento  
Ninguém pode andar

Rua do Rangel  
É uma peleja  
Tem a miudeza  
Que se procurar

E o camelô faz seu mapa  
Porém quando avista o rapa  
Sai correndo sem parar

A cidade tem movimento  
Quem quiser ver  
Vamos passear (bis)

Na Rua do Imperador  
Todo negócio se faz  
Os vigarista demais  
Não deixe um lhe agarrar

Praça 17  
De noite é pecado  
Se ficar parado  
Naquele lugar

[...]

A cidade tem movimento  
Quem quiser ver  
Vamos passear (bis)

Movimento da Cidade - Cila do Côco (1997)

## RESUMO

Esse processo de investigação se debruça na análise do olhar para as significações do patrimônio cultural em Santo Antônio. Para isso, a pesquisa busca compreender todo o processo de formação do território estudado até a atualidade, por meio da leitura das ocupações do período colonial e dos planos urbanísticos, pairando na percepção sensível do contexto atual. Tratando de uma reflexão sobre o patrimônio cultural nos debates contemporâneos com base nesse objeto empírico, será feita uma compreensão detalhada sobre a preservação no Brasil e o processo de inclusão da necessidade de participação social na prática da tutela e conservação dos bens culturais, contando assim com a Significância Cultural e o Inventário de Referências Culturais. Por fim, a pesquisa volta para entender as ações que vêm sendo implementadas no território e como a questão da participação vem sendo abordada. Com base em estudos de caso de três experiências de compreensão coletiva de bens culturais, a pesquisa é concluída com a apresentação de estratégias metodológicas para processos de participação e compreensão de bens culturais em Santo Antônio.

**Palavras-chave:** patrimônio cultural; conservação; participação; significância cultural; referências culturais.

## **ABSTRACT**

This research process focuses on the analysis of the look at the meanings of cultural heritage in Santo Antônio. For this, the research seeks to understand the entire process of formation of the territory studied to the present, through the reading of the occupations of the colonial period and the urban plans, hovering in the sensitive perception of the current context. Dealing with a reflection on cultural heritage in contemporary debates based on this empirical object, it will be made a detailed understanding about the preservation in Brazil and the process of inclusion of the need of social participation in the practice of the protection and conservation of cultural assets, counting on the Cultural Significance and the Inventory of Cultural References. Finally, the research returns to understand the actions that have been implemented in the territory and how the issue of participation has been addressed. Based on case studies of three experiences of collective understanding of cultural assets, the research is concluded with the presentation of methodological strategies for processes of participation and understanding of cultural assets in Santo Antônio.

**Keywords:** cultural heritage; conservation; participation; cultural significance; cultural references.

## LISTA DE SIGLAS

ARIES	Agência Recife de Inovação e Estratégia
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CECI	Centro de Estudos e Ensino Avançados da Conservação Integrada
CNRC	Centro Nacional de Referência Cultural
CONDEPE/FIDEM	Agência Estadual de Planejamento e Pesquisas de Pernambuco
DPHAN	Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
DPPC	Gerência Geral de Preservação do Patrimônio Cultural
FUNDARPE	Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco
ICOMOS	Conselho Internacional de Monumentos e Sítios
IGPR	Instância de Governança Cidadã do Recentro
INRC	Inventário Nacional de Referências Culturais
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
OEA	Organização dos Estados Americanos
ONU	Organização das Nações Unidas
PCH	Programa de Cidades Históricas
PDCR	Plano Diretor da Cidade do Recife
PPSH/Recife	Plano de Preservação dos Sítios Históricos do Recife
PPSH/RMR	Plano de Preservação dos Sítios Históricos da Região Metropolitana do Recife
SPHAN	Serviço de Preservação do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
UNICAP	Universidade Católica de Pernambuco
ZEPH	Zona Especial de Preservação do Patrimônio Histórico-Cultural

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Mapa da cidade do Recife, em destaque tracejado branco o centro histórico.	24
Figura 2 - Mapa das ZEPH-10 e 14 e seus respectivos setores de preservação .....	25
Figura 3 - Praça da Independência, espaço público histórico e central no conjunto estudado.....	26
Figura 4 - Praça da Independência .....	34
Figura 5 - Ilustração do Recife em 1609.....	36
Figura 6 - Planta do Recife em 1631.....	37
Figura 7 - Extrato da Planta do Recife "Mauritiopolis", de 1647.....	37
Figura 8 - "Mauritiopolis", por Frans Post, de 1647. ....	38
Figura 9 - Planta do Recife de 1776.....	40
Figura 10 - Rua Larga do Rosário, 1880.....	42
Figura 11 - Rua do Crespo, Igreja Matriz de Santo Antônio ao fundo, 1828.....	44
Figura 12 - Anúncio de venda de aviamentos na Rua do Crespo, em 1829.....	46
Figura 13 - Anúncio de venda de escravo na Rua do Crespo em 1829.....	46
Figura 14 - Anúncio para venda de escravos na Rua Nova, ano de 1829 .....	46
Figura 15 - Ponte Sete de Setembro, atual Ponte Maurício de Nassau, 1863.....	49
Figura 16 - Rua Nova, 1855 .....	49
Figura 17 - Área de Santo Antônio na Planta do Recife de 1906 .....	50
Figura 18 - Vista superior de Santo Antônio (em primeiro plano) e da Boa Vista (ao fundo), 1913.....	51
Figura 19 - Rua Sigismundo Gonçalves, 1910, vista a partir da Igreja de Santo Antônio ...	53
Figura 20 - Rua Sigismundo Gonçalves, 1914, vista a partir da antiga pracinha .....	53
Figura 21 - Demolições e construções de edifícios na Avenida 10 de Novembro (atual Avenida Guararapes) .....	54
Figura 22 - Artigos do Diário de Pernambuco sobre o 1º Congresso Regionalista do Nordeste.....	58
Figura 23 - Ilustrações dos estudos de Nestor Figueiredo para Santo Antônio .....	60

Figura 24 - Proposta de remodelação de Santo Antônio, apresentada pela Comissão da Cidade em 1934 .....	63
Figura 25 - Vista superior para o antigo Largo do Paraíso, em Santo Antônio, 1930.....	65
Figura 26 - Vista superior de Santo Antônio, eixo da Av Guararapes e Ponte Duarte Coelho, 1938.....	65
Figura 27 - Proposta de remodelação de Santo Antônio, estudo para abertura da Avenida Guararapes, 1938 .....	66
Figura 28 - Demolição de quadra para a ampliação da Pracinha do Diário .....	67
Figura 29 - Vista superior do centro do Recife na Década de 1960.....	69
Figura 30 - Praça da Independência e entorno, 1951.....	70
Figura 31 - Avenida Guararapes, 1970 .....	71
Figura 32 - Desfile do Corso na Rua Nova, 1950.....	73
Figura 33 - Caboclos de lança (guiada) em frente à Ponte da Boa Vista, 1948 .....	73
Figura 34 - Desfile do Maracatu Nação Estrela Brilhante na Praça da Independência, 1947 .....	74
Figura 35 - Orquestra se apresenta no Quartel General do Frevo, Praça da Independência .....	75
Figura 36 - Passistas de frevo no Quartel General do Frevo, Praça da Independência ....	75
Figura 37 - Desfile de clubes carnavalescos durante o dia na Av. Guararapes, 1965.....	76
Figura 38 - Desfile de clubes carnavalescos durante a noite na Av. Guararapes, 1963....	76
Figura 39 - Cine Art Palácio, década de 1930 .....	76
Figura 40 - Anúncios de exposições no Cine Art Palácio e Cinema Trianon .....	77
Figura 41 - Comércio Ambulante na Av. Dantas Barreto.....	79
Figura 42 - Vendedor ambulante de livros usados .....	79
Figura 43 - Vendedor ambulante de côcos, 1952.....	80
Figura 44 - Usos das edificações em Santo Antônio nos SPR-2, 5 e 6.....	83
Figura 45 - Ocupantes da Praça do Sebo, maioria homens, 2022. ....	87
Figura 46 - Mapa de percursos e pontos de referência.....	89
Figura 47 - Ponte Duarte Coelho com vista para a Avenida Guararapes .....	90

Figura 48 - Movimento na Avenida Guararapes.....	91
Figura 49 - Movimento nas galerias dos edifícios da Avenida Guararapes.....	91
Figura 50 - Ponte da Boa Vista.....	92
Figura 51 - Rua Nova.....	93
Figura 52 - Rua Nova/Rua Camboa do Carmo.....	93
Figura 53 - Calçada da Igreja Matriz de Santo Antônio.....	94
Figura 54 - Roda de Capoeira na Praça da Independência.....	95
Figura 55 - Praça da Independência e pessoas em roda de Capoeira.....	95
Figura 56 - Praça da Independência.....	96
Figura 57 - Rua Larga do Rosário.....	97
Figura 58 - Rua Duque de Caxias.....	98
Figura 59 - Carrinho de acarajé e passarinha na Praça do Sebo.....	99
Figura 60 - Venda de discos no Sebo.....	99
Figura 61 - Praça do Sebo e Edifício Continental.....	100
Figura 62 - Pagode do Didi.....	101
Figura 63 - Adesivo do Bloco de Samba a Turma do Saberé no Pagode do Didi.....	102
Figura 64 - Concurso de agremiações no Carnaval de 2024 (Boi Diamante), Av. Guararapes.....	104
Figura 65 - Artigo de jornal sobre preservação do patrimônio cultural e desenvolvimento econômico.....	116
Figura 66 - Edifícios modernos na Av. Dantas Barreto.....	120
Figura 67 - Capa do Plano de Preservação dos Sítios Históricos do Recife.....	123
Figura 68 - Polígonos da ZEPH-10.....	124
Figura 69 - Indígenas presentes na Assembleia Constituinte.....	127
Figura 70 - Assembleia Nacional Constituinte, 1987.....	128
Figura 71 - Folheto informativo sobre o estudo da Declaração de Significância Cultural de Santo Antônio e São José.....	146
Figura 72 - Trabalhadores ambulantes nas galerias da Avenida Guararapes, em Santo Antônio.....	153

Figura 73 - Espaço para venda de discos e livros, conhecido como o Sebo.....	156
Figura 74 - Manchete do Jornal do Commercio sobre o esvaziamento do centro do Recife .....	168
Figura 75 - Esquema explicativo para os benefícios fiscais de ISSQN na Lei do Recentro nº18.869 de 2021 .....	172
Figura 76 - Arranha Céu da pracinha (a esquerda).....	173
Figura 77 - Vida cotidiana na Avenida Guararapes.....	179
Figura 78 - Viva a Guararapes temático do São João .....	180
Figura 79 - Recreação no Viva a Guararapes.....	180
Figura 80 - Croquis das intervenções do V.U.C.O. ....	187
Figura 81 - Intervenção "Vuco" na Rua Duque de Caxias .....	188
Figura 82 - Escada da participação de Sherry Arnstein .....	193
Figura 83 - Morador da Boa Vista respondendo entrevista .....	202
Figura 84 - Aplicação da Mandala de Referências Culturais, São Paulo .....	208

## LISTA DE DIAGRAMAS

Diagrama 1 - Processo para a Significância Cultural.....	139
Diagrama 2 - Processos para o INRC.....	157
Diagrama 3 - Processo contínuo de participação .....	178
Diagrama 4 - Metodologia de processos colaborativos do Massapê.....	201
Diagrama 5 - Esquema comparativo DSIA, Guia (co)Memorativo da Boa Vista, Dossiê Minhocão.....	210
Diagrama 6 - Processo de estratégias para Santo Antônio .....	224

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>Introdução.....</b>	<b>19</b>
<b>2</b>	<b>Santo Antônio: A formação de um sítio histórico e as disputas socioespaciais na sua urbanidade.....</b>	<b>34</b>
2.1	A formação da urbanidade do Recife: Santo Antônio no nicho do crescimento da cidade.....	35
2.2	A remodelação do centro do Recife e o esvaziamento do tecido urbano da cidade colonizada.....	54
2.3	O centro ideal: a identidade moderna de Santo Antônio.....	71
2.4	O centro real: percepções e dinâmicas socioespaciais do cotidiano	88
<b>3</b>	<b>Significações dos sítios históricos: a participação social na preservação do patrimônio cultural.....</b>	<b>106</b>
3.1	A preservação e as narrativas para o reconhecimento de conjuntos urbanos enquanto patrimônio cultural no Brasil.....	108
3.2	Caminhos para a participação na cidade como bem cultural.....	126
3.3	Diálogos entre a significância cultural e os INRC.....	136
<b>4</b>	<b>Significações de Santo Antônio: um olhar humano sobre uma urbanidade de sobreposições.....</b>	<b>159</b>
4.1	Perspectivas de reapropriação do centro: o “reflorescimento” de Santo Antônio?.....	161
4.2	Experiências e olhares contemporâneos pela participação social na preservação do patrimônio cultural.....	191
4.3	Estratégias metodológicas para significação de Santo Antônio.....	212
	<b>Considerações finais.....</b>	<b>226</b>
	<b>Referências bibliográficas.....</b>	<b>229</b>
	<b>ANEXO 1 – Pesquisa do plano Recentro na rota do futuro.....</b>	<b>238</b>
	<b>ANEXO 2 – Fichas de aplicação da DSIA.....</b>	<b>242</b>
	<b>ANEXO 3 – Formulário do Guia (co)Memorativo da Boa Vista.....</b>	<b>244</b>

## 1 INTRODUÇÃO

O pontapé inicial para o desenvolvimento deste trabalho passou pelo desejo de compreender a gestão do patrimônio cultural e os processos de envolvimento de atores sociais na sua conservação, no contexto da cidade do Recife.

De início, vale convir que um processo de compreensão de um território à luz do olhar social, sempre será acompanhado da própria experiência e contexto social do pesquisador. Nesse sentido, é importante destacar a minha relação de vida na vivência e descoberta do mundo a partir da ótica do centro do Recife. Caminhar corriqueiramente da Rua da Conceição, no bairro da Boa Vista, até o final da Dantas Barreto, em São José ou da Avenida Guararapes em Santo Antônio até as Ruas das Calçadas ou Direita, em São José, confere a experiência na percepção dos diferentes usos da cidade, dos diferentes ocupantes, trabalhadores, errantes, passeantes. Essa experiência provoca admiração, aprendizado e curiosidade em entender aquele lugar que sempre foi, desde a infância, misterioso, instigante e inebriante. O centro do Recife é um lugar formador de pessoas.

Dentro desse contexto, a curiosidade da investigação sobre parte do bairro de Santo Antônio, centro do Recife, é despertada. Esse despertar surge do contexto atual desse lugar, que embora seja formador de pessoas, coletividades e culturas, encontra-se atualmente em processo de transformação, como esteve em vários momentos do seu processo de formação, o que será demonstrado ao longo desse trabalho. A área que está com diversos imóveis vazios ou subutilizados, possui um ambiente por vezes hostil nos seus espaços públicos. Ainda assim, seu patrimônio cultural, tanto na sua materialidade como imaterialidade, resiste em diversos aspectos. Essa resistência vem da manutenção de práticas do cotidiano que nem sempre são identificadas somente pelos olhos do especialista.

Aqui, volto a tratar do contexto do olhar enquanto autora dessa investigação. Durante a pesquisa, fui integrante do órgão de preservação do município do Recife, Gerência Geral de Preservação do Patrimônio Cultural

(DPPC), enquanto gestora de planejamento urbano do patrimônio cultural. Na ocasião, fiz parte da equipe de construção das Declarações de Significância Cultural da Cidade do Recife. Pesquisas essas que foram feitas sobre as Zonas de Preservação do Patrimônio Histórico-Cultural (ZEPH), nesse contexto, a ZEPH-10 engloba a área que será aqui estudada.

Participar dessa equipe significa ter feito parte da experiência de estudar os processos metodológicos do estudo e também de ter articulado e entrevistado diferentes tipos de atores sociais relacionados ao centro do Recife. Nesse sentido, essa experiência contribuiu ao longo de toda essa pesquisa, que por sua vez facilitou meu empenho no processo realizado junto à DPPC.

Além dessa atuação dentro da referida instituição pública, houve também o a experiência de integrar a equipe de desenvolvimento do Guia (co)Memorativo da Boa Vista, processo de compreensão coletiva para compreensão de valores, memórias e significados do sítio histórico da Boa Vista (MASSAPÊ, 2021)<sup>1</sup>, realizado a partir de três tipos de etapas de colaboração - aproximação com os atores envolvidos, entrevistas e oficinas de compreensão dos significados. O processo teve como resultado um livro com os bens culturais da Boa Vista, contando a história e a interrelação entre cada um deles, composta pelos relatos - lembranças e afetos - dos atores sociais diretamente envolvidos com esses bens.

Tais fatos fortaleceram o desejo de compreender como ferramentas de processos participativos podem trazer respostas a partir desses instrumentos de gestão existentes, no âmbito de uma Zona de Preservação Histórico-Cultural. Assim, vale destacar que todas as histórias orais absorvidas no período de desenvolvimento dessa dissertação, contribuíram consciente e/ou inconscientemente no conteúdo a ser apresentado nesse trabalho.

---

<sup>1</sup> O Guia (co)Memorativo da Boa Vista, em cuja coordenação do seu processo de concepção a autora desse trabalho esteve presente, é um livro fruto de um processo de compreensão coletiva do sítio histórico da Boa Vista, cidade do Recife-PE, realizado pelo Massapê, coletivo que estuda práticas de intervenções e estudos urbanos colaborativos, fundado em 2016, no qual a autora desta pesquisa atua e é co-fundadora.

A gestão do patrimônio cultural envolve uma série de ações que incluem a identificação dos bens culturais, sua tutela e o planejamento para sua conservação. Aqui se entende que o patrimônio cultural urbano se apresenta por meio de atributos/bens culturais/referências culturais que são representativos para os significados de determinadas comunidades sob diferentes formas na espacialidade do ambiente da cidade. Nesse sentido, compõem o patrimônio cultural urbano, bens de natureza tangível e intangível. Esses se interrelacionam e se retroalimentam, devendo essas naturezas serem vistas a partir de sua indissociabilidade, conforme aponta Vieira-de-Araújo (2022).

Na concepção desse trabalho é também vislumbrada a interdependência na expressão dos significados dos bens culturais, atribuídos pelas pessoas que vivem essas heranças culturais presentes nos sítios históricos, que são compostos pela sua significância cultural, conceito que será aprofundado ao longo desse trabalho, com base na Carta de Burra (ICOMOS, 2013). Ainda nesta temática, para melhor ilustrar, conforme apresenta Meneses (2012), todo patrimônio cultural possui algum vetor material ou imaterial como suporte, onde:

Podemos concluir que o patrimônio cultural tem como suporte, sempre, vetores materiais. Isso vale também para o chamado patrimônio imaterial, pois se todo patrimônio material tem uma dimensão imaterial de significado e valor, por sua vez, todo patrimônio imaterial tem uma dimensão material que lhe permite realizar-se. As diferenças não são ontológicas, de natureza, mas basicamente operacionais. (MENESES U. T., 2012, p. 31)

A partir dessa concepção do patrimônio cultural aqui trabalhada, para fins dessa investigação, o envolvimento da sociedade, ou seja, a participação social é tida como imprescindível no processo de compreensão dos significados patrimônio cultural. Nesse sentido, entende-se que as aplicações de estudos colaborativos, cujos resultados estejam relacionados aos significados culturais do lugar, possam e devem estar associados de forma estratégica a diferentes temáticas da gestão do patrimônio cultural, com destaque para o planejamento urbano dos sítios históricos.

A partir disso, é reconhecido aqui o problema chave dessa pesquisa: **como operacionalizar processos colaborativos para a compreensão dos significados do lugar na prática da gestão do patrimônio cultural do Recife? Como essa operacionalização se daria especificamente dentro do Sítio Histórico de Santo Antônio e São José (ZEPH-10)?**

Ou seja, busca-se entender como apreender respostas e resultados vindos dos mais diversos atores na gestão de conjuntos urbanos históricos. Estes resultados podem ser buscados a partir diálogos que envolvem a associação aos valores, significados, memórias e práticas do cotidiano. As dimensões procuradas, que são subjetivas, podem não trazer respostas imediatamente diretas ao estabelecimento de parâmetros urbanísticos ou estratégias de ação na gestão do supracitado sítio histórico. No entanto, estas, se materializam em dados imprescindíveis para a compreensão do contexto urbano e do que ele representa para quem o vive em seu cotidiano.

Tais dados, quando associados estrategicamente a termos práticos, como definição de usos, desenho urbano, parâmetros urbanísticos e políticas de incentivo fiscal, podem - e devem - valorizar a dimensão subjetiva do lugar, por meio de ações pragmáticas, sendo essa tradução o desafio a ser enfrentado no presente trabalho, que visa desenvolver estratégias de compreensão dessas dimensões que podem fundamentar direcionamentos na prática de uma conservação do sítio histórico coerente com a realidade cotidiana do lugar.

Para além dessas indagações então citadas, outro ponto importante nesse contexto de conjunto urbano histórico é a compreensão das dinâmicas socioculturais e econômicas da área estudada, Santo Antônio, que se trata de parte do centro antigo de uma grande cidade brasileira.

As narrativas, sobre o que significa determinado bem cultural, influenciam direta e indiretamente nos possíveis diálogos com a sociedade e nas ações incidentes sobre estes lugares, sobretudo aquelas que são reflexo de interesses mercadológicos. Conforme aponta Santanna (2019), os processos de reapropriação e de reabilitação do espaço urbano aplicados no Brasil a

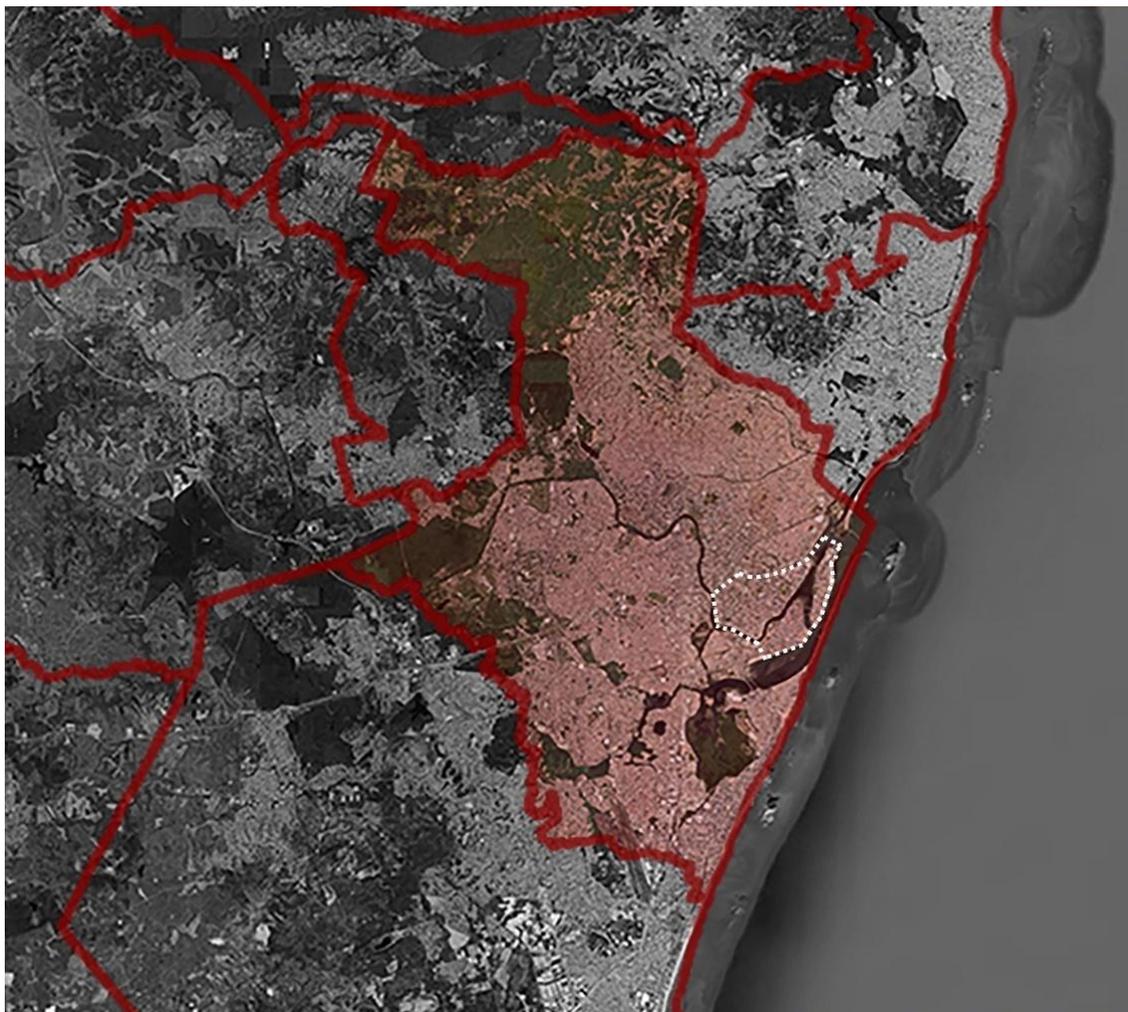
partir dos anos 1990, elevam o patrimônio histórico como ativo econômico, onde a paisagem do sítio histórico surge como um diferencial competitivo de interesse mercadológico.

Estes jogos de interesse, no contexto do centro do Recife, trazem impactos no ambiente urbano e na população residente, que, quando inserida no centro da cidade, encontra-se ainda mais vulnerável a desejos externos que possam não compreender as necessidades das pessoas que possam estar à margem dos interesses de desenvolvimento econômico. Isso se dá, pois, nessa região, há atualmente um contexto de esvaziamento do estoque edificado. Essa falta de uso em alguns imóveis provoca uma desvalorização do ambiente urbano e dos imóveis históricos, que passam por dificuldades de manutenção, atingindo um estado de conservação precário.

Destarte, faz parte do conteúdo desse trabalho um mergulho para a compreensão do caso de parte do sítio histórico de Santo Antônio, a partir da compreensão de seu histórico, de suas dinâmicas socioculturais e dos atuais interesses de gestão e de mercado que possam a vir a incidir sobre as dinâmicas culturais do conjunto.

A presente pesquisa trará investigações voltadas para parte do bairro de Santo Antônio (ZEPH-10), situado no centro do Recife (Figura 1). Essa escolha é feita a partir da compreensão do contexto político e de gestão urbana atualmente vigente no lugar, para o qual diferentes olhares se voltam, podendo provocar a indesejada gentrificação desse território em um processo de reabilitação urbana.

Figura 1 – Mapa da cidade do Recife, em destaque tracejado branco o centro histórico.



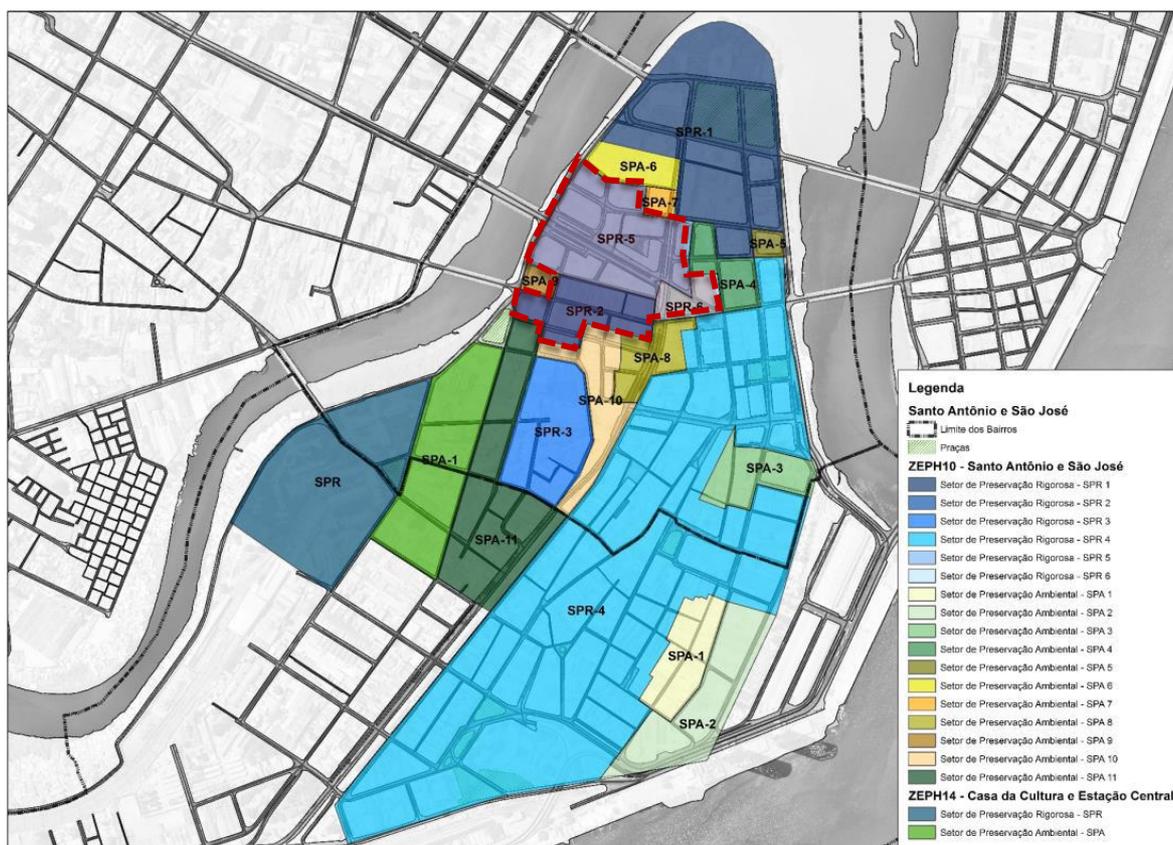
Fonte: Google Earth; ESIG Recife. Editado pela autora.

A área delimitada para o objeto empírico está situada no contexto do centro histórico que é formado pelo Bairro do Recife, Santo Antônio, São José, Boa Vista e Santo Amaro, conforme se destaca em branco na referida figura. Importa observar, que esse polígono possui diferentes zonas de preservação histórico-cultural, entre elas, a ZEPH-08 (Boa Vista) a ZEPH-09 (Bairro do Recife) e a ZEPH-10 (Santo Antônio e São José), que formam o centro antigo do Recife, essas zonas foram definidas pela lei de Preservação dos Sítios Históricos do Recife (lei nº13.957 de 1979).

Nesse contexto, é utilizado como objeto empírico um recorte inserido na ZEPH-10, no Sítio Histórico de Santo Antônio e São José. A ZEPH-10 é dividida por 6 Setores de Preservação Rigorosa, onde há um rígido controle de preservação, e por 11 Setores de Preservação Ambiental, onde há

possibilidades de alterações no conjunto edificado, conforme a Lei de Uso e Ocupação do Solo de 1996 (Lei nº 16.176), atualmente vigente. Para fins práticos, área escolhida para o objeto empírico será formada por 3 Setores de Preservação Rigorosa - os SPR-2, 5 e 6 (delimitados em vermelho na Figura 2), o estudo, por vezes, trará informações das áreas imediatamente vizinhas a esses setores, em razão das conexões históricas, sociais e cotidianas desse ambiente urbano que foi dividido em setores.

Figura 2 - Mapa das ZEPH-10 e 14 e seus respectivos setores de preservação



Fonte: (DPPC, 2019).

A tendência de "reabilitação" do centro histórico do Recife, este compreendido pelos bairros de Santo Antônio, São José e Bairro do Recife, é impulsionada no Plano Diretor da Cidade do Recife (Lei complementar nº2 de 2021), que visa ocupar o centro da cidade, com o objetivo de adensar a cidade nas áreas de maior infraestrutura urbana. Nesse contexto, também está o programa Recentro, instrumentalizado com base na Lei 18.869 (RECIFE, Lei nº 18.889, 2021), focado inicialmente nas Zonas Especiais de Preservação do Patrimônio Histórico-Cultural 09 (Bairro do Recife) e 10 (Santo Antônio e São José) que visa:

Plano de Incentivos fiscais para atividades econômicas, moradias para fins de interesse social, construções ou intervenções destinadas à recuperação, renovação, reparo ou manutenção de imóveis situados no sítio histórico dos bairros do Recife, Santo Antônio e São José, nas condições especificadas [...]. (RECIFE, Lei nº 18.889, 2021).

Em termos práticos, o Recentro visa trazer incentivos fiscais para ações voltadas para o conjunto edificado desse território, ou seja, para o patrimônio material das referidas ZEPH, a fim de atrair investimentos para a movimentação do mercado imobiliário do conjunto, o que será melhor apresentado ao longo desse trabalho.

Destarte, a partir da ciência de ameaças e oportunidades que acompanham os jogos de interesse sobre um território, se desperta aqui o desejo de compreender o bairro de Santo Antônio. Além disso, e como a compreensão seu contexto de formação pode auxiliar em uma preservação coerente desse sítio histórico, a partir dos instrumentos vigentes, como o atual Plano Diretor da Cidade do Recife (PDCR), Lei complementar nº2 de 2021, dentre outras normativas do município da cidade do Recife.

Figura 3 - Praça da Independência, espaço público histórico e central no conjunto estudado



Fonte: Autoria própria, 2022.

Esse desejo de compreensão dos aspectos contidos nesta área de estudo (Figura 3) se dá, pois, em paralelo aos interesses provenientes de

diferentes estâncias, está um conjunto urbano visto como decadente pela coletividade em geral. Tais narrativas têm sido proferidas de forma deliberada, uma vez que o lugar possui um conjunto edificado grande, sem uso, com mau estado de conservação e por vezes ocupado por movimentos sociais de luta por moradia. Há também um contexto de violência corriqueiramente relatado por frequentadores e trabalhadores. Apesar da precariedade da qualidade de vida no espaço, esse conjunto é composto por diversas riquezas que podem ser percebidas pelos diferentes atores sociais envolvidos com o conjunto, ou seja desde o olhar de especialista, até os de trabalhadores formais e informais, residentes e frequentadores.

Diante dessa premissa, esse trabalho tem na sua base metodológica a incorporação de debates teóricos acerca dos conceitos voltados para abordagens que visam compreender o patrimônio cultural através do olhar dos agentes sociais e públicos, por meio de sua diversidade, intersubjetividade, territorialidade, dentre outros contextos de visão de mundo. Nesse sentido, visa-se aqui apresentar a reflexão de que tanto no contexto nacional, como no internacional, há convenções e cartas que demonstram a imprescindibilidade de um mínimo nível de participação e/ou envolvimento da sociedade sobre o olhar do patrimônio cultural. Estas ideias começam a estar cada vez mais presentes nos debates a partir da década de 1960, isso pode ser visto na Carta de Veneza (1964), nas Normas de Quito (1967), na Declaração de Amsterdã (1975), no contexto internacional, como a Carta de Petrópolis (1987) e até mesmo os planos locais, Plano de Preservação dos Sítios Históricos da Região Metropolitana do Recife – PPSH/RMR (1978) e o PPSH Recife (1979).

Nessa linha dos olhares para os significados e participação dos sítios históricos, a Carta de Burra, lançada pela primeira vez no ano de 1979, atualizada em 1981, 1988 e com mudanças significativas na sua versão de 1999. A última versão atualmente reconhecida pelo ICOMOS Austrália é a Carta de Burra de 2013 (ICOMOS, 2013). A Carta é também um texto basilar uma vez que enuncia a Significância Cultural, a partir dos valores e significados que um determinado bem, atribuído por gerações passadas, atuais ou futuras, as quais estejam envolvidas com o bem. De acordo com esta carta, a conservação

significa processos de prestação de cuidados de forma que o sítio histórico preserve a sua significância cultural. De acordo como documento:

A conservação, a interpretação e a gestão de um sítio devem prever a participação das pessoas para quem esse sítio tem associações e significados especiais, ou que tem responsabilidades sociais, espirituais ou outras responsabilidades culturais para com esse sítio. (ICOMOS, The Burra Charter. The Australia ICOMOS Charter for Places of Cultural Significance, 2013, p. 11)

Diante dos dispositivos constantes na Constituição de 1988, há que se pontuar a Política Nacional do Patrimônio Imaterial (Decreto nº 3.551 de 04 de agosto de 2000), que institui o instrumento de Registro dos bens de natureza imaterial e os Inventários Nacionais de Referências Culturais, cujo objetivo é de aprofundar as reflexões sobre a (falsa) dicotomia entre os bens de pedra e cal e as demais manifestações culturais (IPHAN, 2000).

Essas "recentes" concepções advindas majoritariamente da segunda metade do século XX buscam seguir uma linha fenomenológica do pensamento filosófico, diante dos diferentes olhares e contextos que envolvem os pontos de vistas da cultura e dos processos sociais. Nesse contexto da linha de pensamento dessa pesquisa, vale ressaltar a fenomenologia como instrumento de interpretação filosófica no processo desse trabalho. Conforme apresenta Sokolowski (2004) a fenomenologia é o "estudo da experiência humana e dos modos como as coisas se apresentam elas mesmas para nós em e por meio dessa experiência" (p.10). Buscar entender o ponto de vista das pessoas sobre um centro histórico, entender seus diferentes contextos, nada mais é do que um pensamento fenomenológico para a obtenção de um olhar para diferentes possibilidades e adaptações em ações voltadas para a gestão do patrimônio cultural. A fenomenologia consiste na interpretação e identidade de seres e coisas, a partir dos seus sentidos, diferentes perspectivas, contextos. Esse tipo de pensamento filosófico, em termos práticos, "é a autodescoberta da razão na presença de objetos inteligíveis", é um processo de compreensão da identidade das coisas a partir da experiência, dos fragmentos que juntos, formam a interpretação do que são os objetos. Nesse sentido, a abertura de um feixe de interpretações, que vai desde a fundamentação teórica e passa pela compreensão dos contextos de organização dos instrumentos

urbanísticos do Recife, da gestão, fechando-se a partir do olhar dos indivíduos que vivenciam o lugar que será o recorte empírico do trabalho.

### **Princípios de compreensão em um contexto de sítio histórico para desenvolvimento local**

Com base em Meneses (2006), para entender a cidade como bem cultural, há que se perceber que ela tem matrizes no universo dos sentidos da percepção e da cognição dos valores, da memória e das identidades, das ideologias, expectativas, mentalidades, etc. Tais representações, segundo este autor, se manifestam no universo por ele entendido como *patrimônio ambiental urbano*, que é suportado pela dimensão física do ambiente construído da cidade. Nesse sentido, para a compreensão de dimensões tão vastas, conforme pontuado, há que se considerar o envolvimento da comunidade interessada do conjunto urbano em questão, a partir de uma articulação coerente entre a sociedade civil, instituições e poder público. Ainda de acordo com Meneses, o nível da municipalidade é aquele que, através do poder de regulamentação urbanística, possui mais força e impacto na implementação de ações voltadas para o desenvolvimento local dos sítios históricos.

Portanto, para que o patrimônio cultural urbano se mantenha vivo, é importante uma gestão que priorize o desenvolvimento local, tendo como imprescindível a participação dos diferentes atores relacionados com o ambiente vivido no planejamento urbano para o futuro desse patrimônio (VARINE, 2013). Ou seja, que haja a operacionalização dos resultados de processos que envolvam a sociedade civil, que tais dados possam ser transformados em ações de preservação e conservação do sítio histórico, por meio da aplicação de instrumentos urbanísticos e outras leis municipais.

De acordo com Varine (2013), o patrimônio cultural deve ser visto como um recurso de desenvolvimento local que estimula, a partir da apropriação de quem o vive, o bom desenvolvimento local pautado nas demandas do lugar.

Nesse sentido, entende-se que é preciso observar as dimensões do cotidiano e da cultura local tradicional a partir de suas expressividades

suportadas pelo conjunto urbano edificado. É necessária, a partir de um olhar crítico e cuidadoso sobre a conservação do patrimônio cultural, a implementação ferramentas que traduzam os processos colaborativos na prática da gestão das Zonas Especiais de Preservação do Patrimônio Histórico e Cultural.

Vale ressaltar também o cuidado entendido como necessário no desenvolvimento e utilização de processos colaborativos. É importante ter ciência das possibilidades de desvirtualizações que tomem o patrimônio cultural a partir de uma arriscada má compreensão dos reais significados do conjunto. Ou seja, cabe ponderar acerca das deflexões sobre a imaterialidade dos conjuntos urbanos e o cuidado necessário na sua narrativa de preservação. Conforme apresenta Peixoto (2017), os processos de patrimonialização do século XX acompanharam tendências marcadas pela monumentalização, pela celebração e pela representação, sobretudo, de identidades triunfantes nos processos de colonização, além de atender à indústria patrimonial promovida por europeus. O mesmo autor traz com maestria as ameaças do que ele intitula como "cultura do imaterial", que surge juntamente aos novos debates do fim do século XX, cujas tendências põem como referência questões relativas ao local, ao comunitário, à natureza, às expressões das minorias e o intangível. Para ele:

Este patrimônio de transição de séculos é um patrimônio globalizado e tem uma ligação mais forte às políticas públicas urbanas, se caracterizando pela empresarialização das políticas locais de governação, pela relação íntima com hábitos quotidianos de lazer e de consumo cultural e pela imbricação com uma indústria turística mais segmentada que se estrutura na chamada economia das experiências. (PEIXOTO, 2017, p. 16)

Percebe-se que a ocasional falta de compreensão de sentido no patrimônio cultural urbano, a partir do olhar de quem o faz e o vive, acarreta no esvaziamento de seus significados para a sociedade. Isso se deve às ações monumentalizadoras que atendiam aos interesses de sociedades dominantes. Isso pode culminar no apagamento do interesse nos bens culturais de sociedades reprimidas, as quais atualmente, quando podem ser finalmente ouvidas, sofrem com a mercantilização de sua cultura, em vez de enfim tomarem seu protagonismo.

Ou seja, utilizando-se de narrativas de um imaterial fetichizado, cria-se um espetáculo de uma cultura mercantilizada que se passa para o interesse de gestões que tiram do eixo os interesses das comunidades supostamente detentoras desses bens, as quais são colocadas em uma posição de externalidade (PEIXOTO, 2017). A isso podemos associar, por exemplo, o caso do carnaval do Recife, que antes tomava as ruas e espaços públicos dos bairros de Santo Antônio e São José, mas atualmente se concentra majoritariamente em palcos, no Bairro do Recife.

Diante dos aspectos apresentados e dentro do contexto da área delimitada para o estudo empírico, busca-se como fins desta pesquisa, investigar, apresentar e suscitar os desafios relacionados à operacionalização de resultados de um processo colaborativo na gestão do patrimônio cultural. Para tal, o objetivo geral é o de desenvolver estratégias para uma metodologia colaborativa usando como objeto de estudo o território de Santo Antônio, Recife/PE, a fim de contribuir para o processo de identificação e gestão patrimonial. Com isso, esta pesquisa adota como objetivos específicos:

- a. Entender o processo de formação de Santo Antônio, centro do Recife/PE, e as diferentes identidades com a existência desse território ao longo de seu histórico, bem como observar como a questão da preservação acompanha a manutenção dessas presenças;
- b. Apresentar debates e problemáticas que envolvem a relação do patrimônio cultural e da sociedade por meio de uma reflexão incidente na temática da participação social para a conservação dos sítios históricos. Levando em conta os mecanismos para a compreensão da colaboração da sociedade na gestão e planejamento do patrimônio cultural urbano
- c. Assim, compreender formas de aplicação de processos colaborativos para a preservação do patrimônio cultural;
- d. Analisar as atuais estratégias de reapropriação do conjunto de Santo Antônio, desenvolvendo uma reflexão crítica sobre a questão da gentrificação que ameaça a requalificação de sítios históricos. Com

base nisso, apresentar estratégias para metodologias colaborativas de preservação para o conjunto de Santo Antônio.

Para tal, o trabalho se desenvolverá através de 4 capítulos, contando com a presente Introdução. O cujo conteúdo de cada um deles será descrito a seguir.

O **capítulo 2**, *Santo Antônio: a formação de um sítio histórico e as disputas socioespaciais na sua urbanidade*. Será apresentado um breve histórico da formação do conjunto urbano, os SPR-2, 5 e 6 da ZEPH-10 (RECIFE, Lei de Uso e Ocupação do Solo da cidade do Recife - Lei nº 16.716/1996, 1996). O conteúdo será construído com base na cartografia histórica, em artigos de jornais, iconografia e na bibliografia disponível, como em Pereira da Costa (1959), Reynaldo (2018), Loretto (2008), dentre outros, além do Diagnóstico das ZEPH-10 e 14 (DPPC, 2020). A partir disso, será feita uma compreensão da cultura do cotidiano atual, onde serão observados, por meio de uma livre percepção fotográfica das atuais dinâmicas do conjunto, finalizando o capítulo.

No **capítulo 3** - *Significações dos sítios históricos: a participação social na preservação do patrimônio cultural* - será apresentada uma reflexão acerca dos diálogos contemporâneos do patrimônio cultural a partir dos significados, subjetividades e participação social na conservação. Dentre estas, serão utilizados como base os textos, dentre os quais: Arantes (1984), Sant'anna (2017), Meneses (2006, 2012 etc), Scifoni (2023), Carsalade (2023), Hugues de Varine (2013), Vieira-de-Araújo (2022), bem como as cartas e convenções do patrimônio cultural, em destaque para a Carta de Burra (2013) junto às concepções sobre a Significância Cultural. O capítulo também contempla a construção das normativas no contexto brasileiro, com o Decreto lei nº25/1937, a formação do IPHAN, a Constituição Federal de 1988 e as leis de preservação de sítios históricos no contexto de Pernambuco e o Manual do Inventário Nacional de Referências Culturais (IPHAN, 2000).

*Significações de Santo Antônio: um olhar humano sobre uma urbanidade de sobreposições* é o **capítulo 4**, que se debruça sobre a

contextualização da preservação na cidade do Recife, bem como experiências de processos de compreensão de bens culturais, findando no desenho de estratégias para a compreensão das significações do cotidiano de Santo Antônio. A partir da compreensão dos instrumentos recentes que incidem na área de estudo, o capítulo observa a Política de Preservação do Patrimônio Cultural (Lei Complementar nº2 de 2021). Juntamente a isso, há a apresentação do contexto atual de reabilitação dessa área histórica, reverberados pela Lei do Recentro (Lei 18.869 de 2021) e pelas ações do Gabinete do Centro do Recife. Dentro desse contexto, são feitas reflexões críticas sobre aspectos positivos ou de ameaças de gentrificação potencializados por essas iniciativas. Em paralelo às reflexões sobre esse contexto, é trazida uma análise crítica sobre três processos colaborativos visando a participação social na preservação do patrimônio cultural, o Guia (co)Memorativo da Boa Vista (2021), a Declaração de Significância Autenticidade e Integridade (2021) e o Dossiê do Minhocão (2019). No final do capítulo serão trazidas estratégias metodológicas para basear construções e reflexões acerca de processos colaborativos no contexto de Santo Antônio.

## 2 SANTO ANTÔNIO: A FORMAÇÃO DE UM SÍTIO HISTÓRICO E AS DISPUTAS SOCIOESPACIAIS NA SUA URBANIDADE

Figura 4 - Praça da Independência



Fonte: Autoria própria, 2022.

Lugar que integra a formação da urbanidade do Recife, Santo Antônio forma, junto com São José, seu bairro irmão, o maior sítio histórico do município, a ZEPH-10. Essa grandeza pode ser afirmada tanto pela extensão territorial desse sítio, como pela quantidade de bens culturais que a compõem. Dentre estes bens estão imóveis de destaque, espaços públicos e a efervescência das dinâmicas sociais locais, como expressões tradicionais, saberes e fazeres, objetos e celebrações.

Santo Antônio, como todo ambiente urbano, é orgânico e em constante transformação. Importante destino de planos de desenho urbano dos séculos XVII ao XX, a área hoje é tida, por muitos, como lugar esquecido e abandonado e está mais uma vez no foco de modificações de ordem urbanística.

Vale pontuar que especificamente na área delimitada para os estudos desta pesquisa, a paisagem que transborda desse lugar é resultado de sucessivas intervenções de remodelação urbana ao longo do século XX. Tais

ações ocorreram em decorrência do crescimento da área central e da expansão urbana do Recife. A partir disso, surgiram os argumentos em prol da modernização e da abertura de vias que suportassem os novos fluxos. O resultado dessas modificações é o traçado do conjunto da Praça da Independência com a Avenida Guararapes, que se articula com o eixo antigo da cidade "Maurícia" composto pela 1ª de Março e Rua Nova, por meio das pontes Duarte Coelho, Boa Vista e Maurício de Nassau, a ilha que interliga ao Bairro do Recife e à Boa Vista.

Neste capítulo será feito um mergulho, ora superficial, ora profundo, sobre o processo formação desse conjunto, os jogos de interesse nas ocupações, desocupações e expulsões que se relacionam com esse lugar. Ou seja, será observado sobre quais usos estiveram no processo de formação do lugar, quais dinâmicas sociais formaram a estrutura urbana da atualidade e como se chegou no contexto existente atualmente nessa área estudada.

Sendo assim, a compreensão da situação atual desse complexo território é construída a partir de observações sobre seus usos e dinâmicas urbanas. A partir disso, será feita a leitura das ações diversas de cunho público e privado recentemente destinadas a esse lugar, a fim de compreender seus pontos positivos e/ou possíveis ameaças, bem como de entender como a população atualmente relacionada ao território está envolvida nesses processos de mudança atualmente empreendidos.

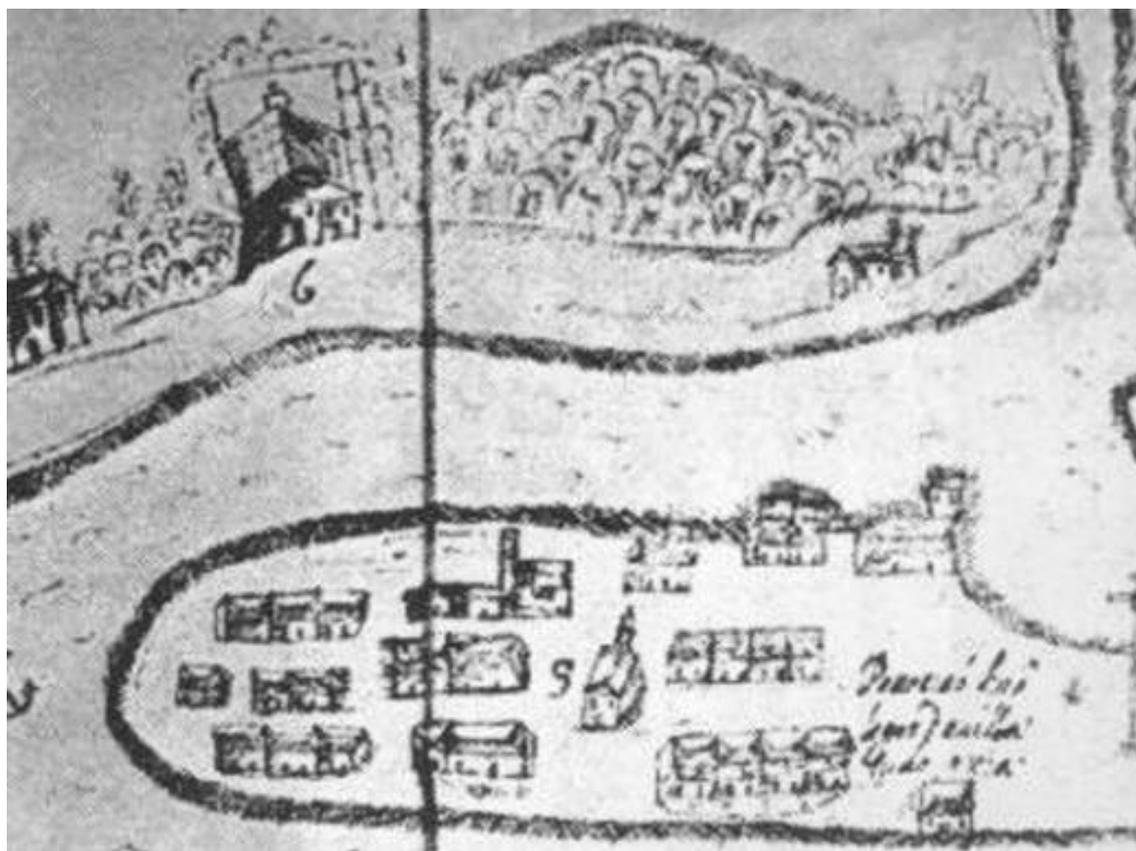
## **2.1 A formação da urbanidade do Recife: Santo Antônio no nicho do crescimento da cidade**

Situado na porção norte de uma das ilhas que compõem a cidade do Recife, na Ilha de Antônio Vaz, Santo Antônio é um conjunto urbano cuja formação atual é resultado da sobreposição de camadas configuradas em diferentes momentos históricos no seu processo de construção e ocupação.

A ocupação colonizadora de Santo Antônio tem como marco inicial a construção do Convento Franciscano de Santo Antônio, solicitada pelos moradores do povoado do Recife à coroa portuguesa em 1606, concluída entre 1612 e 1613 (GUERRA, 1960, p. 157). No registro cartográfico de 1609 é possível

ver a ocupação incipiente da localidade de Santo Antônio. Embora possua grafia imprecisa, a gravura realizada pelo português Diogo Moreno (Figura 5) ilustra a construção do convento e o surgimento de um casario na Ilha de Antônio Vaz (MENEZES J. L., 1988).

Figura 5 - Ilustração do Recife em 1609.



Fonte: Acervo Nacional da Torre do Tombo, Lisboa.

Após a invasão holandesa, foi construído, sobre o Convento de Santo Antônio, o Forte Ernesto, que ficou também conhecido como Forte de Santo Antônio. A ocupação da Companhia das Índias Ocidentais, fez com que a área começasse a ser urbanizada pelos flamengos, que expandiram a ocupação do centro do Recife, inicialmente concentrada no Bairro do Recife, conforme consta na planta de 1631 (

Figura 6). Nesse contexto, foi feito o Plano Holandês para a Cidade Maurícia (Figura 7), cujo objetivo era de possibilitar o estabelecimento dos holandeses no estado de Pernambuco.

Figura 6 - Planta do Recife em 1631.



Fonte: Reis Filho, 2000.

Figura 7 - Extrato da Planta do Recife "Mauritiopolis", de 1647.



Fonte: Acervo Brasileira Iconográfica.

O plano desse território definiu os primeiros eixos que estruturaram o tecido urbano. Na carta, é possível ver, na área de Santo Antônio, o traçado do

referido forte, a demarcação das quadras e dos palácios da Boa Vista e de Friburgo. Os caminhos formados com a ocupação dos flamengos possibilitavam a conexão de elementos importantes na então cidade maurícia, como instituições, espaços públicos e fortificações de defesa. Com a presença dos flamengos houve um crescimento urbano do centro do Recife de forma acelerada. As dinâmicas econômicas potencializaram o movimento do porto da cidade e a expansão do centro urbano para Santo Antônio tornou essa área o centro político e administrativo da ocupação dos holandeses, conforme aponta (REYNALDO, 2017, p. 60); (DPPC, 2020).

Figura 8 - "Mauritiopolis", por Frans Post, de 1647.



Fonte: Acervo Brasileira Iconográfica.

Foi nesse processo que houve a primeira construção da atual Ponte Maurício de Nassau, ilustrada na porção direita na gravura da Figura 8, interligando a Ilha de Antônio Vaz ao Bairro do Recife. Tal conexão foi fundamental no processo de formação do bairro, sendo esta a ponte mais antiga do Recife. Com estrutura inicialmente de madeira, a ponte possibilitou o transporte de mercadorias e trânsito de pessoas por esses importantes eixos

mencionados anteriormente. Fato é também que a Ponte Maurício de Nassau se tornou um espaço de sociabilidade, onde, posteriormente à saída da Companhia das Índias Ocidentais, houve a ocupação de pequenos comércios ao longo de sua estrutura.

Após a expulsão da companhia das índias ocidentais, em 1654, mesmo com a destruição das construções flamengas, parte desse traçado urbano se manteve. Nesse contexto, observa-se que a área definida para o estudo dessa pesquisa é o resultado de um tecido urbano cuja formação primitiva vem do referido plano da cidade Maurícia. Foi desse primeiro plano urbanístico realizado no Recife quando surgiram as formações urbanas que configuram o atual eixo da Ponte Maurício de Nassau, Rua 1º de Março, Praça da Independência e Rua Nova. O espaço livre da atual Praça da Independência exerceu um papel estruturador do conjunto urbano enquanto espaço público. A área faz parte de um dos eixos formadores do bairro, que conecta Santo Antônio ao Bairro do Recife e à Boa Vista, tendo se caracterizado historicamente pelo uso comercial (REYNALDO, 2017). De acordo com Reynaldo:

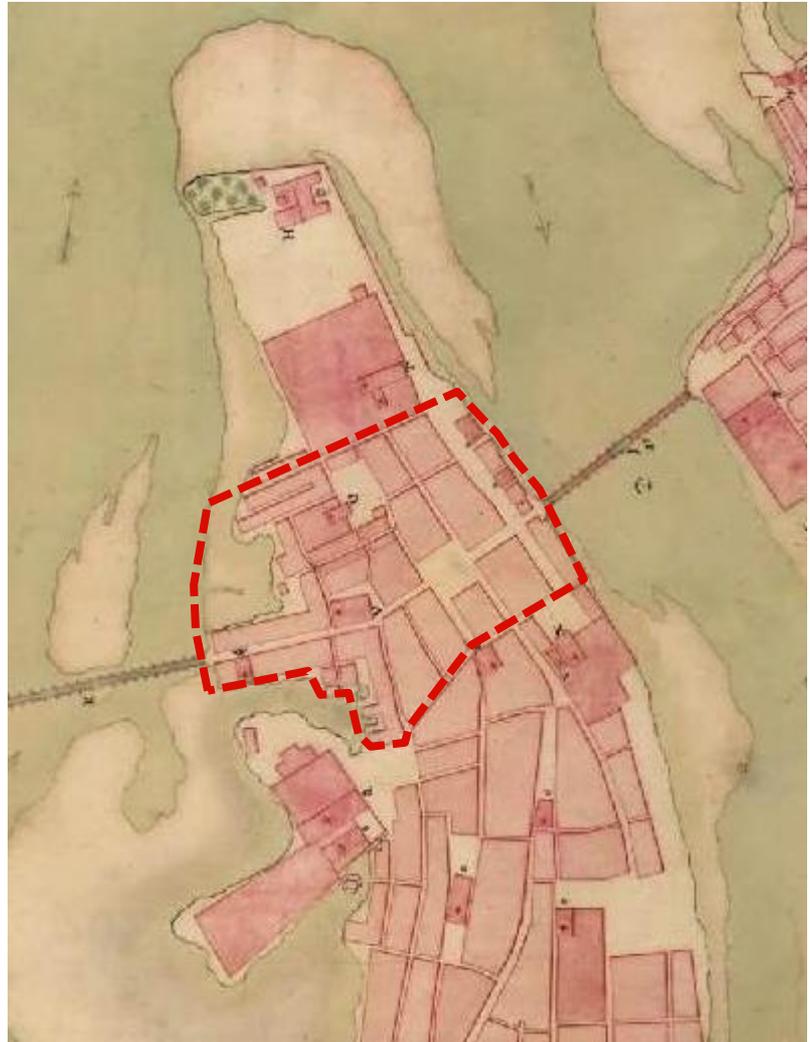
O traçado das ruas no âmbito norte do plano de 1639 corresponde às ruas de 1932, que conformam a Praça da Independência, antiga do Polé e nó de articulação do projeto holandês, como centro urbano comercial. (REYNALDO, 2017, p. 71)

Quando houve a expulsão dos holandeses, a ocupação dessa área passou a ser regida sob as práticas de urbanização portuguesa. O crescimento passou a ser mais lento, uma vez que a sede administrativa da capitania voltou para Olinda, culminando com a Guerra dos Mascates (1710-1711). O conflito aconteceu tendo em vista que os ricos comerciantes do centro comercial do Recife não aceitavam a ordem de importância com a cidade de Olinda em prioridade (MENEZES L. R., 2022).

Conforme traz Menezes (2022), esses conflitos contribuíram para um momento de crise econômica na Capitania de Pernambuco, que foi intensificada em razão da descoberta dos minérios na região sudeste do Brasil, quando a coroa portuguesa transferiu investimentos para a ocupação de

outros territórios. Isso fez com que a reconstrução do centro do Recife, após a saída dos flamencos, se desse de forma lenta ao longo do século XVIII.

Figura 9 - Planta do Recife de 1776.



Fonte: Biblioteca Nacional de Portugal

Ainda assim, ao longo século XVIII, estabelecia-se uma dinâmica urbana movimentada. As quadras de Santo Antônio tinham, junto à concentração do uso comercial, a presença de templos católicos referenciais. No foco desse conjunto, delimitado em vermelho na figura, havia o espaço público quadrangular era a Praça do Mercado (atual Praça da Independência), contornado por um conjunto de ruas, das quais vale destacar a Rua do Cabugá, a Rua do Rosário e a Rua Barão da Vitória, que é a conhecida Rua Nova atualmente (PEREIRA DA COSTA F. A., 1953, p. 13). Esse conjunto de eixos viários compunha a dinâmica central movimentada pelo comércio e o uso

residencial do centro do Recife no século XVIII, caracterizando a dinâmica da vila do Recife que crescia cada vez mais a partir da força de trabalho das pessoas escravizadas, que serviam à dinâmica comercial e à indústria açucareira.

Ao longo dos séculos XVIII e XIX, a Rua Sigismundo Gonçalves foi moradia da elite política do Recife, onde ocorreram reuniões entre grupos participantes da Revolução Pernambucana de 1817 (PEREIRA DA COSTA F. A., 1953, p. 14), inicialmente conhecida como Rua dos Carvoeiros<sup>2</sup>, essa via ficava entre a Rua Barão da Vitória (Rua Nova) e a Praça da Polé (Praça da Independência). Essa dinâmica urbana tinha, portanto, tanto a presença da elite, quanto dos seus escravizados e dos comerciantes (dentre eles africanos libertos) do Mercado Público (situado desde a ponte até a praça) que configurava o espaço da praça, conforme destaca Pereira da Costa (1953):

Quase todas as tardes saía a passeio com algum dos seus escravos até a praça da Polé (hoje da Independência), que então servia de mercado público, e procurava comprar canas, coisa que apreciava, pedindo sempre à pessoa que as vendia que as esbrugasse.

[...]

As pretas quitandeiras, que vendiam na praça, festejavam-no muito, e gostavam de ouvi-lo falar, pelo que começaram a chama-lo: o Senhor Quebugá. [...] (PEREIRA DA COSTA F. A., Anais pernambucanos 1740-1794 vol. VI, 1953, p. 16)

Na primeira metade do século XVIII, na Rua Nova<sup>3</sup>, houve a construção da Igreja de Nossa Senhora da Conceição dos Militares em 1725, composta por suntuosos ornamentos revestidos tinturas de ouro e um painel representativo da primeira Batalha dos Guararapes, datado também do século XVIII.

Nas proximidades da praça, em 1777 foi concluída também a atual Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos, cuja construção iniciou-se ainda em 1725 (GUERRA, 1960, p. 105). Vale ressaltar que o templo religioso tinha essa sede em Santo Antônio desde os fins do século XVII,

---

<sup>2</sup> O nome Rua dos Carvoeiros se dá em razão da existência da antiga Casa da Pólvora, que se situava nas imediações da atual igreja Matriz de Santo Antônio. Foram identificados alguns títulos para essa rua ao longo de sua existência: Rua dos Carvoeiros, Rua do Cabugá e Rua Sigismundo Gonçalves.

<sup>3</sup> Então conhecida como Rua Nova da Casa da Pólvora. A rua se originou com a construção da Ponte da Boa Vista (PEREIRA DA COSTA, 1953, p.41).

conforme aponta Pereira da Costa (PEREIRA DA COSTA F. A., Anais pernambucanos 1740-1794 vol. VI, 1953, p. 151). A igreja foi construída pela Irmandade dos Homens Pretos, sobre tal fato, é importante demarcar que esta era uma irmandade formada por pretos e pretas libertos, vindos de nações africanas. Guerra (1960) bem descreve o contexto do surgimento da irmandade, onde:

Os negros que começaram a ser transportados como escravos para o Brasil, procediam das mais diversas tribos ou *nações* africanas, como as Benguela, Cambindas, as Angolas, as Cassanges, as Moçambiques, as Congos e muitas outras. E cada uma destas nações tinha o seu dialeto, seus costumes, ritos sagrados religiosos, etc. Transportados para terras longes e estranhas, como humilhantes escravos, uniam-se então na dor e na miséria, constituindo-se muitas vêzes em novas nações, com costumes mesclados, a receber influências dos hábitos isolados de cada uma, ritos ancestrais, adaptados e harmonizados com o novo meio-ambiente e sua condição de escravos. (GUERRA, 1960, p. 107).

Figura 10 – Rua Larga do Rosário, 1880.



Fonte: Acervo Instituto Moreira Sales.

A irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos, que construiu a referida igreja, fazia procissões procissões, com músicas e bailados, sendo esta uma importante manifestação das pessoas vindas do continente africano durante o período colonial, que, no entanto, foi proibida

em 1831 (PEREIRA DA COSTA F. A., 1953). A existência dessa irmandade foi muito importante para a cultura local na relação da ancestralidade afrodiaspórica, seus membros eram africanos libertos que tinham poder e ascensão social dentro do contexto vivido (COSTA, 2013). Nesse sentido, o agrupamento social dessa irmandade pode ter propiciado não somente a prática da religião católica, mas as relações do sincretismo religioso e o fortalecimento das memórias trazidas pelos migrantes do continente africano tanto enquanto escravizados como também libertos. Era no espaço da irmandade que as pessoas vindas forçadamente do continente africano conseguiam construir laços e celebrar suas tradições ancestrais, o que ocorria por meio de uma busca de identidade, permeada pela oportunidade de sociabilidade. Conforme aponta Paola Santana (2005) "A igreja onde tais irmandades eram acolhidas foi centro do local possível das influências africanas emergirem, representavam, portanto, os primeiros terreiros de candomblé".

Foi na Igreja do Rosário onde ocorreram tradicionalmente as coroações de Reis do Congo<sup>4</sup>, atualmente, os maracatus nação mantêm a prática. Nesse contexto, a presença da irmandade dos homens pretos, a partir dessas celebrações para Reis de Congo, pode ser diretamente associada ao surgimento do maracatu nação (SANTANA, 2005).

Conforme demonstra o INRC para o registro do Maracatu Nação enquanto expressão cultural, os cortejos em homenagem a reis negros foram realizados durante boa parte do período colonial por negros libertos e escravos, o que fazia parte de comunidades étnicas e religiosas (IPHAN, 2014).

Ribeira do mar dos arrecifes dos navios  
Por tua beleza a que te reverencio  
Vim da África e angola  
Eu aqui fui coroadado  
Nação Negra do Congo

---

<sup>4</sup> Os Reis de Congo eram os representantes das irmandades negras, o título era dado por meio de eleição e coroação, este, era reconhecido, de certa forma, pelas autoridades portuguesas (IPHAN, 2014).

Do povo de Nossa Senhora do Rosário

Aos pretos vou cantando a minha loa...

(IPHAN, Dossiê de Registro Maracatu Nação - INRC, 2014)

No século XIX, a compreensão do termo Maracatu Nação versava sobre as manifestações religiosas ocasionadas nas festas da Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos, conforme demonstra o Dossiê de Registro do Maracatu Nação:

Em Pernambuco, no século XIX, eram chamados de nações, grupos ou reuniões de negros que se reuniam para batucar, principalmente em dias de festa em devoção a Nossa Senhora do Rosário e a prática que executavam era denominada de *maracatu*. (IPHAN, Dossiê de Registro Maracatu Nação - INRC, 2014)

Tal fato representa a fundamental relevância desse templo e do seu entorno, não somente por sua arquitetura, mas para a construção e reafirmação de identidades das pessoas vindas de diferentes países do continente africano.

Outra construção marcante na paisagem do período colonial do conjunto aqui estudado no bairro Santo Antônio é a Igreja Matriz de Santo Antônio. Situada na Avenida Dantas Barreto, a matriz foi construída no mesmo contexto histórico que as outras duas igrejas supracitadas. Edificada pela Irmandade do Santíssimo Sacramento, a Matriz de Santo Antônio é um templo que ressignificou um espaço outrora ocupado pelos holandeses, assim como foi o caso da Igreja de Nossa Senhora da Conceição dos Militares. A construção foi iniciada em 1753 e findada completamente em 1790 (GUERRA, 1960), ostentando também traços barrocos e grandes dimensões.

Figura 11 - Rua do Crespo, Igreja Matriz de Santo Antônio ao fundo, 1828.



Fonte: Acervo Instituto Moreira Sales.

A igreja Matriz de Santo Antônio tem no seu histórico um legado relacionado à política local, onde eram realizadas eleições para deputados e senadores durante boa parte do século XIX. Nessa igreja também há um cemitério onde pessoas importantes da política e das classes mais abastadas costumavam ser enterradas (GUERRA, 1960); (PEREIRA DA COSTA F. , 1958, p. 539).

Os templos religiosos foram de importante influência no processo de urbanização e de sociabilidade do centro do Recife. Era nas igrejas onde havia reuniões das irmandades, celebrações e atividades não religiosas, como festejos e eleições políticas. No casario do entorno dessas construções barrocas imponentes<sup>5</sup> havia dinâmicas locais das relações sociais, o comércio e a prática de expressões culturais locais. Conforme apontado, um dos exemplos é o maracatu nação, proveniente das coroações de reis de congo até hoje sediados na Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos.

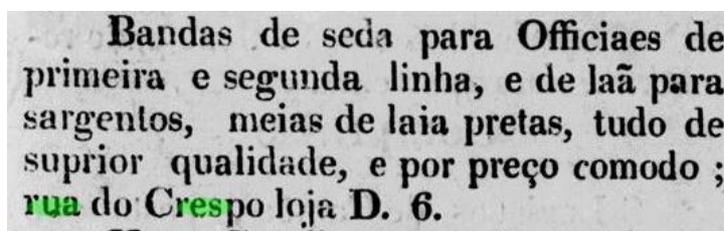
Assim, as ruas eram compostas por sobrados que se relacionavam com o uso comercial. Uma das mais movimentadas ruas era a Rua do Crespo (Figura 11), hoje não mais existente em sua totalidade, após reformas implantadas no

---

<sup>5</sup> Para além dos templos aqui descritos, também, a partir do século XVIII, compunham o território de Santo Antônio: a Igreja do Livramento, a Igreja do Carmo e de Santa Teresa. Estas, não estão dentro da área estudada dessa pesquisa.

território (sobre as quais será tratado mais adiante). A Rua do Crespo, atual Rua 1º de Março, compunha o eixo comercial junto com a Praça da Independência e a Rua Nova. Em arquivos de jornais do século XIX disponíveis da Hemeroteca da Biblioteca Nacional, constam milhares de anúncios para negociações de venda e aluguel sítios ou edifícios, venda de aviamentos, livros (Figura 12). Conforme já apontado, o lugar fazia parte da dinâmica escravocrata, nesses mesmos jornais, boa parte dos anúncios estavam voltados para venda de pessoas escravizadas ou de busca de fugitivos desse sistema escravocrata (Figura 13 e Figura 14).

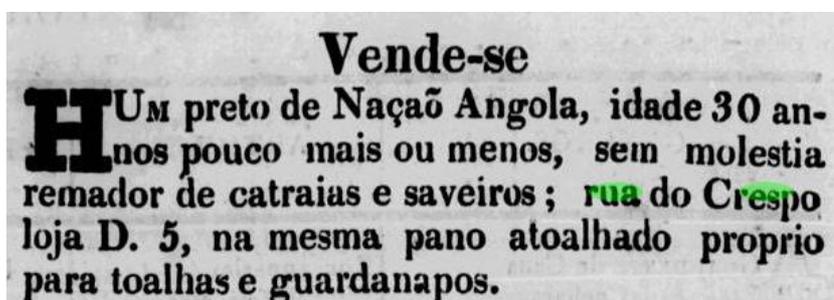
Figura 12 - Anúncio de venda de aviamentos na Rua do Crespo, em 1829



**Bandas de seda para Officiaes de primeira e segunda linha, e de laã para sargentos, meias de laia pretas, tudo de superior qualidade, e por preço comodo ; rua do Crespo loja D. 6.**

Fonte: Diário de Pernambuco, 22 de setembro de 1829 Disponível em: <[https://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=029033\\_01&pesq=%22rua%20do%20crespo%22&hf=memoria.bn.br&pagfis=1363](https://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=029033_01&pesq=%22rua%20do%20crespo%22&hf=memoria.bn.br&pagfis=1363)>. Acesso em 16 de setembro de 2023.

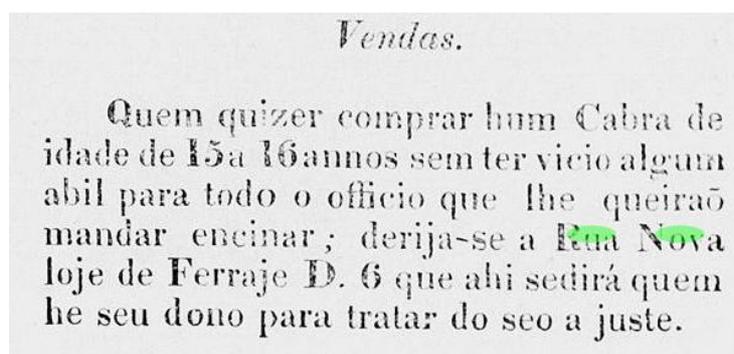
Figura 13 - Anúncio de venda de escravo na Rua do Crespo em 1829



**Vende-se**  
**HUM** preto de Nação Angola, idade 30 annos pouco mais ou menos, sem molestia remador de catraias e saveiros ; rua do Crespo loja D. 5, na mesma pano atalhado proprio para toalhas e guardanapos.

Fonte: Diário de pernambuco, agosto de 1829 <[https://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=029033\\_01&pesq=%22rua%20do%20crespo%22&hf=memoria.bn.br&pagfis=1289](https://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=029033_01&pesq=%22rua%20do%20crespo%22&hf=memoria.bn.br&pagfis=1289)>. Acesso em 16 de setembro de 2023.

Figura 14 - Anúncio para venda de escravos na Rua Nova, ano de 1829



*Vendas.*

Quem quizer comprar hum Cabra de idade de 15a 16annos sem ter vicio algum abil para todo o officio que lhe queiraõ mandar encinar ; derija-se a Rua Nova loje de Ferraje D. 6 que ahi sedirá quem he seu dono para tratar do seo a juste.

Importa observar que um dos antigos nomes da Praça da Independência, Praça da Polé, era assim chamado em referência à polé que se situava em sua centralidade. A Polé, alocada na praça durante o século XVIII, era um instrumento de tortura de pessoas escravizadas existente no período colonial (PEREIRA DA COSTA F. A., 1953, p. 138). Ou seja, parte das memórias que o lugar carrega são as fortes cicatrizes da escravidão e dos sofrimentos ocorridos no território do centro do Recife<sup>6</sup>.

Não necessariamente por acaso, a referida polé estava situada bastante próxima à Igreja do Rosário dos Homens pretos. Esse pequeno recorte demonstra como a área central do Recife, que embora possibilitasse o desenvolvimento da sociabilidade de pessoas libertas vindas do continente africano ou descendentes, fazia o uso constante de instrumentos de repressão e tortura para pessoas escravizadas ou fugidas. Esse ambiente sempre foi, portanto, delimitado pelos lugares de poder e exclusão social existentes na urbanidade desde o século XIX.

Conforme anteriormente apontado, a Praça da Polé era um espaço público proveniente da urbanização implantada pela Companhia das Índias Ocidentais. Em conexão com a Ponte Maurício de Nassau, possuía uma forte dinâmica do comércio mascate, com pontos distribuídos sobre a ponte, que foram transferidos para a praça, formando um dos primeiros mercados públicos da cidade do Recife.

A área, que hoje é a Praça da Independência, é um dos mais antigos espaços de sociabilidade do centro do Recife, já recebeu o nome de Praça da Polé - conforme supracitado -, Praça do Mercado, Praça da União e é atualmente conhecida como Pracinha do Diário. No século XVIII, com reformas empreendidas pelo governo da época foram construídas 63 casas de pequeno porte para venda de produtos de mercearia, configurando o mercado da praça.

---

<sup>6</sup> Fonte: Diário de Pernambuco, 1967. Disponível em: <  
[https://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=029033\\_14&pesq=%22pra%C3%A7a%20da%20pol%C3%A9%22&hf=memoria.bn.br&pagfis=49423](https://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=029033_14&pesq=%22pra%C3%A7a%20da%20pol%C3%A9%22&hf=memoria.bn.br&pagfis=49423)>.

Conforme mencionado, esse aglomerado urbano possuía como eixo o caminho composto pela Ponte do Recife (atual ponte Maurício de Nassau), Rua do Crespo/Sigismundo Gonçalves, Rua Nova e Ponte da Boa Vista, tratando-se do mais movimentado eixo da cidade, onde o comércio era uma das referências de uso. Conforme consta em uma edição comemorativa do Jornal Diário de Pernambuco, antes sediado na Praça da Independência, o movimento do comércio e das manifestações políticas era intenso na primeira metade do século XIX, onde:

A Praça da Polé, onde outrora se erguia medievalmente a polé, é animada por um comércio vivo de lojistas e bazares. E nas vendas o burguês, depois de comprada a carapitanga ou a cioba fresca para a ceia ao ar livre, na calçada de casa, á luz da lua que faz brulhar o roxo e o verde dos pratos da China, compra e manda levar pelo moleque o queijo flamengo ou a lata de biscoitos para os meninos. (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 1968)<sup>7</sup>

A Ponte do Recife, construída no período holandês foi a primeira travessia sobre o Rio Capibaribe na cidade. A estrutura dessa passagem, que hoje é a Ponte Maurício de Nassau, que conforme pontuado, era inicialmente de madeira e possuía maior extensão. Por ela transitavam todos os grupos sociais da vila do Recife, inicialmente, cobrava-se uma taxa para passar na ponte (PEREIRA DA COSTA F. A., 1952, p. 143).

Essa ponte passou por reformas no século XVIII, recebendo uma nova estrutura, onde havia câmaras voltadas para o comércio disponíveis para o aluguel de mercadores. Essa locação tinha o rendimento destinado à manutenção da estrutura da travessia. Sendo assim, a ponte era um espaço de comércio entre as ilhas do Recife e de Antônio Vaz, onde havia bastante movimento de pessoas e carruagens. No início do século XIX, esta ponte esteve em estado de arruinamento, até que desabou completamente com o passar dos anos, tendo sido substituída por uma estrutura em ferro e concreto, passando a ser chamada de Ponte Sete de Setembro (PEREIRA DA COSTA A. F., 1953). Os pontos comerciais, antes existentes ao longo dessa ponte foram

---

<sup>7</sup> Edição de 7 de novembro de 1968. Fonte: Hemeroteca Digital Brasileira, Biblioteca Nacional, disponível em: [https://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=029033\\_14&Pesq=%22pra%c3%a7a%20da%20pol%c3%a9%22&pagfis=64624](https://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=029033_14&Pesq=%22pra%c3%a7a%20da%20pol%c3%a9%22&pagfis=64624) >

transferidos para a Ribeira do Peixe, espaço que veio a ser o tradicional Mercado de São José<sup>8</sup>.

Como dito anteriormente, a Rua Nova se origina a partir da construção da Ponte da Boa Vista e da Igreja de Nossa Senhora da Conceição dos Militares. A rua era lugar de encontro de pessoas importantes, onde havia lojas de luxo para a venda de joias, alta costura, relógios, dentre outros artigos que simbolizavam status de riqueza. Nesse referido eixo histórico, a Rua Nova é o trecho que mantém até hoje a força do uso comercial, ainda que apresente vários imóveis vazios e lojas fechadas atualmente.

Figura 15 - Ponte Sete de Setembro, atual Ponte Maurício de Nassau, 1863



Fonte: Luiz Schlappitz, 1863/ Acervo Brasileira Iconográfica.

Figura 16 - Rua Nova, 1855

---

<sup>8</sup> Fonte: Diário de Pernambuco, acervo da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Disponível em: <[https://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=029033\\_14&Pesq=%22pra%c3%a7a%20da%20pol%c3%a9%22&pagfis=72427](https://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=029033_14&Pesq=%22pra%c3%a7a%20da%20pol%c3%a9%22&pagfis=72427)>.



Fonte: Acervo Instituto Moreira Sales.

Para além desses lugares referenciais então descritos, a área aqui apresentada possuía uma morfologia de ruas tortuosas, becos e pátios ainda no início do século XX. Esses percursos eram surpreendidos pelos largos que formavam espaços livres, conforme é possível observar nas referências da Planta do Recife de 1906 (Figura 17), como é o caso da Praça Saldanha Marinho (13), do Largo do Paraíso (14) e da Praça do Sol (22) e a Praça da Independência (8).

Figura 17 - Área de Santo Antônio na Planta do Recife de 1906



Fonte: Douglas Fox, Acervo Compesa.

Conforme se observa também na planta apresentada, a área que hoje é ocupada pela Avenida Guararapes, Praça da Independência e Avenida Dantas Barreto era anteriormente formada por quadras de pequenas dimensões e ruas estreitas, aos moldes da urbanização dos colonizadores portugueses, conformadas no entorno dessas igrejas católicas.

Figura 18 - Vista superior de Santo Antônio (em primeiro plano) e da Boa Vista (ao fundo), 1913



Fonte: Arquivo Nacional.

Dentre as ruas e largos antes existentes, esventrados para reformas viárias e a implantação de novos edifícios, estão: a Rua do Crespo, Rua Sigismundo Gonçalves, Rua das Laranjeiras, Rua das Trincheiras, Praça Saldanha Marinho, Largo do Paraíso, Rua Major Agostinho Bezerra e Rua General Abreu e Lima. Esse ambiente urbano, sobretudo na região da atual Praça da Independência e Rua Nova, tinha um comércio bastante forte, com lojas de luxo, voltadas para um público de maior poder aquisitivo, as quais estão registradas nas fotografias da Figura 19 e da Figura 20. Além de possuir um grande adensamento residencial, junto com o Bairro do Recife e o bairro de São José.

Figura 19 - Rua Sigismundo Gonçalves, 1910, vista a partir da Igreja de Santo Antônio



Fonte: Recife de Antigamente.

Figura 20 - Rua Sigismundo Gonçalves, 1914, vista a partir da antiga praçinha



Fonte: Acervo Brasileira Fotográfica.

## 2.2 A remodelação do centro do Recife e o esventramento<sup>9</sup> do tecido urbano da cidade colonizada

Figura 21 - Demolições e construções de edifícios na Avenida 10 de Novembro (atual Avenida Guararapes)



Fonte: Benício Dias, 1942 (MALTA & ARAÚJO, 2015)

Ao longo da primeira metade do século XX, esse tecido urbano surgido da cidade colonizada passou por mudanças significativas. Entre as possíveis razões que justificam essas alterações, podem ser associados alguns fatores. Dentre eles estão as normativas urbanísticas para o ordenamento da cidade nas primeiras décadas do século XX, como a Lei nº 1.051 de 1919 e o Decreto nº374 de 1936, conforme aponta o Diagnóstico de Santo Antônio e São José (DPPC, 2019), que propiciaram a aplicação de maior adensamento construtivo e verticalização nas áreas centrais. Outro ponto é a dita "decadência urbana" do centro do Recife, utilizada como argumento para permissividade de grandes reformas ressignificativas de um ambiente urbano que não mais se encaixava aos padrões exemplares de urbanidade para uma área central de referência econômica, segundo os discursos correntes na

---

<sup>9</sup> Termo empregado pelo urbanista Gaston Bardet (BARDET, 1937), o esventramento (*éventrement*) faz alusão à destruição de boa parte de um tecido/organismo urbano antigo para abertura de novas vias e novas construções.

época (REYNALDO, 2017). Este último fato se alia à tendência mundial na abertura de avenidas e renovação dos centros urbanos das cidades e o desejo local de se assimilar às tendências do planejamento urbano europeu.

Nesse contexto, vale também pontuar o crescimento populacional e econômico acelerado que se dava nesse contexto temporal na cidade do Recife. Com o aumento do fluxo de pessoas, veículos particulares e coletivos, surgiram os primeiros congestionamentos e, com isso, os argumentos de renovação do tecido urbano que, dentro da narrativa urbanística da década de 1920, era necessária uma remodelação para suportar o crescimento e expansão do Recife.

Destarte, a partir de uma mentalidade higienista e moderna, pela renovação da estrutura urbana colonial do início do século XX, foram elaborados diferentes planos de remodelação para áreas centrais da cidade do Recife. Em 1926 e em 1927 foram apresentados planos de remodelação da Ilha de Antônio Vaz, elaborados por Domingos Ferreira e sua equipe. Tal plano, embora não tenha sido colocado em prática, serviu como base para redesenhos posteriores, até à proposta colocada em prática a partir da década de 1940. A remodelação de Santo Antônio é resultado de sucessivas discussões no âmbito do urbanismo e da preservação dos então reconhecidos monumentos da cidade. Durante esse processo, houve o diálogo com a visão de Alfred Agache, que participou da remodelação da cidade do Rio de Janeiro e veio ao Recife em 1927, no entanto sua contratação não se concretizou (REYNALDO, 2017). Nas décadas de 1920 e 1930, eram diversas as análises sobre a estrutura urbana desse conjunto, acompanhadas de reflexões acerca do que seria feito para sua modernização.

Sendo assim, questões sobre saneamento e soluções técnicas do urbanismo moderno assumiram um papel notável no debate cultural do Recife. Sanear as áreas habitadas e solucionar os congestionamentos era uma prioridade. Conforme aponta Moreira (1997) "esse debate proporcionou uma série de planos, propostas, estudos, sugestões e formulações teóricas que procuravam construir uma cidade moderna". O autor destaca, dentre os

urbanistas que endossavam os debates: Nestor de Figueiredo, Attílio Correia Lima e Ulhôa Cintra. Nesse contexto, também de acordo com Moreira e com o que foi aqui apontado anteriormente, Santo Antônio era um bairro que se configurava, para os planejadores, enquanto sede das dinâmicas socioespaciais das elites, com igrejas, monumentos e espaços públicos. Concomitantemente aos planos e soluções para o traçado urbanístico, o engenheiro Saturnino de Brito representou a autoria do plano que dotou a cidade com um “moderno sistema de esgotamento sanitário” (MOREIRA, 1997).

De um lado, havia o pensamento racionalista e higienista, onde a tipologia arquitetônica do sobrado era tida como impedimento para a modernização salubre de um ambiente urbano, ponto de vista apresentado por Agache durante sua breve estadia no Recife, em 1927. Para essa perspectiva, a solução posta era a de inserção de novos tipos construtivos, alargamento viário, renovação urbana, arrasando o tecido urbano existente.

Vale destacar que essa dinâmica de novas urbanizações propiciou a expansão da cidade, com a construção de vias como a Avenida Boa Viagem, a Estrada dos Remédios, Visconde de Albuquerque e José Bonifácio. Elas hoje são avenidas estruturantes no Recife, pois formaram núcleos de crescimento urbano e o crescimento significativo da mancha urbana. Ao mesmo tempo que essas expansões ocorreram, o núcleo antigo, Bairro do Recife, Santo Antônio, São José e Boa Vista, expandiram até os seus limites. Nessa dinâmica, os terrenos foram ficando cada vez mais escassos. Por isso, o desejo de remodelação em Santo Antônio no contexto do pensamento urbanístico moderno, vem acompanhado de estratégias de verticalização, para que o adensamento urbano pudesse ser efetivado (MOREIRA, 1997)

Por outro lado, havia um movimento dito tradicionalista em prol da preservação do traçado urbano antigo, cuja leitura da cidade incorporava uma poética e memorialista da vida na cidade colonial. Nessa circunstância, houve o 1º Congresso Regionalista do Nordeste, onde, dentre os debates presentes, estava o desafio de salvar os sobrados e monumentos frente às demandas higienistas. Nesse congresso, o arquiteto Nestor de Figueiredo faz a

conferência intitulada “Defesa da fisionomia das cidades do Nordeste” com o objetivo de defender planos de remodelação e de extensão urbana onde os valores tradicionais de cada lugar orientem as intervenções (REYNALDO, 2017, p. 188).

Desse modo, a visão protecionista da cidade colonial não deixou de ser trazida. Grupos de intelectuais em defesa do poético, da memória colonial, do dia a dia dos moradores e da identidade local explicitavam seus olhares de forma constante. Estiveram presentes no congresso os intelectuais Gilberto Freyre, Odilon Nestor, Nestor Figueiredo, Cícero Dias, Lula Cardoso Ayres, Ascenso Ferreira, Mário Mello, Amaury de Medeiros, dentre outros, conforme aponta Reynaldo (2017). Em um artigo do Diário de Pernambuco veiculado em 1925, abordou-se sobre este congresso, onde:

Reunirá, em Recife, o dia 7 de novembro, uma assembléa em defesa das nossas tradições [...] o Nordeste, pelas suas particularidades ethnologicas e pela vida comum de sua historia, constitue um bloco unido, vivendo das mesmas conquistas, defendendo aspirações communs, com costumes identicos [...].

As tradições morrem ás vezes, pela falta de conhecimento de sua razão e do seu valor.

O 1º Congresso Regionalista do Nordeste vae mostrar donde ellas se originaram, qual a sua importancia e que o seu desprezo equivale á amputação de um pedaço do que é nosso, ao desprezo de alguma cousa ainda superior a um pedaço de terra ou um bocado de gente, porque representa a conquista de gerações golpes de caracter e de intelligencia. (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 1º Congresso Regionalista do Nordeste, 1925)<sup>10</sup>.

O congresso foi um encontro representativo em defesa da arquitetura colonial e do reconhecimento da arquitetura local como parte da identidade do nordeste. Visando a adaptação das construções antigas para os novos usos e fluxos da cidade moderna, discussões do congresso tiveram a adoção de posturas em favor da conciliação entre a salubridade e a arquitetura colonial (REYNALDO, 2017, p. 187).

Esse pensamento tradicionalista esteve presente na formulação de pensamentos para a reforma de Santo Antônio ao longo das décadas de 1920

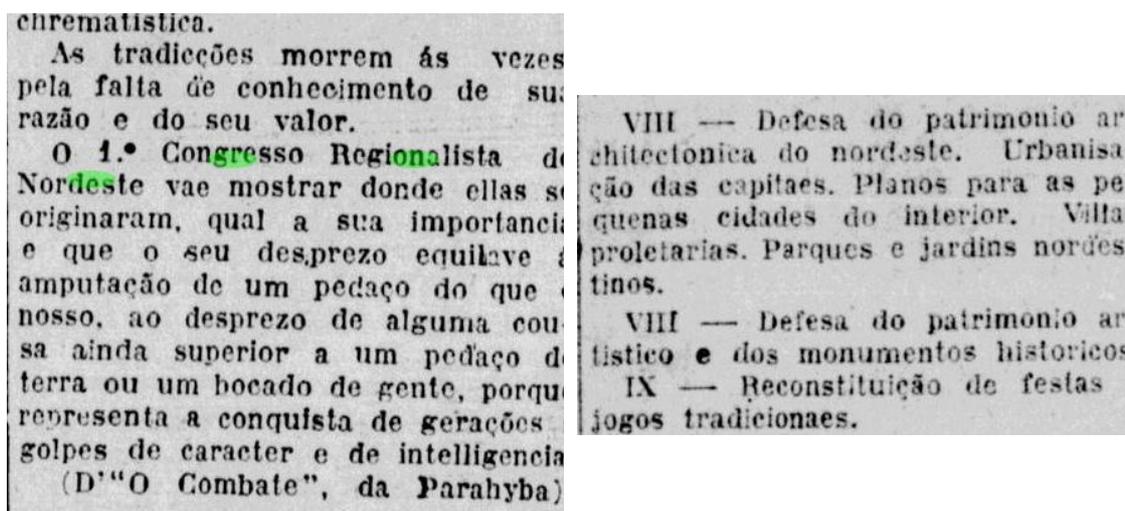
---

<sup>10</sup> Disponível em: < [https://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=029033\\_10&Pesq=%22congresso%20regionalista%20do%20nordeste%22&pagfis=14577](https://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=029033_10&Pesq=%22congresso%20regionalista%20do%20nordeste%22&pagfis=14577) >. Acesso em 18/11/2023.

e 1930, onde se pautava as renovações com a manutenção dos ditos valores essenciais. Estas seriam o que se representava do “são sentimento de brasilidade”, trazido por Nestor Figueiredo, ou seja, a sabedoria de escolher o que representa de fato a identidade local e o que pode ser substituído pelo progresso.

Com tal narrativa nas falas da intelectualidade tradicionalista, algumas pautas dos debates desse congresso se voltaram na definição do que seria a arquitetura tradicional e dos monumentos representativos da identidade da cidade. Conforme consta em artigos publicados no Diário de Pernambuco (1925), três temáticas se destacam no debate da preservação, além disso, é perceptível que uma das prioridades do congresso era a valorização das tradições e descoberta da identidade do nordeste, o que pode ser observado nos artigos destacados na Figura 22.

Figura 22 - Artigos do Diário de Pernambuco sobre o 1º Congresso Regionalista do Nordeste



Fonte: Acervo da Biblioteca Nacional/Coleção Digital de Jornais e Revistas - Diário de Pernambuco, setembro de 1925<sup>11</sup>.

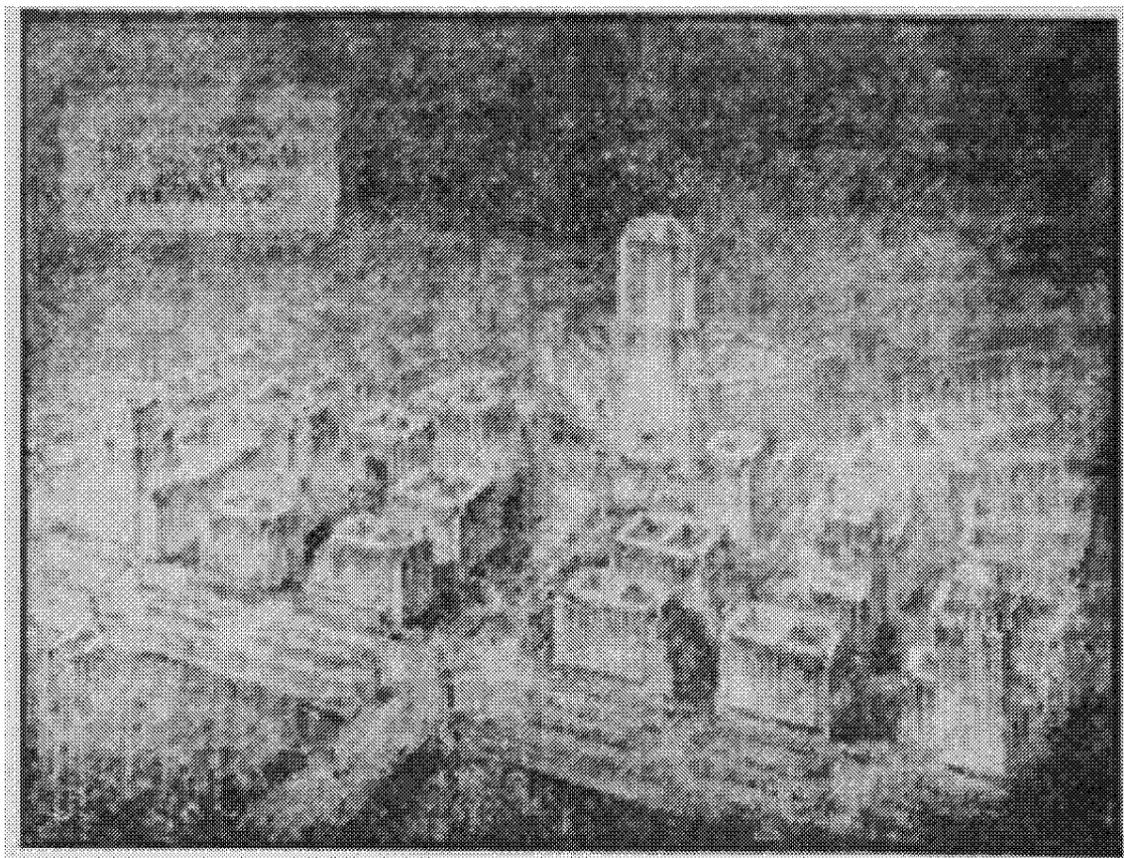
É interessante perceber que na reflexão compreendida nesse período estava contido um olhar em favor da leitura da identidade e da memória local, por meio das expressões culturais presentes na urbanidade. Por outro lado, em decorrência das reformas empreendidas, à luz dos preceitos modernos, a perda urbanística, arquitetônica, social e cultural foi imensurável.

<sup>11</sup> Disponível em: < [https://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=029033\\_10&Pesq=%22congresso%20regionalista%20do%20nordeste%22&pagfis=15814](https://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=029033_10&Pesq=%22congresso%20regionalista%20do%20nordeste%22&pagfis=15814) >. Acesso em 22/11/2023.

É curioso observar aqui o breve questionamento, a ser mais bem abordado no capítulo 4: como ampliar esse olhar sensível, historicamente absorvido da intelectualidade, para uma leitura dos significados a partir de quem faz esses lugares no dia a dia? Soa cíclica uma notícia de quase um século atrás, onde o diálogo acerca da proteção do que representa a identidade local está em destaque. Mas quem definia essa identidade? Quem definia o que era representativo? Quem definia a essencialidade? As demolições de quase um século atrás respeitaram a monumentalidade dos principais imóveis de destaque, definidos por esses grupos privilegiados. Dito isso, o ato de manter o ciclo de definir, entre técnicos, gestores e especialistas, quase unilateralmente, o que é importante a ser preservado, em detrimento do envolvimento contínuo da sociedade, põe em risco a perda ou descaracterização dos bens culturais que são relevantes para os atores também envolvidos com o lugar.

Foi nesse contexto, da compreensão da remodelação empreendida em Santo Antônio, durante a década de 1930, que os debates e planos continuaram. Embora o arquiteto Nestor Figueiredo tenha feito parte dos movimentos tradicionalistas dentro do Congresso Regionalista do Nordeste, ele modificou seu próprio posicionamento quando propôs um centro do Recife idealizado por meio de traçados sucintamente racionalistas, com edifícios verticais e ruas traçadas de forma ortogonal. Isso resultou numa paisagem que aniquilava a espacialidade pré-existente, conforme consta em seus desenhos propostos em 1931 (Figura 23) também apresentados em Reynaldo (2017). Talvez o ideal de Figueiredo fosse, de fato, manter parte dos importantes monumentos discutidos no Congresso Regionalista do Nordeste. Mas, conforme pontuado, o debate delimitado pelos especialistas não visaria atender muito além das necessidades da elite local, para a qual a cidade estava sendo pensada naquele momento. Ou seja, uma preservação daquilo que representava o legado da memória nacional.

Figura 23 – Ilustrações dos estudos de Nestor Figueiredo para Santo Antônio



Fonte: Diário da Manhã, 1931. Editado pela Autora.

Tratou-se de um plano que propunha transformar o bairro de Santo Antônio, onde o então renomado arquiteto considerou como eixo principal a Ponte Maurício de Nassau, que formava um conjunto monumental com a rua 1º de Março e Praça da Independência, de onde partiam grandes avenidas. O plano, para ele mesmo, e para muitos, era tido como ideal e inexecutável, tendo o arquiteto tratado como uma idealização e uma inspiração para uma remodelação pensada na prática, em ações futuras, conforme ocorreu ao longo da década de 1930.

Em uma entrevista concedida ao Jornal Diário da Manhã, de 9 de agosto de 1931<sup>12</sup>, é afirmado pelo jornal que:

o architecto não tinha em mente, ao realizar esse projecto, vir a tornal-o exequível, tal o modo como que deixou correr livremente a imaginação, realizando apenas um trabalho de phantasia e, pernambucano que, longe

---

<sup>12</sup> Fonte: Diário da Manhã, acervo da digital da Biblioteca Nacional. Disponível em: [https://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=093262\\_02&Pesq=%22nestor%20figueiredo%22&pagfis=5130](https://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=093262_02&Pesq=%22nestor%20figueiredo%22&pagfis=5130) >.

da sua terra, deseja prestar-lhe uma homenagem de saudade, num culto sincero de filho que a não esqueceu [...].

O próprio Nestor Figueiredo, no mesmo artigo, pontua:

Obra de imaginação, tronei-a quasi impossível que viesse um dia a ser ealizada. Muito coração, nenhum senso pratico e muita distancia da realidade nas coisas. Traçando-a, jamais supuz - nem poderia ter a velleidade de fazel-o - que um dia ela viesse a ser executada.

E isso porque não seria possível realizar, pois para anto seria preciso, nada mais nada menos, do que demolir toda a cidade e reconstruir sobre os seus alicerces, uma outra, completamente nova, para obdecer ao meu projeto. (FIGUEIREDO, 1931)

Logo depois, ainda nesse período, foi criada a Comissão do Plano da Cidade em 1931, que contava com várias frentes de trabalho multidisciplinares para a elaboração do novo plano. Para tal, foram definidas seis subcomissões: Traçado e Melhoramentos da cidade; Loteamento e estudo econômico dos terrenos; Esgotos Pluviais; Leis e Regulamentos de Construções; Estudos de terrenos da Marinha; Estudo de localização de terminais das vias férreas; Regimento interno; Higiene; História, tradição e monumentos (LORETTO, 2008, p. 107).

Esta última, a Subcomissão de História, Tradição e Monumentos, catalogou os principais bens de interesse para serem preservados. A escolha foi feita a partir de certa influência do movimento tradicionalista citado anteriormente, mas com maior aceitação às modernizações da reforma urbana. Conforme demonstrou Reynaldo (2017), o documento foi um marco de referência na proteção de elementos destacáveis no conjunto urbano de Santo Antônio, tendo sido elaborado por dois representantes do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico de Pernambuco: Mário Melo e Samuel Campelo. A lista apresentada por essa equipe foi classificada em 3 categorias: proteção rigorosa, possibilidade de demolição caso não houvesse alternativa viável, passíveis de demolição pelo novo traçado (REYNALDO, 2017, p. 225). Destarte, os edifícios de Santo Antônio e São José que estavam nessa lista, estão destacados na tabela a seguir.

Tabela 1 - Lista dos bens com proteção e possibilidade de demolição

Proteção dos Bens de Santo Antônio e São José pela Comissão da Cidade	
<b>Bens para proteção rigorosa</b>	Palácio do Governo
	Teatro Santa Isabel
	Biblioteca Pública
	Convento Franciscano de Santo Antônio
	Igrejas: Santo Antônio, São Francisco (Capela Dourada), Espírito Santo, da Congregação, Carmo, Nossa Senhora da Conceição dos Militares, Matriz de Santo Antônio, Terço, São Pedro dos Clérigos, Penha
	Forte das Cinco Pontas
<b>Proteção condicional (possibilidade de demolição)</b>	Igrejas: de Santa Teresa e do Livramento
	Quartel do Paraíso
<b>Bens não catalogados</b>	Igrejas: do Paraíso, Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos, dos Martírios, Santa Rita, São José do Ribamar, Matriz de São José
	Convento do Carmo e de São Félix
	Palácio da Justiça
	Liceu de Artes e Ofícios
	Estação Central
	Casa de Detenção

Fonte: (REYNALDO, 2017)

Dessa lista, foram demolidos ao longo do século XX, na implantação da Avenida Guararapes e início da Dantas Barreto, o Quartel do Paraíso, que havia sido valorado para uma possível preservação e a Igreja do Paraíso. Posteriormente, na extensão da Avenida Dantas Barreto, também foi demolida a Igreja dos Martírios, situada em São José. Esses bens foram aniquilados juntamente ao casario que os entornava.

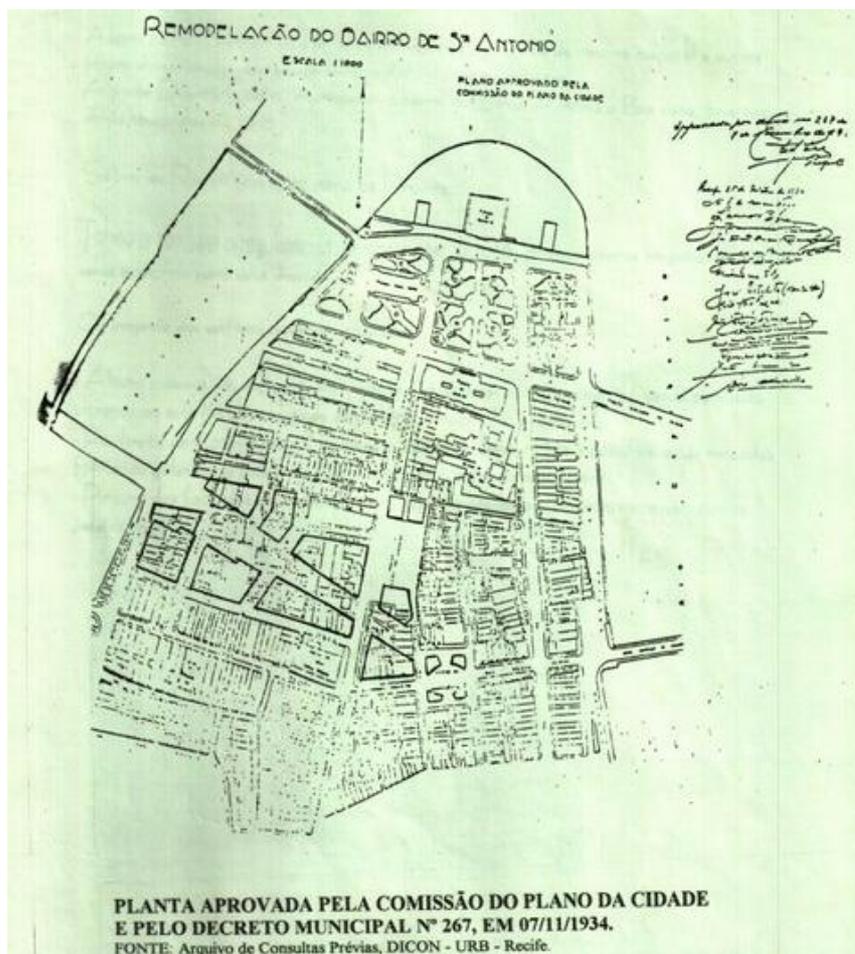
Ainda sobre a lista dos elementos preserváveis, catalogada pela comissão da cidade, importa observar que a Igreja do Rosário dos Homens Pretos, também situada em Santo Antônio, não foi nela inserida. Conforme anteriormente descrito, essa igreja, construída por pessoas pretas libertas, teve um papel fundamental na religiosidade e no desenvolvimento de práticas culturais da população negra do Recife. Nesse sentido, ousa afirmar que os bens não catalogados ou não classificados para rigorosa preservação, diante daquele contexto político, não faziam parte da identidade que a classe

intelectual buscava na renovação do centro do Recife. Procurava-se uma imagem da cidade da elite, ocupada por políticos e pessoas de classes mais abastadas. Limpa do uso da cidade pela população no geral, a reforma foi, sobretudo, higienizadora.

A solução buscada foi bastante além da melhoria do sistema de tráfego, sendo motivada igualmente pelo desejo de transformar a imagem urbana dos séculos anteriores. (LORETTO, Paraíso e Martírios: história da destruição de artefatos urbanos e arquitetônicos no Recife, 2008, p. 69)

Em 1934, a Comissão apresentou um plano menos impactante que aquele apresentado por Nestor Figueiredo, em 1931. Havia o traçado proposto para o que veio a ser a Avenida Guararapes, o projeto se ateve principalmente à conexão dessa área ao restante da cidade, por meio da intenção de abertura de novos eixos estratégicos, demonstrados na Figura 24. O plano, não colocado em prática, preservava os elementos destacados pela comissão (Tabela 1) (REYNALDO, 2017).

Figura 24 - Proposta de remodelação de Santo Antônio, apresentada pela Comissão da Cidade em 1934



Fonte: Museu da Cidade do Recife.

A estrutura urbana que vemos atualmente foi resultado do projeto realizado pela comissão do Plano da Cidade de 1938. Ainda sobre a preservação de monumentos, ao final da década de 1930, em continuidade aos aqui já referidos como movimentos de valorização da memória e da identidade nacional, foram tombados monumentos de destaque na localidade.

Através do Decreto Lei nº25 de 1937, foram tombados em 1938: a Igreja de Nossa Senhora da Conceição dos Militares e a Igreja Matriz de Santo Antônio - ambas situadas na área de estudo desta pesquisa -. Além dessas, no mesmo ano, nos bairros de Santo Antônio e São José, tiveram seu tombamento: a Fortaleza das Cinco Pontas, a Igreja de São Pedro dos Clérigos com o Pátio de São Pedro, a Igreja da Ordem Terceira de Nossa Senhora do Carmo, o Convento e a Igreja do Carmo do Recife e Igreja da Ordem Terceira do Carmo de Santa Tereza e a Capela Dourada e Igreja da Ordem Terceira de São Francisco (REYNALDO, 2017). Todos esses bens, não coincidentemente, são aqueles catalogados para serem preservados na Comissão da Cidade do Recife. Vale lembrar que, a Igreja do Rosário dos Homens Pretos, que estava de fora dessa catalogação inicial, aqui apresentada como marco na formação das expressões culturais e sociabilidades de pessoas vindas do continente africano no território do centro do Recife, somente teve seu tombamento na década de 1960.

Ou seja, conforme anteriormente apontado, ao passo que tenha havido um processo de modificação do tecido urbano da cidade colonial, a preservação desses monumentos fazia parte da construção de uma identidade urbana do centro do Recife. A opção pela preservação dessas construções de escala monumental e de referência do processo de colonização desse território não é menos simbólica do que o apagamento de outras tradições presentes no lugar, aniquiladas em nome da modernização e limpeza.

Antes da reforma, o tecido urbano era composto por quadras de pequeno porte, além da referida praça, havia o largo do Paraíso, com a Igreja do Paraíso, também existia um pátio em frente à Igreja Matriz de Santo Antônio. Tal estrutura permaneceu até o início da década de 1940, quando as

reformas se iniciaram. A perda foi referente a um conjunto edificado típico do século XIX com aspectos neoclássicos e ecléticos. Na figura 25, consta o Largo do Paraíso, próximo à Igreja Matriz de Santo Antônio, em cuja frente havia uma quadra que foi totalmente demolida, assim como as quadras vizinhas.

Figura 25 - Vista superior para o antigo Largo do Paraíso, em Santo Antônio, 1930



Fonte: Arquivo Nacional do Brasil.

O conjunto edificado do projeto final correspondia às exigências normativas da época, e trazia uma estrutura de cidade moderna, com edifícios mais altos, galerias, vias largas, dentre outros aspectos, o que se encaixa nas premissas do contexto histórico da elaboração do projeto (REYNALDO, 2017). O projeto idealizado está demonstrado nas imagens a seguir.

Figura 26 - Vista superior de Santo Antônio, eixo da Av Guararapes e Ponte Duarte Coelho, 1938



Fonte: Museu da Cidade do Recife.

Figura 27 - Proposta de remodelação de Santo Antônio, estudo para abertura da Avenida Guararapes, 1938



Fonte: Museu da Cidade do Recife.

A partir do projeto aprovado, iniciaram-se as reformas e demolições para abertura da Avenida 10 de Novembro (atual Av. Guararapes), a construção da Ponte Duarte Coelho e ampliação da Praça da Independência. Em paralelo, ocorriam as vendas e doações de terrenos para investidores a fim de imprimir um novo caráter, uma nova vocação para o centro do Recife, em então processo de renovação.

No ano de 1940, o Diário de Pernambuco, em artigos publicados, tratava sobre a cessão de lotes e divulgava a construção de novos edifícios, incluindo o edifício dos Correios, o Edifício Sulamérica, a Caixa Econômica Federal, entre outros. Esses edifícios foram instalados por meio de um Plano de Quadras com loteamentos e edifícios construídos através do uso de financiamentos imobiliários.

Figura 28 - Demolição de quadra para a ampliação da Pracinha do Diário



Fonte: Benício Dias, 1940. (MALTA & ARAÚJO, 2015).

Enquanto isso, as demolições dos casarões antigos na região estavam em pleno andamento, preservando apenas uma parte significativa da Rua Nova. As desapropriações para tais destruições tiveram altos custos, justificados em nome da renovação e reparação dos erros da falta de planejamento da cidade colonial (LORETTO, 2008). De acordo com um artigo do jornal Diário de Pernambuco, de 17 de abril de 1940<sup>13</sup>, até aquele momento, havia sido desembolsado um total de 1698:900\$00 (mil seiscentos e noventa e oito e novecentos réis) para custear as desapropriações em Santo Antônio.

Esse é o preço que pagamos pelos erros do passado, os enormes erros de urbanismo que se cometeram, à larga, nas administrações coloniais.

Dalhi, as ruas estreitas, tortas e de edificação desigual, toda uma mixórdia architectonica das mais lamentáveis. Quanto nos custou a remodelação do Bairro do Recife? Em Santo Antônio muito teríamos de demolir, ainda, si houvesse recursos. [...]. (Diário de Pernambuco, 17 de abril de 1940).

---

<sup>13</sup> Acervo da Hemeroteca Digital - Biblioteca Nacional. Disponível em: < [https://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=029033\\_12&Pesq=%22aveni da%2010%20de%20novembro%22&pagfis=1022](https://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=029033_12&Pesq=%22aveni%20da%2010%20de%20novembro%22&pagfis=1022) >. Acesso em 29/11/2023.

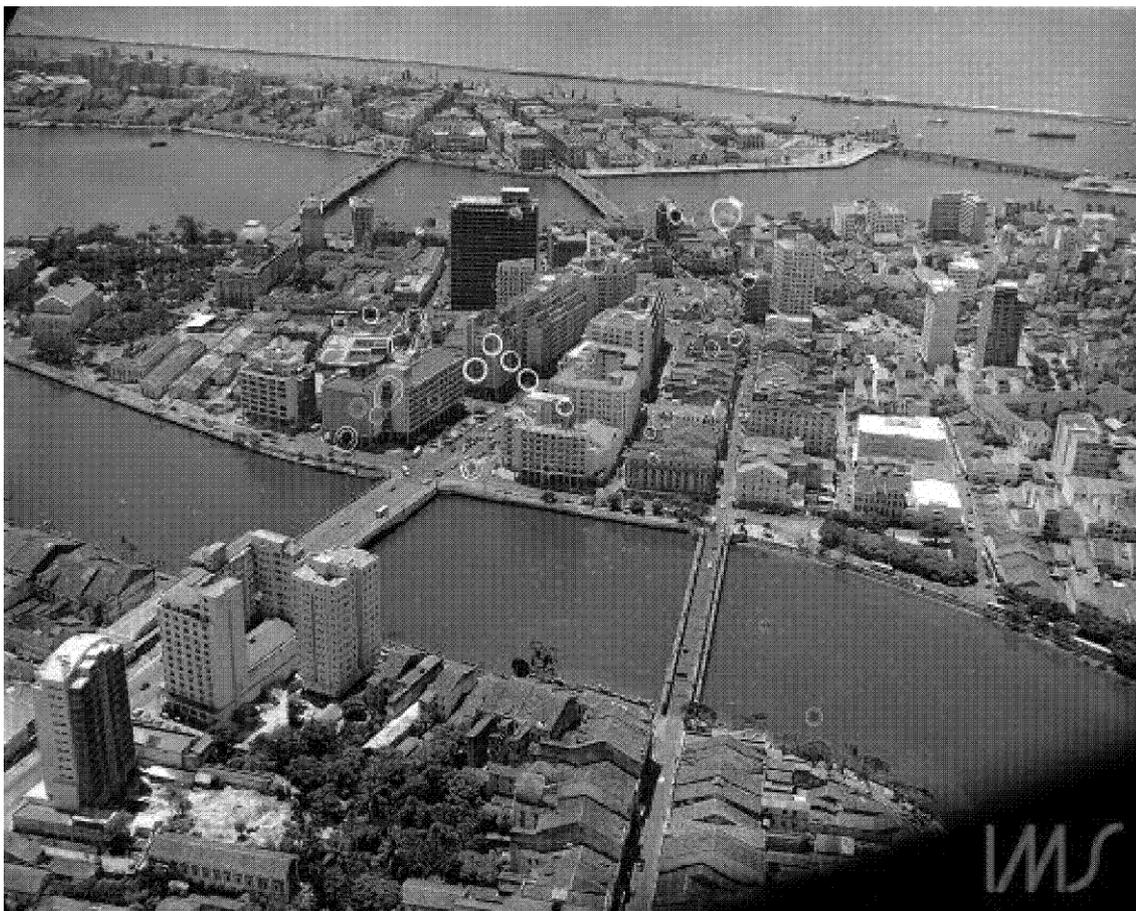
Sendo assim, o centro do Recife, em boa parte, o tecido urbano de Santo Antônio, passou por essa remodelação que “esventrou” esse centro antigo, reconfigurando e ressignificando a urbanidade vivenciada nesse lugar até o início do século XX. Salvaguardando referências tidas como importantes para a intelectualidade da época, o poder público do Recife imprimiu a nova vocação de Santo Antônio: um centro de negócios de uma cidade desenvolvida na América do Sul, aberta a investimentos por meio de doações e cessões de terrenos.

Nesse contexto, foi modificada, evidentemente, não só a imagem urbana como também, e principalmente, as dinâmicas sociais de moradia e vida cotidiana de Santo Antônio. Assim, a localidade foi extremamente valorizada na cidade do Recife, onde os usos de maior movimentação econômica estavam inseridos. Na própria normativa da cidade (RECIFE, 1919), as áreas centrais definidas como perímetro principal – definido pelo Bairro do Recife, Santo Antônio e parte da Boa Vista possuíam o favorecimento para o adensamento de construções e da implantação de usos de comércio e serviços, além da permissividade para a construção de edifícios mais altos e sem recuos (REYNALDO, 2017).

Assim, Santo Antônio, por meio dos estímulos da normativa e das remodelações urbanísticas impostas pelo governo local e investidores, foi o lugar escolhido para a ocupação dos edifícios mais valorizados capital.

O conjunto desses edifícios de referência da paisagem do Recife do século XX tem como marcos iniciais a Sede do Jornal Diário de Pernambuco e o Arranha Céu da Pracinha, construídos no início do século XX ainda na tendência estilística eclética, delimitando a Praça da Independência, que se manteve como espaço público central nesse conjunto.

Figura 29 – Vista superior do centro do Recife na Década de 1960



Fonte: Acervo do Instituto Moreira Sales.

Igreja Matriz de Santo Antônio (Figura 30), de grande importância para as diversas camadas sociais, com a demolição de uma quadra que delimitava seu pátio, na antiga Rua Sigismundo Gonçalves, ficou entre os novos edifícios verticais. Sua calçada, delimitada pela então nova Avenida Dantas Barreto. A delimitação do novo espaço dessa antiga igreja propunha a valorização monumental da Matriz, liberando a visão e abrindo espaço para que ela pudesse ser vista de longe. Tal como os preceitos da preservação da monumentalidade de elementos de referência, preconizados pela Carta de Atenas (1931)<sup>14</sup>.

---

<sup>14</sup> A Carta de Atenas de 1931 foi um dos maiores balizadores das leis de tombamento e preservação no Brasil e no mundo. Visava valorizar a proteção do monumento e suas características tangíveis, priorizando a sua visibilidade e imponência no entorno do contexto urbano.

Todo o grupo junto, onde funcionam a chapelaria Colombo, Drograria Confiança, etc...tudo isso irá ao chão e a velha Matriz de Santo Antônio ficará dominando toda a praça. Não será mais a pracinha, mas sim a bela e ampla Praça da Independência. (NOVAES FILHO, 1943)<sup>15</sup>.

Figura 30 – Praça da Independência e entorno, 1951



Fonte: Museu da Cidade do Recife.

Com essa reforma urbana de Santo Antônio, foram construídos edifícios que hoje são parte do que hoje simboliza o conjunto. Dentre eles estão o edifício Trianon, o Almare, o Sertã, o Sulacap, o Santo Albino, a Caixa Econômica, dos Correios, o Sulamérica, dentre outros que passaram a redesenhar o centro por meio dos traços modernos protorracionalistas, todos eles, situados entre ou na Avenida Guararapes ou na Avenida Dantas Barreto.

Sendo assim, na Avenida Guararapes, ao longo das décadas de 1940 e 1950, foi edificado um conjunto monumental, composto pelas galerias que acolhem as calçadas no caminhar do próprio edifício. Essa configuração tornou o espaço atrativo para usos de comércio e serviços, como bancos, escritórios, restaurantes e pequenas lojas, além dos cinemas. Alguns anos depois, deu-se início à construção da Avenida Dantas Barreto, quando foi destruída a Igreja do Paraíso e o quartel, com a passagem da via.

---

<sup>15</sup> Acervo Digital da Hemeroteca Nacional. Disponível em: < [https://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=029033\\_12&pesq=%22pra%C3%A7a%20da%20independ%C3%Aancia%22&pasta=ano%20194&hf=memoria.bn.br&pagfis=13816](https://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=029033_12&pesq=%22pra%C3%A7a%20da%20independ%C3%Aancia%22&pasta=ano%20194&hf=memoria.bn.br&pagfis=13816) >.

## 2.3 O centro ideal: a identidade moderna de Santo Antônio

Figura 31 – Avenida Guararapes, 1970



Fonte: Acervo do Arquivo Nacional.

As reformas empreendidas pela Prefeitura do Recife, por meio do projeto da Comissão do Plano da Cidade promoveram Santo Antônio como um ambiente urbano renovado, cosmopolita e ideal. Essas obras de remodelação de Santo Antônio e São José duraram desde a década de 1940 até meados de 1970, quando a Dantas Barreto foi finalizada. Durante a segunda metade do século XX, o cenário registrado na Figura 31 foi um dos ambientes urbanos mais valorizados da cidade, seja para serviços e comércios do cotidiano ou para festejos como o carnaval. O conjunto que tem como parte dos seus limites a Ponte Duarte Coelho, a Ponte da Boa Vista e a Ponte Maurício de Nassau foi

o principal centro das atividades econômicas do Recife nessas primeiras décadas de existência.

Nesse cenário, podemos destacar o privilégio da área frente aos serviços, comércio, cinemas, boemia (espaço de encontro da elite cultural e política), além dos eventos carnavalescos que tomavam as ruas dessa localidade no período momesco.

Pode-se dizer que as celebrações carnavalescas estavam entre as mais importantes formas de apropriação desse território então renovado, que se apresentava espacialmente por entre o novo conjunto edificado de arquitetura protorracionalista e as antigas construções coloniais e ecléticas.

Um fato é que o Carnaval ganhava as ruas Santo Antônio desde o século XIX, ocupando também o bairro de São José, que sediava boa parte das agremiações. Mesmo com as remodelações ocorridas no centro do Recife, os festejos mantiveram esse lugar como palco para as manifestações. No início do século XIX, a festa "permitida" nas ruas era voltada para o público burguês, com os desfiles de máscaras e o corso. Por volta da década de 1880, a festa se popularizou e o povo trabalhador passou a protagonizar o carnaval com os clubes pedestres, grupos carnavalescos mais populares, como o Vassourinhas, Pás, Lenhadores, dentre outros, que foram fundados no bairro vizinho, São José (ARAÚJO, 1997).

A Rua Nova, por exemplo, integrava o percurso do tradicional desfile do Corso (Figura 32), que abrilhantava as ruas o Recife desde o início do século XX. Com desfiles em carros decorados, o Corso foi de início uma festa das elites e se popularizou entre as camadas menos abastadas ao longo das décadas, o desfile ocorreu até meados da década de 1970 (GASPAR, 2009).

Figura 32 – Desfile do Corso na Rua Nova, 1950



Fonte: Acervo do Museu da Cidade do Recife

Figura 33 – Caboclos de lança (guiada) em frente à Ponte da Boa Vista, 1948



Fonte: Acervo do Museu da Cidade do Recife.

Os mais tradicionais blocos, clubes e troças carnavalescas, escolas de samba e maracatus (Figura 33) desfilavam no conjunto das ruas mais movimentadas de Santo Antônio, como a Rua Nova, 1º de Março, Avenida Guararapes, dentre outras. Além disso, os brincantes tinham a Praça da Independência, em frente à Igreja Matriz de Santo Antônio, como foco de encontro de passistas e orquestras de frevo. Isso podia ser observado nas abordagens dos noticiários dos jornais sobre as celebrações carnavalescas, que comemoravam a riqueza das apresentações que resplandeciam esse território, conforme podemos observar a seguir, em um artigo feito para o Jornal Pequeno, de 1952 e no registro da apresentação do Maracatu Nação Estrela Brilhante de 1947 (Figura 34).

[...] uma verdadeira folia se improvisou da rua Nova à Pracinha, ao som da clarinada e da orquestra que marcaram o início da "ofensiva" do "Quartel General do Frevo" da Associação dos Cronistas Carnavalescos do Recife.

Todos os recantos das duas artérias se encheram de gente de toda casta, de foliões de todos os tipos, num movimento louco de "passo", "dobradiça" e outras curiosas coreografias carnavalescas, não faltando para completar o cenário tipicamente carnavalesco, a exibição ruidosa de várias agremiações como troças, blocos, etc. E tudo nos fez lembrar dos grandes dias do passado, quando o carnaval de Pernambuco era mesmo "um suco", um "gozo" e uma "vibração". Apesar de muito descaracterizado, é graças aos cronistas especializados, em grande parte, que nosso Carnaval ainda não atingiu uma fase definitiva de declínio. [...] (A A.C.C.R. e o nosso carnaval, 1952).

Figura 34 – Desfile do Maracatu Nação Estrela Brilhante na Praça da Independência, 1947



*Com Federação ou sem Federação, carnaval no Recife é carnaval. Quando o Maracatu "Estrela Brilhante" entrou ontem na pracinha qua si que o mundo vem abaixo.*

Fonte: Jornal Pequeno, Acervo da Hemeroteca Digital/Biblioteca Nacional.

Recebendo apresentações e avaliações de concursos, a Pracinha - Praça da Independência - era conhecida como o Quartel General do Frevo. Em acervos iconográficos e em artigos de jornal, observa-se que se montava um palanque entre a praça e a Igreja Matriz de Santo Antônio no período do carnaval, onde eram realizadas diversas apresentações e encontros de agremiações. A força do carnaval no centro do Recife também remete à presença das camadas populares nas ruas desses bairros históricos, cujas classes trabalhadoras, transformaram o carnaval da elite para uma festa essencialmente popular, que a partir da capoeira, fez surgir o fervo do frevo nas ruas da cidade.

O Quartel General do Frevo, a Pracinha, tem sido abrilhantado com a presença de artistas das emissoras associadas, realizando "shows" que recebem os aplausos de milhares e milhares de pessoas. Nos clichés (em cima) a orquestra associada executando músicas carnavalescas e, em baixo, são vistos vários artistas. (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 1957)

Figura 35 - Orquestra se apresenta no Quartel General do Frevo, Praça da Independência



Figura 36 - Passistas de frevo no Quartel General do Frevo, Praça da Independência



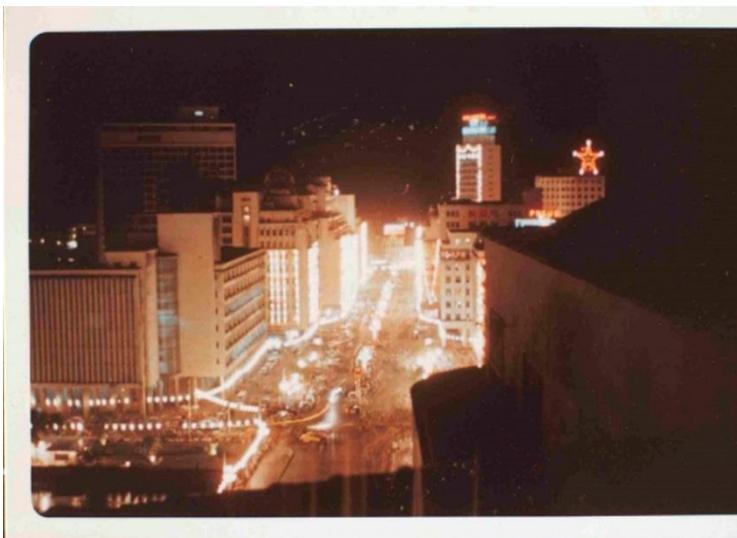
Fonte: Marcel Gautherot, Acervo do Instituto Moreira Sales, 1957.

A fotógrafa Katarina Real, que contribuiu com um rico acervo fotográfico dos festejos carnavalescos no Recife, representou muito bem a força dos desfiles de blocos de carnaval da década de 1960. Sendo assim, reitera-se aqui que a paisagem da Avenida Guararapes tomada de gente a brincar o carnaval é um aspecto antigo, que precede, por exemplo, à tradição conhecida do Galo da Madrugada, bloco que atualmente toma as ruas da Ilha de Antônio Vaz aos sábados de Carnaval, ou sábado de Zé Pereira.

Figura 37 – Desfile de clubes carnavalescos durante o dia na Av. Guararapes, 1965



Figura 38 – Desfile de clubes carnavalescos durante a noite na Av. Guararapes, 1963



Fonte: Katarina Real, Acervo Villa Digital Fundaj.

Outro aspecto importante das dinâmicas socioespaciais desse território de Santo Antônio ao longo da segunda metade do século XX são os cinemas. O longa metragem *Retratos fantasmas* (2023), dirigido por Kleber Mendonça Filho, relata bem os tempos “áureos” do centro da cidade por meio da sua relação com os cinemas. A partir das memórias dos cinemas de rua, o filme constroi relatos afetivos sobre o centro do Recife. Nesse contexto, são apresentados os antigos cinemas como o Trianon, o Art Palácio (Figura 39), o Moderno, dentre outros, sendo esses então citados, todos localizados em Santo Antônio.

Figura 39 – Cine Art Palácio, década de 1930



Fonte: Autor desconhecido. Disponível em < <https://albertolopesleiloeiro.com.br/peca.asp?ID=17379887> >

Embora a maior parte desses cinemas não mais esteja em funcionamento, essa memória viva, trazida na narrativa do filme de Kleber Mendonça Filho (2023), está presente no imaginário das pessoas que vivenciaram o centro do Recife até a década de 1990. Os cinemas chegaram com a modernidade empreendida com as reformas urbanísticas que ocorreram em Santo Antônio.

O primeiro deles foi o então citado Cine Art Palácio, inaugurado ainda na década de 1930, antes da construção dos monumentais edifícios da Avenida Guararapes. Anos a seguir, foi inaugurado o Trianon, cujo edifício tem uma fachada curva que marca a paisagem de entrada de Santo Antônio através da Ponte Duarte Coelho e a Avenida Guararapes. Os cinemas construídos no final da década de 1940 e 1950 no Recife tem em comum o estilo art déco, que se expressa por meio do uso de linhas geométricas marcantes, letreiros, marquises e volumes sobressalientes. Tanto o Cine Art Palácio como o Trianon foram projetados pelo arquiteto Rino Levi.

Figura 40 - Anúncios de exibições no Cine Art Palácio e Cinema Trianon



Fonte: Jornal Pequeno, 2 de dezembro de 1949. Acervo Digital da Biblioteca Nacional.

Esses cinemas tornaram-se ponto de encontro, lugar de diversão para todas as idades, sendo a rua o lugar que se estendia aos fins dos diversos filmes que chegavam para serem exibidos no centro do Recife. Até o surgimento dos *shoppings centers* no Recife, esses cinemas eram os palcos das grandes estreias e exibições dos mais importantes filmes em cartaz.

Nesse período, a região de Santo Antônio também se caracterizava por sediar os maiores jornais e gráficas do Recife, como Diário de Pernambuco (situado em frente à Praça da Independência), o Diário da Manhã, o Jornal do Commercio. Muito frequentada por intelectuais e jornalistas, essa área de Santo Antônio era conhecida como reduto de poetas e debates políticos acalorados. Não por acaso, a Praça da Independência, conhecida pela maioria como Pracinha do Diário, homenageia até hoje alguns dos intelectuais que fazem parte da memória jornalística do Recife, com as estátuas de Carlos Pena Filho, autor do poema a seguir, e Assis Chateaubriand.

#### CHOPP

Na avenida Guararapes,  
o Recife vai marchando.  
O bairro de Santo Antônio,  
tanto se foi transformando  
que, agora, às cinco da tarde,  
mais se assemelha a um festim,  
nas mesas do Bar Savoy,  
o refrão tem sido assim:  
São trinta copos de chopp,  
são trinta homens sentados,  
trezentos desejos presos,  
trinta mil sonhos frustrados.

Ah, mas se a gente pudesse  
fazer o que tem vontade:  
espiar o banho de uma,  
a outra amar pela metade  
e daquela que é mais linda  
quebrar a rija vaidade.

Mas como a gente não pode  
fazer o que tem vontade,  
o jeito é mudar a vida  
num diabólico festim.

Por isso no Bar Savoy,  
o refrão é sempre assim:  
São trinta copos de chopp,  
são trinta homens sentados,  
trezentos desejos presos,  
trinta mil sonhos frustrados.

Carlos Pena Filho

Esses grupos sociais privilegiados movimentavam os cafés e os bares de Santo Antônio. Dentre os locais conhecidos, recorrentemente presentes em anúncios de jornal, estavam o Café Lafayette (na esquina da Rua do Imperador Dom Pedro II com a rua 1º de Março), Bar Lero Lero (Praça do Diário), Bar Brahma Chopp (térreo do Edf. Seguradora). Além desses, vale destacar o Bar

Savoy, que era o mais famoso da dinâmica noturna e boemia dos grupos sociais mais abastados que frequentavam essas ruas entre as décadas de 1940 e 1980. Passaram por lá personalidades como Vicente do Rêgo Monteiro, Carlos Pena Filho, Gilberto Freyre, Simone de Beauvoir, Jean Paul Sartre, Jorge Amado, entre outras pessoas<sup>16</sup>. Existia uma elite intelectual majoritariamente masculina e branca que frequentava esses lugares. Esses bares e restaurantes estavam cheios de intelectuais que frequentavam os jornais, escritórios e consultórios do centro do Recife. Enquanto isso, a vida pulsante do comércio popular e de grandes lojas também caracterizava essa região durante o ápice econômico da segunda metade do século XX.

Conforme apontado no tópico sobre a formação urbana desse território, o comércio popular está presente no centro do Recife desde o período da colonização. Mesmo após as reformas para remodelação de Santo Antônio, o lugar não perdeu a marca do comércio ambulante popular. Sendo assim, as pessoas que não estavam entre as classes de elite, frequentando espaços privilegiados, imprimiam a identidade do território por meio dos saberes do comércio e das manifestações carnavalescas, anteriormente comentadas.

Figura 41 - Comércio Ambulante na Av. Dantas Barreto



Fonte: Marcel Gautherot/Acervo do Instituto Moreira Sales, 1949.

Figura 42 - Vendedor ambulante de livros usados

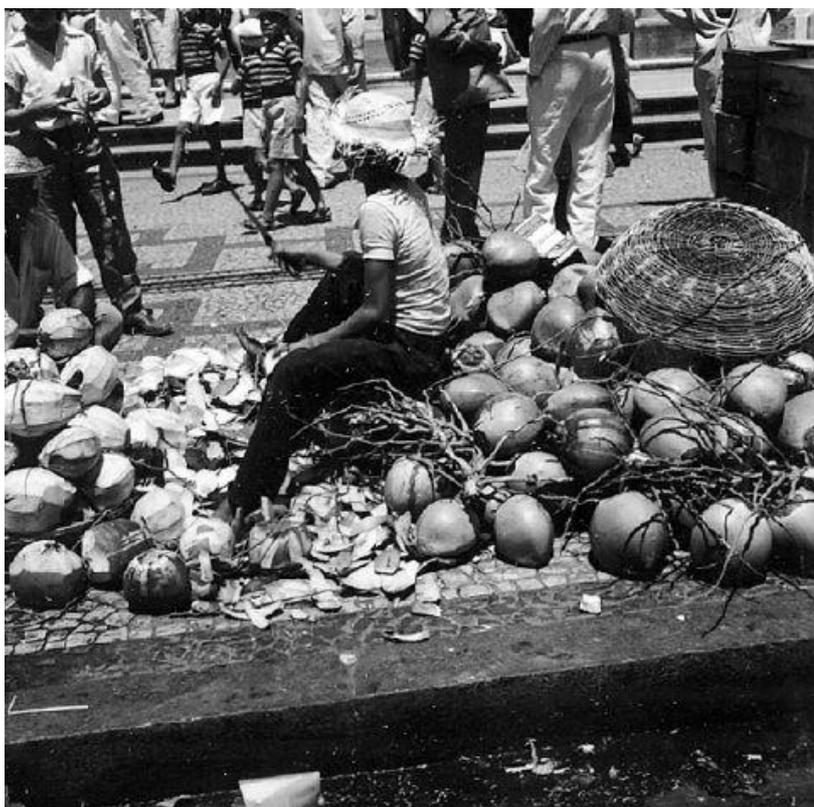


Fonte: Benício Dias/Acervo do Museu da Cidade do Recife.

<sup>16</sup> Fonte: Jornal do Commercio, 2011. Disponível em: < <https://ne10.uol.com.br/canal/entretenimento//noticia/2011/07/01/antigo-bar-savoy-volta-como-espaco-cultural-em-2012-280713.php> >. Acesso em 08/12/2023.

Trabalhadores que enriquecem o caráter comercial de Santo Antônio e São José, os ambulantes ganhavam a vida - e ainda ganham - vendendo água de côco, comidas de rua, livros, serviços de engraxate, flores, etc. Embora menos numerosos do que em São José, muitos estão historicamente localizados em Santo Antônio, principalmente na Avenida Guararapes, na Rua Nova, Rua da Palma, Rua Duque de Caxias e Avenida Dantas Barreto, vias de maior fluxo de pessoas.

Figura 43 - Vendedor ambulante de côcos, 1952



Fonte: Marcel Gautherot/Acervo do Instituto Moreira Sales

Esse movimento de pessoas constante se relaciona, em boa parte, ao comércio. De acordo com o exposto anteriormente, a Rua Nova, junto à Praça da Independência, é um eixo comercial histórico. Enquanto que em São José o comércio se relacionava mais às dinâmicas do Mercado de São José, esse eixo de Santo Antônio, na Rua Nova, se caracterizou pela presença de grandes magazines, boutiques, joalherias, relojarias, alfaiatarias, dentre outros artigos de luxo. A Rua da Palma possuía um comércio de lojas de eletrônicos, baterias e eletrodomésticos. Interessa observar que para ambas essas ruas, a tipologia comercial se mantém atualmente: na Rua da Palma é onde se

encontram as lojas de eletrodomésticos no centro do Recife e na Rua Nova e adjacências, lojas de roupas e joalherias.

Diante do exposto, é fato que, a partir das milhares de publicações e destaques jornalísticos e do acervo fotográfico de Santo Antônio, a área foi bastante valorizada nos séculos XIX e XX. Centro de encontro para diversas práticas sociais no seu cotidiano, Santo Antônio passou por mudanças significativas de crescimento e decréscimo habitacional ao longo desse período.

Conforme apresenta o diagnóstico da ZEPH-10 (Zona Especial de Preservação Histórico-Cultural de Santo Antônio e São José), dados censitários do período entre 1910 e 2010 apresentam a queda vertiginosa no quantitativo populacional ao longo desse intervalo de tempo. Em dados percentuais, houve uma redução de 98,52% dos moradores de Santo Antônio. São José, bairro vizinho, no mesmo período, passou por uma redução também arrebatadora, embora um pouco menos acentuada, com uma redução de 90,79% da quantidade de moradores (DPPC, 2020).

Importa observar que a intensidade da redução populacional de Santo Antônio se dá principalmente após as reformas empreendidas. A partir da década de 1940, o conjunto edificado tenha passado a dispor de uma maior área construída com a verticalização possibilitada pela arquitetura moderna. Apesar disso, é também após as reformas que a redução populacional é mais acentuada. Em 1991, a população de Santo Antônio era de 424 pessoas, com um pequeno aumento no ano 2000, para 539, reduzindo para 285 habitantes no censo de 2010 (DPPC, 2020). As análises apresentam que o decréscimo habitacional também se deve à descentralização das dinâmicas comerciais e de serviços na cidade do Recife. A capital pernambucana se expandiu e os bairros periféricos foram o destino de moradia da maioria das pessoas.

Com poucos moradores e a descentralização da dinâmica urbana do Recife, Santo Antônio passou por um esvaziamento dos seus imóveis. Em consequência do enfraquecimento do uso habitacional, os famosos cinemas

deixaram de funcionar e houve um esvaziamento cada vez maior do uso comercial e de serviços.

O crescimento de novos centros na cidade, a chegada dos shoppings centers, e, mais recentemente, o uso do comércio online, são alguns dos muitos fatores que influenciaram a dita decadência socioespacial que o bairro de Santo Antônio vive atualmente.

Embora os ricos e múltiplos aspectos socioculturais anteriormente apresentados ainda façam parte das características de Santo Antônio, essas dinâmicas de uso estão com menor força. As grandes lojas não ocupam mais esse território com o mesmo sucesso de antes. A boemia se espalhou para os bairros descentralizados. Os jornais estão em outras áreas e os consultórios e escritórios, foram, assim como os habitantes, para os bairros não centrais do Recife. A redação do jornal Diário de Pernambuco, por exemplo, ocupou sua antiga sede até o ano de 2004<sup>17</sup>, o edifício foi adquirido em seguida pelo Governo do Estado de Pernambuco e até hoje está sem uso. Com tal desvalorização, vemos o crescimento dos vazios no estoque edificado do conjunto.

Conforme apontam os estudos da DPPC<sup>18</sup>, através de dados levantados em 2017 e apresentados em mapas constantes no Diagnóstico das ZEPH-10 e 14, em um levantamento de usos por pavimentos, observa-se que, embora o térreo dos edifícios ainda mantenha, até certo ponto, a dinâmica do uso comercial e de serviços, na medida em que os pavimentos sobem (2º, 3º e 4º pavimentos em diante), o percentual de áreas dos imóveis, que está sem uso, aumenta (DPPC, 2020). Os números indicam que a área, no ano de 2017, ainda possuía uma forte dinâmica voltada para o comércio, que movimentava as ruas no seu dia a dia. Ao observar a dinâmica do lugar, é possível imaginar que esses

---

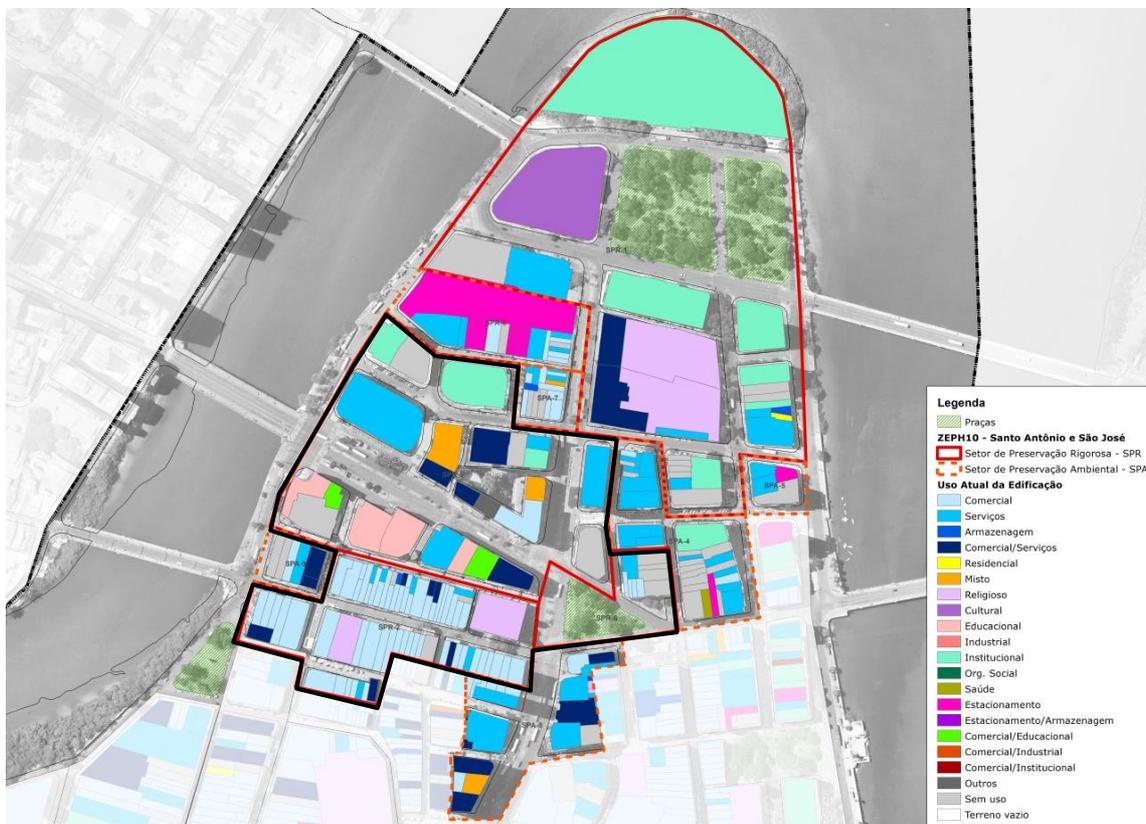
<sup>17</sup> Fonte: Diário de Pernambuco. Disponível em: <  
<https://www.diariodepernambuco.com.br/noticia/vidaurbana/2019/05/antigo-predio-do-diario-de-pernambuco-xxxxxxxxxxxxx.html>>.

<sup>18</sup> Órgão de Preservação então vinculado à Secretaria de Planejamento Urbano da Prefeitura do Recife no período de lançamento do referido diagnóstico.

usos então existentes em 2017 no pavimento térreo, também têm diminuído e os imóveis possuem uma área ociosa cada vez maior.

Nas edificações com uso, mais da metade deles é voltada para o comércio (58,97%) e o restante se concentra entre uso de serviços ou misto (DPPC, 2020). No mapa da Figura 44, elaborado pela DPPC, a área destacada em preto no referido mapa, delimita os SPR-2, 5 e 6 da ZEPH-10, polígono de estudo do presente trabalho. Nesse levantamento com a espacialização dos usos, é possível perceber a concentração de imóveis demarcados com a coloração azul, que identifica o uso comercial, de serviços e comercial/serviços. Importa observar, atualmente o contexto foi modificado em pelo menos um dos edifícios, que é o edifício Sertã, com uso atual de moradia de aluguel. Tal mudança de uso pode ter ocorrido em outros edifícios, mas mesmo assim, a partir das visitas realizadas em campo, observou-se a permanência da baixa quantidade de unidades habitacionais no contexto atual.

Figura 44 - Usos das edificações em Santo Antônio nos SPR-2, 5 e 6



Fonte: DPPC, 2020.

A partir desse contexto, cabe observar que o que foi percebido como um centro ideal, o que seria resultado de uma remodelação elaborada pela intelectualidade da época, que resultou na higienização de um contexto urbano que não mais agradava aos interesses da elite econômica. Esse centro ideal, pensado para reestruturação modernizadora do centro histórico, embora tenha atingido seu ápice enquanto sucesso econômico, em poucas décadas, perdeu o interesse do capital financeiro. Isso acarretou na escalada de uma nova desvalorização urbana, que resultou no contexto atual.

Vale pontuar assim que, de fato, existiu um retorno lucrativo com as desapropriações e vendas milionárias, conforme analisou Rosane Piccolo Loretto (2008). No entanto, as reformas empreendidas entre a década de 1940 e 1970, em poucas décadas, relativamente, passaram pelo gradativo desuso do estoque edificado e com a precarização do ambiente urbano a partir da década de 1990.

Ou seja, observa-se, a partir dos fatores supracitados, que a queda do interesse nessa região se associa à falta de atratividade do conjunto por uma série de fatores. Dentre eles, vale destacar o desenvolvimento de novas centralidades em outras áreas da região metropolitana do Recife, a chegada dos shopping centers a partir da década de 1980, e, mais recentemente aos serviços e compras fornecidos online. A cidade se expandiu para outras centralidades e alternativas de moradia em áreas não centrais, os interesses de compra mudaram, a isso se soma à baixa qualidade dos espaços públicos e à violência. Com isso, esse estoque edificado do centro passou por um processo de "decadência", restando o desafio de uma requalificação que forneça alternativas de uso para moradia, novas modalidades de comércio e de serviços e que, diferentemente do ocorrido ao longo do século XX, possa compreender e valorizar os aspectos que imprimem a identidade do lugar por parte de quem o vivencia no cotidiano.

Atualmente, esse mesmo conjunto vem sendo recapturado para uma requalificação urbana, ou, aos termos da Lei do Recentro (RECIFE, 2023), sua "regeneração". Em um processo como tal, é preciso evitar os riscos de outra

higienização urbana, quando na verdade se busca uma requalificação. Esta, deve atender aos diversos interesses do campo de disputa do ambiente urbano de Santo Antônio. Nesse contexto, o olhar para as necessidades e características importantes do atual contexto socioespacial desse ambiente urbano analisado. Tal afirmação é dita uma vez que essa área foi formada a partir de uma resistência cotidiana dos seus habitantes, trabalhadores e frequentadores que ali permanecem mesmo com as problemáticas sociais e de infraestrutura ora vigentes.

O equilíbrio nesse campo de disputas importa, pois a oportunidade de requalificação desse tipo de ambiente pode passar pela promessa de certa “recaptação de tempos antigos” a partir de narrativas que tratam da salvação de um conjunto histórico material em detrimento de uma visão de conjunto, que perceba a indissociabilidade entre materialidade e imaterialidade no ato da conservação do patrimônio cultural (VIEIRA-DE-ARAÚJO, 2022). Essas narrativas, por vezes, desconsideram as dinâmicas culturais históricas que resistem e perduram na cidade, sendo estas, justamente, o que desde sempre contribuem com a manutenção dos significados coletivos do lugar.

Sendo assim, embora a desocupação do centro do Recife possa ser muito associada à decadência, cabe aqui ressaltar a compreensão do aspecto mais importante que revela as atuais percepções de Santo Antônio, e que movimenta esse trabalho: **O cotidiano vivenciado**. Ou seja, a leitura das resistências, das existências, quem permanece e se move pelos espaços que compõem Santo Antônio. Conforme demonstra Ulpiano Bezerra de Meneses (2006), muitas respostas acerca dos significados da cidade como bem cultural estão no cotidiano, nas práticas de vida da sociedade, do trabalho, do saber fazer, do local. Além disso, a fetichização e a mercantilização da cultura, tal como critica Peixoto (2007) são ameaças para a preservação dos significados e valores correspondentes a um sítio histórico que envolve todas essas linguagens do corpo social contido no ambiente urbano.

Em tempo, é importante destacar acerca das ameaças que a gentrificação imprime a um conjunto urbano em processo de requalificação,

quando, por exemplo, a cultura é fetichizada ou mercantilizada. Conforme exemplifica Harvey, dentre os bens comuns de mercantilização, estão os comuns culturais. Nesse contexto, de acordo com o referido autor, esses comuns culturais são mercantilizados por uma indústria do turismo histórico. Esta se apropria das características de uma diversidade cultural que caracteriza o lugar, tendendo à "disneyficação" do território (HARVEY, 2014, p. 142).

Destarte, a apropriação maquiada, estandardizada e/ou fetichizada de bens culturais comuns, com fins para a mercantilização de um território, pode ser ameaçadora para a permanência das próprias comunidades que conferem a diversidade cultural de um conjunto urbano histórico como é o caso de Santo Antônio.

Um grupo comunitário que luta por manter a diversidade étnica em seu bairro e protege-lo da gentrificação pode descobrir repentinamente que os preços (e os impostos) de suas propriedades aumentam à medida que os agentes imobiliários propagandeiam para os ricos o "caráter" multicultural, diversificado e movimentado do seu bairro. (HARVEY, 2014, p. 152)

Diante do exposto, é imprescindível efetuar diferentes interpretações do território a partir de quem o vivencia. Por isso, cabe ressaltar o olhar trazido à resistência de quem habita lugares degradados, das pessoas excluídas, em *Elogio aos Errantes* (JACQUES, 2012). Paola Jacques Berenstein demonstra que, mesmo em situações inóspitas e insalubres na situação do ambiente urbano, a experiência urbana não é destruída. Essas experiências que se desenvolvem nesses ambientes são alternativas de vivência na calçada, na rua, na praça.

Considera-se que é a partir da criatividade dos comerciantes ambulantes, moradores de rua, prostitutas, dentre outros errantes "excluídos", que são reinventados modos de vida, saberes, fazeres, culturas de resistências. Precisamos reconhecer, compreender e entender como essas pessoas podem fazer parte de um processo de compreensão do cotidiano de Santo Antônio a ser preservado como parte de um sítio histórico a ser reabilitado. Tal afirmação se evidencia se associada à reflexão da mesma autora, quando trata da esterilização dessas práticas, que ocorre quando é fabricada uma

reinterpretação higienizada das práticas socioculturais que trazem vida ao ambiente do espaço público da cidade, onde a experiência vivenciada é maquiada:

O processo de esterilização não destrói completamente a experiência, ele busca sua captura, domesticação, anestesiamento. A forma mais recorrente e aceita hoje desse processo esterilizador faz parte do processo mais vasto de espetacularização das cidades e está diretamente relacionado com a pacificação dos espaços urbanos, em particular, dos espaços públicos. A pacificação do espaço público, através da fabricação de falsos consensos, busca esconder as tensões que são inerentes a esses espaços e, assim, procura esterilizar a própria esfera pública, o que, evidentemente, esterilizaria qualquer experiência e, em particular, a experiência da alteridade nas cidades. (JACQUES, 2012, p. 14)

Figura 45 – Ocupantes da Praça do Sebo, maioria homens, 2022.



Fonte: Autoria própria.

No diagnóstico elaborado pela DPPC (2020, pp. 70-71), foi feita uma caracterização da pequena população residente em Santo Antônio. Essa comunidade é majoritariamente jovem: 52,98% com 0 a 39 anos, desses 42,80% com 20 a 39 anos. Essas pessoas também são, em sua maior parte, do gênero masculino (55,79%). Na categoria de identificação de cor/raça, observou-se que esse grupo é de maioria preta ou parda, grupo que caracteriza mais da metade da população do bairro. Quase 80% dessa população

recebiam, em 2010, até dois salários mínimos, majoritariamente de baixa renda.

Sendo assim, com base nesses dados, o cenário desse grupo, em 2010, apresentava um perfil de baixa renda, não branco e provavelmente voltado para as dinâmicas de comércio e serviços que o conjunto oferece. Ou seja, uma população que depende de baixos valores de aluguéis, residente em um território de moradia que oferte: a praticidade de viver em um território central, transporte público, a oportunidade de viver do comércio formal e informal, dentre outras atividades usuais dessa área. Nesse sentido, no tópico a seguir, serão trazidas as observações e interpretações com base no atual cotidiano de Santo Antônio.

#### **2.4 O centro real: percepções e dinâmicas socioespaciais do cotidiano**

Para além desta análise pautada na compreensão da situação atual pelo perfil populacional residente e pelo uso das edificações, foram feitas fotografias caminhando pelas ruas de Santo Antônio. Essa observação do conjunto como bem cultural, permitiu uma percepção de suas dinâmicas socioespaciais atualmente. Passando por lugares de referência em Santo Antônio, os percursos compreenderam: as pontes da Boa Vista e Duarte Coelho, Rua Nova, Rua da Palma, Avenida Dantas Barreto, Avenida Guararapes, Praça da Independência, Praça do Sebo e algumas adjacências. Destarte, essas áreas serão explanadas a partir das percepções apreendidas no percurso (Figura 46), além dos fatores que caracterizam a área atualmente para além do observado no momento das visitas.

Figura 46 - Mapa de percursos e pontos de referência



Fonte: Autoria própria.

Com o uso de uma câmera fotográfica, essa experiência atenta teve como objetivo observar as interações das pessoas, a situação dos espaços ocupados e práticas tradicionais que caracterizam esse ambiente. As fotografias foram feitas majoritariamente durante a semana, em horário útil, em dois caminhos que se complementaram. Também serão trazidas experiências vivenciadas em eventos culturais, como o caso do Pagode do Didi e o carnaval.

A Avenida Guararapes e a Ponte Duarte Coelho (Figura 47 e Figura 48), resultado do Plano de Remodelação do Bairro de Santo Antônio, formam ainda um dos eixos de circulação mais movimentados do centro do Recife. Fruto de um plano que tinha como meta a melhoria do fluxo, esse conjunto mantém esse caráter. Passar pela ponte e por essa avenida pode ser sinônimo de chegada ao centro do Recife pra muitas pessoas.

Estar na Guararapes volta parte da atenção do transeunte para o fluxo dos ônibus que chegam de toda a cidade. Além disso, há uma estação de ônibus do tipo BRT (*bus rapid transit*), no centro da avenida, construída em

2014, intervenção que modificou de forma significativa a ambiência da avenida. O movimento de pessoas é intenso, ocupando ruas e calçadas, os frequentadores, trabalhadores e moradores costumam passar acompanhados de sacolas de compras ou carrinhos com mercadorias.

Figura 47 - Ponte Duarte Coelho com vista para a Avenida Guararapes



Fonte: Autoria própria, 2022

As galerias dos edifícios da Guararapes (Figura 49) são ocupadas por centenas de passantes, ambulantes vendedores de flores, acessórios de celular, comidas, engraxates, livros usados, dentre outras atividades. De segunda a sábado, durante o dia, portanto, a paisagem da Ponte Duarte Coelho e da Avenida Guararapes pode ser primeiramente associada ao fluxo intenso dos ônibus vindo de todos os sentidos do Recife e Região Metropolitana, frequentadores, trabalhadores ambulantes que portam diversos saberes. Aos domingos e no período noturno esse fluxo é significativamente reduzido, sendo comum a prática assaltos, furtos e brigas entre moradores de rua.

Figura 48 – Movimento na Avenida Guararapes



Fonte: Autoria própria, 2023.

Figura 49 – Movimento nas galerias dos edifícios da Avenida Guararapes



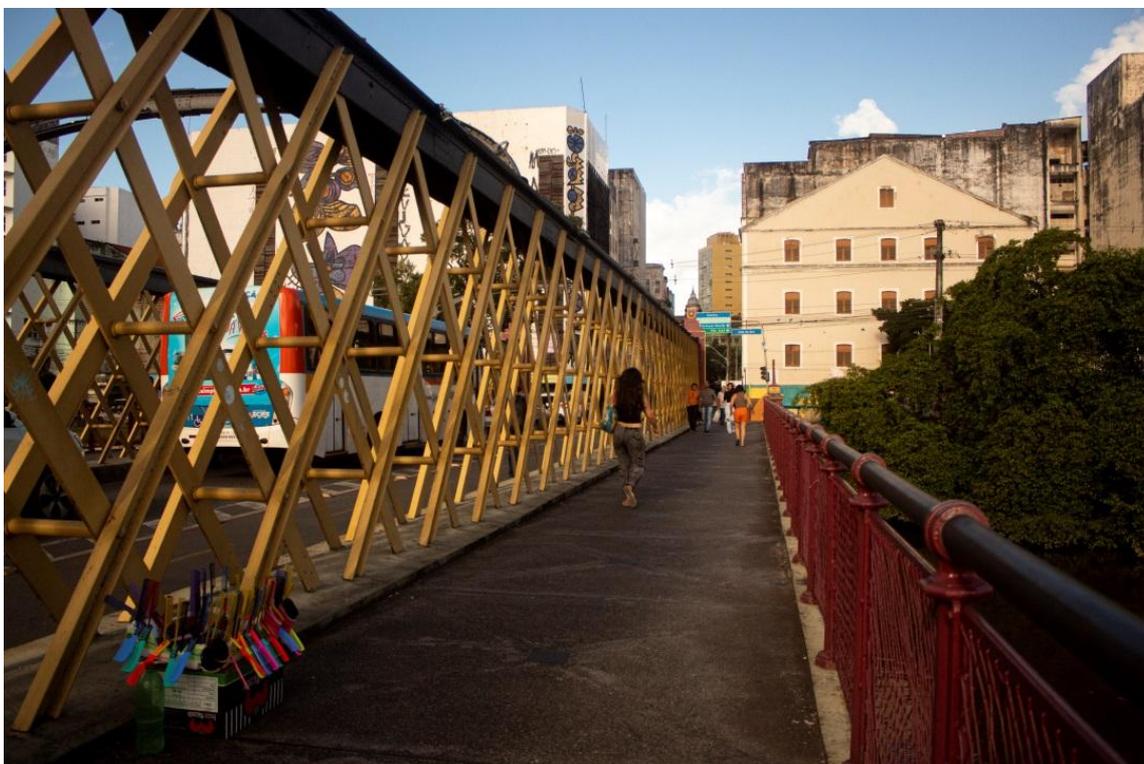
Fonte: Autoria própria, 2023.

Conectando Santo Antônio e Boa Vista, a Ponte da Boa Vista (

Figura 50) chega na Rua Nova e funciona historicamente como eixo de ligação do comércio. Monumental, a Ponte da Boa Vista se mantém como uma das mais simbólicas travessias das águas do Recife. O caminhar pela Ponte de Ferro, assim popularmente conhecida, permite a contemplação da paisagem de dois bairros históricos, onde é possível fazer compras com os vendedores ambulantes. De chaveiros a xaropes, com músicos saxofonistas, os ambulantes transitam e permanecem historicamente no cotidiano dessa ponte.

A Rua Nova faz parte do ambiente da Ponte da Boa Vista, ela ainda mantém o comércio tradicional, mesmo que muitas das suas lojas ocupantes dos sobrados ecléticos estejam fechadas e com anúncios para venda ou aluguel. Alguns conservam bem suas características e ornatos, outros foram encobertos por chapas em ACM, e/ou letreiros. O comércio de luxo, presente nas décadas do século XX, já não mais faz parte do cotidiano dessa rua. As lojas de roupas, de sapatos ou de maquiagens chinesas predominam ao longo do percurso dessa rua.

Figura 50 - Ponte da Boa Vista

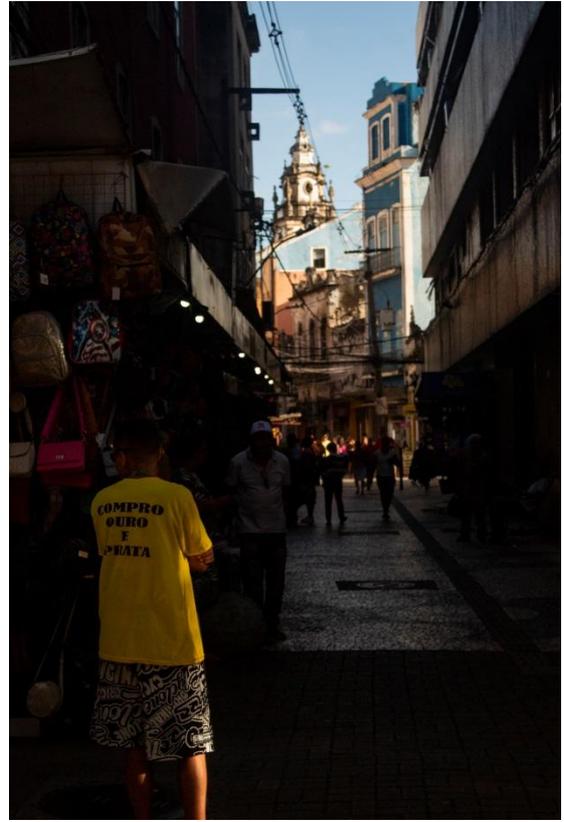


Fonte: Autoria própria, 2023.

Figura 51 – Rua Nova



Figura 52 – Rua Nova/Rua Camboa do Carmo



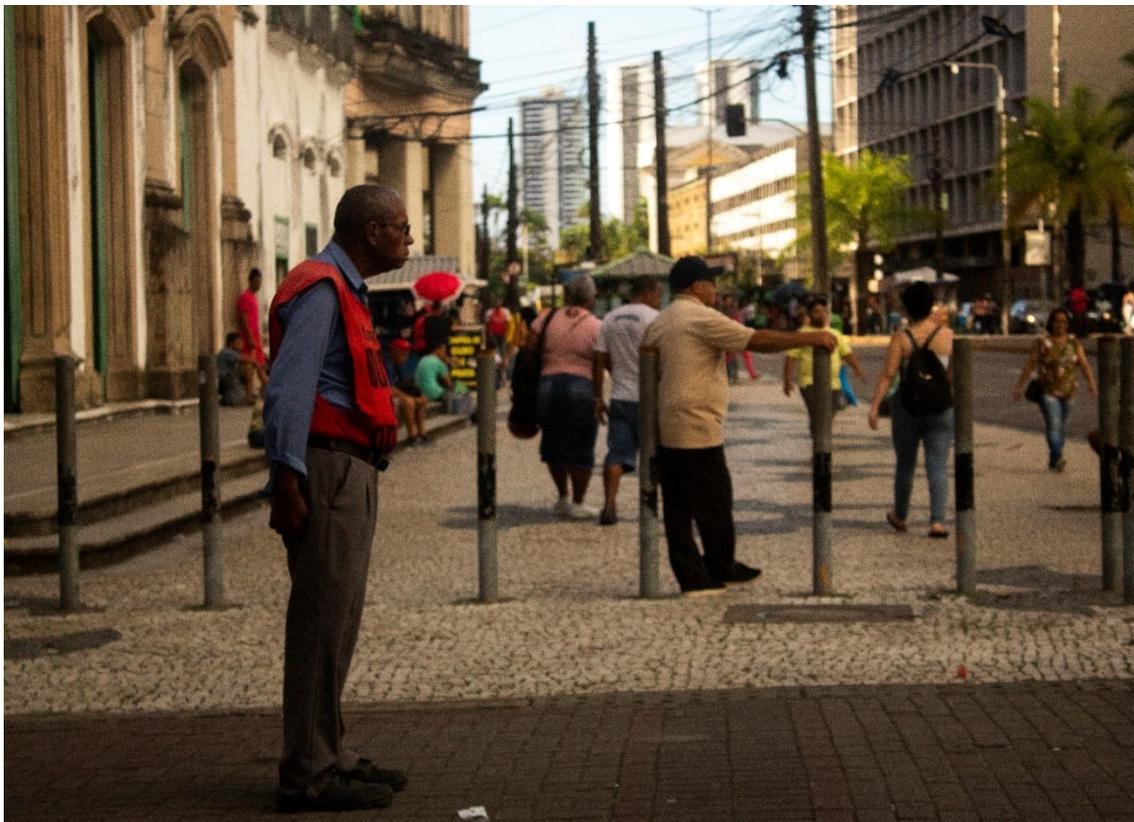
Fonte: Autoria própria.

O comércio ambulante oferta água, lanches, frutas, bolsa, há também os rapazes que oferecem compra e venda de ouro e prata. As igrejas de Nossa Senhora da Conceição dos Militares e a Matriz de Santo Antônio com suas volutas e ornatos barrocos marcam o horizonte e, em seu interior, oferecem um respiro de silêncio no movimento do comércio e dos serviços que ainda se fazem presentes nessas ruas. Durante à noite, a Ponte da Boa Vista mantém sua monumentalidade bem iluminada, já a Rua Nova e a Rua da Palma possuem seus imóveis predominantemente fechado e poucos passantes.

A calçada da Matriz de Santo Antônio é um espaço de encontro onde frequentadores e transeuntes permanecem na entrada da igreja. Estando na esquina da Rua Nova, o caminhar por esse espaço público permite a percepção da comunicação socioespacial entre a rua, a frente do templo católico, a Avenida Dantas Barreto e a Praça da Independência (Praça do Diário). Lá observam-se também pessoas vendendo ouro e prata, barracas de frutas,

água de côco, pedintes e religiosos. Há os que aguardam alguma das diversas linhas de ônibus que passam.

Figura 53 - Calçada da Igreja Matriz de Santo Antônio

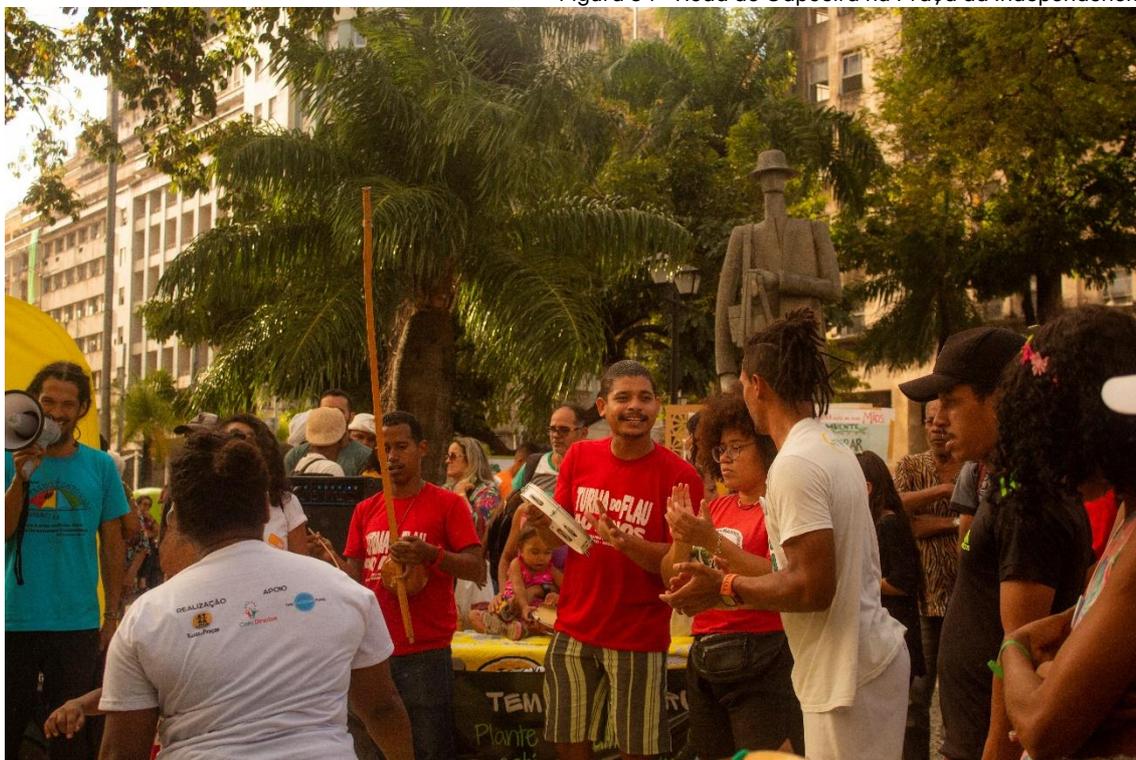


Fonte: Autoria própria, 2023.

Conectada a esse espaço, está a a Praça da Independência ou Pracinha do Diário. É um espaço público de destaque, conforme demonstrado, mas não somente pelo seu histórico e sua antiguidade enquanto ambiente de encontro da cidade. A Praça é percurso de pedestres e ônibus coletivos, espaço de encontro, onde, a partir das observações em campo, acontecem de rodas de capoeira (Figura 54 e Figura 54) a cultos neopentecostais. A praça é ocupada por diferentes estátuas que homenageiam os poetas, jornalistas e mascates. As obras de arte fazem alusão aos significados da formação daquele espaço público. Conforme Queiroz (2020) identificou em sua pesquisa, a Praça do Diário, considerando o seu limite até a Igreja Matriz de Santo Antônio, possui atualmente uma dinâmica de interações sociais entre aposentados, comerciantes, transeuntes, pessoas em situação de rua, pedintes, assaltantes, traficantes, usuários de drogas, trabalhadores sexuais. O comércio de bolsas nos quiosques que se distribuem ao longo da praça, os relojoeiros e o comércio

das lojas são também atrativos por parte do movimento que ainda existe nessa praça.

Figura 54 - Roda de Capoeira na Praça da Independência



Fonte: autoria própria, 2023.

Figura 55 - Praça da Independência e pessoas em roda de Capoeira



Fonte: Autoria própria, 2023.

Figura 56 - Praça da Independência



Fonte: autoria própria, 2022.

Com o abandonado edifício da antiga sede do Diário de Pernambuco, e a falta de uso e conservação de parte do conjunto edificado que a entorna, o espaço a praça é palco de conflitos entre os tipos de atores que forma a sua dinâmica socioespacial no momento presente. Sendo assim, vale pontuar que a experiência do caminhar na Praça da Independência nem sempre é positiva, justamente pelas atuais problemáticas, ocasionadas por conflitos entre os frequentadores ou pelos furtos frequentes.

A partir da Praça da Independência há a Rua Larga do Rosário, que proporciona a vista da monumental Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos, apesar da sua importância histórica e cultural na formação do Recife, a rua atualmente está com poucos imóveis com uso. Um deles está sendo ocupado por movimentos sociais de luta por moradia. A vida da rua se conecta com a dinâmica da Praça, onde senhores aposentados costumam jogar dominó, outras pessoas mantêm o comércio de ouro e prata, presente na Rua Nova e na Matriz de Santo Antônio.

Figura 57 - Rua Larga do Rosário

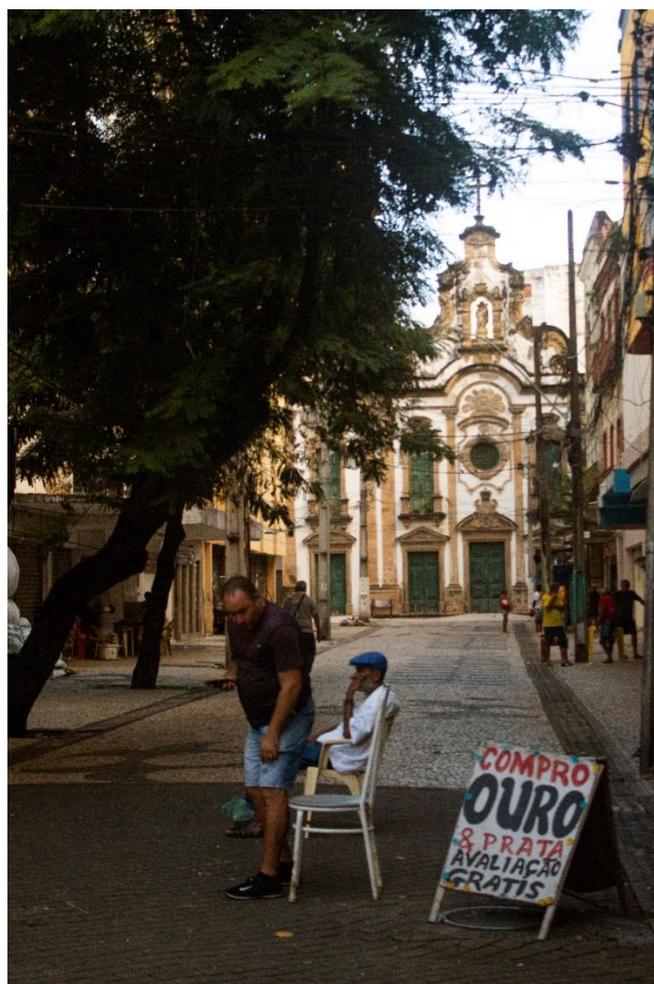


Foto: Autoria própria, 2023.

Paralela à Rua Larga do Rosário, está a Rua Duque de Caxias, um dos principais eixos de conexão entre Santo Antônio e São José. A Duque de Caxias, conhecida pelo comércio, que se conecta à dinâmica da Rua Nova por meio da praça, também apresentava pouco uso no seu conjunto edificado, que preserva o estilo eclético e *art déco* nas suas fachadas.

Figura 58 - Rua Duque de Caxias



Fonte: autoria própria, 2022.

Outro espaço público notável, este, especialmente mais reservado do que a Praça do Diário, é a Praça do Sebo, conhecida pelo comércio de livros usados, discos e CD's, na praça é possível encontrar produtos de vários gêneros, tanto para leitura, como para a música. Outra característica da Praça do Sebo são os bares, os vendedores de acarajé e passarinha, além da conhecida lanchonete do Chá Mate Brasil.

Figura 59 - Carrinho de acarajé e passarinha na Praça do Sebo



Fonte: autoria própria, 2023.  
Figura 60 - Venda de discos no Sebo



Fonte: autoria própria, 2023.

A Praça do Sebo se destaca por ser um dos ambientes onde a sociabilidade possui uma dinâmica mais pacífica, amistosa, onde muitos dos ocupantes já se conhecem e convivem. A percepção é a de um ponto de encontro, que parece às vezes secreto, no meio de Santo Antônio, entre a Avenida Guararapes, a Rua Siqueira Campos e e cruza a Avenida Dantas Barreto em um pequeno trecho para comercialização de livros e discos. As lanchonetes abertas durante o horário comercial são frequentadas por trabalhadores e moradores do entorno. Por falar em moradores, o Edifício Continental se abre para a praça e o térreo, de uso comercial, dá continuidade ao senso de comunidade que é evidente na Praça do Sebo.

Figura 61 - Praça do Sebo e Edifício Continental



Fonte: autoria própria, 2022.

Mesmo que os espaços públicos desse território sejam constantemente ocupados durante o dia, a sensação de insegurança é permeada por furtos e roubos frequentes. No período noturno as ruas se tornam desertas com poucos estabelecimentos abertos, onde também há uma baixa quantidade de imóveis ocupados para moradia. Com isso, à noite, a violência é um problema recorrente na localidade. Isso se intensificou, sobretudo, após a pandemia, com o aumento visível de pessoas em situação de vulnerabilidade social no

centro do Recife. Caminhar, ou andar de bicicleta, por essas ruas, é estar ciente dos riscos de abordagens violentas por parte de pessoas em situação de vulnerabilidade, como moradores de ruas e dependentes químicos.

Apesar dessa problemática, uma marca do cotidiano noturno de Santo Antônio, são as atividades socioculturais como o Pagode do Didi<sup>19</sup> (Figura 62), a venda de espetinhos na rua e a boemia ainda ocorrem no lugar e possuem sua legitimidade enquanto elementos que resistem nessa área do sítio histórico e dinamizam o conjunto urbano.

Figura 62 - Pagode do Didi



Fonte: Autoria própria, 2022.

O Pagode do Didi existe desde 1981, o espaço do Didi é conhecido por sua importância frente a resistência e à luta do povo negro no centro do Recife. O samba do Pagode do Didi costuma ocorrer todas as sextas a partir das 19h,

---

<sup>19</sup> O Pagode do Didi ocorre há mais de 40 anos e Didi, seu idealizador, possui o título de Patrimônio Vivo de Pernambuco.

os músicos que fazem a festa fazem referência à Turma do Saberé, grupo de samba com mais de 60 anos de história fundado no bairro de São José. O espaço do Pagode do Didi, para além de uma festa, representa resistência da eferverscência cultural representada pelos bairros de Santo Antônio e São José. A turma tem raízes do frevo, dos trabalhadores dos bairros de Santo Antônio e São José, dos antigos estivadores do Porto do Recife, da capoeira, quem é da turma, traz vida ao Pagode do Didi e ao território de Santo Antônio. Tal espaço dialoga diretamente com as expressões do bairro de São José, onde também cabe destacar a Casa de Badia, lugar de memória e cultura da religiosidade negra e do maracatu nação.

Figura 63 - Adesivo do Bloco de Samba a Turma do Saberé no Pagode do Didi



Fonte: autoria própria, 2023.

Ainda sobre o Didi, vale mencionar que o espaço se relaciona diretamente com a trajetória do Movimento Negro Unificado de Pernambuco e com o surgimento do tradicional evento da Terça Negra, o que fortalece a importância do lugar como espaço de resistência (FILIZOLA, 2017). O Didi do Pagode, fundador da festa, foi registrado como patrimônio vivo do estado de

Pernambuco, no ano de 2010, para além das questões supracitadas, o Didi é um importante músico violinista da localidade, que formou outros profissionais também <sup>20</sup>. Apesar da inquestionável relevância do Pagode do Didi, recentemente, para além dos episódios de violência ocasionados pela falta de segurança pública no entorno, o espaço foi temporariamente fechado pela Prefeitura da Cidade do Recife, sob justificativa de ausência de alvará de funcionamento, tendo sido reaberto, com apoio dessa instituição, após recorrentes pressões da sociedade civil que frequenta o lugar. O espaço, que é um dos respiros restantes da cultura tradicional, que vem sendo apagada no bairro de Santo Antônio, permanece como marco em Santo Antônio, depois de mais de 40 anos de tradição<sup>21</sup>.

Dentro do contexto cultural, conforme já demonstrado, o carnaval é um período que caracteriza significativamente esse território. Conforme pontuado nas pesquisas históricas apresentadas anteriormente nesse trabalho, os festejos são uma marca característica da memória e da cultura desse lugar durante o ano inteiro.

Atualmente Santo Antônio ainda é passagem dos blocos de carnaval, que partem da Boa Vista e de São José. Vale o destaque para o Galo da Madrugada, conhecido por ser o maior bloco do mundo, preenche as ruas de Santo Antônio e São José. Nos últimos anos, o carnaval multicultural do Recife, que atualmente ocorre por meio de dezenas de palcos ao longo de toda a cidade, recebeu a instalação do Quartel General na Praça da Independência, remetendo aos históricos concursos que aconteciam na segunda metade do século XX. Tido como foco histórico e tradicional do carnaval, o polo teve, além dos concursos atrações de orquestras de frevo e grupos de dança popular.

---

<sup>20</sup> Fonte: Cultura PE. Disponível em: < <https://www.cultura.pe.gov.br/pagina/patrimonio-cultural/imaterial/patrimonios-vivos/didi-do-pagode/> >.

<sup>21</sup> Fonte: Jornal do Commercio, março de 2024. Disponível em: < <https://jc.ne10.uol.com.br/cultura/2024/03/22/pagode-do-didi-no-recife-fecha-temporariamente-para-regularizar-alvaras.html> >.

Figura 64 - Concurso de agremiações no Carnaval de 2024 (Boi Diamante), Av. Guararapes



Fonte: Brenda Alcântara/PCR, 2024.

Apesar da existência do polo, cabe pontuar que a espacialidade da antiga praça, em si, não foi aberta ao público, conforme foi visto no local, o polo ficava localizado na avenida ao lado e a praça, fechada, o que modifica a apreensão do sítio enquanto lugar do carnaval e privatiza um espaço público tradicional. Essas observações foram feitas no carnaval de 2024, durante as realizações dos concursos de expressões tradicionais como maracatu de baque solto e caboclinho. Além dessa problemática que exclui e impossibilita a apreensão do lugar em sua totalidade, o movimento e a aderência dos amantes do carnaval não mostraram a mesma força que em décadas anteriores.

Com um pequeno público e pouca infraestrutura oferecidas para os grupos da base da produção cultural de pernambuco, o polo não pareceu ser uma prioridade do grande carnaval multicultural do Recife, apesar de sua importante tradição e significação pra diferentes grupos tradicionais. Mesmo assim, o lugar ainda é referência no percurso dos principais blocos de Carnaval da Cidade, através da Av. Guararapes, Rua Nova e Praça da Independência,

como o Galo da Madrugada, o Escuta Levino, o Bloco da Saudade, dentre outros blocos tradicionais do carnaval de Pernambuco (MASSAPÊ, 2021).

No ano de 2023, em Santo Antônio não houve desfiles das agremiações tradicionais, que ocorreram em uma área fora do sítio histórico, próximos ao Parque 13 de Maio, no bairro de Santo Amaro. Seja pela redução da quantidade de agremiações, pela mudança nos concursos de carnaval, ou pela pequena quantidade de moradores nos bairros de Santo Antônio e São José, ou por escolhas da própria organização do carnaval do Recife, algumas tradições relacionadas ao território, vêm sendo colocadas em posições de vulnerabilidade e a continuidade desses brinquedos em sua relação com o território do centro do Recife, tende a se fragilizar. Isso propicia o esvaziamento de importantes significações sociais e culturais do lugar, que ao passar por reabilitações e ressignificações, tem esvaídos os significados e valores para muitos grupos da sociedade.

### **3 SIGNIFICAÇÕES DOS SÍTIOS HISTÓRICOS: A PARTICIPAÇÃO SOCIAL NA PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL**

A concepção da proteção do patrimônio cultural se inicia, de maneira mais estruturada, com a valorização de monumentos marcantes e excepcionais pela sua monumentalidade, arquitetura e valor artístico. Voltada para a proteção da pedra e cal, a base do pensamento preservacionista tem matrizes europeias que surgiram com olhar crítico para o restauro e a conservação ainda na primeira metade do século XIX (SANT'ANNA, 1995), esse pensamento europeu é elucidado ao longo desse período, entre outros, por Viollet-Le-Duc, Ruskin e Boito.

Vale pontuar que a circulação do pensamento preservacionista já estava presente nas discussões locais pelo menos desde a década de 1920, quando, por exemplo, foram elencados monumentos a serem preservados nos debates da reforma urbana de Santo Antônio, sobre a qual se tratou no capítulo anterior. Essa tendência ocorre nas cidades históricas brasileiras e, conforme demonstra Sant'anna (1995), a temática da preservação foi sistematicamente discutida frente a esse contexto de tendência para as reformas urbanas que devastaram tecidos antigos, como foi o caso do Rio de Janeiro e no Bairro do Recife, por exemplo.

Em 1931 é postulada a Carta de Atenas, que reflete a premissa de preservação sob o pensamento filosófico europeu. Pouco tempo após a publicação desse documento e aos debates correntes das primeiras décadas do século XX, no Brasil é regulamentada a lei de tombamento, Decreto-lei nº25 de 1937 (CARSALADE, 2023).

Tal como foi também apontado no capítulo 2 desse trabalho, partes das mudanças no ambiente urbano do conjunto tiveram influência direta do olhar preservacionista da década de 1930, tanto no momento de elaboração dos planos de reforma urbana, como na sua execução. Em Santo Antônio, dentro do contexto das escolhas preservacionistas desse período, houve alterações de traçado urbano, vieram novos usos, novas dinâmicas de transporte e novos tipos de ocupação do espaço público. Foi com base nos argumentos pautados

no Decreto-lei 25/37, lei sobre a qual nos debruçaremos a seguir, que a preservação privilegiou a monumentalidade e a materialidade desse conjunto.

Essa normativa rege até hoje boa parte das análises para bens tombados a nível federal. Servindo de base para os estados e municípios, o decreto busca a preservação principalmente dos valores presentes na materialidade das construções e se imprime direta e indiretamente nessas outras esferas, tanto na proteção de zonas históricas (conjuntos urbanos), como de imóveis isolados.

Durante o século XX, principalmente a partir da década de 1960, foram surgindo debates que reconheciam a importância da significação dos sítios históricos, da noção de paisagem, da noção de pertencimento e, por fim, da imprescindibilidade da participação social. A Carta de Veneza (1964), aborda o termo da significância, a visão de conjunto e a classificação de bens culturais que não necessariamente sejam monumentais. Na década de 1970, houve a Declaração de Amsterdã (ICOMOS, 1975) que aborda de forma veemente a importância da participação social na gestão da conservação dos sítios históricos.

A partir da década de 1980, a circulação da preservação com o olhar para as suas diversidades, significados e diferentes naturezas, passa a tomar cada vez mais espaço no campo teórico do patrimônio cultural. Em 1988, com a Constituição Federal, a noção de patrimônio cultural é ampliada e os aspectos da imaterialidade dos bens culturais passaram a ser mais bem incorporados (CARSALADE, 2023).

É nesse contexto que passaram a ser definidos como patrimônio cultural brasileiro bens como objetos, celebrações, saberes e expressões. Além disso, e ainda mais importante, o olhar sobre a inclusão, representatividade dos diversos povos e o estímulo para a participação social, foi doravante visto como necessário. Afinal, o patrimônio cultural não tem sentido de existir sem o envolvimento das pessoas e a identificação da sua significância e representatividade. Apesar disso, a aplicação as normativas para a preservação de conjuntos urbanos envolvendo esses diferentes aspectos ainda são insuficientes.

Nesse sentido, encontra-se um desafio, e aqui se entende que ele provém das políticas e normativas e ações definidoras do que seria o patrimônio nacional e de como sua preservação é tratada. Assim, diante desse breve exposto, este capítulo será voltado para a compreensão do pensamento preservacionista no Brasil, sobre como se dá o reconhecimento da importância do envolvimento social nessa temática. Assim, será desenvolvido sobre importância da participação social como instrumento permanente na gestão do patrimônio cultural. Assim, serão sobrepostos pensamentos teóricos e experiências da participação social que servirão como base para a construção de estratégias por uma gestão da conservação participativa em Santo Antônio.

### **3.1 A preservação e as narrativas para o reconhecimento de conjuntos urbanos enquanto patrimônio cultural no Brasil**

A prática de preservação do patrimônio cultural brasileiro tem suas raízes no pensamento modernista, que se baseia principalmente em práticas de origem francesa e italiana, onde os princípios de monumentalidade, excepcionalidade e beleza da materialidade são fundamentais (CARSALADE, 2023). O Decreto-Lei 25/1937 (IPHAN, 1937) está intrinsecamente ligado a essa afirmativa, e foi essa legislação que garantiu a proteção de muitos bens culturais brasileiros até os dias atuais. Este decreto também prevê o tombamento em escala de paisagem e conseqüentemente de conjuntos, o que abriu caminhos para o reconhecimento de conjuntos urbanos como áreas de preservação.

Tal normativa vem da ação do então Ministro da Educação e Saúde, Gustavo Capanema, que encomenda ao poeta Mário de Andrade – autor do clássico nacionalista *Macunaíma*, publicado pela 1ª vez em 1928 - a idealização de um serviço para a preservação dos bens de interesse nacional. A partir do projeto desenvolvido por Andrade, o ministro solicita a criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN). A estrutura dessa instituição tem como primeiro diretor Rodrigo Mello Franco de Andrade, que veio a encabeçar a redação deste referido decreto. Sua operacionalização

legislativa foi construída com base no pensamento positivista francês (SANTANNA, 1995). Essa normativa representou o pensamento da identidade nacional, por meio da monumentalidade, do heroísmo e historicismo, ou seja, elevando a importância das conquistas da colonização, do império, do domínio de territórios e dos grandes templos católicos.

Ainda sobre a participação de Mário de Andrade, é importante pontuar que suas indicações para inventariação e preservação apresentaram um cunho educativo, nacionalista e de valorização das heranças dos povos originários. A proposta do poeta e escritor trazia uma ampla possibilidade de preservação, contemplando a complexidade existente em um ambiente urbano. Ou seja, abria espaço para a preservação de manifestações culturais, paisagens, objetos, saberes tradicionais, feiras, dentre outras produções sociais representativas do povo brasileiro, conforme também delinea Sant'anna (1995). Apesar disso, Rodrigo Mello Franco de Andrade remodelou a proposta de Mário de Andrade com o objetivo de torná-la mais "factível" em termos jurídicos e normativos, incorporando as já citadas raízes do pensamento preservacionista de base europeia, fora do contexto brasileiro. Sobre isso, vale destacar mais uma assertiva de Márcia Sant'anna, onde trata do potencial das propostas de Mário de Andrade, quando afirma que:

O poeta modernista criou uma nova ideia de patrimônio, que envolvia o registro de manifestações culturais de natureza variada, que poderia ter gerado uma nova matriz legal completamente original, se tivesse havido a intenção de traduzi-la juridicamente. [...] o anteprojeto foi criticado como inviável - e de fato o era, porque sua idéia de patrimônio não atendia aos interesses políticos em jogo e porque não havia visão jurídica suficiente para traduzir esta idéia em lei [...]. (SANT'ANNA, 1995, p. 86)

Assim, o decreto lei 25/37, que origina o SPHAN, futuro IPHAN, define, dentre outras coisas aqui já citadas, os livros do tomo, que são: o Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico; o Histórico; o das Belas Artes; e o das Artes aplicadas. O decreto apenas possibilitou a proteção de bens de natureza material, não definindo instrumentos de proteção bem direcionados para conjuntos urbanos, embora tenha dado abertura para o tombamento de importantes sítios históricos.

No caso da área estudada, situada no bairro de Santo Antônio, apesar de se tratar de um sítio histórico fundamental para o processo de formação da cidade do Recife, não há uma poligonal de tombamento para o conjunto. A proteção atualmente incidente, a nível federal, no contexto do Decreto-lei 25/37 são os tombamentos dos monumentos e uma poligonal de entorno, que engloba toda a área do bairro de Santo Antônio, e parte do bairro vizinho, São José. Na área estudada, essa poligonal protege o entorno de monumentos como a Igreja de Nossa Senhora da Conceição dos Militares e Igreja Matriz de Santo Antônio. No mesmo bairro, há também a proteção federal da Igreja do Rosário dos Homens Pretos, Convento Franciscano de Santo Antônio e a Capela Dourada, Teatro Santa Isabel, Conjunto De Nossa Sra. do Carmo, Igreja do Divino Espírito Santo, Igreja do Livramento e Pátio de São Pedro (igreja e casario).

Embora a área de Santo Antônio não seja tombada pelo IPHAN enquanto conjunto urbano, segundo Júlia da Rocha Pereira (2021) os primeiros tombamentos de conjuntos urbanos são contemporâneos ao início da tutela do patrimônio material no Brasil. De acordo com a autora "o reconhecimento do patrimônio urbano foi contemporâneo à estruturação das políticas de preservação no país" (PEREIRA, 2021, p. 25), onde a estratégia de reconhecimento do patrimônio urbano está na utilização do artigo 5º do Decreto-Lei nº25 de 1937.

Sendo assim, mesmo que o instrumento de tombamento de conjuntos exista há muito tempo, a área de Santo Antônio e São José é protegida por uma poligonal de entorno. Ou seja, a prática da proteção se resume à preservação das visadas do entorno para os monumentos tombados, onde as novas intervenções não deverão obstruir a paisagem e as visadas que englobam as edificações monumentais.

Importa observar, no entanto, que lei que instrumentaliza o tombamento não abrange necessariamente a preservação dos aspectos complexos mesmo nos conjuntos urbanos que são de fato tombados, como é o caso do Bairro do Recife, ilha vizinha a Santo Antônio, classificada com sítio histórico tombado

pelo IPHAN. Márcia Santanna (1995) demonstra a incompatibilidade no atendimento desse decreto em relação ao que a complexidade urbana necessita. Segundo a autora, o próprio órgão de preservação abortara iniciativas para novas instituições jurídicas em prol de uma mais efetiva da conservação do patrimônio cultural urbano onde pontua também que:

Ao longo desse processo de preservação da letra da lei e de sua adaptação informal a um objeto específico, criou-se o mito da perfeição tecnocrática e da permanente modernidade do Decreto-lei nº25, com o objetivo de impedir ou retardar a sua substituição ou complementação. (SANT'ANNA, 1995, p. 4).

Nessa discussão, a partir de uma análise filosófica e aprofundada, baseada nos pensamentos reverberados pela obra de Michel Foucault, Márcia Sant'Anna (1995) desenvolve o conceito de **dispositivo de patrimônio**, onde traz uma interessante analogia a esse pensamento filosófico na leitura dos jogos de saber e poder para o patrimônio cultural. Em seu raciocínio, um conjunto de discursos, alinhados a objetivos estratégicos, podem definir os objetos de preservação, estando dentro desse contexto, a preservação de conjuntos urbanos.

O saber-poder, termo que explana o que seria a aplicação das normas de preservação de áreas urbanas, deriva do processo de estruturação de discursos e objetos concretos. Conforme ela aponta “[...] o dispositivo é um agenciamento, uma organização concreta de discursos e não-discursos (enunciados e visibilidades, segundo Deleuze), instaurado como parte de uma estratégia de poder”. Ou seja, o patrimônio como dispositivo permite a criação de estratégias dentro dos jogos de poder e de interesse, onde o **campo de relações definirá as ações que incidem sobre o patrimônio como dispositivo de poder**. Assim, os contextos para a sua classificação enquanto bem cultural, refletem elementos discursivos e não discursivos que circunscrevem estratégias que dão lugar ao que é o patrimônio e como ele é regulado.

O dispositivo de patrimônio tem servido, desde sua instauração, no século XIX, às mais diversas situações estratégicas. O objeto tornado patrimônio, monumento histórico, bem cultural ou bem de cultura, não importa que nome se dê, está sempre funcionando como elemento de estratégias de poder e de resistência que, conforme o momento histórico, visam a construir nacionalidades ou identidades nacionais [...]; a regular a utilização e a ocupação do solo urbano pela limitação à propriedade privada, etc. O patrimônio é, então, o resultado de uma produção que

envolve elementos muito heterogêneos e mobiliza os mais diversos saberes para produzir, em última análise, significados.

[...] se Deleuze está certo quanto à identidade estar no centro das principais formas de dominação nas sociedades contemporâneas, pode-se entender o peso do dispositivo de patrimônio nessa economia de sujeição resistência. (SANT'ANNA, 1995, p. 15)

Dessa forma, com base nos conceitos desenvolvidos por Márcia Sant'Anna, é possível compreender que o patrimônio urbano é em si o resultado da aplicação de discursos hegemônicos e também não hegemônicos, e os discursos e não discursos flutuam dentro do campo de disputas desse dispositivo de patrimônio. Os discursos podem ser fruto da dominação do poder político ou de muita luta e resistência. Mas é importante perceber que, na maior parte dos casos, o poder hegemônico, que reflete das classes dominantes, é o que mais se sobressai e mais tem a força de aplicar o dito dispositivo patrimônio.

Por isso, compreender essa ideia no contexto de formação da tutela do patrimônio cultural, é fundamental para perceber problemáticas ocorridas na preservação do patrimônio cultural, no passado, no presente e no futuro. Assim, a preservação dos conjuntos urbanos enquanto bem cultural passa pela condição defendida por Sant'Anna (1995) tanto na definição do sítio como patrimônio, como também na sua gestão e nas ações de preservação que ocorrem sobre ele. Essas ações podem ser programas de reabilitação urbana, investimentos, projetos de requalificação, dentre outras medidas tomadas para valorização de um ambiente urbano reconhecido como patrimônio cultural.

A partir do pensamento apresentado no trabalho de Márcia Sant'Anna, é possível construir uma reflexão. Se há um dispositivo de patrimônio, utilizado pelo poder dominante, como caberia a participação se o patrimônio cultural é utilizado como uma ferramenta de poder? O patrimônio, classificado como o é, e gerido como o é, não possibilita muitos espaços de participação. Caso os diversos atores envolvidos possam expressar os significados e valores do que precisa ser preservado, em representação da maioria, o campo de disputas pode possuir o mínimo equilíbrio na força dos discursos. Dessa forma, o poder dominante pode ter um menor domínio sobre o dispositivo do patrimônio.

Para além da participação, a leitura do património urbano a partir de um olhar amplo, que compreende também os bens culturais não hegemónicos, apenas pode se tornar viável juridicamente quando se há instrumento legal que traga respaldo para esses fatores.

Isso se dá, pois, mesmo que haja participação ou alguma forma de escuta, não há instrumentos normativos que as incluam, na prática da preservação. Dessa forma, com o uso do Decreto-lei nº25/37, muitas vezes, o poder dominante consegue imprimir seus interesses sobre a complexidade do património cultural e a participação social dos atores envolvidos com ele.

Essa afirmativa pode ser elucidada ao pensarmos que, não havendo os referidos instrumentos normativos para a participação e envolvimento de atores, as pessoas não poderão ter lugar de fala oficialmente dentro do campo de disputas do discurso incidente sobre o dispositivo de património. Assim, sem a instrumentalização da escuta e da compreensão coletiva, medidas de preservação de conjuntos urbanos voltadas para a vida coletiva, social e historicamente construída no território, poderão ser realizados sem o envolvimento de atores cruciais. Isso põe em risco a permanência ou continuidade de memórias e significados imprescindíveis para a e identidade do lugar.

Conforme anteriormente apontado, na segunda metade do século XX, há uma série de convenções, recomendações, cartas e normativas que vão passar a incorporar a necessidade de um olhar ampliado para a preservação do património urbano, bem como para a participação social. O conceito de património cultural, nesse contexto, foi alargado, passando a considerar contextos socioculturais, a paisagem, a forma de preservar adequada ao saber fazer local, além da descentralização de um olhar que antes era predominantemente europeu.

Tais documentos são textos concisos e diretos, que aglutinam o pensamento sobre a preservação. Importa observar que são representativos tanto do seu período histórico, como do campo teórico das pessoas

participantes na realização dessas convenções<sup>22</sup>. Dessa forma, a linha de pensamento que apresenta um campo amplo sobre a concepção do patrimônio cultural surge pela primeira vez de forma mais perceptível a partir da década de 1960. Esta é pautada pela compreensão do significado, conforme apresenta a Carta de Veneza de 1964, onde:

A noção de monumento histórico compreende a criação arquitetônica isolada, bem como o sítio urbano ou rural que dá testemunho de uma civilização particular, de uma evolução significativa ou de um acontecimento histórico. Estende-se não só às grandes criações, mas também às obras modestas, que tenham adquirido, com o tempo, uma **significação cultural**. (IPHAN, 1964). Grifo nosso.

Além dessa noção, inicialmente citada, há uma abertura no entendimento do que seria um bem a ser preservado. A Carta de Veneza apresenta tratativas voltadas para o contexto urbano, para além do monumental, observando as civilizações e criações modestas de determinado grupo social, a cidade passa a poder ser monumento. Apesar de sucinta, essa carta é um marco na história do patrimônio mundial uma vez que estimula o reconhecimento do patrimônio cultural por meio de uma visão de conjunto, em consideração às especificidades e complexidades de cada lugar. Trata do significado e do contexto local, abrindo espaço para a relevância de abordagens voltadas para o planejamento urbano, o significado das cidades e do patrimônio em favor do desenvolvimento local.

Na mesma década, com base na Carta de Veneza, foi feito o documento das Normas de Quito (1967). Mais focado no contexto da América latina, esse texto foi fortemente incorporado pela normativa de patrimônio cultural desenvolvida no estado de Pernambuco a partir da década de 1970. É preciso destacar aspectos importantes que a carta apresenta, como: (1) noção de patrimônio urbano; (2) patrimônio cultural como ativo econômico; (3) uso dos bens culturais como forma de desenvolvimento local; (4) turismo como valorização do bem patrimonial; (5) setores de preservação.

---

<sup>22</sup> Conforme apresenta Beatriz Kuhl (2010) as cartas e convenções são comumente trazidas sob pontos de vista alinhados ao contexto histórico e do lugar onde os referidos documentos são produzidos.

Sobre esse último ponto destacado, acerca da setorização dos conjuntos patrimonializados, na recomendação das normas legais, foram propostos três tipos de zonas: zona de proteção rigorosa – para áreas de maior densidade monumental; zona de proteção ou respeito – para áreas de maior tolerância; zona de proteção da paisagem urbana – a fim de promover uma integração da área protegida com a paisagem natural do entorno (OEA, 1967).

No que tange ao olhar sobre o patrimônio enquanto impulsionador para a economia é possível retomar a referência de Sant’Anna (1995), onde é desenvolvido o conceito de Dispositivo de Patrimônio. As Normas de Quito reforçam esta tese, onde os conjuntos urbanos, classificados como bens culturais, passaram a serem postos como ativos importantes para o desenvolvimento econômico, como “instrumentos de progresso” (OEA, 1967). Ou seja, para além do dispositivo do patrimônio enquanto instrumento de afirmação de uma identidade nacional, ele passa também a ser objeto do poder dominante por meio da visão promotora do desenvolvimento.

Dentro do contexto histórico desenvolvimentista que ganhou força na segunda metade do século XX nas Américas, o documento é contemporâneo ao crescimento acelerado das cidades brasileiras. No Recife, a normativa então vigente para regulamentos construtivos estimulava a expansão urbana e possibilitava edifícios verticalizados, como aqueles que vieram a ocupar o conjunto de Santo Antônio (RECIFE, Código de Urbanismo e Obras, 1961). Nesse âmbito, vemos que o olhar para o patrimônio cultural, como opção de preservação, pousa nesse interesse crescente de desenvolvimento das cidades (Figura 65), em um momento em que, os centros urbanos, na contramão da expansão urbanística das capitais, começam a se esvaziar ao longo das décadas. Nesse contexto, são criadas alternativas para atrair investimentos nas áreas centrais, onde o patrimônio cultural se tornaria um dos atrativos para tal.

Figura 65 - Artigo de jornal sobre preservação do patrimônio cultural e desenvolvimento econômico

## PLANO

Enfatizou o diretor geral da Fiam, prof. Aluizio Sales Júnior, que a atividade de restaurar, revitalizar e preservar sítios de valor histórico-cultural não é tarefa exclusiva da Cultura Nacional. Antes e principalmente, primordialmente, faz parte do planejamento global, se inclui na ação maior de promover o desenvolvimento.

“Desta forma, sendo a Fundação de Desenvolvimento Municipal do Interior de Pernambuco, o único órgão estadual de articulação / planejamento / assistência aos municípios do Interior se propôs a elaborar este Plano-1ª parte, que inventaria os sítios de valor regional e mesmo nacional e é objeto de convênio firmado com a Sudene.

Fonte: Jornal Diário de Pernambuco, julho de 1979.

Acervo digital da Hemeroteca Digital/Biblioteca Nacional. Disponível em: <  
[https://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=029033\\_15&pesq=%22plano%20de%20preserva%C3%A7%C3%A3o%22&hf=memoria.bn.br&pagfis=138282](https://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=029033_15&pesq=%22plano%20de%20preserva%C3%A7%C3%A3o%22&hf=memoria.bn.br&pagfis=138282)>.

Dessa forma, é possível apontar que a partir do estoque edificado dos sítios históricos, uma alternativa encontrada para a preservação foi a de desenvolver estratégias para que essas áreas, com risco de esvaziamento, pudessem atender aos interesses econômicos em tendência de crescimento. Com isso, os bens culturais, conforme aponta o documento, poderiam ser acessíveis por uma maioria popular para além das minorias eruditas (OEA, 1967, p. 4).

Nesse contexto das Normas de Quito, a turistificação dos bens culturais é tratada como estratégia de preservação, uma vez que confere uso a sítios históricos nos países americanos, que vinham passando por processos de empobrecimento. O uso do turismo, segundo esse documento, propiciaria a

movimentação econômica do lugar e a chegada de novos empreendimentos, sejam eles grandes ou pequenos. Tal argumento é posto visto que, a lógica de um lugar preservado atrairia o turismo entendendo-se que este, por sua vez, estimula as atividades econômicas. Isso poderia ser visto como um ciclo de preservação e desenvolvimento local nas áreas protegidas. De fato, é imprescindível a tratativa da cidade como ativo de impulsionamento econômico, desde que, as premissas de preservação, participação e interesses sociais possam exercer influência nas ações de valorização do patrimônio cultural urbano.

Em 1975 foi publicado mais um documento referencial para a preservação de conjuntos urbanos. Também construída no contexto europeu, a Declaração de Amsterdã, resultante de um congresso onde destaca a importância da cooperação da sociedade. A partir de uma abordagem acerca dos conjuntos urbanos, o texto se destaca por trazer, com veemência, a importância participação da comunidade local para a conservação dos bens culturais. Outro ponto a salientar é o de que o documento estima pela manutenção dos habitantes em operações incidentes no conjunto protegido, os quais devem se beneficiar das mesmas. Essas afirmações podem ser compreendidas a partir de diferentes trechos do documento, dentre eles:

c) Todos os cidadãos europeus têm o dever comum de proteger este património face aos crescentes perigos que os ameaçam [...].

[...]

f) A reabilitação dos centros históricos deve ser concebida e realizada, na medida do possível, sem alterar significativamente a estrutura social dos residentes e de tal forma que todos os estratos da população beneficiem das operações financiadas com fundos públicos.

[...]

i) O património arquitetónico só sobreviverá se for apreciado pelo público, em geral, e pelas novas gerações, em especial. Os programas educativos devem, pois, preocupar-se com estes objetivos, a todos os níveis do ensino.

j) Devem ser encorajadas as organizações não governamentais - internacionais, nacionais ou locais - que contribuam para incrementar o interesse do público.

[...]

Porém, a conservação do património arquitetónico não deve constituir preocupação exclusiva de especialistas. O apoio da opinião pública é essencial. A população deve, com base numa informação objetiva e completa, participar efetivamente, desde o estabelecimento dos

inventários até à preparação das decisões. (ICOMOS, Declaração de Amsterdã - Conclusões do Congresso sobre o património arquitetónico europeu, 1975)

A esse contexto, cabe destacar a experiência exitosa da reabilitação da cidade de Bolonha, que inspirou a Declaração de Amsterdã. O plano reabilitou os edifícios do conjunto histórico, e por meio de programas de aluguel social, possibilitou a permanência dos moradores antigos na localidade. A gestão que resultou do *Piano per l'edilizia Economia Popolare* deixou o legado da conservação do patrimônio cultural para além da monumentalidade e da materialidade edilícia a partir da relevância da sociedade durante o processo, que foi participativo (SAMPAIO, 2023). Ou seja, a Declaração de Amsterdã sistematizou uma experiência de conservação de um conjunto urbano enquanto paisagem a partir da relevância dos atores que compõem o ambiente construído.

No âmbito brasileiro, os anos 1970 tiveram como o Programa de Cidades Históricas (PCH), promovido nos anos 1970, à luz das premissas correntes nas Normas de Quito, além dos interesses desenvolvimentistas da ditadura militar. O programa visava estimular medidas locais de preservação dos sítios históricos e sua turistificação. O PCH, que foi sediado em Pernambuco, teve como marco a sua atuação voltada para o nordeste brasileiro, com destaque para sua atuação em Olinda e Salvador, o programa impulsionou investimentos do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) e do BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento) em reformas de infraestrutura e reabilitação urbana (SANT'ANNA, 2017).

A Carta de Veneza (1964), as Normas de Quito (1967) e a Declaração de Amsterdã (1975) serviram de fundamento conceitual para normativas de preservação locais em diversos estados brasileiros. Em Pernambuco, o Plano de Preservação dos Sítios Históricos apresentado pelo governo do estado, por meio da FIDEM, que por sua vez, foi base para o Plano de Preservação dos Sítios Históricos do Recife, instituído pela lei municipal nº 13.957/79. Assim, a proposta do plano apresenta uma abordagem que carrega a compreensão de conjunto, de sua paisagem, da ambiência, dos significados socioculturais e do combate às destruições promovidas pelo movimento da arquitetura moderna

(FIDEM, 1978, p. 10). Conforme as bases dos pensamentos apresentados nas referidas cartas, a despeito do que foi aqui descrito sobre o pensamento da primeira metade do século XX, o PPSH-RMR ressalta a importância do conjunto sem que necessariamente ele possua exemplares de monumentalidade, onde:

Neste PPSH/RMR, entende-se por sítio histórico todo conjunto ambiental caracterizado pela qualidade da trama estrutural que a constitui ou pelas expressões arquitetônicas singulares que contêm, como representativas da atuação do homem no tempo e no espaço. Portanto, um sítio histórico pode conter ou não um monumento, tomado na acepção tradicional. Por vezes o conjunto de edifícios singelos, típicos constitui o sítio histórico, mesmo não existindo, entre eles, nenhum expoente artístico.

Por outro lado, o sítio histórico não representa unicamente um bem cultural, senão também um notável bem econômico e urbanístico de valor inestimável, porquanto insubstituível. [...]. (FIDEM, 1978, p. 11).

O plano é reflexo do contexto nacional de descentralização das ações de preservação, que passam também aos cuidados dos estados e municípios (SANT'ANNA, 2017); (BIHUM, 2023). Isso possibilitou uma maior capacidade de abrangência na preservação dos bens culturais locais. Dessa forma, tais ações se voltam para a recaptura do patrimônio edificado por meio de uma visão de conjunto. Buscando assim, o crescimento econômico de áreas que estariam ameaçadas por um tipo de esvaziamento urbano ou um progresso predatório com o conjunto edificado existente, como havia sido o caso da abertura de avenidas e demolições de imóveis antigos para a construção de novos edifícios modernos em Santo Antônio.

Vale pontuar que esse plano é contemporâneo ao momento em que o movimento de modernização de Santo Antônio e São José já se arrefecia. Ou seja, a área central passava pela queda do interesse para a implantação de novos edifícios. Embora tenham sido feitas construções de grandes edifícios até esse momento, a exemplo do Edifício Igarassu, e da antiga sede do Bancipe, situados na Avenida Dantas Barreto, ao lado de igrejas monumentais, o mercado imobiliário estava cada vez mais voltado para as áreas de expansão do Recife.

Figura 66 - Edifícios modernos na Av. Dantas Barreto



Fonte: autoria própria, 2022.

Dessa forma, se apresentava a estratégia da volta desse patrimônio cultural para o dia a dia da população e para o desenvolvimento econômico local. Com isso, o contexto da preservação do patrimônio brasileiro na década de 1970 está no eixo das estratégias de planejamento local e das alternativas de desenvolvimento. Conforme aqui já apontado no sentido da relação com a visão de conjunto para o patrimônio cultural enquanto ativo do turismo, bem como do estímulo do seu uso para outros ativos econômicos.

Além da abordagem da importância dos sítios históricos para o desenvolvimento local, uma evidente demonstração de influência das Normas de Quito é observada no plano de preservação em Pernambuco especialmente na definição de zonas nos sítios históricos, tanto na instância estadual como municipal. Na proposta do Plano de Preservação dos Sítios Históricos da Região Metropolitana do Recife (FIDEM, 1978) foram definidas Zonas de Preservação Rigorosa e Zonas de Preservação Ambiental, as quais foram incorporadas na Lei de Preservação dos Sítios Históricos do Recife (RECIFE, 1979); (RECIFE, 1981). De acordo com o plano metropolitano:

[...] A Zona de preservação Rigorosa é a que circunda imediatamente o acervo edificado. A Zona de Preservação Ambiental demarca a paisagem circunjacente ao objeto de preservação rigorosa, de modo a constituir-se numa área de transição entre ele e o restante espaço edificado. (FIDEM, 1978).

A questão da participação, conforme apresenta Bihum (2023, p. 59), recorrentemente ressaltada na Declaração de Amsterdã (1975), inspirou também partes do PPSH/RMR. No contexto local, a participação aparece delimitada pela necessidade de informação e conscientização para promoção do engajamento social. Embora curto, o conteúdo do documento de preservação dos sítios da Região Metropolitana do Recife dispõe sobre a necessidade de conscientização da sociedade, uma vez que:

“[...] a principal causa da descaracterização dos ambientes históricos dessa região metropolitana tem sido o desconhecimento a respeito dos valores culturais desse patrimônio” (FIDEM, 1978, p. 53)

O processo de participação recomendado pelo PPSH/RMR se volta prioritariamente para a pauta da educação patrimonial. Esta seria feita pela divulgação, por parte das entidades da administração pública, para o que se entende como o patrimônio cultural formado pelos conjuntos históricos da Região Metropolitana do Recife.

Assim, apesar da influência, o PPSH/RMR apresenta pouca abrangência sobre os termos da participação social constantes na Declaração de Amsterdã. O documento europeu trata não somente do sentido da educação patrimonial, mas também na incidência de decisões das políticas de preservação, nos planos de reabilitação e nos incentivos fiscais, recomendando um envolvimento sistêmico da sociedade civil na conservação dos bens culturais.

Vale pontuar que embora o estudo liderado pela FIDEM ainda não tivesse uma abordagem ampla acerca da participação, o produto apresentado é inovador, no sentido do reconhecimento e proteção de sítios urbanos. Atendendo 9 municípios e identificando 112<sup>23</sup> sítios históricos, o PPSH/RMR estabeleceu o reconhecimento dos conjuntos urbanos enquanto patrimônio

---

<sup>23</sup> Dos quais, 59 estão inseridos dentro do município do Recife (FIDEM, 1978, p. 95)

cultural, incidiu nas legislações urbanísticas dos municípios, estimulou o tombamento estadual dos bens, levando em conta a relevância da ambiência de um conjunto edificado (FIDEM, 1978). Nesse contexto, o plano visava o desenvolvimento desses sítios, onde, com a estratégia do uso de matrizes, onde para cada tipo de conjunto, diante das suas particularidades, eram indicadas obras, normativas, ações intervencionistas vindas do poder público e do privado.

Apesar dessa inovação, a visão de patrimônio apresentada no PPSH ainda apresentava um olhar predominantemente voltada à materialidade dos sítios, não ressaltando os aspectos imateriais ou da cultura do dia a dia existente nesses sítios. O olhar ampliado para a condição ambiental, por exemplo, não abarcou as narrativas do projeto de preservação de Mário de Andrade, que já haviam sido deixadas em segundo plano na elaboração do decreto-lei nº25/37.

Essas narrativas posteriormente voltaram a ser incorporadas na política de preservação por meio da atuação do pernambucano de Aloísio Magalhães, no Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC). O órgão inicialmente situado no Ministério da Indústria e Comércio, e a posteriori incorporado ao IPHAN, tinha fins de valorização, manutenção e difusão da dita cultura popular no início dos anos 1980 e retomou o espírito da cultura brasileira que tinha sido trazido nos estudos de Andrade durante a década de 1930 (CHUVA, 2012).

Considerando isso, o plano estabelecido para a Região Metropolitana do Recife, que resultou na promulgação da Lei 13.957/1979 no Recife, precisa ser revisto e ampliado para abordar questões de preservação que, ao longo dos anos, ficaram predominantemente limitadas ao licenciamento de novos projetos e intervenções. Ainda assim, cabe mencionar a importância do PPSH Recife na prática da preservação local, onde 31 sítios históricos foram definidos e incorporados à normativa de uso do solo da cidade por meio de uma postura, pode ser dizer, inovadora no país.

Figura 67 - Capa do Plano de Preservação dos Sítios Históricos do Recife



Fonte: (RECIFE, 1981)

A cidade do Recife incorporou boa parte dos polígonos sugeridos pelo então governo estadual. O livro do Plano de Preservação dos Sítios Históricos do Recife, cuja capa ilustra a Rua Duque de Caxias (

), no bairro de Santo Antônio, é idealizado por meio de uma postura poética, memorialista, e em prol da identidade do Recife. O texto do PPSH Recife possui uma discreta postura crítica ao progresso que destrói construções históricas e afasta as relações socioespaciais que fortalecem a identidade. O livro, apresenta em sua abertura o seguinte poema de João Cabral de Melo Neto:

A Escola das Facas  
Embora não me sinta o direito  
de te dizer sim, não, dar conselho,  
  
conto com que todo esse progresso  
que derruba o onde fui (e ainda levo)  
  
faça mais fácil o mão-a-mão  
de mão a mão distribuir o pão,

e que tua gente volte ao “bom-dia”  
de quando lá toda se sabia.  
João Cabral de Melo Neto *in* (RECIFE, 1981)

Figura 68 - Polígonos da ZEPH-10



Fonte: (RECIFE, 1979), (PONTUAL, 2021).

No caso de Santo Antônio, área sobre a qual esse trabalho é mergulhado, a área é instituída enquanto sítio histórico por meio do decreto nº 11.693 de 22 de setembro de 1980, a ZEPH (Zona Especial de Preservação do Patrimônio Histórico-Cultural) englobava o que foi avaliado como conjunto urbano histórico de Santo Antônio e São José, composta por 11 setores (Figura 68), dentre eles os setores de preservação rigorosa, onde a normativa estabeleceu um maior controle, e os setores de preservação ambiental, que

funcionam como uma zona de amortecimento e de maior liberação dos parâmetros urbanísticos, os SPR 2, 5 e 6 foram escolhidos para objeto de desenvolvimento dessa pesquisa. Dessa forma, incorporando o PPSH/RMR, a cidade do Recife conseguiu assegurar a extensão de 31 conjuntos urbanos até o momento presente. Conforme pontuado, o projeto foi construído majoritariamente com base na proteção do conjunto edificado, carecendo de olhares ampliados acerca da complexidade sociocultural da cidade, carregada por suas relações sociais, ofícios e manifestações culturais.

Essa normativa não passou por muitas modificações ao longo dos anos, mas é possível identificar a alteração de polígonos e de parâmetros urbanísticos a partir da Lei de Uso e Ocupação do Solo de 1996, Lei nº16.176 (RECIFE, 1996), além da classificação de duas novas ZEPH. Nesse sentido, o Plano de Preservação do Sítio Histórico (PPSH) necessita de uma continuidade e expansão de suas propostas, não apenas focando na participação social, mas também ampliando o escopo para abranger as imaterialidades do patrimônio cultural, além de acompanhar e aprimorar as ações já indicadas no estudo realizado pelo governo do estado de Pernambuco em 1978.

Destarte, temos até a década de 1980, uma visão predominantemente voltada para o patrimônio construído nas funções de preservação. O olhar para a prática da preservação partiu, na prática, da visão da monumentalidade como exemplar da cultura e da identidade de nação – através do ponto de vista do poder dominante.

Com o passar do tempo, a visão de conjunto e do patrimônio como ativo de desenvolvimento para o turismo foi fortalecida no Brasil e em cidades latino-americanas. Ainda assim, o trato com o patrimônio, até a década de 1980, foi mais voltado para a preservação do objeto, em detrimento do sujeito (CARSALADE, 2023).

Durante a década de 1980, efervescia o pensamento sobre identidade em uma espécie de crise do sistema capitalista. Aloísio Magalhães, do CNRC, já em 1979, propagava a ideia do uso comunitário do patrimônio, sugerindo que reformas voltadas para o benefício do cidadão seriam mais apropriadas do que

aquelas focadas no turismo, que naturalmente viriam como consequência do sucesso de ações em prol da comunidade local (MOTTA, 2000, p. 59).

No contexto brasileiro, os debates sobre identidade, regionalidade, educação e ideologia de gênero ganharam força, o que resultou em uma ampliação da noção de patrimônio cultural (CHUVA, 2012). Com o fim da ditadura, novas eleições e maior liberdade de expressão e do desenvolvimento do pensamento crítico, formulou-se o que resultou na constituição de 1988. Surgiram, em diferentes instâncias de poder brasileiras, novos conceitos produzidos inclusive pelas instituições com novas propostas para a prática da preservação (MOTTA, 2000, p. 59).

Fora do Brasil, as temáticas da significância, dos valores e de compreensões mais subjetivas na leitura do patrimônio cultural começaram a ter mais espaços de debate e desenvolvimento. Assim, experiências de uma aproximação entre a coletividade e o patrimônio cultural tomam cada vez mais corpo ao longo das décadas até o presente momento, tanto na prática institucional, como em produções acadêmicas. No próximo tópico, serão abordadas as reflexões sobre a participação social no patrimônio cultural, formas de compreensão das subjetividades relacionadas à temática e a análise de experiências.

### **3.2 Caminhos para a participação na cidade como bem cultural**

Em clima de redemocratização, o Brasil testemunhou o pensamento sobre o patrimônio a partir de figuras como o pernambucano Aloísio Magalhães e o radicado brasileiro Ítalo Campofiorito, ambos à frente do IPHAN. Eles defendiam a diversidade e a descentralização do patrimônio cultural, ou seja, o que seria uma evolução da política cultural, a fim de defender e promover a multiplicidade da identidade brasileira (MOTTA, 2000).

O contexto político da década de 1980 no Brasil era o do desgaste progressivo da ditadura militar, que perdurou durante 21 anos. Os movimentos sindicais, greves, movimentos estudantis e contestações da censura por parte da mídia passaram pressionar por mudanças no sistema ditatorial. Ou seja, tais fatos acarretaram em prol da instauração de processos democráticos e

de valorização nacional, que se iniciaram ainda no final da década de 1970, culminando no fim da ditadura em 1985. O então presidente José Sarney convocou a Assembleia Nacional Constituinte, composta por deputados federais e senadores eleitos em eleições gerais no ano de 1986, estando esses com a missão de elaborar uma nova constituição para o país (OLIVEIRA, 2005).

A assembleia teve a presença majoritária de tendência progressista, em oposição ao regime militar. O processo teve como resultado a presença de diversos artigos que valorizavam pautas progressistas. Dentre estas, foi trazida a atenção aos povos originários, incluídas pautas contra o racismo, a favor reforma agrária, do cumprimento da função social da propriedade, da proteção de comunidades de interesses sociais, etc. A constituição de 1988 possibilitou a participação dos povos originários, com a inédita presença de representantes indígenas na câmara de deputados. O processo de construção da Constituição de 1988 foi um ato revolucionário na construção da cidadania brasileira, onde a questão do patrimônio cultural se insere como um dos vários eixos de interesse para a garantia dos direitos das minorias no Brasil.

Figura 69 - Indígenas presentes na Assembleia Constituinte



Fonte: Leopoldo Silva. Disponível em: < <https://medium.com/hist%C3%B3rias-socioambientais/caminhos-contr-a-retrocesso-6944ef105288> >.

Nesse contexto, foi trazida uma visão ampla sobre o patrimônio cultural do país, conforme se acompanhava em debates presentes, inclusive, em órgãos de proteção vinculados ao governo. O olhar sobre patrimônio cultural e sua diversidade já vinha sendo apresentado por Aloísio Magalhães, à frente do CNRC. Tais ideais, Lia Motta (2000) tão bem descreve, em favor da valorização de um patrimônio cultural não hegemônico, que compreenda não somente o contexto histórico tradicional da formação das cidades, mas as causas sociais, as formas de vida e as relações socioterritoriais que fazem a cultura de um bem cultural, o que somente é acessível por meio do contato com as pessoas.

“Referindo-se a Ouro Preto, Aloísio Magalhães afirmou ser preciso entender ‘a comunidade em seu processo histórico, [identificar] quais eram fazeres daquela comunidade que a levaram a construir aquele monumento, e procurar revitalizar, reanimar esses fazeres, que são geradores de riqueza, capazes de resolver até problemas de sobrevivência’. (MAGALHÃES, 1985) *apud* (MOTTA, 2000).

Figura 70 - Assembleia Nacional Constituinte, 1987



Fonte: Acervo do Arquivo Histórico da Câmara Legislativa.

No artigo 216 (BRASIL, 1988), o que pode ser interpretado como um ato de revisão da premissa de preservação, se define o patrimônio cultural brasileiro como “portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes

grupos formadores da sociedade brasileira". A partir do referido artigo, passa a haver a existência de uma boa abertura para a classificação e compreensão do que é e do que pode ser o patrimônio cultural brasileiro em sua complexidade. A Constituição de 1988 representa, além disso, uma mudança nos paradigmas de classificação e gestão do patrimônio cultural urbano, de forma que a população, para além dos especialistas, também possa atribuir valores que lhes sejam representativos.

Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

I - as formas de expressão;

II - os modos de criar, fazer e viver;

III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;

IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;

V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico. (BRASIL, CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988, 1988).

Ainda no artigo 216, no parágrafo 1º, a participação social se tornou uma questão constitucional, onde está previsto que o poder público promoverá e protegerá o patrimônio cultural Brasileiro com a colaboração da comunidade (BRASIL, 1988). Além disso, essa sessão da constituição federal ainda trata da patrimonialização de antigos territórios quilombolas, estabelecendo não somente a ampliação da noção de patrimônio brasileiro, como também a previsão da proteção de bens culturais de povos não hegemônicos. Conforme aponta Ulpiano Bezerra de Menezes, esse artigo reconfigura a lógica de preservação, passando o poder de decisão para além do Estado, mas para a sociedade formadora dos bens culturais, onde:

[...] as inovações introduzidas são preciosas. Antes de mais nada, a matriz do valor cultural passa do Estado para a sociedade, substituindo o Decreto-lei nº 25/1937, segundo o qual o tombamento é que instituiu o patrimônio nacional; agora, instituinte é a sociedade, ou melhor, seus "grupos formadores", cuja identidade, ação e memória são alimentados e alimentam determinados bens materiais ou imateriais, indistintamente. Deve-se reconhecer a interação de bens e sujeitos como característica do patrimônio. (MENESES U. B., 2017).

Nesse sentido, a Constituição Federal abre os caminhos para a reformulação na abordagem da preservação, não somente nos órgãos de

proteção federal, mas também nos estaduais e municipais. A função destes é justamente de possuir uma maior capilaridade na tutela nos bens culturais brasileiros. Por isso, de acordo com Simone Scifoni (2023), a ideia de “colaboração da comunidade” se refere ao compartilhamento de responsabilidades sobre a identificação, gestão e conservação do patrimônio cultural brasileiro.

Em paralelo a isso, as áreas urbanas protagonizaram os processos de preservação de bens culturais. Assim como o caso do PPSH em Recife, Pernambuco, outros estados também realizaram projetos de preservação de conjuntos urbanos. Estando em destaque no campo de debate dos tombamentos, a cidade como bem cultural passa finalmente a ter seu reconhecimento, na prática, muito além da questão da monumentalidade, mas pelo seu valor de relevância enquanto processo de formação histórica das cidades brasileiras, foi o que Márcia Sant’Anna trouxe como “a cidade documento” (1995, p. 225).

A definição de conjuntos urbanos como áreas de preservação, no entanto, não acompanhou o que havia sido definido no artigo 216 da constituição brasileira. A participação social e o diálogo entre materialidade e imaterialidade não foram costurados na prática da preservação. Uma das razões é a obsolescência do decreto-lei 25/37, que se manteve como o principal instrumento de proteção de bens materiais. Apesar disso, ele não dialoga com as imaterialidades e diversidades de bens culturais que um conjunto urbano contém, tampouco prevê a inclusão de instrumentos de preservação. No caso do Recife, a revisão do Plano Diretor de 2021 apresenta a inclusão dos aspectos relativos ao patrimônio cultural previstos na constituição, mas ainda não há instrumentos e novas regulamentações de proteção com a abrangência desses discursos.

Destarte, de alguma razão, instrumentalmente, passados mais de 35 anos do lançamento da constituição federal, não houve uma fusão sistêmica dos instrumentos a partir das naturezas dos bens patrimoniais brasileiros.

Mesmo com a instituição de registro (Decreto nº 3.551/2000), que instrumentaliza o patrimônio imaterial brasileiro, os conjuntos urbanos históricos, principalmente aqueles cuja proteção se alinha ao Zoneamento, não possuem uma compatibilização das variadas naturezas de bens culturais.

Dessa forma, conjuntos como o de Santo Antônio, cuja carga sociocultural tem bastante força nos sentidos relacionados à espacialidade, ao uso e às resistências, não possuem ainda instrumentos para participação social ou de valorização do papel do cotidiano das pessoas nesse território. Nesse contexto, projetos de reabilitação urbana, mesmo preservando a monumentalidade das construções, sejam elas coloniais ou modernas, na ausência de um reconhecimento participativo, tendem a deixar despercebidas as atuais relações constituídas no lugar. Estas, configuram significados, valores e a identidade local.

Não por acaso, Ulpiano Bezerra de Meneses, integrante do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural desde o ano de 2005, trata da constituição federal de forma insistente em seus artigos. Em "A cidade como bem cultural: Áreas envoltórias e outros dilemas, equívocos e alcance da preservação do patrimônio ambiental urbano" (2006), Menezes discorre acerca dos desafios para a gestão do *patrimônio ambiental urbano*. No referido artigo, reflete-se sobre as representações sociais sobre o bem cultural, ou seja, os sentidos trazidos aos lugares por meio da vivência das pessoas.

A partir de uma crítica à exclusão do reconhecimento do cotidiano enquanto parte fundamental do patrimônio cultural, é demonstrado que para uma preservação de fato, é preciso levar em consideração a população como força na permanência das tradições culturais.

O bem cultural tem matrizes no universo dos sentidos, da percepção e da cognição, dos valores da memória e das identidades, das ideologias, expectativas, mentalidades, etc. Todavia, as representações, para deixarem de ser mero fato mental ou psíquico e integrarem a vida social, precisam passar pelo mundo sensorial, do universo físico: o patrimônio ambiental urbano tem matrizes na dimensão física da cidade, pois é por meio de elementos empíricos do ambiente urbano que os significados são instituídos, criados, circulam, produzem efeitos, reciclam-se e se descartam. (MENESES & ARANTES NETO, 2006, pp. 36-37).

Segundo Ulpiano, gestores e produtores frequentemente destinam o uso cultural para bens patrimoniais reabilitados, privilegiando uma cultura associada ao lazer, à elite e a práticas que transcendem o cotidiano, excluindo assim aspectos relacionados ao trabalho e à vida diária. Para o autor, essa alocação de função, distante da realidade social da cidade como bem cultural, está essencialmente ligada aos desejos das dinâmicas do poder dominante.

Hugues de Varine (2013, p. 20), ao defender o desenvolvimento local, compartilha uma perspectiva similar à de Menezes. Para ele, os valores de beleza, antiguidade e autenticidade frequentemente promovidos pelos responsáveis pela cultura e turismo podem carecer de significado para os residentes locais, sendo relevantes apenas para observadores externos ocasionais. No texto de Varine sobre o patrimônio a serviço do desenvolvimento local, a participação social é posta como uma pauta imprescindível na preservação dos lugares. Ela é fundamental dentro do aqui já citado campo de disputas pelas narrativas do patrimônio cultural, assegurar a participação é fortalecer o equilíbrio entre as vozes tidas como relevantes no ato de conservar o patrimônio urbano.

Conforme lembra Menezes, o artigo 182, parágrafo 2º da constituição federal deixou a cargo dos municípios, a definição de instrumentos e critérios para estimular a função social do ambiente urbano, com base no Estatuto da Cidade e através dos Planos Diretores. Sendo assim, cabe aos órgãos municipais a promoção da participação social, que deve estar prevista na construção de novas leis, em processos de reconhecimento de bens culturais e na reabilitação de áreas urbanas centrais.

Por isso, é necessário compreender e modificar as estruturas de governança a fim de possibilitar o envolvimento da sociedade nos processos de decisão, não somente relacionados ao campo do patrimônio cultural, como também às outras diversas questões de ordem urbanística. Ou seja, no ponto de vista da conservação do patrimônio ambiental urbano na escala da gestão municipal, a participação social somente poderá existir se for incluída em

ações executivas como objetivos de estratégia de gestão, incidindo nas tomadas de decisão.

Em Arantes (Patrimônio cultural e cidade, 2009), a noção de ambiente por de Meneses sobre o patrimônio urbano, é de fundamental importância para a efetivação de uma conservação integrada ao contexto local. Nesse âmbito, o referido autor aponta que:

Associando a noção de ambiente à de patrimônio urbano, esse enfoque induz a reflexão e a prática patrimoniais a integrarem aos aspectos arquitetônicos, urbanísticos, históricos e estéticos usualmente considerados aspectos intangíveis dos bens formadores da paisagem urbana, tais como técnicas e conhecimentos tradicionais utilizados em sua construção, usos efetivos e formas de apropriação desenvolvidas pela população, entre outros. (ARANTES A. A., Patrimônio cultural e cidade, 2009, p. 15).

Diante dessa compreensão convém reconhecer, portanto, que o ambiente do lugar patrimonial das nossas cidades, incorpora o diálogo indissociável entre a materialidade e a imaterialidade. Importa diferenciar, inclusive, que isto não diz respeito necessariamente às “caixas” operacionalizadoras do que é material ou imaterial, mas sim à compreensão de que tudo tem suas propriedades tangíveis e intangíveis, ambas associadas são o que representam a atribuição, por parte dos atores sociais, de valores e significados a um bem cultural. Tais aspectos, conforme já então supracitado, devem ser apreendidos por meio da colaboração da comunidade envolvida com o bem cultural.

Vale pontuar o que comenta Vieira-de-Araújo (2022) sobre essa prática de separação entre materialidade e imaterialidade, onde, na própria gestão federal os instrumentos de preservação de tombamento (decreto-lei 25/1937) e de registro (Decreto nº3551/00, 2000) são geridos separadamente. Vieira-de-Araújo reconhece a validade dessa separação tendo em vista a importância da leitura de cada natureza, mas que “por outro lado, estabelece uma cisão forte e difícil de ser superada” (VIEIRA-DE-ARAUJO, 2022, p. 129) .

Ao observar as pressões dentro do campo de disputas sobre a gestão das cidades frente a um entendimento efetivo do patrimônio ambiental urbano, percebe-se a urgência de aplicar processos que demonstrem outros olhares para além do tratamento dos centros antigos enquanto palco de “uso

cultural” – aquele desprendido do cotidiano -, descaracterizando a prática popular, que apresenta o espírito do lugar.

Os processos de participação são mais um instrumento técnico capazes de demonstrar quais são os interesses de quem faz parte e constrói a identidade desses lugares. O envolvimento dos atores sociais possibilita que ações públicas ou privadas correspondam à realidade, embora se trate de um processo que careça do esforço da sociedade civil, do poder público e da iniciativa privada, uma vez que visa se estabelecer um diálogo mais equilibrado dentro do campo de disputas sobre o “dispositivo de patrimônio”.

A partir das concepções trazidas pelos referidos autores, reconhece-se aqui, que o desenvolvimento local carece de medidas que assegurem a identificação dos bens culturais a partir de ações de base. Ou seja, que ouçam, além dos necessários interesses do mercado imobiliário, os diversos grupos de atores sociais envolvidos com o território. Para que assim, os processos decisórios sobre a reabilitação e ressignificação do patrimônio ambiental urbano, reflitam o diálogo entre os diferentes ideais nesse campo de disputas que é a gestão dos sítios históricos. É necessário também que a preservação do patrimônio ambiental urbano esteja diretamente relacionada com o regimento das leis de parcelamento, uso e ocupação do solo do município em que se insere (MENESES & ARANTES NETO, 2006).

Nesse sentido, há um caminho longo e tortuoso para a inclusão dos sentidos dos lugares, do cotidiano e dos aspectos atribuídos por quem vivencia o espaço, dentro dos regimentos de uso e ocupação do solo da cidade. Como mobilizar a população ao entendimento da participação? Como trazer a temática do patrimônio cultural na prática? Muitas vezes a preservação é vista como tema alheio à população uma vez que foi construída, e vem ainda sendo aplicada, de forma vertical e longe dos reais interesses de diferentes camadas sociais.

Em decorrência do longo tempo de uma gestão da preservação dos bens culturais insuficiente e não inclusiva – parafraseando Meneses “com uma presença fantasmagórica do habitante” (MENESES U. B., 2017) - é preciso

testar, reinventar, redescobrir e em todas as etapas, tal como trazem Meneses, Varine e Arantes, inserir os atores que vivenciam o lugar.

Assim, insurgiu em definitivo o ideal de que o patrimônio para ser preservado em seus sentidos, valores e significados, precisa cumprir o papel enquanto ativo de desenvolvimento social. Ou seja, o "dispositivo de patrimônio" teria o uso do patrimônio enquanto instrumento do poder para a formação da cidadania. Sendo esse um de seus discursos ou não-discursos, uma vez que se trata de um processo dissidente do pré-estabelecido pelo sistema do poder dominante, que doravante precisa incluir as pessoas na classificação e gestão do patrimônio cultural.

Uma vez que se entende que sem sociedade, não há como preservar o patrimônio apenas enquanto objeto de conservação. O bem que se conserva apenas com base na sua materialidade, será um objeto material preservado, mas ausente de significados, uma vez que a sociedade não se relaciona com ele, esvaziando o sentido da reabilitação ou manutenção de um bem cultural, tal como apontou Carsalade, onde:

Quanto mais a preservação do objeto se dá voltada somente para conservação material dele próprio, mais ela se distancia da sua função social, da razão da existência e preservação do objeto como portador de valores, valores esses ativos para a formação da cidadania e para a consubstanciação de uma identidade. (CARSALADE, 2023, p. 20).

Dentro dessa temática, importa ressaltar os princípios da autonomia do sujeito e do diálogo, defendidos na teoria desenvolvida por Paulo Freire (Pedagogia da Autonomia, 1996). A educação pela autonomia reconhece que o sujeito, enquanto ser social, desenvolve sua identidade a depender do contexto histórico, político, social e cultural do contexto que o envolve. Por isso, inserir a importância da autonomia do sujeito no processo de participação é acolher as particularidades do contexto de cada tipo de ator social. Esse conceito alerta para o fato de que, educação patrimonial, por exemplo, não se trata de um instrumento de informação e conscientização do que é o patrimônio cultural, mas de uma construção coletiva do que é o patrimônio cultural e como podemos preservá-lo.

Aplicar a autonomia do sujeito no processo participativo nada mais é que dar espaço e liberdade para os atores sociais expressarem suas experiências, vivências e cotidiano. Isso possibilita a incorporação de práticas não hegemônicas e a elevação da importância de aspectos culturais que não são economicamente dominantes, mas que expressam valores e significados em potencial para a identidade de um conjunto preservado.

Para Scifoni, "a participação social significa incorporar à política pública dois fundamentos essenciais, sem os quais não se realiza: *"a autonomia do sujeito e o diálogo"* (SCIFONI, 2023, p. 45). A autora apresenta que o sujeito com autonomia é capaz de anunciar e enunciar o que é o patrimônio cultural para ele enquanto sujeito, o que é desenvolvido na base do diálogo desenvolvido entre o sujeito participante e o agente especialista, por exemplo. O respeito ao sujeito e à sua autonomia por meio da construção do diálogo e da colaboração potencializam a participação efetiva, para além de processos esvaziados de entrevistas estruturadas e induzidas. Esses últimos, em muitas situações terminam fazendo o papel de validar ações sem legitimidade enquanto processo participativo. Sobre isso, Simone Scifoni desenvolve que:

Nessa perspectiva, autonomia do sujeito e diálogo tornam a prática política e efetivamente participativa. É preciso, assim, superar o discurso vazio, que faz da participação um mero *slogan*, permitindo que ela se realize na prática e no cotidiano das instituições de preservação. Desse modo, ela não deve ser vista como sinônimo de realização de audiências públicas ou de consultas públicas *on-line*. Em essência, a participação deve se dar a partir da construção de processos coletivos e horizontais, de escuta e de interlocução. Participação implica, portanto, outros modos de fazer a política de patrimônio, construindo novas relações com a população moradora, usuária e fruidora dos bens culturais. Só há participação se houver escuta, processos horizontais e partilha de decisões. (SCIFONI, 2023, p. 45).

### **3.3 Diálogos entre a significância cultural e os INRC**

Aqui já está posto que a preservação do patrimônio cultural, no fio de desenvolvimento desta pesquisa, é acompanhada da imprescindibilidade do mínimo nível de envolvimento das pessoas em seus diversos processos. Por isso, o uso dessas referências tem o objetivo de demonstrar dois instrumentos, que estão presentes na prática do contexto local, os quais evidenciam que a participação social é não somente factível, como um importante auxílio na efetividade das ações de preservação.

Tais ações precisam ser coerentes com o contexto local, no papel de apaziguar o campo de disputas entre comunidade local, interesses de mercado ou de impulsionamento turístico. A Significância Cultural (Carta de Burra) (ICOMOS, *The Burra Charter. The Australia ICOMOS Charter for Places of Cultural Significance*, 2013) e os Inventários Nacionais de Referências Culturais (IPHAN, 2000); (IPHAN, 2016) servem como exemplos metodológicos de experiências empreendidas para auxiliar na prática da gestão da conservação. Os instrumentos são complementares, além de possuírem pontos de convergência nas suas respectivas concepções.

A Carta de Burra (*The Australia ICOMOS Charter for Places of Cultural Significance*) é um documento internacional que trata da significância cultural de monumentos e sítios. O texto é um marco na compreensão do patrimônio cultural por meio dos valores atribuídos aos seus atributos. A Carta de Burra, fomentou a idealização das Declarações de Significância Cultural, que deve ser feita preferencialmente por meio de processos de consulta e participação dos atores sociais para a identificação dos valores de determinado monumento ou sítio. A Carta foi construída na Austrália, por estudiosos do país. Sua primeira versão foi publicada em 1979, tendo sido revista em 1981, 1988, 1999 e 2014 (ICOMOS, *The Burra Charter. The Australia ICOMOS Charter for Places of Cultural Significance*, 2013).

O objetivo dessa carta é o de definir e guiar o uso da significância cultural na tomada de decisões e na construção de estratégias de preservação de um bem cultural. De acordo com a Carta de Burra, todos os tipos de lugares podem possuir a significância cultural, como bens "naturais, indígenas, históricos com valores culturais". A significância cultural é uma forma de leitura dos bens a serem preservados, cuja compreensão dos valores poderá guiar as práticas a eles relacionadas. No texto, a compreensão da significância cultural versa sobre a vida das pessoas e da formação cultural e paisagística de um lugar, onde:

Lugares de significância cultural enriquecem a vida das pessoas, muitas vezes proporcionando um senso profundo e inspirador para a conexão entre a comunidade e a paisagem, para o passado e experiências vividas. São registros históricos, que são importantes expressões da identidade e da experiência australiana. Lugares de significância cultural refletem a diversidade das suas comunidades, nos contando sobre quem nós somos e o passado que formou a nós e a paisagem australiana. [...]. (ICOMOS, The Burra Charter. The Australia ICOMOS Charter for Places of Cultural Significance, 2013) tradução própria.

A significância cultural é incorporada ao bem cultural por meio de uma série de valores, os quais são vistos, interpretados e atribuídos de formas diversas pelos diferentes atores sociais e grupos que vivenciam o bem. Dessa forma, a conservação da significância cultural versa pela preservação dos valores associados ao bem cultural, seja este último tangível ou intangível.

De acordo com a carta, o objetivo da conservação é de manter a significância cultural do bem, o que representaria o aporte do senso de pertencimento da população com sítios, paisagens, ou experiências vividas. A carta explicita que a conservação deve se apoiar em diferentes conhecimentos e capacidades necessárias para preservar os valores em suas diferentes escalas, sua materialidade e sua imaterialidade.

Nesse contexto, o documento da Carta de Burra apresenta, no seu artigo, 6º o processo da significância cultural. Nele destaca-se que a significância cultural de um bem é identificada por meio da coleta de informações, que a partir de suas análises, podem ser tomadas as decisões para sua definição.

Importa observar que a tarefa de desenvolver essa coleta de informações deve contar com um processo duradouro de interpretações e reinterpretações, uma vez que se trata da leitura de informações subjetivas, sentimentais e que restituem memórias individuais e coletivas.

Acerca da participação, o documento aborda que indivíduos e grupos relacionados com o bem cultural devem ter a oportunidade de contribuir e de participar na identificação e compreensão da significância cultural (ICOMOS, The Burra Charter. The Australia ICOMOS Charter for Places of Cultural Significance, 2013, p. 8).

Com base na compreensão da significância cultural, devem ser desenvolvidas políticas de preservação e a partir dela o seu planejamento, de

acordo com as definições resultantes da investigação. Ou seja, a Carta de Burra demonstra que a significância cultural é não somente um instrumento de compreensão de bem cultural, mas principalmente uma ferramenta de apoio para a gestão da conservação, uma vez que ela serve de guia para a definição de usos, intervenções, processos de reabilitação, etc. A significância cultural, de acordo com a carta é um instrumento de gestão que se constrói por meio de processos que devem ser revisitados de tempos em tempos, essa lógica pode ser compreendida no diagrama a seguir.

Diagrama 1 - Processo para a Significância Cultural



Fonte: Carta de Burra (2013). Elaboração própria.

Cabe mencionar que este é um documento cuja base ideológica vem da prática da preservação anglo-saxônica. Conforme demonstram Virgínia Pontual & Davi Valentim (2022), a noção da significância tem origem ainda na primeira metade do século XX, dentro da produção norte americana, ao abordar o patrimônio cultural. O termo "significância" apareceu em documentos de 1935 do *National Park Service*, sendo trazido como uma qualidade, uma característica atribuída aos bens protegidos enquanto patrimônio nacional nos Estados Unidos, mas ainda não como instrumento de conservação (PONTUAL & VALENTIM, 2022). De acordo com os autores, o termo aparece no seguinte trecho por eles traduzido:

Fica declarado que é uma política nacional preservar para uso público, locais históricos, edifícios e objetos de significância nacional, para a inspiração e o benefício do povo dos Estados Unidos. (NATIONAL PARK SERVICE, 1935) apud (PONTUAL & VALENTIM, 2022, p. 18).

Nesse referido período, a significância era identificada por especialistas, que verificavam as qualidades por meio de estudos documentais, conforme apontam Valentim & Pontual, o termo da significância, nesse período inicial, era empregado como *significância histórica*.

Em Alecrim (2023), que apresenta uma interessante análise epistemológica da significância cultural, uma de suas conclusões trazidas é a de que esse conceito, em sua complexidade “envolve tanto fatores objetivos, quanto subjetivos, e sua compreensão requer uma abordagem interdisciplinar e crítica” (ALECRIM, 2023, p. 75). Outro ponto muito relevante lembrado por Alecrim, com base em Tainter & Lucas (1983) é o fato de que a significância cultural deve ser compreendida como fruto dos valores e significados atribuídos ao bem. Dito isso, vale pontuar que a significância cultural não é construída, tampouco desenvolvida, mas sim identificada por meio de instrumentos que acessem a atribuição de valores a partir de uma variedade de atores sociais envolvidos com o bem cultural.

Em 1964, o termo significação cultural foi introduzido na Carta de Veneza, o que já demonstra a difusão do pensamento sobre a temática. Nesse período, a leitura e compreensão da significância ainda era desenvolvida majoritariamente por especialistas, que definiam os valores com base em estudos históricos, sociais e arqueológicos no contexto norte americano.

A Carta de Burra, apesar de definir, nas suas últimas versões, os procedimentos a serem utilizados com base na Declaração de Significância, não indica ferramentas práticas para a identificação da significância cultural. Também não há sugestões acerca do formato documental para a significância cultural. Apenas destaca-se que é necessária a participação de atores sociais envolvidos com o lugar e a identificação de valores que conferem a significância cultural.

Nesse contexto, emergiram correntes de pensamentos e desenvolvimentos metodológicos para a definição da significância cultural do patrimônio. Assim, cabe destacar que órgãos de preservação da Austrália, Canadá e Estados Unidos construíram estratégias metodológicas para a Declaração de

Significância, onde apresentavam procedimentos para o texto da declaração e dos valores dos bens culturais que, no entanto, eram aplicados sem necessariamente ter a participação social como premissa. No entanto, essa base passou a ser questionada acerca da inerência dos valores aos bens culturais, uma vez que o valor deveria ser atribuído pelo ator social, como fruto de uma construção social, pois os significados variam a depender do grupo social e possuem certa fluidez (PONTUAL & VALENTIM, 2022).

Esse pensamento crítico se difundiu entre outros pesquisadores sobre a significância cultural, dentro desse contexto, cabe mencionar o texto de Randall Mason apresentado pelo *Getty Institute*<sup>24</sup>, que questiona e propõe soluções acerca dos instrumentos metodológicos na construção da significância cultural (MASON, 2002). A importante contribuição desse artigo desenvolvido por Mason é a análise crítica para a compreensão da significância cultural, nos seguintes sentidos: caracterização dos valores, estratégias metodológicas, ferramentas para eleger os valores, integração dos processos na tomada de decisão.

O autor ressalta o fato de que nenhum processo metodológico segue um modelo de formato específico, cada lugar deverá moldar as estratégias processuais na identificação da significância cultural. Um fato é que idealmente devem ser definidos os tipos de atores sociais, onde a partir deles são identificados os valores e, por meio deles, é feita a declaração de significância, validada pelos atores. Esses grupos de atores devem ser variados, indo muito além do olhar apenas do especialista, a leitura dos valores de significância cultural precisa da multiplicidade de olhares.

Em se tratando de uma metodologia para o processo de consulta da significância cultural, o pesquisador chama atenção para processos de consulta quantitativas e qualitativas. Aqui vale ressaltar que para o processo de compreensão da significância cultural são necessários momentos de

---

<sup>24</sup> Instituto de pesquisas sobre patrimônio cultural e significância situado nos Estados Unidos, cujos estudos visam prover avanços na área da conservação do patrimônio cultural em suas diferentes dimensões.

consulta quantitativa, mas que precisam ser sobrepostos por informações qualitativas, uma vez a atribuição dos valores carrega consigo um universo subjetivo. Sendo assim, as informações vindas tanto dos processos quantitativos e como qualitativos se complementam.

Vale lembrar que, conforme anteriormente pontuado, a identificação da significância cultural passa pela compreensão de muitos aspectos subjetivos que por sua vez passam pela interpretação das narrativas dos atores sociais participantes por parte dos pesquisadores. Sendo assim, o cuidado nos procedimentos metodológicos para identificação da significância cultural deve ter como imprescindível a multiplicidade dos atores sociais e a compreensão dos contextos dos seus discursos.

Ou seja, o raciocínio desenvolvido por Randall Mason destaca a importância da observação dos pormenores no processo de construção da significância cultural. Cabendo atentar-se às particularidades de cada lugar, mas tendo em vista que é imprescindível, identificar, quantificar e qualificar os valores impressos ao bem cultural.

A depender da escala do objeto estudado, a complexidade da leitura da significância cultural poderá ser maior ou menor, uma vez que é preciso compreender a rede de atores sociais relacionados com o bem, classificá-los em grupos e compreender os valores por meio de processos. Assim, Randall Mason contribuiu ao esmiuçar as etapas apresentadas na Carta de Burra.

Mason elenca diversos possíveis tipos de valores patrimoniais que um bem cultural e seus atributos poderiam ter, classificando-os em duas matrizes, sendo os valores socioculturais e os valores econômicos. Dentro dessas categorias, estariam exemplos de valor social, espiritual e estético no âmbito sociocultural e de uso (mercado), de existência, de opção e de legado (MASON, 2002, p. 10).

Os valores patrimoniais, aspectos mais importantes na identificação da significância cultural, são provenientes da contribuição teórica de Alois Riegl (2006) e são um importante "aferidor" da importância de bens do patrimônio cultural. Nos processos de tombamento, por exemplo, o valor histórico,

artístico e paisagístico, são comumente atribuídos como inerentes a monumentos tombados (PEREIRA, 2021).

A definição de valores perpassa por muitas variáveis subjetivas e pode ter muitos sentidos. É interessante que esses valores possam ser compreendidos para além do comum pré-definido, a partir dos discursos trazidos por participantes em processos de compreensão dos seus significados.

Ulpiano Bezerra de Menezes (2012) também aborda sobre valores, reconhecendo a complexidade espinhosa do assunto. No texto ele elabora uma reflexão sobre o campo do Patrimônio Cultural, discutindo a indissociabilidade entre a materialidade e a imaterialidade no processo de percepção das significações de um determinado bem cultural. Menezes identificou valores como cognitivos, formais, afetivos, pragmáticos e éticos (MENESES U. T., 2012, p. 35). No artigo, a questão dos valores também é questionada acerca da atribuição deles “[...] quem o atribui? Quem cria valor?” (MENESES U. T., 2012, p. 33). Nesse caso, conforme aqui já pontuado anteriormente, Menezes reconhece que o tombamento tinha o papel de instituir e tornar intrínseco o valor. Já a Constituição de 1988 apresenta a percepção do valor por meio da sociedade, onde:

Em outras palavras, era o poder público que instituía o patrimônio cultural, o qual só se comporia de bens tombados. O tombamento, portanto, tinha papel instituinte do valor cultural – daquele valor que credenciava a inclusão do bem num rol formalmente definido. Ao inverso, a nova Constituição Federal reconheceu aquilo que é posição corrente, há muito tempo, nas ciências sociais: os valores culturais (os valores, em geral) não são criados pelo poder público, mas pela sociedade. (MENESES U. T., O Campo do patrimônio cultural: uma revisão de premissas, 2012, p. 33)

Em Pernambuco, o Centro de Estudos Avançados da Conservação Integrada (CECI) desenvolveu estudos sobre o tema da conservação integrada, parte deles tem como resultado o Plano de Gestão da Conservação Urbana: conceitos e métodos<sup>25</sup> (ZANCHETI & LACERDA, 2012). Dentre os

---

<sup>25</sup> A publicação vem de textos elaborados a partir da reestruturação do “Curso Gestão do Patrimônio Cultural Integrado ao Planejamento Urbano da América Latina (ITUC/AL)” (ZANCHETI & LACERDA, 2012).

artigos elencados no livro, dois estão diretamente ligados ao debate da significância cultural.

O primeiro deles apresenta o olhar de Lira e Ribeiro (Autenticidade, Integridade e Significância Cultural, 2012), onde as autoras relacionam a discussão dentro da temática do patrimônio mundial e buscam entender a relação da significância cultural com os conceitos de autenticidade e integridade, exigidos pela UNESCO na classificação do patrimônio mundial, buscando entender os desdobramentos da Carta de Burra e as reflexões metodológicas para a compreensão do instrumento da significância cultural.

Ao reconhecer a intersubjetividade do processo e a dificuldade de incorporação da declaração de significância no processo de gestão, Lira e Ribeiro (2012) destacam que o uso da leitura da significância cultural exige um esforço de constante revisão, reconstrução ou monitoramento, adequando a gestão aos olhares multidisciplinares dos vários atores envolvidos. Reiterando o ponto de vista de Randall Mason que se debruça nos processos metodológicos para a declaração de significância enquanto instrumento de gestão da conservação.

Em Lacerda (Valores dos bens patrimoniais, 2012), a pesquisa se volta para a compreensão a complexidade dos valores patrimoniais, os quais, conforme pontuado anteriormente, trazem a configuração da significância cultural. No texto a autora conceitua diferentes tipos de valores relacionados aos sítios históricos. O objetivo é de destrinchar os significados que os valores podem carregar, diante da complexidade e subjetividade de suas definições. Assim, são apresentados e explanados em seus sentidos de forma condensada os valores de antiguidade, artístico, histórico, cultural, simbólico, econômico, uso, opção e existência. Suas definições são desenvolvidas com base na concepção teórica trazida por autores como Alois Riegl, John Ruskin dentre outros.

Item de mais alta importância na identificação e leitura da significância cultural, conforme apontado por Mason (2002), Meneses (2012) e Lacerda (2012) o valor pode ser trazido em diferentes escalas, podendo ser agrupado por grandes temas, como antiguidade ou econômico, como também

destrinchados com mais detalhes, como valores de memória, identidade ou arquitetônico.

O que importa reconhecer é que a leitura desses valores deve partir do diálogo com os atores envolvidos no processo onde eles possam expressar também a conotação de valores por eles indicados, seja qual for a ferramenta. O valor significa o que é de importante para a gestão da preservação do bem. Um valor não necessariamente deve se sobrepor a outro, mas sim, um auxiliar o outro na definição de estratégias de preservação. Nesse processo, por vezes, cabe a hierarquização dos valores atribuídos, o que pode ser apreendido pela quantidade de atores que os atribuem, por exemplo. Valores com uma hierarquia maior podem carecer de ações de conservação mais restritivas, uma vez que há uma maior variedade e quantidade de atores que atribuem esse valor e seus significados.

Nesse contexto, dentro da temática da Significância Cultural, há uma variada quantidade de produções acadêmicas acerca do tema nos estudos empreendidos por pesquisadores da Universidade Federal de Pernambuco e do CECI (Centro de Estudos e Ensino Avançados da Conservação Integrada).

Tais pesquisas fomentaram o uso e aplicação da Declaração de Significância Cultural como instrumento utilizado dentro da Política de Patrimônio Histórico e Cultural, expressa no Capítulo VIII do Plano Diretor da Cidade do Recife (Lei complementar nº2 de 2021), o que é fruto dessas produções acadêmicas locais, demonstrando uma retroalimentação entre as pesquisas acadêmicas e a prática da gestão do patrimônio cultural.

A estratégia de uso da significância cultural como instrumento vem sendo aplicada Prefeitura do Recife por meio do estudo elaborado pela Gerência Geral de Preservação do Patrimônio Cultural (DPPC/ICPS/SEPUL). As pesquisas provenientes das discussões locais fomentaram a elaboração de uma metodologia da declaração de significância cultural dos sítios históricos da cidade. A primeira aplicação do estudo, por parte da gestão foi o caso do

Bairro do Recife (ZEPH-09)<sup>26</sup>, sítio que também compõe o centro histórico do Recife, cujo resultado foi lançado em outubro de 2023.

Os estudos continuam sendo realizados no sítio histórico de Santo Antônio e São José, a ZEPH-10, a partir do mesmo processo metodológico utilizado para o sítio histórico vizinho. No folheto trazido na

Figura 71, são explicitadas as etapas aplicadas pela DPPC (Prefeitura do Recife), onde duas delas são estritamente consultivas, envolvendo atores sociais relacionados com o território.

Figura 71 - Folheto informativo sobre o estudo da Declaração de Significância Cultural de Santo Antônio e São José

Fonte: DPPC/ICPS/SEPUL/Prefeitura do Recife

Sendo assim, o uso da Significância Cultural como instrumento de gestão, tem um forte potencial na proposição de estratégias vinculadas ao centro do Recife. O documento pode ser utilizado junto às práticas que já vêm sendo realizadas para a reabilitação dos seus sítios históricos. Pois se trata de um

<sup>26</sup> O resultado da Declaração de Significância Cultural do Bairro do Recife (ZEPH-09) está disponível por meio dos links [bit.ly/dsc-bairrodorecife](http://bit.ly/dsc-bairrodorecife) e [bit.ly/bairrodorecife\\_dsc](http://bit.ly/bairrodorecife_dsc), que foram divulgados no folheto informativo para os estudos que vêm sendo realizados para a ZEPH-10, em Santo Antônio e São José.

instrumento estratégico de escuta de atores sociais das diversas camadas da sociedade, a fim de compreender os significados dos lugares que compõem a formação histórica da cidade.

Uma vez que os valores de cada característica/atributo de um sítio histórico são apreendidos durante esses processos, esse apanhado poderá guiar, conforme aponta a Carta de Burra, decisões sobre a sua preservação. Cabe mencionar que a carta da Declaração de Significância do Bairro do Recife (DPPC/ICPS, 2023) é composta por atributos de diferentes naturezas, como lugares, edificações, expressões culturais, saberes tradicionais, dentre outras categorias. Tal fato demonstra que o processo de identificação da significância cultural, em uma metodologia abrangente, é capaz de delinear as intercomunicações entre a materialidade e a imaterialidade do lugar, tanto por parte da variedade de naturezas de atributos, como pelos tipos de valores a eles atribuídos, entendendo que as características de cada parte do sítio histórico possuem tanto valores voltados para a sua materialidade, como para a sua imaterialidade.

Conforme pontuado sobre a importância do envolvimento das pessoas na preservação do patrimônio cultural, o outro instrumento balizado nessa pesquisa, é o dos inventários nacionais de referências culturais. O INRC é utilizado como instrumento fundamental nos processos de registro do patrimônio imaterial pelo IPHAN. Assim como a temática da significância cultural, então abordada, a construção dos inventários de referências culturais passa pela importância do envolvimento das pessoas para acessar a matriz dos significados e da identidade. Por isso, a seguir, buscaremos compreender como as estratégias dos seus processos contribuem para a leitura da participação no âmbito da conservação do patrimônio cultural.

Construído de acordo com os conceitos de patrimônio cultural contidos no artigo 216 da constituição federal de 1988 e ao desenvolvimento de ideias e concepções do Pró-Memória (1979-1990), o Manual de Aplicação do Inventário Nacional de Referências Culturais incorporou a visão antropológica que veio sendo desenvolvida a partir da década de 1970 no Brasil. Com base na

antropologia e ciências sociais, a noção de referência cultural revisita os posicionamentos trazidos por Mário de Andrade na década de 1930 para o anteprojeto do SPHAN.

A busca para aplicação de Inventários Nacionais de Referências Culturais são uma "resposta" ao reconhecimento de bens de natureza imaterial (junto aos bens materiais) como bens culturais de interesse nacional. Tal "resposta" diz respeito à busca da regulamentação de um instrumento que abarque as particularidades das diferentes naturezas de um patrimônio cultural. A fim de ir além da questão do valor monumental, histórico ou arquitetônico, mas sim da coisa que pode parecer "comum", mas significativa para as identidades de determinadas comunidades. Ou seja, as referências culturais são atributos que ancoram a identidade de um lugar, uma referência, um símbolo que caracteriza o patrimônio cultural do lugar.

Conforme Cecília Londres Fonseca aponta no próprio manual para inventários nacionais de referências culturais, tendo em vista a amplitude complexa para a naturezas de bens culturais, o instrumento de tombamento (decreto-lei nº25/1937) não tem a capacidade de reger a preservação de bens de natureza imaterial pois possuem caráter restritivo, estabelecendo a preservação de aspectos que não necessariamente conservem a fluidez da imaterialidade de uma expressão cultural, além de não trabalhar a percepção das identidades, onde:

Era preciso aprofundar as reflexões e experiências anteriores, no sentido de tentar superar antigos impasses – como a (falsa) dicotomia entre os bens de pedra e cal e as demais manifestações culturais inseridas na dinâmica do cotidiano – e evoluir para a construção de novos instrumentos, capazes de levantar e identificar bens culturais de natureza diversificada, apreender os sentidos e significados a eles atribuídos pelos grupos sociais e encontrar formas adequadas à sua preservação.

(IPHAN, Inventário Nacional de Referências Culturais: manual de aplicação. Apresentação de Célia Maria Corsino. Introdução de Antônio Augusto Arantes Neto., 2000, p. 7)

Vale pontuar que a política de Referências Culturais possui termos que se assimilam às ideias também utilizadas para a significância cultural. Por exemplo, o uso dos valores e significados do bem cultural para sua compreensão a partir das pessoas. A investigação das referências culturais entende que o sentido do valor não é intrínseco aos bens culturais, mas

atribuídos pelos sujeitos em função dos seus interesses e particularidades dos contextos de formação social. Assim como na construção intelectual para a elaboração da Significância Cultural, a participação e o envolvimento da comunidade são postos dentre as premissas. Então temos aqui dois instrumentos, um com raízes na construção intelectual anglo-saxã e outro no pioneirismo brasileiro: o inventário de referências culturais.

Nas referências culturais, o envolvimento da sociedade é posta como imprescindível para o levantamento dos bens culturais. É almejado um desvio das práticas comuns da seleção de bens culturais elaborada predominantemente por intelectuais, que muitas vezes resultam apenas no reflexo do poder que determina o patrimônio cultural das classes dominantes em detrimento dos grupos historicamente excluídos na representação do patrimônio brasileiro, principalmente os povos afrodiaspóricos e originários.

O uso desse instrumento tem como eixo central a inclusão de olhares que foram marginalizados no processo de formação da identidade brasileira. Ou seja, o inventário nacional de referências culturais, possibilita o levantamento e compreensão dos significados de bens culturais por parte de diferentes grupos da sociedade. Isso propicia que uma diversidade de naturezas de bens culturais possa ser englobada e compreendida nos seus diferentes sentidos.

Cabe destacar que, embora o instrumento das referências culturais tenha surgido como reflexo das ações de instrumentalização da preservação de bens culturais de natureza imaterial nas décadas de 1980 e 1990, o seu conceito abarca a diversidade de esferas de referências culturais, reconhecendo desde pequenas manifestações socio culturais até sítios históricos complexos, como é o caso de Santo Antônio. Dessa forma, a ideia do instrumento de referência cultural se apresenta como de fundamental utilidade na gestão dos conjuntos urbanos tombados no intuito de proteger os seus contextos sociais específicos para além das construções, mas seus sentidos e valores para a sociedade que dele faz parte. Assim, o fato é que o

inventário nacional de referências culturais trata do patrimônio cultural e percebe a indissociabilidade entre a materialidade e a imaterialidade.

Apesar disso, conforme alerta Vieira-de-Araújo (2021), embora haja essa compreensão ampliada para a construção dos inventários de referências culturais, ainda há entraves relativos à operacionalização dessas diferentes naturezas de bens culturais. A autora apresenta as faces do conceito de “referência cultural”, das quais vale destacar sua interpretação sobre Arantes (2014), que demonstra que a incorporação do pensamento acerca das referências culturais baliza o instrumento do patrimônio imaterial, ou seja, mantendo ainda as caixas separadoras das dimensões material e imaterial, onde:

Como todo o arcabouço jurídico e normativo para o patrimônio material já estava consolidado, não havia como iniciar outra coisa completamente nova e que a saída foi pensar nos instrumentos que dessem conta, então, do chamado patrimônio imaterial. (VIEIRA-DE-ARAÚJO, 2022, p. 147)

Com o decreto nº3551/00, a Política Nacional de Patrimônio Imaterial, instituiu o instrumento de registro e, “complementando” o instrumento de tombamento, institui mais uma “caixa” operacionalizadora da proteção de bens culturais, sobre isso, Vieira-de-Araújo também pontua que:

À medida que se começa a utilizar o instrumento de registro, surgem as críticas a esse tipo de classificação e sua relação com um bem que é por natureza dinâmico, bem como, as dificuldades em classificar as referências culturais identificadas dentro das caixinhas estabelecidas. (VIEIRA-DE-ARAÚJO, 2022, p. 149)

Apesar disso, a mesma autora apresenta também a face defendida por Sant’anna (SANT’ANNA, 2003) o instrumento de registro pode se complementar ao de tombamento. Sendo assim, apesar das dissidências, esse instrumento representa um reconhecido avanço metodológico para identificação dos bens culturais brasileiros em diferentes escalas com o envolvimento de diversos atores.

No caso de Santo Antônio, por exemplo, há que se envolver grupos como comerciantes ambulantes, trabalhadores do comércio e de serviços, grupos religiosos, moradores de rua, boêmios, dentre outros grupos que podemos identificar no lugar. O manual para inventários de referências culturais reitera o desafio das legitimidades de grupos locais na participação da gestão e

identificação de bens culturais, a fim de que os olhares não se restrinjam à repetida visão da monumentalidade da pedra e cal e do poder dominante. Para tal, é necessário criar e propiciar os ambientes de participação para a inclusão desses referidos grupos, onde:

Nesse sentido, o reconhecimento, de um lado, da diversidade de contextos culturais, da pluralidade de representações desses contextos, e do conflito dos interesses em jogo, e, de outro lado, da necessidade de se definir um consenso – o que preservar, com que finalidade, qual o custo, etc. – pressupõe a necessidade de se criarem espaços públicos, não apenas para usufruto da comunidade, como para as próprias tomadas de decisão. Processo complexo e nem sempre viável, mas em princípio possível, hoje, quando descentralização e organização da sociedade civil são palavras de ordem que estão, aos poucos, se tornando realidade. Nesse contexto, tanto a autoridade do saber (dos intelectuais) quanto do poder (o Estado e a sociedade, através de suas formas de representação política) têm participação fundamental no processo de seleção do que deve ser preservado, mas não constituem poderes decisórios exclusivos. (IPHAN, Inventário Nacional de Referências Culturais: manual de aplicação. Apresentação de Célia Maria Corsino. Introdução de Antônio Augusto Arantes Neto., 2000, pp. 15-16)

A troca de conhecimentos e informações com essas pessoas, que não são comumente consultadas, permite a identificação das referências, conhecimento de memórias, dimensões sociopolíticas, narrativas de histórias não oficiais que são de grande significação para diferentes grupos. A compreensão dos seus significados é fundamental, para que com isso, a gestão da preservação local possa trabalhar na reabilitação e conservação coerente e participativa do lugar, indo além da consideração de valores tradicionalmente utilizados.

Era preciso buscar as raízes vivas da identidade nacional exatamente naqueles contextos e bens que o SPHAN excluía de sua atividade, por considerar estranhos aos critérios (histórico, artístico, de excepcionalidade) que presidiam os tombamentos. (IPHAN, Inventário Nacional de Referências Culturais: manual de aplicação. Apresentação de Célia Maria Corsino. Introdução de Antônio Augusto Arantes Neto., 2000, p. 18)

O processo de levantamento das referências culturais passa por uma construção através do diálogo em busca da percepção dos significados dos dados adquiridos. Conforme pontuado, esse diálogo é uma troca que é feita por meio de olhares que devem levar em conta os contextos do lugar e da relação das pessoas com esse lugar. As quais têm a capacidade de identificar aspectos que muitas vezes são classificados como irrelevantes na prática dos

órgãos de preservação, esse processo pode reconhecer riquezas culturais do cotidiano do ambiente estudado.

O trabalho do inventário é justamente de compreender esses aspectos do cotidiano e classificar sua importância não somente para o dia a dia, mas principalmente para a manutenção do lugar enquanto patrimônio cultural junto às práticas tradicionais. Estas, podem ser justamente aqueles aspectos tidos como irrelevantes, mas que, para um ou mais grupos sociais, pode ser fundamental na relação de preservação de algo de maior escala. A apropriação do patrimônio cultural por parte dos atores diariamente envolvidos, fomenta uma melhor qualidade do ambiente vivenciado, propiciando mais segurança e melhores sociabilidades, uma vez que os atores sociais se enxergam e se identificam com o que é preservado, contribuindo pela sua conservação.

Por exemplo, conforme demonstrado no nosso capítulo sobre Santo Antônio, o comércio ambulante que ocorre nas galerias dos edifícios da Avenida Guararapes (Figura 72) pode ser considerado uma referência do lugar para grupos que possuem relações cotidianas em Santo Antônio. O comércio, que para uns pode ser visto como problema para a mobilidade de pedestres, talvez represente um valor simbólico, de identidade ou de memória para as pessoas. Sua composição com vendedores de flores, acessórios de celular, frutas e comidas de rua, além dos serviços de engraxate podem ser um marco referencial e possuir valores patrimoniais para sua preservação. Talvez, em um processo de consulta, essas referências culturais, possam ser tratadas de forma diluída, a depender da captação das informações e suas ordens de importância para os atores e grupos sociais, assim, elas poderão ser, em algum nível, identificadas e compreendidas, facilitando a gestão do patrimônio cultural.

Ou seja, o comércio ambulante poderia ser um conjunto de referências culturais, como o comércio de flores ou o serviço de engraxate. Essa classificação somente é possível a partir da interpretação de uma série de diálogos que não somente dão espaço, como estimulam a expressão das

subjetividades, significados e traços afetivos da relação das pessoas com o bem cultural, com o sítio histórico, com a cidade.

Figura 72 - Trabalhadores ambulantes nas galerias da Avenida Guararapes, em Santo Antônio



Fonte: Autoria própria, 2023.

Nesse sentido, o instrumento é uma oportunidade de levantar referências incomuns, principalmente para o acervo percebido por intelectuais que gerem o patrimônio cultural sem vivenciar o lugar. A fruição e percepção dos bens culturais necessita da voz direta de quem o vivencia e quem o produz. O intelectual por si só não cumpre o papel de porta voz da identificação da

cultura, mas sim de interpretar os significados expressados pelas pessoas que praticam a cultura do cotidiano.

Conforme o texto do Manual do INRC aponta, há várias naturezas e formas em que as referências podem ser trazidas. O sentido de referência, diz respeito a alusão, baliza, representação. Podem ser edificações, paisagens naturais, artes, ofícios, modos de fazer, formas de expressão, lugares. “As referências são objetos, práticas e lugares apropriados pela cultura na construção de sentidos de identidade, são o que popularmente se chama de *raíz* de uma cultura” (IPHAN, 2000, p. 29).

Assim, o Inventário tem como característica importante o olhar para além do que é definido no documento como “cultura do material”, linha de atuação solidificada na prática da preservação, aplicada para bens móveis e imóveis, como a arquitetura de edifícios e obras de arte. O objetivo do inventário é identificar a **cultura**, dando atenção a “além de objetos fisicamente discerníveis, realidades como os valores e as significações enraizados nas práticas sociais” (IPHAN, 2000, p. 29), as quais podem fazer parte de objetos intangíveis. As categorias pré-definidas para o INRC são:

- Celebrações: são festas, ciclos festivos, comemorações ou eventos religiosos que ocorrem ao longo do ano “são ocasiões diferenciadas de sociabilidade, envolvendo práticas complexas com suas regras específicas de distribuição de papéis [...]”. As celebrações normalmente possuem datas ou periodicidades específicas e estão muitas vezes atreladas a datas comemorativas ou à religiosidade ou sincretismo religioso. No caso de Santo Antônio, podemos citar como possíveis celebrações a serem classificadas: o ciclo festivo relacionado ao Carnaval, as Coroações de Reis de Congo/Nações de Maracatu na Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos e a festa de Nossa Senhora do Carmo.
- Formas de expressão: produzidas por pessoas que se relacionam diretamente com o lugar, são linguagens e práticas específicas de se portar, podem estar relacionadas a celebrações ou podem ser práticas

do cotidiano. São expressadas pela forma de falar, de se vestir, de cantar, pelo uso de instrumentos específicos para sua expressão. No contexto da área estudada, poderíamos relacionar com a arte de rua, blocos de carnaval (Escuta Levino, Galo da Madrugada, etc), a Procissão dos Senhor dos Passos, manifestações políticas, dentre outras.

- Ofícios e modos de fazer: são os saberes tradicionais, práticas que são passadas de geração em geração, que são desenvolvidas por meio de técnicas, materiais específicos e atividades que caracterizam determinado grupo em contextos específicos. No contexto local, poderiam ser citados alguns diferentes tipos de trabalho ambulante, o bolinho de acarajé que é vendido nas ruas de Santo Antônio, os engraxates que ficam sob as galerias, os ourives que vendem e compram ouro, ou também os relojoeiros que consertam relógios.
- Edificações: são bens imóveis construídos "associados a determinados usos, a significações históricas ou de memória ou às imagens que se tem de certos lugares" (IPHAN, 2000, p. 31). As edificações tornam-se referência não necessariamente por sua relevância arquitetônica, mas por sua importância para os grupos que se relacionam com ela ou para a formação da identidade do lugar. De acordo com sua definição, poderiam ser classificados como referência cultural nessa categoria, por exemplo, a Ponte Duarte Coelho, antigos cinemas (Art Palácio e AIP), o prédio do Diário de Pernambuco ou a Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos.
- Lugares: são territórios, espaços onde ocorrem manifestações culturais específicas, apropriados pela população local e de significação cultural para a sociedade, seja no dia a dia ou para eventos específicos. O manual pontua, especificamente para esse tipo de referência cultural que é preciso identificar a formação desse lugar, suas singularidades, os contextos que iluminam a percepção da existência desse lugar. Pode ser um mercado e seu entorno, um parque, um conjunto de quadras, em suma, é a delimitação de um espaço que possua uma significação

específica. Em Santo Antônio poderíamos entender como lugar a histórica Praça da Independência (conhecida como Praça do Diário), o Rio Capibaribe, a Praça do Sebo (Figura 73) e o Pátio do Carmo, por exemplo.

Figura 73 - Espaço para venda de discos e livros, conhecido como o Sebo



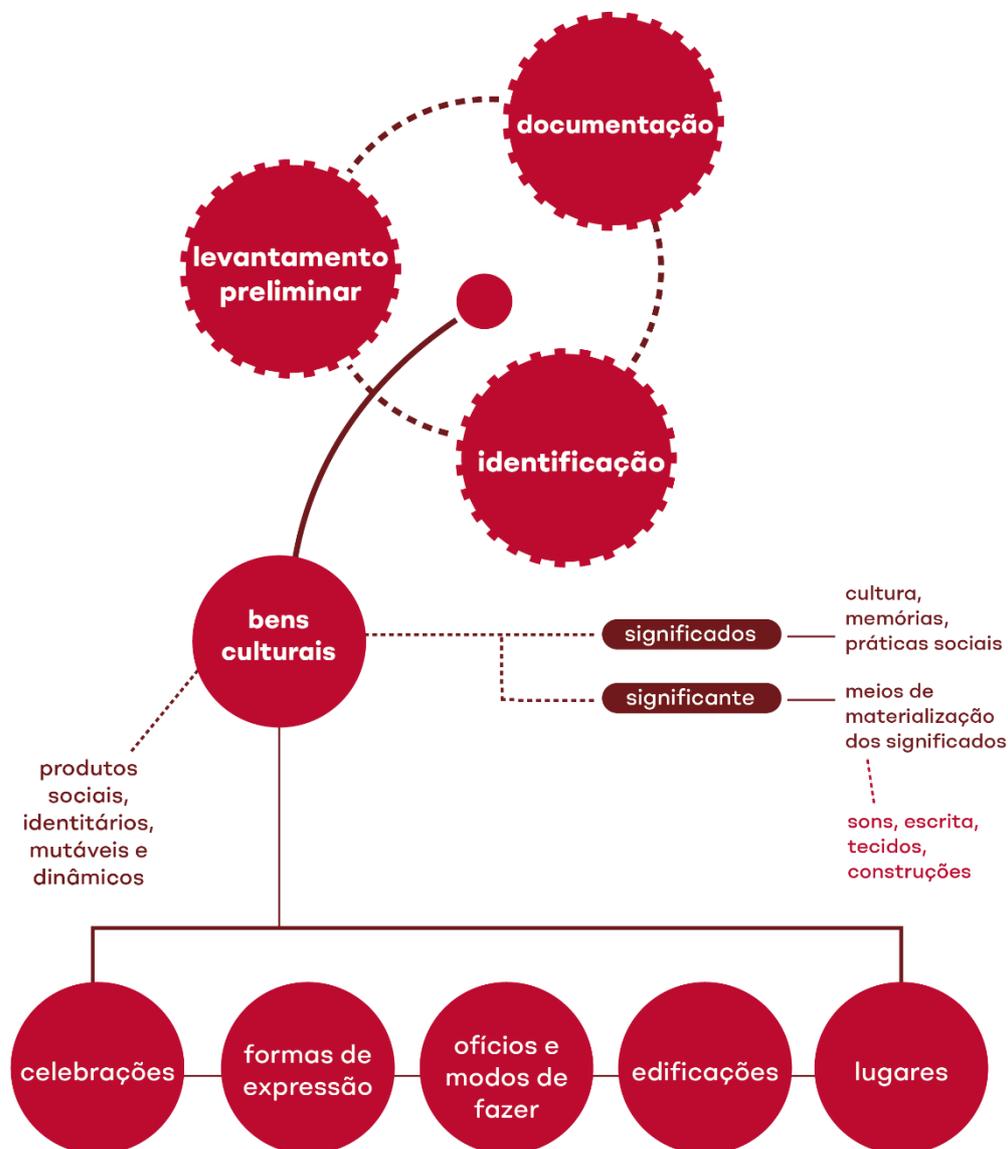
Fonte: autoria própria, 2022.

Em termos comparativos, o manual de elaboração do inventário nacional de referências culturais apresenta os vários procedimentos para a sua aplicação, diferentemente da Carta de Burra, que possui um cunho mais conceitual. O documento para os inventários de referências culturais trata, além das naturezas dos bens culturais, de questões práticas para a elaboração do estudo. Ou seja, de termos como a delimitação e tipos de territórios inventariados, tipo de formação da equipe pesquisadora (destacando a necessidade de pessoas do lugar), materiais a serem utilizados, estruturação de equipe e ferramentas a serem utilizadas. Além disso, são descritas as ações a serem feitas em cada uma das etapas, as quais são: (1) levantamento preliminar, (2) identificação, (3) documentação.

Sendo assim, a partir do Diagrama 2, é possível compreender que o Manual do INRC envolve um sistema de processos e significados que poderia,

inclusive, incluir os preceitos da Carta de Burra e as Declarações de Significância Cultural e vice versa.

Diagrama 2 - Processos para o INRC



Fonte: autoria própria, 2024; (IPHAN, 2000).

A partir das duas breves análises sobre cada instrumento, é possível observar a complementariedade desses processos que tem como principal traço comum a tratativa da compreensão dos significados e valores por meio do envolvimento da comunidade local. Enquanto que a Carta de Burra apresenta a significância cultural como instrumento de gestão, o INRC se trata de um processo de identificação para a salvaguarda de bens culturais.

Dito isso, é possível aqui afirmar que um processo de gestão do patrimônio cultural que estimula a participação pode fazer uso de ambos os instrumentos, ou de apenas um deles. No entanto, cabe mencionar, no caso das Declarações de Significância, conforme foi pontuado, de que o amadurecimento de metodologias e suas respectivas ferramentas são necessários, para que o instrumento seja colocado em prática, tendo em vista que a Carta de Burra apenas apresenta a questão global da declaração de significância e a atribuição de valores para os bens culturais. Nesse contexto, investigações acerca dos processos metodológicos vem sendo desenvolvidas a fim de constituir identificações adequadas da significância cultural, dentre elas, podemos destacar Flaviana Lira, (LIRA & RIBEIRO, 2012); Isabela Dutra (DUTRA & LIRA, 2021), Lúcia Hidaka (HIDAKA, 2011) e, mais recentemente, Julyana Alecrim (2023).

Nesse sentido, no capítulo a seguir, voltaremos a tratar diretamente sobre a área estudada, onde, com os olhares voltados para Santo Antônio, serão construídas diretrizes estratégicas para operacionalização da participação social na sua gestão. Com vistas para as ações atuais que vêm sendo empreendidas no bairro, a partir das discussões aqui então apresentadas, o próximo capítulo conterà experiências relacionadas ao debate, que servirão de base para a apresentação das diretrizes. Somando-se de forma crítica às experiências que já vem sendo realizadas no território, juntamente aos conceitos da busca pela participação no patrimônio cultural, serão apresentadas diretrizes adequadas ao contexto territorial apresentado, mas que podem ser readaptadas em outros casos de centros urbanos.

#### 4 SIGNIFICAÇÕES DE SANTO ANTÔNIO: UM OLHAR HUMANO SOBRE UMA URBANIDADE DE SOBREPOSIÇÕES

Conforme apresentado no capítulo 2, a área estudada é resultado de uma formação urbana secular, cujas características materiais e imateriais remetem desde o século XVII até o atual momento. Esta área de Santo Antônio é uma grande atmosfera formada por diferentes níveis de camadas que se superpõem, as quais são de natureza social, econômica, religiosa, histórica, de usos e de dinâmicas urbanas. Os usos se concentram no comércio formal e de rua, nos serviços, além de possuir grande oferta de transporte público.

Apesar do fato de que o contexto atual reflita uma precariedade desse ambiente urbano, um processo de reabilitação dessa área central merece ter como imprescindível a identificação das características dos atuais valores e significados que resistem no lugar, tendo em vista a importância das interpretações do **cotidiano vivenciado**. Nesse sentido, esse capítulo apresentará também a reflexão sobre o que vem sendo feito enquanto ação de conservação valorização e requalificação da área estudada e como isso pode se relacionar com a narrativa aqui desenvolvida.

O que as pessoas percebem enquanto traços fundamentais para a memória e resistência da sociedade local? Esse lugar, marcado pela deterioração de imóveis desocupados e por uma grande quantidade de pessoas em situação de vulnerabilidade social, possui diferentes atributos, valores, memórias e significados que podem potencializar seu desenvolvimento e reflorescimento.

Conforme demonstrado, por meio de uma imersão no conjunto, feita por meio de caminhadas e fotografias, características, pessoas e significados foram identificados no território. Contudo, de acordo com toda a construção teórica apontada no capítulo 3, urge a imprescindibilidade do envolvimento dos diversos atores sociais para a identificação e interpretação das diferentes representações desse lugar e sua reflexão na gestão da conservação. Entendendo-se aqui, portanto, que a investigação do pesquisador por si só, acompanhado de suas ferramentas, não necessariamente será insuficiente, no

entanto, se observa como necessário o enriquecimento da leitura e compreensão de um território a partir do olhar da coletividade dos diferentes atores que se relacionam com o conjunto, o que é comprovado diante de todo o arcabouço teórico apresentado e refletido no capítulo anterior.

Destarte, diante de seu contexto, é fato que a localidade possui uma diversidade de tipos de atores sociais que com ela se relacionam. A partir disso, se faz lógico o princípio de que, a identificação, percepção e conservação desses bens culturais contidos no conjunto urbano seja feita através de um processo minimamente participativo com os diversos tipos de atores sociais que se envolvem e fazem a vida desse território.

De acordo com o que aponta Varine (2013), o patrimônio cultural possui um importante papel enquanto ativo de valorização do lugar para o desenvolvimento local. Este último, de acordo com o autor, embora seja um tema muito comumente associado à dimensão econômica, é formado pelos atores locais a partir das propriedades do lugar. Entendendo a cultura como viva, Varine entende que sua continuidade se fortalece quando a população se sente pertencida a ela, apropriada. Conforme aponta o autor:

A natureza e a cultura são vivas, enquanto pertencem a uma população da qual constituem o patrimônio. Elas morrem muito depressa quando são apropriadas e codificadas por especialistas externos à população. (VARINE, 2013, p. 19)

Destarte, o conteúdo do presente capítulo será pautado nas premissas da busca pela participação, visando compreender, sob o olhar de atores sociais, quais são as características formadoras do sítio histórico enquanto patrimônio cultural e o que elas significam para essas pessoas. Antes disso, o capítulo se iniciará com uma exploração das atuais dinâmicas voltadas para a "reabilitação" de Santo Antônio como sítio histórico, em destaque para a leitura das normativas mais recentes e às ações do Gabinete do Centro do Recife (RECENTRO - Prefeitura do Recife).

#### **4.1 Perspectivas de reapropriação do centro: o “reflorescimento” de Santo Antônio?**

Diante do contexto atual da área estudada, fato é que esta possui diversos atributos que lhes conferem importância histórica, de memória, cultural e de identidade não somente para a cidade do Recife, como também para o estado e para a nação. Conforme já pontuado, o lugar carece de ações que o requalifiquem, o devolvendo inteiramente para as dinâmicas sociais de uma cidade com boa qualidade de vida. Ainda assim, é importante observar quais são e como vêm ocorrendo os estudos e movimentos em busca do “reflorescimento” desta área central da cidade. Isto deve ser feito a partir do reconhecimento das potencialidades e ameaças que este tipo de ação carrega consigo. Destacando que a identificação de potencialidades e ameaças não são uma ação neutra, mas depende dos atores envolvidos nesse processo de identificação. O que é potencialidade para um ator, pode ser ameaça para outro e vice-versa.

Como supracitado, há iniciativas que, embora se comuniquem entre si, são paralelas e encabeçadas por diferentes representações de gestão pública e privada. A elaboração de trabalhos simultâneos vem do fato de que essa área é um dos atuais ativos do Recife para investimentos imobiliários, frente ao amplo estoque edificado, juntamente ao potencial de investimentos, além dos esforços de reabilitação do patrimônio cultural.

Antes de mergulhar no âmbito das ações, estudos e propostas que vêm sendo realizados por essas organizações, é importante entender as atuais normativas no município do Recife, que incidem diretamente sobre os interesses para a conservação do conjunto de Santo Antônio enquanto Patrimônio Cultural. Uma vez que tratamos de um estudo sobre gestão da conservação do patrimônio cultural, vale contextualizar algumas disposições do documento que já foi mencionado no capítulo anterior, que é o Plano Diretor da Cidade do Recife, destacadamente a atual Política de Preservação do Patrimônio Cultural (RECIFE, 2021), além da Lei do Recentro (RECIFE, Lei nº 18.889, 2021).

No início do texto do Plano Diretor da Cidade do Recife, então vigente, está disposto no Título I - Das disposições gerais - Capítulo IV (Das diretrizes da Política de Desenvolvimento Urbano), art. 12, nos objetivos relativos ao princípio da sustentabilidade ambiental vale destacar:

I - incorporar os conceitos de patrimônio cultural imaterial e de paisagem para a ampliação da definição das Zonas Especiais de Preservação do Patrimônio Histórico-Cultural;

II - reconhecer os elementos do patrimônio ambiental e cultural para configurar um sistema articulado de ambientes protegidos, de modo a garantir a preservação do sistema hídrico-ambiental e do patrimônio cultural, visando a valorização da diversidade espacial e a cultura tradicional como elementos de preservação; (RECIFE, Lei Complementar nº02 de 2021, Diário Oficial do Recife, edição de 24/04/2021, 2021)

Abordando sobre as sobre as definições das macrozonas, zonas e setores, instrumentos urbanísticos e políticas, o Plano Diretor da Cidade do Recife inclui, pela primeira vez, uma Política de Patrimônio Histórico e Cultural<sup>27</sup>. O potencial disso é justamente o de não só atualizar o plano de preservação, mas de aperfeiçoar a normativa de acordo com o atual campo de debate do patrimônio cultural. Nesse contexto, são trazidas para a política de preservação do patrimônio cultural do Recife, questões acerca da memória, das práticas, saberes tradicionais e da identidade. A referida política contempla, tanto os ambientes culturais construídos, como os naturais, sobretudo acerca da proteção das relações socioespaciais no território da cidade.

Dentre os objetivos da Política urbana de Patrimônio Histórico e Cultural, vale destacar:

I - a proteção da memória urbana, das práticas sociais e da identidade histórica e cultural entre outros aspectos, por meio da criação de instrumentos políticos, financeiros, jurídicos e urbanísticos que ampliem fortaleçam e consolidem a proteção do patrimônio cultural promovida pelo município, e, **colaboração com a comunidade;**

[...]

IV - a criação de instrumentos de proteção do patrimônio cultural imaterial;

[...]

VI - **o estímulo à participação popular** nos processos relativos ao patrimônio histórico e cultural, **considerando a diversidade de**

---

<sup>27</sup> Plano Diretor da Cidade do Recife, Título III, Capítulo VIII, artigos 177, 178 e 179.

**atores sociais**, bem como a transversalidade do tema com diversos outros aspectos do desenvolvimento urbano e humano na cidade. (RECIFE, Lei Complementar nº02 de 2021, Diário Oficial do Recife, edição de 24/04/2021, 2021, grifo nosso)

Para além do debate sobre a preservação do conjunto edificado e de parâmetros urbanísticos, esse Plano Diretor insere o patrimônio cultural na pauta da política urbana como ativo para o desenvolvimento local e social. Tanto os objetivos gerais para a sustentabilidade ambiental como para a política urbana de patrimônio histórico e cultural,

há destaques para a importância do patrimônio cultural imaterial, que não está diretamente contemplado na lei de preservação então vigente (Lei nº13.957 de 1979). Além da inédita tratativa relacionada ao patrimônio imaterial, a abordagem sobre a participação da comunidade local é mais de uma vez reiterada, no sentido de sua importância na prática da preservação. Dentro desse âmbito, o estímulo à participação social é acompanhado da consideração de uma multiplicidade de atores, assim como foi visto nas reflexões sobre a compreensão da Significância Cultural.

Complementando os objetivos, dentre as diretrizes na implementação da política urbana de patrimônio histórico e cultural, muitas delas se relacionam com a importância da identificação das subjetividades, práticas cotidianas e da participação social. A primeira diretriz trata da regulamentação de instrumentos financeiros e jurídicos a serem aplicados na gestão do patrimônio cultural, abrindo a possibilidade da construção de propostas inovadoras na prática da gestão. Outro ponto indica para proteção dos saberes, técnicas tradicionais e modos de fazer, o que já demonstra uma relação com a política nacional de referências culturais, o que também se relaciona com a diretriz para a promoção de ações de proteção do patrimônio imaterial, considerando agremiações, clubes e afins. Ainda nessas diretrizes, é também destacado sobre a difusão do conhecimento sobre o tema, o que pode estimular práticas de educação patrimonial para o sentimento de pertencimento da comunidade (RECIFE, 2021).

Dessa forma, é possível afirmar que esse plano se insere no campo do debate contemporâneo do patrimônio cultural e busca atender às formas de

identificação que vêm sendo evocadas. Constatam termos abordando a questão da identidade, da memória, da paisagem, do reconhecimento dos saberes tradicionais e sua relação com o desenvolvimento sustentável. Embora o recomendado Plano de Preservação do Patrimônio Cultural ainda não tenha sido publicado, cabe aos executores das ações considerar os objetivos e recomendações constantes na política urbana da cidade.

Essa afirmação se deve ao fato de que, conforme explana o Estatuto da Cidade, no âmbito da política urbana, "o Plano Diretor, aprovado pela Câmara Municipal, obrigatório para cidades com mais de vinte mil habitantes, é o instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana" (BRASIL, 2008). Em razão disso, o uso desse instrumento deve nortear as ações de preservação dos sítios históricos, considerando que eles fazem parte da política urbana da cidade do Recife.

Ainda sobre o PDCR, outro Título que tange a temática aqui desenvolvida é o "Dos sistemas de planejamento urbano participativo e gestão democrática e de informação e memória da cidade". O texto trata da operacionalização e promoção da participação no âmbito do poder executivo do município, que segue as disposições da Gestão Democrática da Cidade no Estatuto da Cidade. Dentre os objetivos, vale destacar que há como princípio a participação da sociedade civil no planejamento, acompanhamento, controle e avaliação das ações da política urbana. Há também objetivos pela a garantia da instituição de mecanismos para controle, avaliação e acompanhamento dos planos voltados para a cidade podem (e devem) ser incluídos os planos de preservação.

Vale pontuar que o sistema de planejamento urbano participativo e gestão democrática dispõe de uma lógica predominantemente institucional, com instâncias de participação por meio de órgãos de planejamento urbano. Assim, esse sistema passa por órgãos públicos voltados para a política urbana, conferências, audiências, além dos fundos destinados ao desenvolvimento urbano, mas destaca-se, nesse conjunto as iniciativas populares de projeto de lei, que são um meio majoritariamente encabeçado pela sociedade civil.

Dessa forma, na prática da identificação, valoração e conservação do patrimônio cultural teria a participação social como mote, assegurado tanto pela política de gestão democrática, como pela política de preservação, instituídos pelo plano diretor. Assim, o próprio poder municipal direciona para que ações voltadas para os sítios históricos levem em conta tais aspectos supracitados, incorporando o olhar ampliado para a conservação do patrimônio cultural e promovendo a operacionalização da participação social na gestão pública.

De acordo com Virgínia Pontual (2012), o conceito de gestão pública a partir da década de 1970, está associado à descentralização dos poderes e o aparecimento de novas instâncias institucionais. Onde:

Tais instâncias associativas seriam propiciadas pela conjugação de ações entre instituições públicas estatais e paraestatais, não-governamentais ou do terceiro setor. A gestão pública contemporânea está marcada pela descentralização das decisões e das responsabilidades políticas, bem como pela participação da sociedade na escolha das alternativas de desenvolvimento. Requerem dos governos nacionais e centrais a efetivação do diálogo com as estruturas e os atores locais para se construir parcerias e cooperações que atendam às prioridades dessas instituições. (PONTUAL, Plano de Gestão da Conservação Integrada, 2012, p. 91)

Há como base também o entendimento de que a cidade é complexa, nas suas mais diversas disciplinas, carecendo da atenção de diferentes áreas de estudo. A isto se deve atentar que sobretudo em conjuntos antigos, se sucedem múltiplas camadas da vida na cidade, sendo necessária na gestão a promoção da inclusão social a favor do desenvolvimento urbano sustentável (DE LA MORA, Modelos de planejamento local, 2012). Ou seja, uma gestão efetiva contempla, a partir de um olhar complexo e holístico, diferentes escalas de leitura de um objeto de preservação, estas vão desde o cotidiano às festividades, expressões, e aos elementos de suporte da vida, que é o conjunto edificado e a materialidade das coisas. Conforme Luis de La Mora apontou sobre a complexidade do desenvolvimento local:

A *complex-cidade* nos conduz à dimensão da preservação da diversidade cultural da sociedade. Nenhum segmento ou classe social pode pretender impor sua visão de mundo e seus valores aos outros. A diversidade cultural deve ser objeto de cuidados e zelo para assegurar a sustentabilidade social, da mesma forma como é preservada a biodiversidade para assegurar o equilíbrio ecológico. (DE LA MORA, Modelos de planejamento local, 2012, p. 105)

Hoje o patrimônio cultural da cidade, material e imaterialmente, resiste tanto sob a proteção institucional como também na valorização e manutenção promovida no dia a dia pela comunidade local. Cabe às instâncias de poder, portanto, pôr em prática experiências que impulsionem a colaboração da sociedade civil, a fim de incorporar bens culturais não reconhecidos institucionalmente na agenda da gestão da conservação de um sítio histórico como a área dos SPR-2, 5 e 6 na ZEPH-10. Nesse sentido, é preciso o investimento em uma gama de instrumentos possíveis para a proteção das heranças culturais, que através do envolvimento de comunidades locais, pode impactar positivamente na agenda da política urbana do município, atendendo às reais necessidades do lugar, tal como afirma Varine (2013).

Hugues de Varine, em "As Raízes do Futuro: o patrimônio a serviço do desenvolvimento local" (2013), entende o patrimônio cultural como um recurso de desenvolvimento urbano, ou seja, a cultura e os valores locais são vistos como estratégias de impulsionamento e valorização das comunidades locais, desde que elas e suas respectivas culturas por elas produzidas, estejam envolvidas nesta linha de desenvolvimento. Onde:

Um desenvolvimento urbano que ignore os patrimônios materiais ou imateriais dos habitantes não tem muito futuro, como demonstra bem a trajetória das cidades e de seus subúrbios há mais de quarenta anos. (...) Ora, os verdadeiros atores são os criadores do patrimônio, muito antes de serem exploradores ou usuários de um patrimônio mais ou menos sacralizado. (VARINE, 2013, p. 18)

Vale lembrar que a Gerência Geral de Preservação do Patrimônio Cultural (DPPC), vinculada ao Instituto da Cidade Pelópidas Silveira (ICPS), órgão de planejamento urbano na Prefeitura do Recife, vem realizando as Declarações de Significância Cultural para as ZEPH, a fim de desenvolver a revisão do Plano de Preservação dos Sítios Históricos. Conforme pontuado no capítulo anterior, a DPPC apresentou a Declaração de Significância Cultural do Bairro do Recife (ZEPH-09) e também apresentará uma elaboração dos estudos focados na ZEPH-10, em Santo Antônio e São José.

Ainda não há a divulgação de ações no centro diretamente associadas a esses estudos, por parte da gestão da prefeitura do Recife. Mesmo assim, a elaboração das Declarações de Significância Cultural é um indicativo de que

há iniciativas, dentro da gestão pública do município, que têm buscado a promoção da participação e o envolvimento dos diferentes atores sociais na compreensão do patrimônio cultural para a prática da gestão da conservação na cidade, conforme está previsto no PDCR. Nesse contexto, importa pontuar que o processo de valorização do patrimônio cultural do Recife, por meio de suas diversas faces, passa pela necessidade de fortalecimento do órgão de preservação do município, o que além de também estar previsto no PDCR, é imprescindível quando estamos tratando de ações de reabilitação dos sítios históricos. Isso pode ser reiterado, inclusive pelo olhar de Ulpiano Bezerra de Meneses sobre a cidade como bem cultural, onde ele fortalece a importância nas normativas municipais como instrumento de fortalecimento da gestão da conservação dos bens culturais urbanos (MENESES & ARANTES NETO, 2006).

Além disso, entre as diretrizes do PDCR, no sentido da recuperação das áreas centrais da cidade, há a promoção de habitação popular no centro histórico, bem como da implantação de uma rede de equipamentos urbanos a fim de ativar e revitalizar territórios centrais e propiciar um adensamento sustentável no ambiente construído. É nessa lógica de planejamento urbano da cidade do Recife que, em 2021 também foi instituída a Lei do Recentro.

A publicação da lei do Recentro (lei nº18.869/2021) tem por estratégia a reabilitação por isenções fiscais, a fim de propiciar o aporte de novos empreendimentos. Nesse contexto temporal, há a narrativa corriqueiramente repetida, de que o centro antigo se encontra abandonado, "entregue às baratas" (Figura 74). Isso provoca um sentimento comum da população na visão negativa sobre esse território.

Nesse sentido, este é um fator que abre espaço para o que aqui já foi tratado, como as transformações que podem resultar na higienização social do lugar. Além dessa questão, vale pontuar que as reformas que deram origem à Avenida Guararapes foram também empreendidas em um contexto de uma dita degradação dessa área central, que, era ocupada em demasia pela desordem urbana, uma antítese do ambiente urbano idealizado à época, provocando uma grande mudança socioespacial no conjunto.

URBANISMO

## Esvaziamento do Centro do Recife deixa área histórica à beira do abandono

Onze bairros do Centro do Recife abrigam apenas 5,08% do total da população da capital pernambucana. As consequências do esvaziamento da região são insegurança e falta de manutenção

Fonte: Jornal do Commercio. Disponível em: < <https://jc.ne10.uol.com.br/pernambuco/2021/04/12048967-esvaziamento-do-centro-do-recife-deixa-area-historica-a-beira-do-abandono.html> >.

Tais afirmações são trazidas aliadas ao fato de que, tendo em vista que o patrimônio é tomado como ativo de desenvolvimento econômico pelos detentores do poder (SANT'ANNA, 1995), as ações de revitalização e transformação, quando não envolvem as camadas de base da população diretamente nos seus processos, podem originar uma transformação que represente apenas interesses relativos ao poder econômico, podendo invisibilizar necessidades diretas da sociedade civil e sobretudo das camadas sociais de menor renda. Nesse sentido, a narrativa de que o centro está decadente, embora não seja necessariamente de todo falsa, pode invisibilizar valores e significados que são imprescindíveis para a conservação desse lugar. Afinal, quem são "as baratas" a quem a área central está "entregue"? O que sobrevive e dá identidade ao lugar apesar da baixa condição de qualidade de vida?

Nesse sentido, o objetivo estratégico do Recentro, é a reutilização da reserva imobiliária para habitação e "usos culturais". Fato é que a exequibilidade da revitalização do centro precisa de facilitação para a entrada de investimentos no território, de forma que ele se torne atrativo para investidores, a fim de que a área possa ser ocupada por meio de empreendimentos diversos. Dessa forma, a prioridade de estratégia de atratividade é a de facilitar para o investidor, reduzindo os possíveis custos para implantação de novos empreendimentos.

Vale destacar que, acerca do contexto do uso cultural, é preciso ter atenção aos possíveis atos de descaracterização da relação do lugar com os usos do cotidiano. Ou seja, o aporte do uso cultural propicia a utilização, em alguns casos, de um uso recreativo, fora de contexto, afastada do universo das relações sociais do lugar e do trabalho. Em "A cidade como bem cultural"

Meneses (2006) delinea cuidadosamente a importância desse cuidado frente à velha prática da destinação de bens imóveis para esse tipo de uso, que pode, inclusive, trazer uma gentrificação do lugar.

Dentro do contexto da percepção esvaziamento do centro do Recife e das premissas do PDCR, foi proposta a Lei do Recentro (RECIFE, Lei nº 18.889, 2021), fundamentada na oferta de isenções fiscais para a atração de empreendedores para investir e ressignificar o centro.

Antes de nos debruçarmos na lei então vigente, vale pontuar que algumas normativas anteriores já previam isenção de impostos condicionadas a reformas em prol da conservação em imóveis de setores de preservação rigorosa. A própria lei de preservação (PPSH-Recife), nº 13.957/1979, no art. 15, dispõe-se que “fica o Prefeito da Cidade do Recife autorizado a conceder os seguintes benefícios fiscais [...]” para impostos prediais, sendo estes condicionados a ações de conservação, reparação ou restauração. No plano específico de revitalização da ZEPH-09 (Bairro do Recife), lei nº16.290/97, há também dispositivos que concedem isenção de IPTU para intervenções que venham contribuir para a preservação do sítio histórico (RECIFE, 1997).

Em 2008 também havia sido instituída uma lei com prerrogativas similares à do Recentro, lei nº 17.488/2008 (RECIFE, 2008), voltada especificamente para a ZEPH-10. A normativa de 2008 foi publicada inserida no contexto do já existente recrudescimento da má conservação e esvaziamento dos imóveis situados na ZEPH-10. O texto da lei nº 17.488 instrumentalizava a isenção total ou parcial do IPTU (Imposto Sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana) e do ITBI (Imposto Sobre a Transmissão de Bens Imóveis), o que poderia ser adquirido com base na recuperação total, recuperação parcial, renovação, manutenção ou reparo dos imóveis. Essa pesquisa não teve acesso se, de fato, a lei nº 17.488 chegou a ser aplicada, embora ela tenha sido divulgada nos sites de notícias<sup>28</sup>. Tanto

---

<sup>28</sup> Disponíveis em: <<https://ne10.uol.com.br/canal/noticias//noticia/2008/07/28/isencao-de-impostos-para-quem-investir-em-sao-jose-e-santo-antonio--163888.php>>; Acesso em 22/04/2024.

a lei nº17.488/08, como a de nº16.290/97 foram revogadas no ato da publicação da lei do Recentro.

Diante desses fatos, é cabível a reflexão de que, somente a isenção de impostos, pelo menos até a publicação da lei do Recentro, não foi suficiente para a promoção da recuperação dos sítios históricos, em específico ao caso da ZEPH-10. Isso pode ser percebido, por exemplo, em relação à progressiva degradação do estado de preservação e conservação dos imóveis, além da queda do quantitativo de edificações que possuem uso. O decorrer dessa pesquisa não teve acesso às motivações para a pouca aplicabilidade dos referidos instrumentos. No entanto, é possível afirmar que a isenção por si só não é efetiva e carece de ações sistemáticas, conjuntas e estratégicas a fim de revitalização de áreas urbanas degradadas. Dentre essas possíveis ações podem estar os processos de participação e leitura dos valores e subjetividades do lugar para os diferentes atores sociais, para a compreensão dos desafios do cotidiano e da realidade vivida nesse território.

A lei do Recentro, nº 19.172/2023<sup>29</sup>, lançada inicialmente em 2021 (lei nº18.869/21), conforme supracitado, e aperfeiçoada em dezembro de 2023, trata-se de um decreto voltado para facilitação da chegada de empreendimentos no território. Questões relacionadas ao reconhecimento das potencialidades e significados da localidade não são abordadas diretamente nessa normativa. Assim, é mantida tal estratégia de isenção fiscal, em que, dessa vez, o instrumento se apresenta como um plano de incentivos fiscais, onde, em seu art. 1º:

A presente Lei institui, no Município do Recife, medidas legais e administrativas para incentivar atividades econômicas, moradias para fins de interesse social, construções ou intervenções destinadas à recuperação, renovação, reparo ou manutenção de imóveis da Zona Especial do Patrimônio Histórico-cultural ZEPH 09 e ZEPH 10, bem como do SPR-1 da ZEPH 08, situados, respectivamente, no Sítio Histórico dos Bairros do Recife, Santo Antônio, São José e Boa Vista, e obedecerão às diretrizes estabelecidas na Lei Orgânica do Município do Recife LOMR, à

---

<<https://www.diariodepernambuco.com.br/noticia/vidaurbana/2015/03/a-vida-sem-vizinhos-no-centro.html>>; Acesso em 22/04/2024.  
<[http://www.recife.pe.gov.br/2008/07/28/pcr\\_cria\\_incentivos\\_para\\_os\\_bairros\\_de\\_sao\\_jose\\_e\\_santo\\_antonio\\_163265.php](http://www.recife.pe.gov.br/2008/07/28/pcr_cria_incentivos_para_os_bairros_de_sao_jose_e_santo_antonio_163265.php)>; Acesso em 22/04/2024.

<sup>29</sup> Lei nº18.869/2021, institui o RECENTRO.

Política Municipal prevista no Plano Diretor do Município do Recife, instituído na Lei Complementar nº 2, de 23 de abril de 2021. (NR)

Uma das medidas legais administrativas é a já mencionada isenção de impostos, sendo eles o IPTU (Imposto Sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana), o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), o Imposto Sobre a Transmissão de Bens Imóveis (ITBI), Taxas de Licenciamento Urbano (TLU) e Taxa de Licenciamento Ambiental e Autorização Ambiental, sendo as duas últimas fruto da alteração da lei no final do ano de 2023. Os benefícios fiscais são concedidos, no caso do IPTU, mediante construção, recuperação total, recuperação parcial, renovação, reparo e manutenção de imóveis de uso residencial e não residencial.

No caso do imposto sobre serviços, a alíquota é reduzida a 2% no ISSQN para estabelecimentos com licença de funcionamento com atividades realizadas na área de incidência dessa normativa. Vale pontuar que esse tipo de isenção, na primeira versão da lei do Recentro, era aplicada a usos como serviços para construções, hospedagens e passeios turísticos para as áreas das ZEPH-09 e 10. Somente para o bairro do Recife, a redução era estendida para usos voltados para a produção audiovisual, fotografias, shows, desenvolvimento de jogos eletrônicos, espetáculos teatrais, exposições e eventos, além de, nos estabelecimentos, incluir usos como salões de beleza, museus, aquários, cursos de dança, música, teatro e artes visuais, conforme observa-se no esquema ilustrado pelo gabinete do centro, em setembro de 2023 (Figura 75).

Figura 75 - Esquema explicativo para os benefícios fiscais de ISSQN na Lei do Recentro nº18.869 de 2021



Fonte: Gabinete do Centro do Recife/RECENTRO/PCR, 2023.

Na atualização da Lei do Recentro publicada em dezembro de 2023, a redução do ISSQN é aplicada da mesma forma para toda a área do Recentro (ZEPH-09, 10 e SPR01 da ZEPH-08). Além disso, fora os tipos de uso supracitados, também podem ser beneficiados os estabelecimentos com usos de serviços de arquitetura, urbanismo e paisagismo, advocacia, ensino superior na modalidade presencial, serviços de jogos de apostas e centros de convenções com uso comercial.

Conforme observa-se, os benefícios voltados para certos tipos de usos nos estabelecimentos são de grande potencial para estimular a abertura de novos empreendimentos de grande e de pequeno porte. No entanto, os tipos de usos contidos no anexo da lei estimulam um potencial de uso cultural e de turismo, o que não necessariamente condizem com a totalidade da realidade do lugar.

No caso da área onde o estudo é desenvolvido para essa pesquisa, no seu histórico, caracterização e percepções em visitas ao lugar, aqui apresentados, observam-se a força das expressões do carnaval, do comércio, atividades de imprensa, comércio de livros, artigos de pesca, varejo de roupas. Tais atividades listadas como exemplo não seriam contempladas com benefícios fiscais de ISSQN no âmbito dessa referida lei. Além disso, embora o

uso habitacional seja uma demanda fatídica e urgente para esse território, atividades que promoveriam a qualidade de habitabilidade desse território, como padarias, mercados, quitandas, bares, restaurantes, escolas primárias, dentre outros, não são mencionadas no mesmo anexo. Tal como aqui já apontado, existe uma problemática relacionada a destinação de uso cultural como alternativa para revitalização de centros históricos, onde é necessária a atenção voltada para propiciar os usos do cotidiano do lugar e do universo do trabalho (MENESES & ARANTES NETO, 2006).

Figura 76 - Arranha Céu da pracinha (a esquerda)



Fonte: Autoria própria, 2022.

Ainda sobre as isenções de IPTU, até o presente momento (maio de 2024) foram contemplados 10 beneficiários, a maior parte deles, em imóveis situados no Bairro do Recife. Em Santo Antônio há um imóvel que obteve a isenção de IPTU concedida, que é o caso do Edifício Arranha Céu da Pracinha (Figura 76), cujo térreo é ocupado pela padaria Duque, na Rua Duque de Caxias, tradicional eixo comercial do bairro. Em uma matéria veiculada pelo Jornal do Commercio, houve a tentativa de outros imóveis dessa área, como é o caso do Edifício Douro e do Edifício Pernambuco, que não conseguiram ser

contemplados por falta de conhecimento sobre os procedimentos necessários para conseguir o benefício<sup>30</sup>.

Destarte, ainda não é possível afirmar sobre os resultados dessas medidas administrativas no dia a dia da vida urbana de Santo Antônio. Ainda assim, vale pontuar acerca dos esforços do Gabinete do Centro, mencionados no referido artigo do *Jornal do Commercio*, além disso, conforme apontado, os dispositivos contidos na atualização da Lei do Recentro, destrincham de forma mais detalhada os procedimentos para aquisição das isenções fiscais.

Conforme observado, a política de isenções tem, de fato, potenciais de impacto positivo na revitalização de áreas abandonadas, uma vez que estimula seu uso e a viabilidade econômica de planos urbanísticos. No entanto, a aplicabilidade da normativa carece de esforços no sentido de assistência técnica e processos verdadeiramente participativos a fim de estimular a adoção dos cidadãos do cotidiano às oportunidades de novas ocupações. Isso é pontuado tendo em vista que os atores locais não podem ser preteridos ao desejo para a atratividade de novos ocupantes de classes mais altas ou por turistas alheios à cultura do lugar. A seguir, serão analisadas algumas ações que vêm sendo promovidas durante o período de 2022 a 2024 pelo Gabinete do Centro (Recentro), surgido junto à lei então apresentada, para estimular a ocupação com foco no território estudado de Santo Antônio.

O Gabinete do Centro do Recife, Recentro, de acordo com as informações constantes no website, tem como funções articular com as secretarias do município em prol de ações voltadas para a área do centro do Recife. É também um canal de diálogo “permanente com os atores sociais do Centro do Recife”<sup>31</sup> com o objetivo de receber e encaminhar as demandas vindas dos diferentes segmentos da sociedade. O Recentro tem também a

---

<sup>30</sup> “10 imóveis do Centro do Recife conseguiram isenções fiscais, principal medida do Recentro para atrair investimentos”. Disponível em: < <https://jc.ne10.uol.com.br/pernambuco/2024/02/15666488-10-imoveis-do-centro-do-recife-conseguiram-isencoes-fiscais-principal-medida-do-recentro-para-atrair-investimentos.html> >.

<sup>31</sup> Texto retirado do site do Recentro, na sessão “Quem somos”. Disponível em: < <https://recentro.recife.pe.gov.br/institucional/> >. Acesso em 25/04/2024.

função de propor projetos para o centro, estar envolvido na agenda de eventos na área de sua incidência, além de promover a atração de investimentos por meio da concessão de benefícios fiscais. Aqui, serão abordadas algumas ações relativas ao Recentro, cuja fonte de informações principal será o website do Gabinete do Centro.

O programa da prefeitura do Recife visa a manutenção, a zeladoria, intervenções espaciais em prol de uma melhor qualidade do ambiente urbano, bem como estruturar o desenvolvimento social, cultural e econômico que possa impactar na transformação do território do centro<sup>32</sup>. Nesse contexto, o Gabinete do Centro do Recife afirma estar envolvido em diversas ações que ocorrem nesse território, dentre elas, vale destacar o Portfólio de Imóveis, a Instância de Participação do Recentro, o Viva a Guararapes, a Escuta Social da além de coordenar, junto a ARIES, o Plano Recentro na Rota do Futuro.

Assim, a retomada econômica do centro do Recife pode ser vista como o principal objetivo do Recentro. Dessa forma, o gabinete age por meio de ações que visam tornar o centro atrativo para investimentos. Trabalha-se pelo interesse das empresas e de pessoas com poder aquisitivo para atrair intervenções nos imóveis e empreendimentos, com benefícios fiscais para alguns tipos de serviços.

Tal como pontuado, o território de incidência dessa organização abrange o Bairro do Recife (ZEPH-09), Santo Antônio e São José (ZEPH-10), e, com a revisão da lei em 2023, também foi incluído sítio histórico da Boa Vista (SPR-01 da ZEPH-08) e algumas adjacências dessa área. Nesse contexto, vale pontuar que esses três sítios históricos possuem padrões de ocupação diferenciados, problemas sociais e formas de apropriação do ambiente urbano que possuem cada um suas próprias características, cabendo ações adequadas para os seus respectivos contextos. Apesar disso, não se sabe, a partir das informações fornecidas pelo site do Recentro, se há um

---

<sup>32</sup> "Sobre o Recentro. Disponível em: <<https://recentro.recife.pe.gov.br/sobre-o-recentro/>>. Acesso em: 25/04/2024.

planejamento que perceba as particularidades desses sítios que são territorialmente articulados.

O **Portifólio de Imóveis** é um projeto que voltado para investidores, onde a função do Recentro foi a de apresentar um levantamento de imóveis que poderiam receber investimentos para serem reocupados. Foram levantados 417 edifícios no Bairro do Recife para este portfólio, mas não há menção a um levantamento específico para Santo Antônio. Mesmo assim, cabe mencionar esse modo de operacionalizar ações para tornar o centro atrativo para investimentos, onde o gabinete pontua que:

Com os dados do Portfólio, o Gabinete do Centro apresenta aos investidores as áreas disponíveis no território e coloca proprietários em contato com os empreendedores interessados.

(Projeto Portifólio de Imóveis, Recentro. Disponível em: < <https://recentro.recife.pe.gov.br/portifolio/> >. Acesso em 25 de abril de 2024.)

A temática mais voltada para a construção de conhecimento que é objeto específico desse trabalho, é a voltada às **Instâncias de Participação do Recentro**, estão destacadas entre as ações desse gabinete. A Instância de Governança Cidadã do Recentro (IGCR) é a principal forma de articulação social e de consulta utilizada, onde se diz que participam 90 atores, sendo 70% destes, integrantes de entidades sociais, da iniciativa privada, da academia e coletivos, os outros 30% é composto por representantes do poder público.

Em maio de 2023 houve uma eleição com o objetivo de preencher a Coordenação Colegiada do IGCR. De acordo com o Recentro, a eleição teve 26 votos registrados dentre os 39 participantes aptos a votar (número que confronta o quantitativo de 90 atores trazido em outra publicação do gabinete do centro), dentre as três cadeiras da coordenação estão: (i) articulação acadêmica, (ii) articulação do setor produtivo – empresariado, (iii) articulação da sociedade civil. Conforme aponta-se no site, a eleição ocorreu por meio de formulário online de *whatsapp*, no grupo da "Governança Recentro"<sup>33</sup>. As atribuições desses coordenadores eleitos são as seguintes:

---

<sup>33</sup> Disponível em: < <https://recentro.recife.pe.gov.br/instancia-de-governanca-cidada-do-recentro-eleicao-da-coordenacao-colegiada-2023/> >. Acesso em 24/04/2024

I - monitorar e apoiar a execução das ações de manutenção, requalificação, transformação e regeneração urbana do Centro do Recife;

II - Planejar e executar experimentos urbanos no território do Centro do Recife;

III - propor e discutir pautas relacionadas à área central da cidade. (Recentro, 2023).

Em outro registro publicado pelo Recentro, de julho de 2023, foi divulgada a realização da primeira reunião do IGCR, realizada dentro uma sala do Paço do Frevo, museu situado no Bairro do Recife. O site não disponibiliza links para inscrições de participação no IGCR, tampouco apresenta quais são as ferramentas estratégicas utilizadas, nem os tipos de atores sociais envolvidos no processo. Para além da dificuldade de acesso a essas informações, como essas organizações podem questionar e construir coletivamente as ações desenvolvidas? Quais ferramentas de participação estão disponíveis? A representação desses grupos condiz com a realidade da sociedade ocupante e que faz o território do centro estar ainda, sobrevivendo?

Vale ressaltar que a reflexão aqui construída é trazida no intuito de somar e repensar ações que possam não estar sendo efetivas tal como são intituladas enquanto "instâncias de participação". A necessidade de participação social está bem estabelecida no âmbito das construções coletivas do planejamento urbano das cidades e da conservação dos sítios históricos. Isso é o que se observa na recente produção intelectual acerca da temática do debate urbanístico como um todo, esse é o caso, por exemplo, da Nova Agenda Urbana/Habitat III (ONU, 2019) e dos Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável (ODS), em especial o 11, que destaca o planejamento urbano sustentável<sup>34</sup>. No entanto, há que se atentar às "etiquetas" de participação, uma vez que estabelecer um processo ou instância de participação passa por instaurar canais de diálogo, informação e questionamento acessíveis para todos os atores.

---

<sup>34</sup> ODS 11: Cidades e Comunidades Sustentáveis. "Até 2030, aumentar a urbanização inclusiva e sustentável, e as capacidades para o planejamento e gestão de assentamentos humanos participativos, integrados e sustentáveis, em todos os países." Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs/11>. Acesso em: 21/04/2024.

As ferramentas de participação precisam ser amplas, permitindo a compreensão dos objetivos as ações a serem realizadas. Sendo assim, vale aqui destacar que não há como classificar como participação ações que se limitam a: aplicação de questionários direcionados, instâncias selecionadas de participação e canais de diálogo com informações insuficientes (é preciso transparência). Conforme afirma Creighton (2005, p. 7) a participação pública inclui pelo menos quatro elementos: incidência em decisões administrativas; vai além de fornecer informações prontas; é uma construção bilateral entre as pessoas e a organização; um processo organizado de envolvimento do público; os participantes possuem níveis de impacto sobre o processo de decisão. Ainda em Creighton a participação precisa ser contínua para ser efetiva, o autor organiza o ciclo da seguinte forma:

Diagrama 3 - Processo contínuo de participação



Vale pontuar também, que além da Instância de Governança Cidadã, o Recentro possui a Câmara Permanente do Recentro no CEDES (Conselho Estratégico de Desenvolvimento Econômico e Social do Recife)<sup>35</sup>, diretamente vinculado ao poder executivo da Prefeitura do Recife. A organização também possui um Comitê Integrado de Segurança para o Centro do Recife, composto por entidades da gestão pública relacionadas à segurança. Ambas essas instâncias são importantes articulações do gabinete do centro, que, no entanto, não são representativas de uma articulação participativa com pluralidade de atores.

---

<sup>35</sup> De acordo com o Decreto nº34.450/2021 o CEDES é uma "instância colegiada, de caráter consultivo, composta por representantes do Poder Executivo, que tem por função precípua assessorar o Prefeito da Cidade do Recife na formulação e avaliação de políticas públicas relevantes para a promoção do desenvolvimento econômico e social no Município de Recife.

O Recentro também promove ações de ativação do espaço urbano, buscando movimentá-lo com eventos culturais. O **Viva a Guararapes** é uma ação de ativação<sup>36</sup> para a Avenida Guararapes, promovida pelo Recentro e pelo Viva Recife (Secretaria de Turismo e Lazer). O conjunto edificado dessa avenida possui cada vez mais unidades esvaziadas. Assim como aqui foi desenvolvido, a Avenida Guararapes é uma via monumental, fruto do projeto de remodelação de Santo Antônio, com uma alta qualidade urbanística e arquitetônica.

Principal corredor de transporte público da ZEPH-10, suas calçadas são espaços públicos conformados pelas galerias dos edifícios que abraçam os pedestres. Nesse sentido, existe uma vida urbana específica e antiga que acontece sob essas galerias, sobretudo nos dias úteis, são: os engraxates, vendedores de flores, de acessórios para celular, frutas, guloseimas, bancas de revistas, livros e discos usados, dentre outros.

Figura 77 - Vida cotidiana na Avenida Guararapes



Fonte: Autoria própria, 2023.

---

<sup>36</sup> A ativação urbana é uma estratégia de estimular a reapropriação de uma área que está pouco movimentada de pessoas ou pouco apropriada no seu dia a dia. O objetivo de uma ativação urbana, é de estimular o envolvimento social com um determinado ambiente urbano. Um dos princípios basilares da ativação urbana é a promoção da participação nos processos de intervenção.

O evento do Viva a Guararapes acontece em um domingo a cada mês, onde a rua se torna palco de diversas atividades, que não são as usuais do seu cotidiano, tendo ocorrido desde abril de 2022, até pelo menos maio de 2024. A interessante ideia de buscar trazer movimento para e a rua é uma oportunidade para trazer olhares para essa avenida que marca o conjunto de Santo Antônio.

A estratégia de realização da festa é de "reviver" o centro trazendo usos de lazer e diversão. Há pontos com serviços de atendimento ao público, como vacinação, bibliotecas, centro de informações, adoção de cães e gatos, etc. O evento também traz várias atividades de recreação e esportes, como grupos de dança, pula-pula, escorregos, além de feiras de economia criativa, estantes de vendas de cursos de graduação de instituições privadas, shows e dj's.

Figura 78 - Viva a Guararapes temático do São João



Figura 79 - Recreação no Viva a Guararapes



Fonte: Sandokan Xavier, 2022 e 2023 respectivamente.

Apesar de ter acontecido por pelo menos dois anos, a realidade movimentada e animada vista no dia do evento ainda não se fez presente no cotidiano de Santo Antônio, pelo menos não até a conclusão do presente estudo. Durante os percursos realizados em diferentes dias e períodos do ano ao longo dessa pesquisa, observa-se uma queda constante no movimento do lugar, acompanhada dos ainda frequentes relatos de furtos. O comércio, formal e informal, tem perdido clientes e a vulnerabilidade social aumenta.

Destarte, se mantém o desafio de reativar de fato essa região. Resta a impressão de que toda a festa, que funciona como uma ação de marketing para tornar essa região mais atrativa para investidores e frequentadores, ainda não conseguiu transbordar o movimento de um domingo no mês para o

dia a dia. Além disso, todo o movimento trazido para a Guararapes, torna-se esvaziado na medida em que se afasta dos quarteirões da avenida monumental, onde o contexto, no mesmo momento em que o evento ocorre, é de ruas vazias e estabelecimentos fechados.

É preciso utilizar o evento como um ambiente estratégico para o desenvolvimento local, com ações que possam ser efetivas não somente para a participação social, mas principalmente para a identificação do olhar de todas essas pessoas para esse lugar. Não é possível compreender, por exemplo, o que aquele sítio histórico representa em meio a realização de um evento como tal porte. A função de uma ativação urbana deve ser, para muito além do aporte de movimento de pessoas, uma estratégia de mobilização social e engajamento local.

A **Escuta Social da Dantas Barreto** se trata de uma pesquisa exploratória realizada no ano de 2022 pelo Recentro em parceria com a UNICAP, que resultou em um relatório de escuta social. Nesse produto do Gabinete do Centro, é possível identificar o uso de algumas ferramentas de busca pela participação, a fim de compreender o contexto atual da Avenida Dantas Barreto, via que foi também fruto das reformas urbanas ocorridas no centro do Recife (LORETTO, 2008). O objetivo do relatório da escuta social visa apresentar um conteúdo técnico que sirva de respaldo para fundamentar a elaboração de projetos urbanos para o centro do Recife (RECENTRO, 2022). Construído por meio de duas ferramentas, o relatório apresenta uma pesquisa exploratória e os resultados de pesquisa de grupo focal. Nesse sentido, o relatório é um produto voltado para basear e dar suporte enquanto “processo participativo” às futuras intervenções urbanas.

A pesquisa exploratória, do tipo qualitativa, buscou fazer a leitura da situação atual do lugar pelo ponto de vista dos entrevistados, além de possíveis expectativas para a transformação urbana que o Recentro visa empreender no território. Foi aplicado um questionário com 16 perguntas em cinco espaços públicos de Santo Antônio e São José: Pátio do Carmo, Camelódromo, Praça do Diário, Pátio de São Pedro, Praça da República.

O questionário foi aplicado para 162 pessoas, os tipos de atores entrevistados foram divididos entre passantes (42%), comerciantes formais (17,8%), comerciantes populares (29,9%), estudantes (5,7%) e pessoas em situação de rua (4,5%). As perguntas possuíam padrões objetivos e foram voltadas para a frequência e dias da semana; tempo de deslocamento/tipo de transporte utilizado para ir ao centro; tipos de usos (comprar, trabalhar, frequentar, turismo, etc). Vale pontuar que dentre as 162 pessoas entrevistadas, conforme o relatório aponta, 32 eram turistas, pessoas que provavelmente não possuem relação direta com o lugar. O questionário também continha perguntas relativas ao desejo de morar no centro, com isso, foram apresentadas duas nuvens de palavras, uma para motivos que fariam o entrevistado morar no centro e outras com motivos que não o fariam escolher por essa possibilidade. As últimas perguntas se voltavam para o conhecimento sobre o território, nesse caso, tratava-se do conhecimento geográfico (noção de localização) e, para o conhecimento sobre o histórico da área com a pergunta: "a Dantas Barreto faz parte do centro histórico do Recife?".

Nesse sentido, pode-se trazer alguns questionamentos críticos acerca desse questionário e de sua efetividade. Primeiramente, não se observou um rigor acerca dos tipos de atores entrevistados e se esse universo corresponde à realidade social do território estudado. Além disso, torna-se difícil perceber a proporcionalidade e os números dos resultados, cujos totais dos gráficos não necessariamente condizem com o total de entrevistados. Outro ponto que precisa ser refletido é acerca do tipo de questões, uma vez que pesquisas qualitativas podem explorar de forma mais abrangente as narrativas e pontos de vista. As perguntas sobre a noção geográfica e histórica do território não têm sentido uma vez que tratam de um termo específico sem buscar entender o conhecimento da história do lugar por meio da experiência do entrevistado. Sendo assim, o questionário dessa escuta mostra-se indutivo para respostas sem aprofundamento e não desenvolve um diálogo sobre o lugar, tampouco explora detalhes acerca do uso do espaço público, atributos do lugar, cotidiano, etc, respostas que poderiam também ser trazidas por meio de perguntas objetivas.

O grupo focal foi a segunda ferramenta cujos resultados foram apresentados nesse relatório, onde participaram mais de 60 pessoas, entre gestão pública, setor privado, academia e sociedade civil (RECENTRO, 2022, p. 22). Conforme aponta o relatório, um dos critérios de seleção dos participantes foi a paridade nas representações entre o poder público e sociedade civil. Vale pontuar sobre tal equidade tendo em vista que a população, dentro de um processo dito participativo deve ser mais expressiva do que os agentes públicos. O grupo focal foi realizado em três encontros, sendo um presencial e dois remotos<sup>37</sup>.

Por meio de dinâmicas coletivas, os encontros tiveram no primeiro dia uma dinâmica de ideias de forma livre e sem eixos temáticos de reflexão específicos, o que dificulta a apreensão de informações variadas sobre diferentes temáticas. No segundo, foram identificadas as potencialidades e desafios relacionados à regeneração urbana, os quais foram mapeados pelos participantes (RECENTRO, 2022, p. 24). Os temas, trazidos foram classificados, a partir da sistematização final como: Cultura, Lazer e Turismo; Patrimônio Histórico e Arquitetônico; Recostura do território; Transporte, Mobilidade e Acessibilidade; Habitação; Comércio Popular; Diversificação Econômica e de Serviços; Gestão e Uso dos Imóveis; Arborização e Meio Ambiente; Segurança; Manutenção Infraestrutura e Serviços Urbanos; População em Situação de Rua.

Nesse caso, observa-se que a temática do patrimônio cultural e sua compreensão coletiva não se configura enquanto prioridade nesse debate, que se categoriza por meio de uma concepção de temáticas urbanas ordinárias. Estas, embora não sejam irrelevantes e tenham resultado em informações úteis, não seriam capazes de contribuir para uma gestão da conservação efetiva que utilize o patrimônio cultural. Para tal, é preciso compreender a relevância do lugar por meio dos significados e da identidade coletiva, como o que foi observado no conteúdo desenvolvido no capítulo anterior.

---

<sup>37</sup> Foi feito o uso da ferramenta *Jamboard*.

Tal afirmação é posta uma vez que as potencialidades e desafios apresentados na própria temática de “patrimônio histórico e arquitetônico” se referem aos aspectos voltados unicamente para a materialidade do território, ou seja, acervo arquitetônico, espaços públicos, com destaque para a arquitetura colonial. Sendo assim, os resultados elencados são superficiais para um planejamento urbanístico que envolva as especificidades do patrimônio cultural.

Outra ação a ser destacada é o **Plano Recentro na Rota do Futuro (Plano do Centro do Recife)** que está dentro do contexto do plano Recife na Rota do Futuro<sup>38</sup> e do Plano Recife 500 anos<sup>39</sup>. O plano tem o objetivo de formular ações estratégicas para o desenvolvimento sustentável das áreas centrais do Recife. Com funções determinantes para as futuras intervenções no centro do Recife, conforme informações do site institucional do gabinete do centro, o plano tem tanto um eixo a longo prazo, como para soluções imediatas. Esse plano está sendo coordenado pelo Recentro com a realização pela Agência Recife de Inovação e Estratégias (ARIES), além de alguns consultores que a organização classifica como renomados.

Dentre as etapas a serem desenvolvidas pelo plano estão <sup>40</sup>: (1) Benchmarking, feito com estudos de caso de outras experiências de planejamento consideradas como exemplos bem-sucedidos; (2) Diagnóstico, análise das condições atuais do território por meio de estudos categorizados entre patrimônio material e imaterial, habitação, mobilidade, dinâmica econômica, social e sustentabilidade, esta etapa deverá abranger processos de consulta e oficinas participativas com especialistas e sociedade civil; (3) Formulação da visão de futuro, onde será feita a análise dos resultados e

---

<sup>38</sup> Disponível em: <<https://conectalps.recife.pe.gov.br/planejamento-estrategico-2021-2024/>>. Acesso em 25/04/2024.

<sup>39</sup> Disponível em: <[https://recife500anos.org.br/wp-content/uploads/2022/03/Recife-500-Anos\\_2edicao.pdf](https://recife500anos.org.br/wp-content/uploads/2022/03/Recife-500-Anos_2edicao.pdf)>. Acesso em 25/04/2024.

<sup>40</sup> Disponível em: <<https://recentero.recife.pe.gov.br/plano-de-desenvolvimento-do-centro/#:~:text=O%20RECENTRO%20NA%20ROTA%20DO%20FUTURO%3A%20Plano%20do%20Centro%20do,curto%20e%20m%C3%A9dio%20prazo%2C%20voltado>>. Acesso em 28/04/2024.

traçados cenários alternativos; (4) Estratégia, a partir da elaboração de direcionamentos estratégicos conceituais e ações táticas na área, tendo participação e colaboração como pilar fundamental; (5) Carteira de projetos, será um portfólio com direcionamentos concretos e aplicáveis no Centro do Recife.

Embora se trate de um território que abrange os sítios históricos da cidade do Recife, os tópicos não abrangem diretamente a temática da preservação, para além do uso dos termos “patrimônio material e patrimônio imaterial”. Este, aparece de forma isolada, quando, a pauta do patrimônio cultural poderia ser utilizada como eixo ativo para o desenvolvimento do plano e não um de seus “temas”. O plano possui uma visão de desenvolvimento estratégico, a fim de impulsionar esse território para uma reabilitação economicamente viável.

Ainda não há resultados publicados sobre as etapas do plano. Uma das iniciativas que serviu como etapa inicial foi a Pesquisa de Percepção sobre o Centro do Recife. Acessível ao público em geral por meio de um link online, a pesquisa é de cunho quantitativo. Além das questões de identificação social, as perguntas gerais tratam, no geral, acerca de percepções no que tange: frequência de idas ao centro, motivos para ir ao centro, razões para morar no centro, o que torna o centro menos atrativo, o que pode melhorar na área e qual o meio de transporte mais utilizado. Com a ausência de opções abertas e alternativas indutivas, e por vezes superficiais, o questionário (anexo 01) pode ser lido como uma pesquisa de mercado para compreender os interesses e dinâmicas que impulsionam pessoas a frequentarem essa área vista como esvaziada.

A pesquisa se inicia com questões de identificação social, a partir do recorte de classe social, escolaridade, gênero, cor/raça, renda, ocupação e local de residência. No que concerne ao centro do Recife, a primeira pergunta se refere à frequência de visitas ao centro do Recife e do porquê se vai à localidade. Em seguida, as questões se voltam para o interesse em morar no centro e quais razões confeririam mais atratividade ao lugar, como a

proximidade do trabalho, oferta de espaços públicos, preços competitivos, oferta de usos atrativos.

Há também perguntas voltadas para percepção do desinteresse pela área central do Recife, onde são citados como razões para tal negativa os espaços sujos, o calor, ausência de estacionamento, falta de segurança, etc, não explorando necessariamente o desenvolvimento de respostas mais aprofundadas. A compreensão das formas de tornar o centro do Recife melhor são trazidas dentre alternativas temas como: tornar o comércio mais atrativo, ampliação da cobertura vegetal, melhoria no transporte público e na mobilidade em geral, limpeza e zeladoria, cuidar da população em situação de rua, recuperar espaços públicos e edifícios. Outro tópico trazido entre as percepções sobre o centro do Recife está entre as questões que abordam a avaliação sobre o nível de segurança, iluminação, limpeza, infraestrutura. A pesquisa é finalizada com uma questão sobre o que se espera para ao futuro do centro do Recife, com respostas que tratam sobre limpeza, solução das desigualdades, caminhabilidade, valorização da cultura, etc.

Além das ações vinculadas diretamente a esse plano, importa mencionar aquelas voltadas para a ativação do centro como um todo, promovidas em articulação com o Recentro, como a Rota do Comércio<sup>41</sup>, realizada em Santo Antônio e São José e a Aliança pelo Centro do Recife (WRI)<sup>42</sup>, aplicada na comunidade do Pilar, Bairro do Recife.

Dentre elas, vale destacar o projeto V.U.C.O (Viver o Urbano Caminhando e Ocupando) que vem sendo aplicado em Santo Antônio por meio de intervenções temporárias, as ilustrações do projeto são trazidas na Figura 80. Fruto de uma parceria entre Recife e Nantes (França) o V.U.C.O vem sendo

---

<sup>41</sup> Ações do Recentro em menor escala com realização de murais e eventos pontuais em espaços públicos do centro do Recife. Disponível em: <<https://recentro.recife.pe.gov.br/rota-do-comercio/>>. Acesso em 07/05/2024.

<sup>42</sup> Projeto de ativação urbana participativa realizado no Bairro do Recife. Disponível em: <<https://www2.recife.pe.gov.br/noticias/02/12/2022/alianca-pelo-centro-do-recife-inicia-rota-da-infancia-no-pilar>>. Acesso em 09/05/2024.

realizado pela ARIES com a execução realizada pela Casa Criatura<sup>43</sup>. A descrição do projeto se apresenta a por meio da narrativa de um olhar para o novo, uma nova forma de experimentar o ambiente urbano.

No coração do Recife, o projeto V.U.C.O – ou Viver o Urbano Caminhando e Ocupando – emerge como um laboratório aberto que busca dar novos significados à experiência de viver e ocupar as ruas da cidade. (Casa Criatura, 2023).

Figura 80 - Croquis das intervenções do V.U.C.O.



Fonte: Casa Criatura, 2023.

Em um breve artigo publicado pela Casa Criatura, realizadora das intervenções, há a divulgação do projeto cenográfico cujo objetivo busca valorizar o viver e o caminhar no território<sup>44</sup>. Não são citados processos de participação ou qualquer tipo de envolvimento dos atores locais.

Nas visitas à área estudada, um dos registros realizados apresenta a intervenção feita na Rua Duque de Caxias (Figura 81). A foto foi tirada durante a tarde, em dia de semana. A rua costumava ser um dos mais importantes corredores de comércio de Santo Antônio e passa por um processo de

<sup>43</sup> ARIES – Agência Recife para Inovação e Estratégia, é uma organização social sem fins lucrativos que atua com planos estratégicos para o desenvolvimento de longo prazo no Recife. A Casa Criatura é um espaço e escritório que trabalha com inovações em design, arquitetura e economia criativa.

<sup>44</sup> "V.U.C.O. Lab e um novo olhar sobre a cidade em movimento. Disponível em: <<https://casacriatura.com/v-u-c-o-lab-e-um-novo-olhar-sobre-a-cidade-em-movimento/>>. Acesso em 07/05/2024.

fechamento dos estabelecimentos que ocupam os seus imóveis históricos. Conforme observa-se no registro – fotografia feita durante à tarde, em dia útil –, a intervenção V.U.C.O., que até então ainda não havia sido finalizada, deixou sua marca inovadora no piso da rua pedestrianizada, embora sejam poucos os pedestres passantes e muitas as portas fechadas no térreo dos imóveis.

Figura 81 - Intervenção "Vuco" na Rua Duque de Caxias



Fonte: autoria própria, 2024.

Nesse contexto, resta o questionamento acerca da lógica desse tipo de intervenção para inovar e movimentar o ambiente urbano. A técnica de pintura no chão como urbanismo tático é utilizada pelo desejo de promover a ocupação do centro. Mas é importante ter em mente que o urbanismo tático deve ter a participação como ação imprescindível. Ou seja, esse tipo de intervenção precisaria estar acompanhado de um processo sistemático de construção coletiva, uma articulação sociocultural, para que esta não se torne apenas um espetáculo midiático descolado da realidade do lugar.

Sendo assim, dentro da lógica defendida no presente trabalho, o valor atribuído ao “dispositivo de patrimônio” conceito desenvolvido por Santanna

(1995), e de acordo com Zukin (2017) a valorização do patrimônio cultural passa por um “complexo processo multidimensional de produção de valor”, o que vem tanto da materialidade, como da imaterialidade. Essa produção de novidade dentro do contexto de recaptura da memória urbana da tradição potencializa os riscos de gentrificação do lugar. Isso pode se encaixar tanto no sentido das isenções fiscais proporcionadas pela Lei do Recentro, como nas transformações desses espaços centrais em ambientes de “experimentação da cultura”, por meio de ativações trazidas do escritório diretamente para o sítio.

Vale pontuar que a problemática aqui apresentada não se trata necessariamente de um posicionamento contra ou a favor isenções fiscais ou intervenções. Diante das experiências de gentrificação já vivenciadas, tais como as que Zukin (2017) descreve, em cidades como Rio de Janeiro ou Nova Iorque, as quais acarretaram na transformação socioespacial e no apagamento de grupos previamente existentes, é importante que os gestores públicos estejam cientes da necessidade de envolvimento da multiplicidade de diferentes camadas sociais. Isso pode ser realizado por meio de processos aprofundados para a compreensão do que aquele lugar significa para a população local, reduzindo processos higienizadores nos conjuntos históricos.

Ainda sobre os processos que vêm sendo realizados no centro do Recife, cabe pontuar o **Plano Piloto de Reabilitação de Áreas Centrais**, elaborado entre os anos de 2022 e 2024. O estudo é realizado pelo Porto Digital por meio de financiamento do BNDES e tem Santo Antônio como parte da área estudada. O projeto teve como produtos diversas ações, das quais, vale destacar as pesquisas de mercado e o diagnóstico do território. É importante pontuar que esse projeto piloto teve também estudos prévios com a análise da experiência de casos de preservação de centros históricos em outras cidades. No diagnóstico do território, foram apresentados estudos sobre o ambiente edificado, a dinâmica econômica e a situação imobiliária, além de dinâmicas culturais dos territórios apresentados. O caso desse projeto também não apresentou o desenvolvimento de processos de compreensão coletiva do território a partir de uma metodologia consistente e estruturante

para o envolvimento dos diversos tipos de atores sociais relacionados aos territórios que foram objeto de estudo. De acordo com a página oficial do projeto:

O momento no qual este Projeto Cultural emerge na cidade, é um momento onde há convergência de diversos setores da sociedade sobre a importância de reabilitar o Centro Histórico do Recife. Não apenas o setor imobiliário, já mencionado, vem redescobrimo esse território, mas a própria Prefeitura da Cidade do Recife, através da criação do Gabinete do Centro, demonstra compromisso com a gestão territorial que visa a revitalização dos bairros centrais. Essa convergência demonstra que não é possível executar um processo de reabilitação de uma área histórica sendo apenas um dos diversos setores da sociedade. É necessário que exista essa confluência de forças dos setores que exercem mais poder sobre as dinâmicas urbanas e com a sociedade civil em si, para que o processo de reabilitação seja, de fato, efetivo, eficiente e definitivo. (BNDES & PORTO DIGITAL, 2024).

Destarte, diante do contexto das ações atuais, as perspectivas de reapropriação do centro, que são as normativas vigentes, as ações da gestão pública e/ou de iniciativas privadas resultam em diferentes produtos. Estes, ora alinhados, ora desalinhados e divergentes, têm como objeto comum a retomada da dinamização econômica do lugar. O relativamente recente olhar voltado para o centro do Recife apresenta o desejo do seu “reflorescimento”.

No entanto, com base na lógica desenvolvida no presente trabalho, percebe-se que nenhuma dessas ações tem demonstrado uma estratégia cuidadosa e detalhada para a compreensão desse lugar a partir dos pontos de vista daqueles que dele fazem parte. Olhar para a preservação do patrimônio cultural que compõe esse lugar não é transversal, o que põe em risco a preservação de suas características, atributos e significados. Vale pontuar que, conforme abordamos no terceiro tópico do cap. 3, a DPPC, órgão de preservação municipal está realizando estudos para a declaração de significância cultural da ZEPH-10, com uma sólida metodologia de compreensão da temática. Fica, portanto o questionamento, acerca da profundidade do diálogo e da retroalimentação do uso dos estudos da DPPC como base para a realização de ações e planos no centro do Recife.

Aqui, voltamos, mais uma vez, para o conceito de Márcia Santanna (1995) acerca do uso do patrimônio cultural, o “dispositivo de patrimônio”, tem no seu campo de disputas um desequilíbrio onde a compreensão coletiva e a

preservação por meio da participação dos atores sociais não possuem forças expressivas no processo de decisão de e produção das ações de "reflorescimento" desse território.

Sendo assim, a seguir traremos alguns exemplos de processos, ferramentas e ações de compreensão, leitura e diagnóstico para a preservação do patrimônio cultural que entram nesse campo de disputas a fim de reequilibrar as narrativas para a preservação dos conjuntos urbanos históricos, estas, fomentarão o desenvolvimento das estratégias metodológicas para a operacionalização do cotidiano vivenciado na gestão da conservação do patrimônio cultural no sítio histórico de Santo Antônio.

#### **4.2 Experiências e olhares contemporâneos pela participação social na preservação do patrimônio cultural**

Conforme aqui desenvolvemos, o envolvimento das pessoas é imprescindível no âmbito de um processo de compreensão do sítio histórico. Isso, dentro da condição de que, os objetivos do estudo são de obter dados referentes à realidade do lugar e do cotidiano para ações coerentes. Assim, vale de início pontuar a importância do diálogo no processo de escuta e participação de uma diversidade de atores. De acordo com Freire (FREIRE, *Pedagogia do oprimido* 71. ed., 2019), o princípio da dialogicidade propicia a liberdade da palavra, da reflexão, da expressão. A partir do que se entende em seu discurso, a verdade não pode ser dita de cima para baixo, mas sim discutida, em diferentes pontos de vista, a partir de um encontro de mundos diversos em suas interrelações.

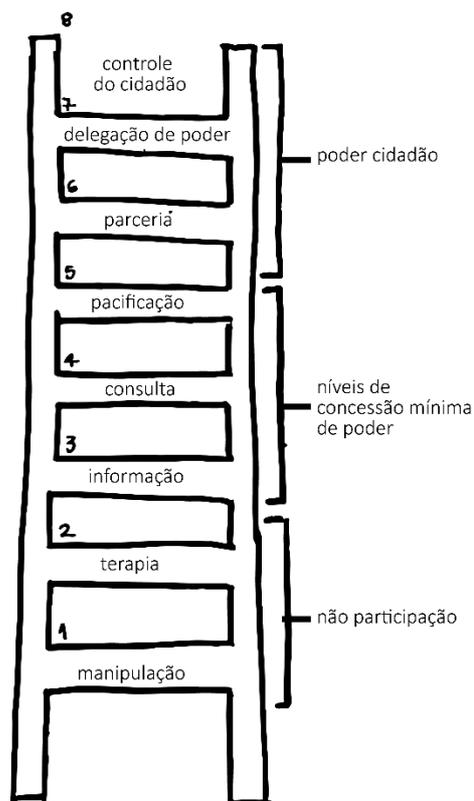
Não é no silêncio que os homens se fazem, mas na palavra, no trabalho, na ação-reflexão. Mas, se dizer a palavra verdadeira, que é trabalho, que é práxis, é transformar o mundo, dizer a palavra não é privilégio de alguns homens, mas direito de todos os homens. Precisamente por isto, ninguém pode dizer a palavra verdadeira sozinho, ou dizê-la para os outros, num ato de prescrição, com o qual rouba a palavra aos demais. (FREIRE, *Pedagogia do oprimido* 71. ed., 2019, pp. 108-109)

Conforme demonstrado, o patrimônio cultural foi, historicamente, classificado sob os olhos de uma elite cultural, que não necessariamente esteve atenta à compreensão dos olhares dos diversos grupos culturais envolvidos com um bem protegido. Os bens culturais são protegidos a partir de uma verdade quase que absoluta que versa sobre estes, sejam eles de

natureza material ou imaterial. O desenvolvimento de diálogos com objetivo de entender as diferentes visões de mundo voltadas para um mesmo conjunto é nada mais do que fortalecer as possíveis alternativas de preservação do patrimônio cultural. Ou seja, é preciso um engajamento social que forneça sentido no ato de cuidar dessas heranças que são entendidas como pertencentes à cultura de uma determinada coletividade. O diálogo, defendido em Freire, estimula a autonomia e o desenvolvimento de compreensões coerentes com os sentidos do contexto dos atores sociais.

Além da compreensão das etapas de um processo de participação, trazidas anteriormente (Diagrama 3, p.178) para o desenvolvimento de estratégias para a busca da participação social, cabe aqui ressaltar que há também a definição de níveis de participação social. Esses níveis vão desde a total alienação, até o controle do cidadão sobre um determinado grupo social sobre suas formas de vida (ARNSTEIN, 1969). Sherry Arnstein estabelece 8 níveis de participação, ou seja, *levels* de poder cidadão a "escada da participação" (Figura 82) explana desde a não participação até o domínio, onde o poder de decisão se concentra nos cidadãos. A autora ressalta que essa gradação permite compreender a possibilidade de participação de pessoas excluídas e a razão de respostas incoerentes com a realidade, vindas dos detentores de poder.

Figura 82 - Escada da participação de Sherry Arnstein



Fonte: ARNSTEIN (1969), adaptação da autora.

A compreensão dos níveis de participação e de sua prática aqui trazida tanto para instigar a reflexão acerca dos processos que vem ocorrendo no centro do Recife, como também para a apresentação dos casos a seguir e o desenvolvimento de estratégias que serão apresentadas como resultado da presente pesquisa. Arnstein pontua que o uso dessa abstração da "escada" é de que:

Na maioria dos casos, a população que não participa realmente enxerga os detentores de poder como um "sistema" consolidado de poder, e os detentores de poder na verdade veem os não participantes como um oceano de "aquelas pessoas", com baixa compreensão de classe e casta em relação a eles. (ARNSTEIN, 1969, p. 217).

O raciocínio de Arnstein também alerta para os riscos de cooptação por parte dos detentores de poder que possam se aproveitar de atores com baixo conhecimento nas temáticas abordadas em processos participativos, ou ainda competências dos atores que comumente não participam de processos podem ser apropriadas e utilizadas sem os créditos devidos.

Antes de apresentar as estratégias de compreensão coletiva em Santo Antônio, é fundamental olharmos para outras experiências também recentes

e colaborativas. Entende-se que processos colaborativos, tanto os que serão aqui apresentados como os que serão trazidos nas estratégias no final do trabalho, são pontos de partida no processo de desenvolvimento de autonomia da sociedade civil, que precisa ver-se organizada e participativa nas práticas da gestão urbana da cidade do Recife.

Vale lembrar que conforme supracitado no tópico anterior, estamos em um processo de estimativas vindas de diferentes interesses para a reabilitação do centro do Recife. Inserir esses processos deve ser tratado de maneira imprescindível para equilibrar o campo de disputas de interesses sobre o dispositivo do patrimônio cultural.

Aqui serão trazidas, como exemplos, experiências realizadas no centro do Recife o caso da DSIA para o bairro de São José (DUTRA & LIRA, 2021), o do Guia (co)Memorativo da Boa Vista (MASSAPÊ, 2021), além do caso do Inventário Participativo de Referências Culturais do Minhocão (REPEP, 2019)<sup>45</sup>. Importa observar que, não se recomenda que tais experiências devam ser utilizadas como procedimentos regrados e aplicáveis em quaisquer circunstâncias de bem cultural. Questões socioculturais, histórico do conjunto, contextos econômicos e de uso, e a gestão local, por exemplo, são informações relevantes a serem levadas em conta na aplicação de um processo de compreensão coletiva de um conjunto urbano histórico.

Conforme aponta Mason (2002), não há um único método que consiga ser totalmente suficiente para acessar os valores de um patrimônio cultural. Além disso, a combinação de métodos provenientes de uma variedade de disciplinas deve ser incluída em qualquer processo de compreensão dos valores de um sítio histórico. Sendo assim, os processos analisados a seguir, servirão como guia para o presente trabalho, uma vez que se alimentam de preceitos

---

<sup>45</sup> Como demonstrado, as Declarações de Significância Cultural que vêm sendo feitas pela DPPC são importantíssimas experiências de compreensão coletiva. No entanto, como não há a publicação da metodologia desse processo, sua análise não será trazida nesse grupo.

semelhantes acerca dos significados desejados para a proposta edificada na presente pesquisa.

Apresentados no capítulo 3, o conceito de significância cultural e juntamente às discussões presentes no Manual do Inventário Nacional de Referências Culturais (2000), servirão como base para o desenvolvimento das estratégias. Ou seja, será uma adaptação pautada em experiências de consulta que se voltaram, seja para o desenvolvimento de uma declaração de significância, seja para um inventário de referências culturais.

No artigo “(Re)Significando São José: a construção da Declaração de Significância, Integridade e Autenticidade (DSIA), para um trecho do bairro histórico de São José” (DUTRA & LIRA, 2021), é apresentada a experiência de um processo acadêmico para a redação da Declaração de Significância de parte do sítio histórico de São José, conforme seu próprio título sugere. A experiência trazida no artigo se trata de um trabalho científico, desenvolvido com base na metodologia realizada na disciplina de Planejamento Urbano e Regional IV do curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Pernambuco. O processo se fundamenta no conceito da Significância Cultural, explicitado na Carta de Burra (ICOMOS, The Burra Charter. The Australia ICOMOS Charter for Places of Cultural Significance, 2013), a Declaração se pauta na compreensão dos valores associados aos bens.

No referido artigo, esses bens culturais que formam o conjunto histórico são trabalhados enquanto *atributos*, os quais foram levantados de acordo com pesquisas bibliográficas e estudos sobre a legislação incidente na área estudada. Esses atributos foram valorados com os atores sociais, para passarem pela aplicação do chamado *instrumento de consulta*, que tem o objetivo de avaliar quais são os valores a eles associados.

Na referida pesquisa, as autoras documentam que foi aplicado um total de 26 consultas, realizada com diferentes tipos de atores sociais, dentre eles: 2 trabalhadores formais antigos, 2 trabalhadores formais novos, 2 trabalhadores informais antigos, 2 trabalhadores informais novos, 2 trabalhadores do restauro da Basílica da Penha, 2 residentes antigos e 1 novo, 4 religiosos

(sacristãos e um clérigo), 6 frequentadores e 4 especialistas. Importa observar que, neste último grupo, foi aplicada uma ficha consultiva (anexo 2) acerca da autenticidade e integridade dos atributos<sup>46</sup> (LIRA E DUTRA, 2021).

Durante o instrumento de consulta, foi utilizado tanto o recurso textual (descrição dos atributos do conjunto), como o imagético (fotografia atual dos atributos), a partir do princípio de que uma linguagem alimenta a outra (DUTRA & LIRA, 2021, p. 175). Importa observar que os valores foram pré-definidos a partir também de pesquisas bibliográficas sobre a área, sendo essas pautadas nas contribuições teóricas de Alois Riegl (2006), Lacerda (2012) e da Carta de Burra (2013). Ou seja, as pesquisadoras trouxeram valores potenciais e estes foram apresentados em cartões para a valoração dos atributos no instrumento de consulta. Estes valores foram: de uso, econômico, histórico, artístico, de antiguidade, cultural e simbólico.

No instrumento, foram aplicadas quatro fichas (apresentadas no anexo 2). A primeira pede para o entrevistado ordenar os bens na classificação de maior identidade para ele. A segunda ficha solicita a associação dos valores indicados aos bens, classificados de acordo com o ponto de vista do ator entrevistado. A terceira foi preenchida por um relato para atributo. A quarta, e última, conforme anteriormente pontuado, é voltada apenas para especialistas e pede a identificação dos graus de autenticidade e integridade de cada atributo. Ainda de acordo com o material apresentado no artigo de Lira e Dutra (2021) a presença dos atores sociais a partir de grupos diversificados é um ponto chave para o desenvolvimento do processo. De forma que, embora a quantidade de atores não seja extensa (total de 26 pessoas), a imprescindível característica da variedade de grupos sociais pode trazer uma boa gama de informações. Estas levam em conta questões subjetivas e fenomenológicas surgidas a partir do olhar dos atores sociais.

---

<sup>46</sup> Autenticidade e integridade são propriedades exigidas para a classificação de um bem enquanto Patrimônio da Humanidade pela UNESCO. A autenticidade, de acordo com Jokilehto (JOKILEHTO, 2006) reflete o nível de originalidade de um referido bem, seja por suas características materiais ou sociais. A integridade, conforme o mesmo autor, afere o grau de inteireza de um determinado bem patrimonial.

A partir dos resultados, o instrumento apresenta gráficos relativos a: (1) ordem de identificação dos atores com os atributos, do mais representativo para o menos citado; (2) a quantidade de vezes que um valor foi atribuído; (3) o percentual dos valores por atributo (quais foram associados a mais valores); (4) distribuição de valores por atributo; e (5) graus de autenticidade e integridade dos atributos.

Tais dados viabilizaram a escrita da *Declaração de Significância, Integridade e Autenticidade* do conjunto. De acordo com as autoras:

A DSIA [...] é uma síntese do processo e um elemento orientador da gestão da conservação de um bem. Trata-se de um texto sucinto e objetivo que explicita os valores e as condições de integridade e autenticidade do bem [...]. (DUTRA & LIRA, 2021).

Diante dos resultados, a redação da DSIA trazida pelas autoras abarca uma breve caracterização do conjunto, seguida dos atributos identificados e dos valores associados ao bem analisado. Esses valores são indicados em relação aos atributos, onde é explanado como eles se expressam no conjunto analisado, sendo eles o valor histórico, o cultural, o de antiguidade, de uso, econômico, artístico, simbólico. Por fim, é apresentada uma análise sobre os resultados referentes à integridade e autenticidade do bem (DUTRA & LIRA, 2021).

A ferramenta demonstra que o tipo de conteúdo buscado, trata-se de uma compreensão coletiva do patrimônio cultural e não sobre aspectos individuais. Essa, não carece uma enorme gama de entrevistados, devendo estes serem definidos de forma estratégica, uma vez que o objetivo é de entender, a partir do olhar de representantes de cada um dos grupos sociais diretamente associados ao sítio, como o bem cultural estudado é significativo na vida das pessoas. O processo da Declaração de Significância apresentado por Lira e Dutra (2021) é essencialmente uma tentativa de buscar pontos de vista para além do especialista, sobre o que é representativo para a sociedade no sítio histórico.

Destarte, a metodologia da DSIA, aplicada ao longo de duas semanas por Dutra e Lira (2021), consegue apresentar aspectos subjetivos traduzidos

por meio dos valores patrimoniais associados aos atributos nas entrevistas, ainda que o número de entrevistas tenha sido relativamente pequeno.

É também válido ponderar acerca da escolha dos valores a serem atribuídos. Os valores histórico, cultural, simbólico, de antiguidade, de uso, econômico e artístico foram pré-definidos na metodologia da pesquisa. Ou seja, os entrevistados tinham a opção de atribuir algum valor dentre esses, aos atributos, ou de optar por nenhum. Nesse contexto, pode-se reconhecer positivamente o fato de que a definição de poucos valores com base nas características observadas no conjunto propicia um processo de sistematização prático.

Ainda assim, em termos de preservação dos valores e significados do lugar, cabe refletir sobre possíveis apagamentos de outros valores que não tenham sido identificados ao longo do processo de pesquisa bibliográfica e de compreensão da situação atual do bem estudado. Destarte, cabe levar em conta, em procedimentos futuros, a inclusão de mais valores que possam ser associados ao bem cultural, de forma que a sua significância esteja ainda mais destrinchada. Ou seja, abrir possibilidades para que os atores possam trazer os valores espontaneamente, para além de uma lista pré-definida pelos especialistas.

Mais uma questão a ser refletida é sobre a possibilidade de abertura para uma maior gama de atributos. Ou seja, outras experiências, com o uso da mesma metodologia, poderiam abarcar a identificação de mais atributos componentes do bem cultural estudado, seja por meio de levantamento histórico, iconográfico e cartográfico, seja por meio da análise da situação atual do conjunto, durante vistorias de observação do sítio histórico.

Nesse sentido, embora classifique aqui como possivelmente suficientes a distribuição de atores sociais utilizada neste instrumento apresentado por Dutra e Lira (2021), há que se pensar alternativas de ampliação do olhar sobre os atributos e valores que possam ser a eles atribuídos a fim de uma compreensão da significância cultural de forma mais ampla. Importa observar

que tais pensamentos não invalidam os procedimentos utilizados na metodologia então apresentada e analisada.

A escolha de uma quantidade mínima de atores representantes de grupos sociais é uma das características mais interessantes que a ferramenta oferece. Ademais, a demanda de relatos nas fichas trazidos sobre os atributos, que embora tenham sido pouco explorados ao longo do artigo, pode apresentar um potencial para a compreensão de demais significados que possam se sobrepor às informações dos atributos e do conjunto como um todo junto aos valores.

Em suma, a ferramenta oferece uma gama de possibilidades que vão depender de escolhas que podem variar. Essas variações podem ser com relação à quantidade de representantes de cada grupo social, à definição dos atributos, à quantidade de valores e pela grandeza dos relatos apresentados. Os gráficos apresentados e as informações recolhidas nesta metodologia conseguem, além disso, propiciar outras formas de análise do bem patrimonial. Sendo assim, compreendendo que cada caso possui suas próprias variáveis, a exploração dos materiais gerados através das ferramentas propostas na metodologia supracitada deverá ser bem desenvolvida e adaptada aos objetivos relativos ao caso estudado.

A experiência do Guia (co)Memorativo da Boa Vista (MASSAPÊ, 2021)<sup>47</sup>, também ocorrida em um sítio histórico do centro do Recife, foi promovida por uma instituição da sociedade civil organizada, cujo projeto estava situado no contexto de um edital de fomento à preservação do patrimônio cultural brasileiro. O processo de compreensão coletiva que deu origem ao referido livro foi documentado em relatório elaborado pelo Massapê (2021). Partindo da compreensão da "cidade como bem cultural" trazida em Meneses (2006), o processo levou em consideração a população como força motriz na permanência das tradições culturais de um conjunto histórico. No relatório, também são trazidos conceitos fundamentados na Carta de Burra (2013) e na

---

<sup>47</sup> Conforme pontuado na introdução desse trabalho, fiz parte da concepção e coordenação desse processo dentro do Massapê.

compreensão dos valores trazida por Riegl (2014), presentes nas bases para o desenvolvimento da Declaração de Significância, Integridade e Autenticidade então apresentada no presente trabalho.

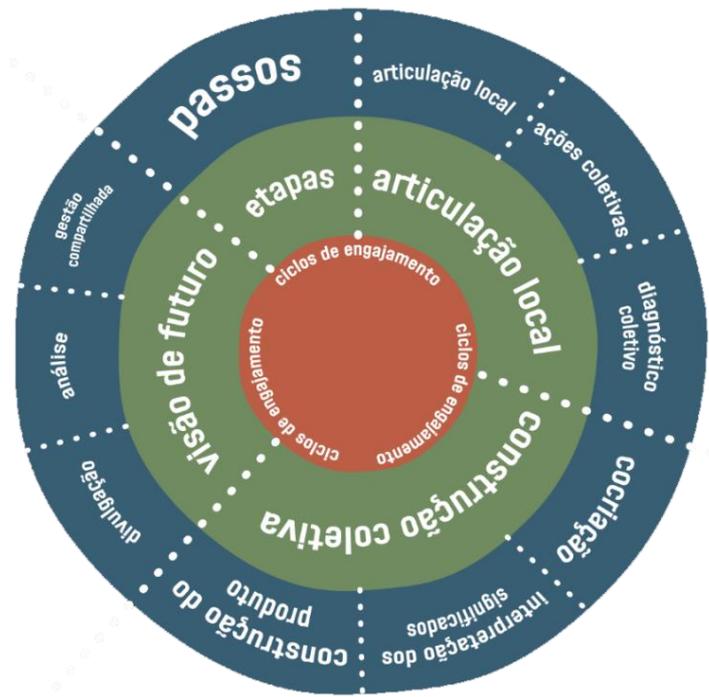
A metodologia utilizada para a realização do Guia (co) Memorativo da Boa Vista, difere no sentido de se utilizar também dos conceitos presentes no Manual de Aplicação para Inventário Nacional de Referências Culturais (2000). O método incorpora o conceito de Referência Cultural, que em termos práticos, podem ser tratados como os atributos de um bem cultural de um conjunto urbano, por exemplo. De acordo com o relatório, o a inventariação de referências culturais se assimila ao conceito de significância cultural, uma vez que também busca delinear os significados de um conjunto histórico:

O trabalho da inventariação de referências culturais está pautado justamente na compreensão dos sentidos e significados do patrimônio cultural, os quais são também presentes no conceito de significância cultural. (MASSAPÊ, 2021, p. 12)

Com base no INRC, o processo desenvolvido pelo Massapê utiliza, para o levantamento das características da Boa Vista, categorias similares às trazidas pelo IPHAN (2000). Conforme consta no referido relatório, a delimitação das categorias aplicadas no processo realizado no sítio histórico da Boa Vista são:

A categoria LUGARES representa os espaços públicos e privados, praças, parques e edifícios (...). Em CELEBRAÇÕES estamos focando nas festividades, nas manifestações religiosas e diversas expressões de fé que se apresentam na riqueza cultural do bairro. Na categoria ARTE E CULTURA queremos enaltecer atividades culturais e expressões artísticas particulares do centro do Recife que fazem do sítio histórico um verdadeiro pólo cultural, podem ser formas de expressão, filmes, músicas, poemas, músicas, etc. Em SABERES LOCAIS buscamos comemorar os ofícios e modos de fazer do recifense da Boa Vista que enriquecem o comércio do bairro, através dos pequenos empreendimentos que ali se popularizam, ou de receitas comumente ali encontradas, algum tipo tradicional de artesanato. (MASSAPÊ, 2021, p. 13)

Diagrama 4 - Metodologia de processos colaborativos do Massapê



Fonte: (Massapê, 2021).

De acordo com essas categorias, os processos se articulam a partir dos ciclos de engajamento elaborados pelo Massapê. Esses fazem parte de sua metodologia base, que é utilizada seja para um processo de compreensão coletiva em um sítio histórico, ou para uma intervenção urbana colaborativa, por exemplo.

Tal metodologia é composta por eixos de atuação com ferramentas voltadas para articulação local, uma construção coletiva com as pessoas articuladas do lugar, finalizando com o ciclo de visão de futuro, o qual visa trazer resultados com um mínimo legado par ao lugar que recebeu a atuação.

No caso do processo de construção do Guia (co)Memorativo da Boa Vista, a etapa de mobilização e articulação local teve dois momentos. Isso ocorreu devido ao fato de que o referido processo foi iniciado antes do contexto pandêmico, em fevereiro de 2020, tendo sido interrompido com a chegada da pandemia no Recife, em março de do mesmo ano, em sua fase inicial, tendo sido retomado no mês de julho do mesmo ano.

Como forma de articulação desse primeiro momento, foram realizadas atividades de engajamento de atores locais, em sua maioria, moradores e

frequentadores. As ferramentas de mobilização social utilizadas foram: porta a porta, com distribuição de panfletos informativos sobre o processo; painéis interativos, preenchidos pelos passantes, sobre o que eles percebiam no conjunto histórico da Boa Vista e o que o bairro representava para eles; e um cinema na rua, que buscava promover a troca de ideias e conversas sobre o bairro.

No segundo momento, já em contexto pandêmico, com a vigência e necessidade das regras de isolamento social, houve a necessidade de repensar as ferramentas utilizadas para essa mobilização de atores sociais envolvidos com o bairro. Esta passou a incorporar a utilização de redes sociais, uma oficina de articulação, além do recontato com atores inicialmente mapeados no início do processo. Importa observar, que todas as ferramentas utilizadas até então, exploraram recursos imagéticos, mapeamentos afetivos e atividades de exploração do pensamento reflexivo sobre o sítio histórico, conforme se observa nos relatos trazidos pelo coletivo.

Ainda no ciclo de articulação local, após a mobilização dos atores, foram feitas as entrevistas para identificação dos *bens culturais* do conjunto estudado. De acordo com o relatório, foram realizadas 78 entrevistas por meio de formulário online e 21 entrevistas presenciais, todas essas com moradores antigos da Boa Vista (Figura 83). Tanto as entrevistas remotas, como as presenciais, possuíam as mesmas perguntas. Elas buscaram compreender a relação do ator com o bairro da Boa Vista, com perguntas relacionadas ao que simboliza o bairro, onde o ator costuma frequentar, quais eventos e festas por ele conhecidos, além de expressões e práticas culturais. O questionário é finalizado com perguntas sensoriais e afetivas sobre o bairro (anexo 3).

Figura 83 - Morador da Boa Vista respondendo entrevista



Fonte: Laryssa Araújo/Massapê, 2021.

Importa observar que, embora não tenham questionado diretamente quais eram os bens culturais conforme as categorias pré-definidas, as perguntas foram feitas indiretamente, a fim de buscar respostas espontâneas do entrevistado. Esse primeiro ciclo gerou como resultados, de acordo com o relatório:

Uma extensa planilha que continha respostas relativas a todas as categorias de bens culturais definidas inicialmente para o processo de compreensão coletiva. A descrição dos bens, seguidos de seus valores, que vinham em respostas abertas dos questionários, possibilitou também a percepção de significações culturais atribuídas às principais referências do bairro da Boa Vista. (MASSAPÊ, 2021, p. 25)

Na etapa correspondente ao eixo de construção coletiva – de acordo com o diagrama da metodologia do Massapê apresentada anteriormente – foram realizadas as oficinas de compreensão coletiva, correspondendo à segunda fase de consulta com atores relacionados ao bairro (MASSAPÊ, 2021, p. 26). Essa oficina teve o objetivo de compreender os valores e significados dos bens levantados nas entrevistas, seria correspondente à ficha de valoração proposta na DSIA de Dutra e Lira (2021), ou seja, com influência das premissas para a construção da significância cultural. A oficina usou a ferramenta de caminhadas sensitivas, seguidas do preenchimento de mapas

com destaque para os bens culturais pré-levantados. Os participantes tinham a oportunidade de se expressar sobre os significados dos atributos apresentados, bem como de sugerir mais bens culturais que, porventura, ainda não tivessem sido citados.

Em posse dos dados coletados nas entrevistas e oficinas de "compreensão sensitiva", o grupo realizador do processo realizou uma sistematização geral, levando em conta produtos surgidos desde a mobilização até o último momento de atividades consultivas. Cada atributo tinha uma própria planilha, com um banco de dados acompanhado de códigos que identificavam de qual tipo de ator a informação era proveniente. Conforme apresenta o relatório, os itens da planilha eram (1) características trazidas sobre a referência cultural, (2) memórias relatadas, (3) valores atribuídos no discurso do ator, (4) associação com outras referências culturais. Ainda de acordo com o relatório, havia bens culturais que receberam mais informações, como relatos, valores e memórias, o que, para os autores, foi um indicativo do seu grau de importância para o conjunto das pessoas consultadas no processo.

Além da planilha, o processo de consulta, por meio das caminhadas sensitivas e de mapeamentos gerou a identificação de atmosferas da Boa Vista, o que foi definidor para a compreensão do que o bairro representava através de suas diferentes paisagens e de suas dinâmicas sociais, por meio dos discursos trazidos pelos colaboradores do processo.

O processo realizado na Boa Vista traz consigo uma quantidade generosa de informações, adquiridas por meio de ferramentas que buscam a expressão de aspectos subjetivos do lugar. Apesar disso, é importante reconhecer a necessidade de um maior pragmatismo, a fim de garantir dados, cuja sistematização possa ser prática. Ou seja, que se gerem dados tanto qualitativos como quantitativos de forma mais exequível. A clareza sobre exatamente que "perguntas" se quer responder ou o que se busca na consulta, pode ajudar no foco da sistematização dos resultados.

O caso do Dossiê do inventário de referências culturais do Minhocão (2019) teve a fundamentação metodológica baseada no Manual do Inventário Nacional de Referências Culturais (IPHAN, 2000) e no Manual de Aplicação dos Inventários Participativos (IPHAN, 2016). O estudo foi realizado pela Rede Paulista de Educação Patrimonial em parceria com o Movimento Baixo Centro. Esse processo contou com uma vasta equipe de coordenação, pesquisa e aplicação de entrevistas em campo. Objetivo do trabalho é integrar a luta contra a gentrificação, dando voz às pessoas que estão no cotidiano desse território, que estava sendo visado para novos investimentos imobiliários (NITO & SCIFONI, 2017).

Nesses projetos, o que foi feito da vida real que lá acontece? O que foi pensado para os que lá vivem há décadas? Ou seja, pessoas reais que moram nesses bairros na medida que o aluguel barato lhes permite trabalhar no centro. O que foi pensado para aqueles que cotidianamente sentem há décadas os transtornos do barulho, da poluição e da falta de privacidade nas janelas dos apartamentos? Ou mesmo o que foi feito dos pequenos e simples estabelecimentos comerciais ou de serviços, de característica popular e de uso cotidiano, que existem com grande predominância nesse espaço? Ou seja, as oficinas mecânicas, as borracharias, os botecos que vendem salgado a um real, as bancas de jornal, as pensões, os salões de beleza, dentre outros? (NITO & SCIFONI, 2017, p. 38)

O Dossiê do Minhocão também possui uma proposta de educação patrimonial, a fim de estimular a apropriação e identificação dos moradores com a cultura local a partir do contexto deles mesmos. Diante das dificuldades de pessoas de menor poder aquisitivo conseguirem se manter no lugar, frente à possível revalorização espacial, o inventário de referências culturais foi um instrumento estratégico utilizado na luta pela permanência dessas pessoas, onde:

A preocupação central do inventário é com a manutenção das referências culturais historicamente construídas e ligadas à presença dos grupos sociais que ocuparam o território do Minhocão ao longo do tempo. De forma que seja possível embasar as discussões sobre o direito de permanência dos grupos sociais diversos que ocuparam esse espaço ao longo do tempo. (REPEP, 2019, p. 12).

Conforme pontuado, a pesquisa sobre o minhocão seguiu as metodologias para construção de inventários de referências culturais do IPHAN, apresentados anteriormente no diagrama 2. Sendo assim, o trabalho teve como etapas (REPEP, 2019, pp. 17-18) :

- (1) Levantamento preliminar - a equipe definiu a delimitação do território estudado, seguindo para análise de seu processo de formação histórica. Nessa etapa foram realizadas pesquisa de campo exploratórias e a identificação dos grupos sociais atuantes no território. O resultado desse levantamento foi um conjunto preliminar de referências culturais;
- (2) Identificação - a partir do conjunto levantado das referências culturais, as informações sobre elas são complementadas a partir de um diálogo com os sujeitos sociais também identificados na etapa anterior. Para tal, foram utilizadas ferramentas de entrevistas, conversas e aproximações, além de dinâmicas de trabalho em grupo. Essas estratégias de aproximação e mobilização resultaram no preenchimento das Fichas de Referências Culturais por categoria (IPHAN, 2016), além do mapeamento desses bens;
- (3) Documentação - sistematização de dados das referências culturais e desenvolvimento do texto a ser publicado.

O procedimento de execução do processo de pesquisa do Dossiê do Minhocão teve também (assim como o projeto realizado pelo Massapê) a adoção das categorias de bens culturais. As naturezas de bens culturais utilizadas pelo projeto paulista foram: Celebrações, Formas de Expressão, Saberes, Edificações, Lugares e Objetos.

Durante a etapa de levantamento, com o cuidado em delinear também os tipos de grupos sociais, o que também ocorreu na metodologia da DSIA, as divisões do projeto do Minhocão foram classificadas como (1) trabalhadores/moradores mais pobres do centro, (2) comunidade LGBTQ+, (3) imigrantes, (4) trabalhadores da cultura, (5) moradores em situação de rua. Nessa fase de trabalho os pesquisadores desenvolveram diferentes tipos de levantamentos, como os contatos preliminares, levantamento de normativas urbanísticas, mapeamento de novos empreendimentos e uso do solo, além da divulgação da aplicação da metodologia naquele território em seminários e encontros acadêmicos. O levantamento preliminar resultou na lista das

referências culturais, das quais, a única categoria que não teve a identificação de nenhuma referência foi a de objetos.

Para o desenvolvimento das entrevistas e conversas, o trabalho foi dividido em eixos a fim de organizar as temáticas conversadas a depender do interesse e relação dos grupos sociais com as referências culturais levantadas. De acordo com o dossiê:

[...] tendo em vista que várias referências identificadas se mesclavam nos grupos sociais ou não apareciam atreladas tão evidentemente a determinados grupos, adotamos como base para divisão do trabalho em equipes a concepção do EIXO. O eixo é uma possibilidade de organização que busca congregar as práticas e manifestações culturais a partir de um elemento que lhes é comum. (REPEP, 2019, p. 33).

Os eixos definidos para o processo foram Arte urbana, Cultura LGBTQ+, Cultural Política, Cultura Popular e Multiculturalismo. Na metodologia adotada para os procedimentos das entrevistas foi feita a adoção de linguagem acessível para a compreensão dos interlocutores, o pesquisador também deveria ir munido de informações prévias sobre a referência cultural a ser tratada na conversa. Sendo assim, percebe-se um cuidado no desenvolvimento da conversa tanto para a compreensão da temática tratada, como por extrair informações dos detentores do bem cultural, conforme pontua-se no Manual de Inventários Nacionais de Referências Culturais (2000).

Trata-se de uma operação de tradução, na qual o pesquisador se aproxima e compreende o universo de representações simbólicas dos grupos e de que forma eles são capazes de enunciar estas referências a partir da fala cotidiana. (REPEP, 2019, p. 36).

De antemão, pode-se observar que diferente das experiências ocorridas em Recife, os bens culturais/atributos não são analisados por todos os tipos de atores sociais envolvidos no processo de identificação. Ou seja, cada grupo social se volta para o preenchimento de fichas específicas, enquanto isso, na DSIA e no Guia (co)Memorativo da Boa Vista, todos respondem sobre todos os bens a serem compreendidos. Outra diferença é que o método de compreensão das experiências locais se utiliza de abordagens mais dirigidas, enquanto a do Minhocão foi feita por meio de trocas mais fluidas.

Ainda na etapa de identificação houve a elaboração da Maratona de Referências Culturais, nesse processo, a lista de referências culturais já não era mais a mesma que havia sido feita a partir do levantamento preliminar. As referências culturais retiradas foram as que não tiveram identificação nas entrevistas ou não houve interesse por parte dos atores envolvidos. Assim, as entrevistas funcionaram também como uma espécie de validação dessas referências culturais, que, foram melhor redefinidas na Maratona de Referências Culturais. Vale pontuar que o Dossiê do Minhocão ressalva que essas referências passaram a estar identificadas em outras que foram mantidas para a aplicação dessa ferramenta. O produto dessa maratona, realizada pela equipe de pesquisadores, foi a categorização das referências culturais e no seu mapeamento final. Outro instrumento utilizado nesse processo de identificação foi a Mandala de Referências Culturais (Figura 84), de acordo com o dossiê, uso da mandala buscou conferir ludicidade ao processo. Por meio do uso de cones de trânsito, interligados por cordões e cartões com as referências culturais disponíveis, os participantes escolhiam o cartão com o bem cultural que ele identificasse como importante para sua vida no território, resultando em um varal de referências culturais (REPEP, 2019, p. 40).

Figura 84 - Aplicação da Mandala de Referências Culturais, São Paulo

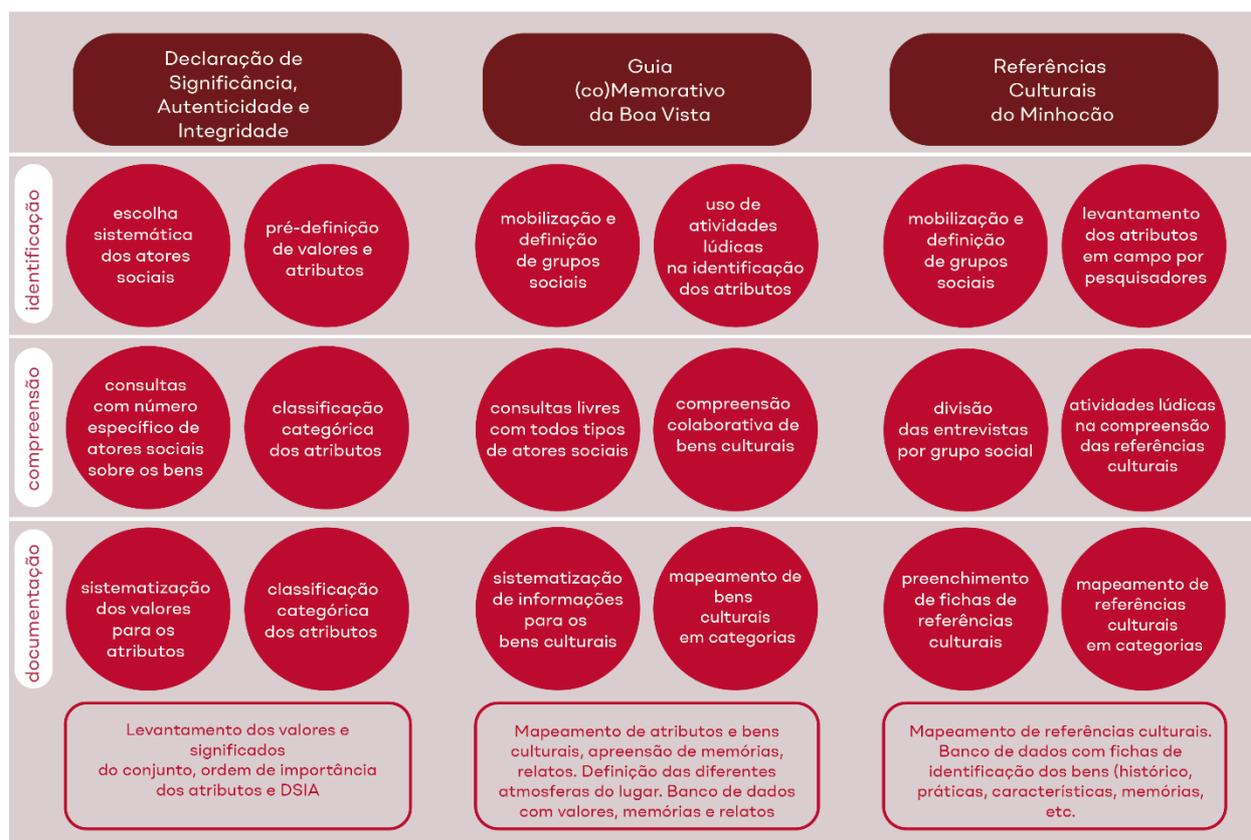


Fonte: Dossiê do Minhocão (REPEP, 2019, p. 41).

A Mandala funcionou também como uma avaliação dos participantes, validação da identificação das referências culturais, uma vez que eram elencados às categorias apenas aqueles que os participantes passantes de identificassem. Não foi trazida uma identificação de quais tipos de atores participaram das aplicações desse instrumento, que foi aplicado nos espaços públicos do território. Por fim, foram preenchidas do inventário, na etapa de documentação. O resultado do estudo, para além do vasto diagnóstico da situação atual do lugar, chegou à identificação e mapeamento de 45 referências culturais, cada uma delas com sua respectiva ficha de identificação.

Essas três experiências apresentadas têm em comum a realização de processos no contexto de centros urbanos, vistos como decadentes e necessitados de “reabilitação” a fim de retomar a qualidade espacial desses lugares. Esse é o caso, inclusive, do sítio histórico de Santo Antônio e as iniciativas que vem sendo realizadas no território, conforme foi demonstrado anteriormente. No diagrama a seguir, é possível observar que esses processos têm pontos em comum e pontos dissidentes.

Diagrama 5 - Esquema comparativo DSIA, Guia (co)Memorativo da Boa Vista, Dossiê Minhocão



Fonte: Autoria própria. Editada a partir de: (DUTRA & LIRA, 2021); (MASSAPÊ, 2021); (REPEP, 2019).

Uma diferença notável é o cuidado com a divisão dos atores sociais tratada de forma diferente nos três processos. No caso da DSIA, isso é feito de forma mais prática e assertiva, com a quantidade de atores e seu respectivo grupo social já pré-definida. No processo do Guia (co) Memorativo da Boa Vista, a divisão dos tipos de atores sociais é ser mais aberta e as entrevistas não são definidas com o número limite específico para cada grupo. No caso da experiência de São Paulo, observa-se que houve uma divisão dos grupos sociais para a etapa de identificação, mas na análise da presente pesquisa, não foi identificada uma divisão da quantidade de atores por grupo, de forma similar à experiência da Boa Vista.

Essa abertura relativa à divisão dos atores sociais por grupo e a quantidade de cada um não é de certo um problema, mas é um indicativo que dificulta o pragmatismo de uma sistematização das informações, a depender de como elas são trazidas. Em termos práticos, isso poderia se traduzir em uma maior facilidade na definição de políticas de conservação e até mesmo de

estratégias voltadas para grupos específicos, no caso de Santo Antônio, por exemplo.

Acerca disso, vale pontuar a diferença da pesquisa da REPEP em relação às pesquisadoras da UFPE e do Massapê no sentido da metodologia de entrevistas. Nas experiências de Recife, as entrevistas são semiestruturadas, com dados quali-quantitativos, onde os entrevistados opinam sobre todos os atributos/bens culturais identificados. No Guia (co)Memorativo da Boa Vista, a entrevista serviu no processo de identificação dos atributos e na DSIA, estes eram todos apresentados para a valoração. Em suma, o percurso dessas consultas realizadas em Recife, era feito de forma similar para todos os grupos sociais. No caso da metodologia desenvolvida pela REPEP, entende-se que as entrevistas são feitas por eixos voltados para as especificidades dos grupos sociais. Esse princípio pode ser associado à metodologia dos Inventários Nacionais de Referências Culturais do IPHAN, que fundamenta os Inventários Participativos, metodologia também desenvolvida pelo IPHAN, em momento mais recente, onde a inventariação é feita com base em informações provenientes dos detentores dos bens culturais.

A existência da aplicação de ferramentas, que despertam a ludicidade e a expressão das subjetividades, são também de fundamental importância. Em um processo em que a compreensão de dados relacionados à memória e à identidade as ferramentas apresentadas no relatório do Guia (co)Memorativo da Boa Vista, como caminhada sensitiva, painel interativo, porta a porta, mobilização de atores, podem ser uma alternativa profícua no desbloqueio de expressões afetivas sobre o lugar. No caso do processo do Minhocão uma ferramenta lúdica utilizada foi a mandala, conforme foi demonstrado na apresentação do processo.

Uma característica marcante desses dois processos que utilizaram ferramentas lúdicas é a categorização dos bens culturais de acordo com o Manual do Inventário Nacional de Referências Culturais (2000). Além desses aspectos, vale destacar que o cunho participativo da experiência aplicada na

Boa Vista insere o ator social em mais de uma etapa, tanto na identificação dos atributos/referências culturais como na compreensão de suas características, o que foi feito por meio de oficinas. Aqui se entende que o envolvimento das pessoas na compreensão do que é importante para a coletividade e sua preservação é imprescindível em um processo colaborativo para a leitura de um sítio histórico.

Em suma, os processos apresentados demonstram a efetividade do envolvimento dos diferentes grupos de atores na compreensão dos bens culturais, diante do grande volume de informações que são capazes de gerar. É importante estimular a operacionalização dessas informações, ou seja, para além da necessidade de realizar processos de identificação e valoração de bens culturais, é necessário aplicar os seus resultados na gestão, uma vez que essas respostas são representações do próprio cotidiano vivenciado. E são as vivências do lugar vias imprescindíveis na reabilitação de centros históricos.

#### **4.3 Estratégias metodológicas para significação de Santo Antônio**

A partir dessas três análises, juntamente a toda perspectiva construída ao longo dessa pesquisa, aqui serão apresentadas estratégias metodológicas voltadas para a realização de processos pela compreensão e preservação dos significados da urbanidade cotidiana de Santo Antônio.

Conforme foi apresentado nesse trabalho, Santo Antônio é um bairro cuja área formada pela Avenida Guararapes, Praça da Independência, Rua Nova e entorno, passou por diferentes momentos e reformas urbanísticas. Apesar disso, Santo Antônio sempre manteve, ao longo de sua formação, a característica de urbanidade central do Recife. Essa área na maior parte de sua existência, foi associada aos encontros sociais e políticos, comércio formal e informal, serviços de advocacia, saúde, etc, além dos festejos sagrados e/ou profanos.

Sua arquitetura apresenta traços estilísticos de toda a existência do ambiente urbano do Recife no âmbito das construções formais, ou seja, há exemplares do barroco, colonial, classicista, eclético, *art déco* e modernista (DPPC, 2020). Caracterizando-se, portanto, como lugar de congregação das

ocupações formais projetadas, dos planos urbanísticos, um território chave no processo de desenvolvimento do Recife. Esse lugar é vivenciado por pessoas vindas de várias partes da região metropolitana, com suas diferentes classes e interesses.

Conforme observado na primeira parte desse capítulo, que apresenta as iniciativas voltadas para o centro, temos um contexto político pela reabilitação econômica do território. Dentre essas ações, há as isenções fiscais, as ativações urbanas realizadas para atrair olhares para o centro, além da aplicação de pesquisas. Tais ações, conforme demonstrado, não trazem o patrimônio cultural de forma transversal, ou seja, a importância desse tema na tomada de decisões acerca do desenvolvimento econômico, viabilidade de empreendimentos ou até ações diretas de preservação do patrimônio cultural, tendo em vista que estamos tratando de um importante sítio histórico.

Sendo assim, nessas ações atuais comentadas anteriormente no item 4.1, não nos parece que a área central do Recife está sendo tratada com a devida atenção os aspectos desenvolvidos nessa dissertação. Ou seja, com foco no envolvimento das diversas formas de valoração do sítio por aqueles que o vivenciam cotidianamente. Nesse sentido, não há uma compreensão por meio de olhares diversos sobre a identificação de aspectos a serem preservados que rebata diretamente nas ações de preservação de fato, tampouco uma visão estratégia de desenvolvimento por meio dos bens culturais, conforme apontou Varine (2013) em favor do desenvolvimento local.

Em tal contexto das estratégias de compreensão dos significados de Santo Antônio, o órgão municipal de preservação, atualmente DPPC, precisa acompanhar e coordenar ações relacionadas ao patrimônio cultural. Assim, em paralelo à importância do órgão municipal, a preocupação com esses aspectos supracitados deve ser onipresente dentro das ações que vêm ocorrendo no centro nas diferentes instâncias. Dessa forma, as estratégias de compreensão do olhar do cotidiano devem ser do interesse prático em quaisquer ações, tanto dos órgãos de preservação, como de outras instituições públicas e privadas.

Frente aos atuais desejos de reabilitação, que são totalmente necessários diante da importância desse lugar para a identidade do Recife, essas estratégias metodológicas buscam apresentar ferramentas e métodos a fim de garantir que esses diferentes grupos sociais possam ter sua expressão compreendida acerca do cotidiano vivenciado. Sobretudo que as vozes comumente silenciadas, aquelas das pessoas marginalizadas, possam ser de fato ouvidas, respaldando as ações de reabilitação do centro urbano que é o coração do Recife.

Para o desenvolvimento das estratégias, vale destacar alguns princípios importantes. Um deles é o da compreensão do olhar desses diferentes grupos, onde o campo de disputas refletido pelo patrimônio enquanto dispositivo possa ser equilibrado para essas diferentes vozes. A compreensão coletiva passa pela abertura do olhar técnico para a percepção das necessidades do cotidiano e da cultura vivida do lugar para a solução de conflitos que provoquem o apagamento das qualidades importantes da vida cotidiana.

[...] quando se considera que técnicos e comunidades estão submetidos a “diferenças sociais e culturais objetivas”, mas que precisam interagir nos processos que envolvem a preservação patrimonial, pode-se entender que seja intrínseco às políticas públicas de preservação patrimonial a existência de conflitos com origem nas diferenças dos olhares sobre o bem patrimonial, especialmente entre os profissionais envolvidos com a preservação, cujo olhar decorre da sua formação em um campo profissional; e as comunidades locais, cujo olhar sobre o patrimônio se associa a práticas da vida cotidiana. (MESENTIER, 2023, p. 57).

A importância da variedade de grupos de atores envolvidos representa uma “diversidade cultural e interculturalidade como valores de significado cultural” (SCHLEE, 2022), onde:

Cada cultura tem sua estética intrínseca e uma multiplicidade de relações sociais, códigos, representações, processos cognitivos, expressões artísticas, formas de aprendizagem, modos de comunicação e sistemas de pensamento, que pode variar no tempo. A cultura é um processo dinâmico, embora as culturas mudem de maneira diferente e em ritmo diferente, dependendo dos sistemas de valores e crenças em que se baseiam. (SCHLEE, 2022, p. 59).

Cabe mencionar que será trazido um conjunto estratégias em busca da participação, que por meio de um processo de compreensão das significações do cotidiano, procura pôr em prática princípios da participação,

como foi visto nos níveis de participação em Arnstein (1969), bem como no processo participativo elucidado por Creighton (2005).

De início, há algumas estratégias transversais durante o processo. Uma delas é o reconhecimento do lugar, o que facilita a condução de conversas, entrevistas e grupos focais. Ter noção da realidade do lugar é percorrê-lo a fim de perceber suas dinâmicas de uso e interações sociais, como o que foi feito nos levantamentos dessa pesquisa, por exemplo.

Além disso, conforme definiu-se no Guia (co)Memorativo da Boa Vista e no estudo do Minhocão, foram pré-definidas algumas naturezas de bens culturais. Essa definição facilita as formas de abordagem para compreensão e documentação desses bens. Como categorias podem ser incluídas as celebrações, edificações, expressões, lugares, saberes e objetos.

Em coerência com os pensamentos apresentados e analisados nos capítulos 2 e 3, apresento estratégias com base em alguns aspectos relevantes para se pensar a preservação do patrimônio cultural do território de Santo Antônio, são eles: **metodologia de apreensão de informações qualitativas e quantitativas; a variedade dos grupos sociais; ferramentas metodológicas.**

De início, em se tratando de um processo social, a compreensão da **metodologia de pesquisa qualitativa e quantitativa** carece da atenção primordial. No caso da pesquisa qualitativa, há que se observar a complexidade dos dados gerados e o cuidado imprescindível na sua apreensão e interpretação. Em se tratando de uma cobertura de processos sociais e significações, conforme aponta, é preciso delinear métodos de forma plural, que tenham a capacidade de interpretar os diferentes contextos de posição social das informações, onde:

Uma cobertura adequada dos acontecimentos sociais exige muitos métodos e dados: um pluralismo metodológico se origina como uma necessidade metodológica. A investigação da ação empírica exige a) investigação sistemática dos acontecimentos; inferir os sentidos desses acontecimentos das (auto-) observações dos atores e dos expectadores exige b) técnicas de entrevista; e a interpretação dos vestígios materiais que foram deixados pelos atores e espectadores exige c) uma análise sistemática. (GASKELL, BAUER, & ALLUM, Qualidade, quantidade e interesses do conhecimento "evitando confusões", 2007).

De acordo com Gaskell e Bauer (2007), pesquisa qualitativa investiga dados sociais, da dinâmica informal, da interpretação do mundo social, o que é resultado dos processos de comunicação. A pesquisa social olha para a maneira como as pessoas se expressam espontaneamente. Além disso, é preciso atentar-se em não conduzir respostas que o pesquisador quer ouvir, ou seja, induzir respostas que não surgiriam espontaneamente no relato de um ator social entrevistado (GASKELL, BAUER, & ALLUM, 2007, p. 21). Isso define, por exemplo, a importância de diálogos que possam ser desenvolvidos, em detrimento de consultas com respostas objetivas que não fomentam a reflexão do ator participante.

Os mesmos autores também abordam a dualidade que é trazida para pesquisa qualitativa e quantitativa. A primeira, é baseada em dados de textos - falados ou escritos - e a segunda, em dados numéricos. De acordo com esses cientistas sociais, embora tenha se criado uma certa "competição" sobre qual seria o melhor método, o quantitativo ou qualitativo, um termina complementando o outro, no caso das experiências aqui estudadas. No sentido da pesquisa social, essa complementação tem situações onde os dados qualitativos sejam necessários para utilização dos quantitativos, e vice versa, onde:

A mensuração dos fatos sociais depende da categorização do mundo social [...] é necessário ter uma noção das distinções qualitativas entre categorias sociais, antes que se possa medir quantas pessoas pertencem a uma ou outra categoria. (GASKELL, BAUER, & ALLUM, Qualidade, quantidade e interesses do conhecimento "evitando confusões", 2007, p. 24).

Em suma, a pesquisa qualitativa, é baseada no resultado da análise de dados por meio de texto, imagem, sons e relatos, o que pode ser acessado em forma de entrevistas, desenhos, fotografias, músicas, etc. Já os dados quantitativos, se baseiam em resultados numéricos, estatísticos, quantificam as respostas e as categorizam em grupos. No caso da investigação aqui apresentada, a compreensão das significações precisará de pesquisas majoritariamente qualitativas, o que não descarta a inclusão de questões quantitativas. Ainda sobre a pesquisa qualitativa, de acordo com Gaskell "a pesquisa qualitativa se refere a entrevistas do tipo semi-estruturado com um

único respondente (a entrevista em profundidade) ou com grupo de respondentes (grupo focal)" (GASKELL, 2007, p. 64).

Destarte, como estratégia, o planejamento desse tipo de processo deve ter o resultado pautado na análise de dados quali-quantitativos. É preciso delinear os processos de entrevista, seu ponto de partida e objetivos essenciais. As entrevistas podem ser individuais ou de grupo, como de oficinas, por exemplo, tal qual o caso trazido do Guia (co)Memorativo da Boa Vista.

Conforme apresentado, as três experiências aplicadas em diferentes lugares, apresentam diferentes processos, mas todos resultam na compreensão das características subjetivas do lugar por meio do uso de dados qualitativos e quantitativos. Aqui é reconhecido que não há um método fechado na compreensão coletiva de bens culturais, desde que esse obedeça a procedimentos estratégicos de escuta e entenda as variações que o conjunto estudado possa apresentar por meio do olhar de cada grupo social.

O uso dos dados quantitativos, também entram nesse processo uma vez que é necessário quantificar atributos/bens culturais, índices de avaliação, número de valores, quantas vezes algumas palavras chave são mencionadas, dentre outros. O cruzamento desses dados delineados fornece boa parte das informações necessárias para a compreensão coletiva de Santo Antônio. Além disso, em termos práticos, há que se entender as diferentes fontes de resultados, no caso dos dados qualitativos, podemos ter escuta por meio de áudios, vídeos, telefonemas, respostas escritas, contanto que o entrevistado consiga se expressar plenamente e o pesquisador possa registrar as respostas. Já questões quantitativas, auxiliam na montagem de indicadores, inclusive, para interpretação das narrativas apresentadas no processo qualitativo.

A outra estratégia importante na compreensão das significações do cotidiano de Santo Antônio está na percepção e seleção dos grupos sociais, ou seja, **a variedade dos grupos sociais**. Nesse âmbito, tomamos novamente de empréstimo o olhar de Gaskell, onde apresenta que:

A finalidade real da pesquisa qualitativa não é contar opiniões ou pessoas, mas ao contrário, explorar o espectro de opiniões, as diferentes representações sobre o assunto em questão. [...] nós estamos

interessados em descobrir é a variedade dos pontos de vista no assunto em questão [...]. (GASKELL, 2007, p. 68).

Nesse sentido, tendo em vista a importância da compreensão dos contextos de cada grupo social e indivíduo para leitura do olhar sobre o patrimônio cultural, dados qualitativos são imprescindíveis uma vez que é necessária a categorização e interpretação de relatos sobre os bens culturais, bem como dos encontros e desencontros dos grupos sociais em suas formas de perceber o bem cultural. Portanto, a definição desses grupos sociais, de forma estratégica, surge da análise do ambiente de Santo Antônio. Conforme vimos nas três experiências apresentadas, a definição dos tipos de atores entrevistados vem da compreensão das dinâmicas do lugar, de levantamentos iniciais, os quais puderam ser realizados no âmbito dessa pesquisa em Santo Antônio, tendo sido apresentados ao longo do capítulo 2 desse trabalho.

Nesse caminho, o processo de compreensão coletiva a ser adotado nesta pesquisa utilizará estratégias baseadas nas experiências trazidas, de forma que atinjam os seguintes objetivos:

- Levantamento de bens culturais por meio dos diferentes grupos de atores sociais;
- Identificação dos significados desses bens sob o ponto de vista dos atores envolvidos;
- Percepção das atmosferas que formam o ambiente urbano a fim de ter a capacidade de setorizar ações futuras, por exemplo;
- Identificação dos valores e significados atribuídos aos bens culturais/ atributos identificados.

Sobre a definição dos grupos de atores sociais, pode-se levar em conta a base dos critérios adotados por Lira e Dutra (2021) na construção da DSIA. Ou seja, serão pré-definidos grupos sociais, cada um com a quantidade mínima de dois atores sociais representantes do grupo.

A partir dos aspectos existentes na área atualmente e em seu processo de formação, os grupos são definidos na Tabela 2. Conforme se observa na referida tabela, os grupos foram divididos em subgrupos que delimitam o tipo trabalhador, de frequentador ou de residente, por exemplo.

Propositalmente, a partir das características do lugar atualmente, o grupo de trabalhadores é composto por mais pessoas/subdivisões, uma vez que a área se caracteriza fortemente pela sua oferta de comércio e serviços. O grupo de residentes se divide entre morador recente e morador antigo, cada um com dois representantes, ainda que a área não seja caracterizada pela força do uso residencial, moradores vivenciam o lugar de forma particular, sendo fundamental a sua consulta. Destarte, esses dois grupos sociais foram priorizados por possuírem representantes que vivenciam o lugar no cotidiano.

Tabela 2 - Grupos de atores sociais

GRUPOS	Subgrupos
Trabalhadores	Varejistas
	Ambulantes
	Sebo de livros e discos
	Instituições - bancos e agências
Frequentadores	Boemia
	Transporte público
	Comércio
Religiosos	Representante católico
	Representante de religião de matriz africana
Residentes	Morador recente
	Morador antigo
Proprietário	Estabelecimento comercial/serviços
	Imóvel
Especialista	Arquitetura e urbanismo
	Antropologia e ciências sociais
Fazedores de cultura	Representante de agremiação carnavalesca
População de rua	Moradores
	Pedintes

Fonte: Elaboração própria.

Acerca da quantidade de representantes de cada grupo, cabe mencionar que sua definição depende da quantidade de pesquisadores e de informações a serem levantadas, ainda assim, a estratégia de compreensão com base nessa definição de grupos sociais deve atender a uma proporcionalidade, ou seja, o grupo de trabalhadores, idealmente deve se manter com a maior quantidade de representantes, o que se aplica à proporção das quantidades apresentadas na referida tabela. As entrevistas deverão ser sistematizadas de acordo com a categorização de cada ator social, o que possibilita a filtragem do ponto de vista a partir do olhar de dos tipos de grupos entrevistados.

A partir do contato com atores representantes desses grupos sociais, o podem ser utilizadas as seguintes **ferramentas metodológicas**: (i) levantamento dos bens culturais do lugar - entrevistas com atores sociais -, (ii)

identificação e listagem dos bens - entrevistas, oficinas, observações em campo e de pesquisas documentais, (iii) consulta dos significados, valores e memórias associados aos bens listados - oficinas, entrevistas, consulta aos atores diretamente associados ao atributo/bem cultural. Vale ressaltar que preferencialmente os grupos atores sociais devem ser consultados na mesma proporção de quantidade de pessoas nas aplicações de diferentes ferramentas.

A identificação dos bens culturais do lugar poderá ser feita por meio do uso da ferramenta de entrevista, que terá questões objetivas (quantitativas) e subjetivas (qualitativas). Importa observar que, conforme demonstram Nascimento e Scifoni (2015), o processo de identificação dos bens culturais é uma importante ferramenta de educação patrimonial, uma vez que ela busca uma construção coletiva, que traz o olhar do patrimônio cultural de dentro para fora. Portanto, o processo de identificação dos bens culturais enquanto compreensão coletiva necessita do aporte dos atores sociais e seus olhares sobre o que lhes é importante. Mais do que isso, é imprescindível a reflexão dessas pessoas sobre o que o lugar do dia a dia comum significa para elas, o que é importante enquanto seu patrimônio cultural, configurando, assim, uma plataforma de educação por meio de um olhar interior.

A partir dessa ótica, podem ser utilizadas ferramentas como o preenchimento mapas afetivos, que podem ser preenchidos com lugares simbólicos, atividades culturais e percursos cotidianos. Essa ferramenta de mapeamento esteve presente no processo do Guia (co) Memorativo da Boa Vista, além de outras experiências de construção coletiva, como é o caso do processo de tombamento de Iguape, de importante relevância, embora não tenha sido aqui analisado (NASCIMENTO & SCIFONI, 2015).

Vale pontuar que, tanto nas entrevistas aplicadas no processo da DSIA, como do Guia (co) Memorativo da Boa Vista, não há uma pergunta que questione literalmente sobre o patrimônio cultural, mas sim o uso de termos relacionados. Isso é também uma estratégia metodológica enquanto ferramenta.

O produto da etapa de identificação cultural pode ter como resultado uma lista de bens culturais, com memórias, mapeamentos de percursos e relatos a eles relacionados. A partir desse material, outra ferramenta metodológica importante pode ser utilizada: a de valoração e compreensão dos significados desses atributos. Sendo assim, a ferramenta de compreensão de valores e significados dos bens culturais identificados. Nesta, haverá uma nova fase de entrevistas, com foco na apreensão dos sentimentos, valores e discursos que acompanham os bens culturais identificados.

Conforme visto na metodologia da DSIA (DUTRA & LIRA, 2021), os valores patrimoniais a serem atribuídos são pré-definidos com base na bibliografia disponível. Nesse contexto, podem ser utilizadas definições de valores como as trazidas em Lacerda (2012), em Riegl (2006) e em Meneses (2012). Mas também, diante da complexidade do território de Santo Antônio, é estratégico considerar a menção de outros tipos de valores que possam vir a surgir na etapa de identificação dos bens culturais nos discursos trazidos pelos entrevistados, a fim de oportunizar novos discursos de valoração que não estejam inseridos em documentos bibliográficos. Cabe mencionar que, essa ferramenta carece de um cuidado espacial na interpretação dos dados, tendo em vista as diferentes variações na definição e interpretação de valor. A ferramenta para compreender os valores pode ser indutiva, por meio da apresentação das palavras, ou interpretativa, por meio da análise do discurso dos atores sociais.

É também importante identificar os significados dos bens culturais/atributos para os entrevistados. Os atores não necessariamente deverão se pronunciar sobre todos eles, uma vez que há a possibilidade do bem cultural não fazer parte do contexto de vida do entrevistado. O propósito desta seção é o de captar experiências socioculturais relacionadas aos bens que compõem o conjunto. Nesse quesito, a estratégia do uso dessa ferramenta pode ter como base as ideias adotadas no processo do Minhocão, onde buscou-se compreender as características e significações prioritariamente a partir dos grupos fazedores da referência cultural. Aqui, podemos buscar compreensões mais cuidadosas quando os atores sociais fazedores ou

participantes de determinado bem cultural forem entrevistados ou participarem de grupos focais. Isso pode ser feito pelo simples uso de perguntas direcionadas, por meio da adição de questionamentos acerca da experiência e relação com o atributo/bem cultural.

Na prática, os processos sociais provocam diversos desafios no manejo do diálogo e na resolução de conflitos. O uso de ferramentas variadas é estratégico pois essa variedade propicia uma complementação. Tendo em vista os diferentes tipos de atores sociais e conseqüentemente, os diferentes graus de escolaridade, é fundamental que essas ferramentas possam ser acessíveis a todos. Nesse sentido, o uso de imagens, de linguagem simples é uma estratégia imprescindível. Outro ponto importante a se destacar é o de que, como tratamos de um processo cujas informações são majoritariamente qualitativas, a compreensão do contexto de cada resposta é imprescindível, dentro, inclusive de uma perspectiva fenomenológica pela leitura do contexto da informação.

Destarte, a compreensão dos valores e significados tem como produto a valoração dos bens levantados, acompanhada de seus significados a partir da experiência dos diferentes tipos de atores sociais. Em suma, o processo será totalmente focado em uma compreensão das diferentes subjetividades que o conjunto histórico carrega em seu contexto de centro urbano da cidade do Recife, exercitando o entendimento de temáticas complexas.

Dentro do contexto das ferramentas, é importante olhar estrategicamente também para a sistematização dos dados. Assim, o uso de planilhas, ferramentas de sistematização e categorização é fundamental. Conforme trazido anteriormente, ao confrontar, por exemplo o acervo de informações das duas pesquisas realizadas no Recife, a sistematização está diretamente ligada ao tipo de entrevistas e à definição dos atores. O processo de sistematização precisa estrategicamente mapear atores e bens culturais, selecionar relatos mais relevantes, inventariar e analisar discursos.

A compreensão do tempo disponível para esse tipo de processo é também relevante para o estabelecimento do limite de respostas, uma vez que

o trabalho de sistematizar consiste na interpretação das subjetividades, significações e contexto. Entender processos sociais demanda tempo, mas o material que estes podem gerar, é de grande valia no planejamento e intervenção de centros históricos.

Por fim, vale pontuar que acerca da complexidade do contexto socioeconômico de Santo Antônio, vemos que se trata de um território com uma diversidade de grupos sociais. A percepção da realidade como estratégia no processo de compreensão dos seus significados é fundamental na aproximação e no diálogo com os atores. Ou seja, é importante entender a disponibilidade e os limites dos atores, mas também construir relações. É preciso também o rigor no contato as pessoas, não basta contatar apenas parte de cada grupo, ou deixar algum grupo social de fora. Todos os grupos identificados em sua relação com Santo Antônio têm igual relevância no processo de compreensão das significações do cotidiano. Além disso, o envolvimento e articulação entre as diferentes instituições envolvidas com o território, para além do órgão de preservação, é fundamental no processo de compreensão de um território. O olhar de todos é fundamental na leitura desse bem cultural que está no centro do campo de disputas da narrativa sobre o que é a identidade do centro do Recife. No Diagrama 6, ilustramos o processo de estratégias para Santo Antônio a partir da mesma lógica de ilustração dos três estudos de caso aqui apresentados.

Diagrama 6 - Processo de estratégias para Santo Antônio



Fonte: Elaboração própria.

Em suma, essas estratégias voltadas para Santo Antônio se associam aos processos já realizados nas experiências citadas. Não somente isso, mas cabe aqui reconhecer que estudos vêm sendo feitos pela compreensão sensível do território, sobretudo no âmbito do Programa de pós-graduação em Desenvolvimento Urbano da UFPE. Dentre elas, cabe mencionar os estudos de Jullyana Alecrim (2023), que traz a percepção de elementos veiculadores da significância cultural do conjunto da ZEPH-10; e também o sensível olhar trazido por Marília Cavalcanti Farias (2022) sobre o caminhar fotográfico de Santo Antônio.

Um fato é que esses tipos de processos participativos não resolvem em si todo o planejamento e reabilitação dos conjuntos históricos e bens culturais. Já existem processos com resultados, mas não se vê a apropriação desses dados na prática de estudos executivos para reabilitação do lugar. Qual é a prioridade de escuta e de apreensão de informações que um projeto deve ter nesse contexto de áreas centrais? As transformações devem partir desses processos participativos, pois é por meio deles que são acessadas as

compreensões de valores por meio de olhares diversos. Isso influencia na definição de usos, na manutenção espacial do lugar, na definição de parâmetros urbanísticos, na escolha estratégica de programações culturais, e à própria autonomia dos sujeitos no lugar.

Por fim, o uso dessas estratégias busca a autonomia do sujeito. Trata-se de um processo pela educação patrimonial de baixo para cima. De escuta e envolvimento dos atores sociais, troca de experiências, de compreensão da vivência do outro. Santo Antônio é pra quem o vive. Quem o vive, precisa enxergar a si dentro desse território de disputas.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante de toda a construção empreendida para essa dissertação, a reflexão posta sobre o caso de Santo Antônio - e os olhares pela importância da consulta e participação dos diversos atores sociais - deixa em evidência a urgência da compreensão da realidade cotidiana de um lugar formador da identidade do Recife. Essa urgência é refletida pela necessidade da prática do planejamento de conjuntos urbanos históricos que seja coerente com as pessoas que não somente o utilizarão, mas que o fazem existir. Santo Antônio resiste por causa do vendedor ambulante, do frequentador das lojas de rua, do engraxate, do Pagode do Didi, da Praça do Sebo e de sua centralidade como eixo de comunicação de mobilidade da cidade. Por fim, resiste por suas memórias e afetos.

Uma constante reflexão ao longo dessa pesquisa, tendo conhecimento do processo de formação de Santo Antônio, é a de que: Iremos repetir a implantação de intervenções "promissoras" do desenvolvimento por meio de um raso envolvimento dos atores que fazem o lugar existir? Sabe-se que não há possibilidade de um novo arrasamento da infraestrutura urbana de Santo Antônio. Hoje o *modus operandi* é outro, mas reproduz uma problemática do início do século passado: a de priorizar predominantemente a voz dos especialistas em detrimento do uso de resultados bem embasados no olhar dos diversos grupos sociais.

Por isso, o objetivo de compreender os debates que envolvem a relação do patrimônio cultural e as pessoas, teve como resultado a percepção de que não faltam concepções e instrumentos metodológicos firmes. Esse apanhado demonstrou uma sólida base para a imprescindibilidade da participação social no âmbito da preservação do patrimônio cultural e seu planejamento estratégico.

A apresentação das experiências de processos participativos também demonstrou que embora tais processos demandem tempo, eles possuem procedimentos reproduzíveis de forma simples. Os resultados são enriquecedores em todos os âmbitos: gestão pública, sociedade, iniciativa

privada, pesquisa e acervo histórico. O apanhado de resultados baseados em afetos, significados, memórias, oralidades, revela fatos que possam ser desconhecidos por boa parte da bibliografia disponível sobre Santo Antônio.

No entanto, vimos que o contexto atual é o da concentração de olhares externos à realidade de Santo Antônio, que vêm construindo diferentes propostas. Diante do explicitado sobre a formação de Santo Antônio, em paralelo ao processo de inclusão da participação na prática institucional da preservação do patrimônio cultural, urge a necessidade da construção do diálogo entre essas duas práticas: participação social e ações de gestão do patrimônio cultural. As quais atualmente ainda se apresentam estruturalmente separadas nas ações voltadas para o centro do Recife.

Ou seja, dentro da própria instituição municipal temos, de um lado as iniciativas que por vezes se descolam da realidade do lugar, e do outro, ações capazes de identificar bens culturais apagados historicamente, significados, memórias, culturas relevantes do cotidiano. Os dados aqui apresentados demonstram que posturas, da mesma instituição não dialogam entre si. Ou seja, é preciso que os estudos de significância cultural sejam fortalecidos e amadurecidos constantemente, para que possam ser refletidos enquanto objeto de fomento das ações em busca do "reflorescimento" do centro do Recife.

Não faltam estudos teóricos e empíricos que demonstrem a praticabilidade de uma modificação na postura das ações de reabilitação urbana que vêm ocorrendo no centro do Recife. É preciso vontade política e a ampliação do olhar sobre a capacidade dos atores sociais em definir o que é necessário para conjunto urbano que foi o gene da formação da cidade.

Enfim, as estratégias apresentadas na conclusão dessa dissertação trazem base para construção de discussões para a descoberta dos aspectos dos bens culturais de Santo Antônio, por meio das etapas de identificação, compreensão e documentação do material apreendido sobre o lugar.

Sendo assim, podemos concluir que atingimos o objetivo geral que é o de desenvolver estratégias metodológicas por meio de processos colaborativos

em Santo Antônio. Agora precisamos cada vez mais proliferar a imprescindibilidade desse tipo de processo para o planejamento dos centros históricos coerente com a sociedade que forma sua identidade.

É preciso fazer jus à importância dos estudos do órgão de preservação municipal, promover a participação da sociedade civil em seus processos e imprimir seus resultados em um plano de preservação consistente e coerente. O qual possibilite o atendimento às questões sociais do conjunto de Santo Antônio, desde aquelas mais urgentes, relativas à direitos básicos como habitação e saúde, até o direito da manutenção de práticas tradicionais que resistem há gerações.

Tais estratégias metodológicas devem ser um dos braços da prática do planejamento urbano do centro do Recife, cuja necessidade é de atender ao desenvolvimento local, incluindo as pessoas que dele fazem parte. Dessa forma, ações mais estruturais, como obras de desenvolvimento urbano, planos de investimentos, planos de habitação de interesse social, poderão ser melhor alocadas atendendo aos interesses locais e promovendo a apropriação do lugar por meio da interconexão das diversas necessidades para a gestão da conservação em um contexto de constante desenvolvimento econômico.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALECRIM, J. (2023). *A construção da ideia de elementos veiculadores da significância cultural: uma abordagem metodológica sensível para a conservação aplicada aos Bairros de Santo Antônio e São José, Recife*. Recife: Dissertação (mestrado). Mestrado em Desenvolvimento Urbano, Centro de Artes e Comunicação - UFPE.
- ARANTES, A. A. (1984). *Produzindo o passado: estratégias de construção do patrimônio cultural*. São Paulo: Brasiliense.
- ARANTES, A. A. (2009). Patrimônio cultural e cidade. Em C. FORTUNA, & R. P. LEITE, *Plural de cidade: novos léxicos urbanos*. (pp. 11-24). Coimbra: Almedina.
- ARANTES, A. A. (2014). *Entrevista com Antônio Augusto Arantes Neto. Projeto Memória das Ciências Sociais no Brasil. FGV - Núcleo de audiovisual e documentário*. Fonte: <https://cpdoc.fgv.br/entrevistados/antonio-arantes-augusto-neto>
- ARAÚJO, R. d. (1997). Carnaval do Recife: a alegria guerreira. *Estudos avançados* 11 (29).
- ARNSTEIN, S. R. (1969). A ladder of citizen participation. *Journal of the American Planning Association*, 35:4, 216-224.
- AZEVÊDO, G. (2019). *Havana: redes de participação na reabilitação do centro histórico*. . Recife: Dissertação de Mestrado, programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Urbano, MDU/UFPE. .
- BARDET, G. (1937). *La Roma de Mussolini: une nouvelle ère romaine sous le signe du Faiscea*. Paris: CH. Massin et C. Editeurs à Paris.
- BIHUM, B. N. (2023). *Entre ideias e desdobramentos normativos: o Plano de Preservação dos Sítios Históricos da Região Metropolitana do Recife (PPSH/RMR)*. Recife: Dissertação (mestrado). Universidade Federal de Pernambuco. Centro de Artes e Comunicação. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano.
- BNDES, & PORTO DIGITAL. (2024). *Plano de Diretrizes Urbanísticas - Reabilitação de áreas centrais*. Recife.
- BRASIL. (1937). *Decreto-Lei nº25, de 30 de novembro de 1937 - Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional*.
- BRASIL. (1988). *CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988*. Brasília.
- BRASIL. (2000). *Decreto nº3551/00*. Brasília: Presidência da República.
- BRASIL. (2008). *Estatuto da Cidade - 3. ed. - (Dispositivos constitucionais - Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001)*. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas.
- CABRAL, R., LIRA, F., PEREIRA, J., & PONTUAL, V. (2021). *São José: vozes e olhares em confronto*. Recife: CEPE.

- CARSALADE, F. d. (2023). Patrimônio e sociedade: alguns pontos para o debate. Em F. d. orgs. CARSALADE, J. PESSOA, & A. d. SAMPAIO, *Patrimônio cultural na contemporaneidade vol.2 prática*. Rio de Janeiro: Rio books.
- Casa Criatura, L. (17 de 10 de 2023). Fonte: V.U.C.O LAB e um novo olhar sobre a cidade em movimento: <https://casacriatura.com/v-u-c-o-lab-e-um-novo-olhar-sobre-a-cidade-em-movimento/>
- CHOAY, F. (2006). *A alegoria do patrimônio* (5ª ed. ed.). São Paulo: UNESP.
- CHUVA, M. (2012). Uma história da noção de Patrimônio Cultural no Brasil. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional n.34/2012*, 147-165.
- COSTA, V. G. (2013). *Trajetórias negras: os libertos da Costa d'África no Recife, 1846-1890*. Salvador: Tese (Doutorado) - Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.
- CREIGHTON, J. L. (2005). *The public participation handbook : making better decisions through citizen involvement*. San Francisco: Jossey-Bass.
- DE LA MORA, L. (1997). *Aferição da qualidade da participação dos agentes envolvidos em mecanismos de gestão democrática do desenvolvimento local. Uma proposta metodológica*. (N. d.-g.-V. LOCAL, Ed.) Salvador: UFBA.
- DE LA MORA, L. (2012). Modelos de planejamento local. Em S. ZANCHETI, N. LACERDA, & C. d. Integrada (Ed.), *Plano de Gestão Urbana: conceitos e métodos* (pp. 102-113). Olinda.
- DIÁRIO DE PERNAMBUCO, J. (24 de setembro de 1925). 1º Congresso Regionalista do Nordeste.
- DIÁRIO DE PERNAMBUCO, J. (03 de Março de 1957).
- DPPC. (2019). *Diagnóstico Propositivo para as Zonas Especiais de Preservação do Patrimônio Cultural - ZEPP*. Recife.
- DPPC. (2020). *Diagnóstico das Zonas Especiais de Preservação do Patrimônio Histórico-Cultural | ZEPH - Sítio Histórico de Santo Antônio e São José ZEPH-10 e 14*. Recife.
- DPPC/ICPS. (2023). *Declaração de Significância Cultural do Bairro do Recife*. Recife: Gerência Geral de Preservação do Patrimônio Cultural do Instituto da Cidade Pelópidas Silveira.
- DUARTE, C. R., & PINHEIRO, E. (. (2019). *ARQUItividades . subjeTURAS . metodologias para a análise sensível do lugar*. Rio de Janeiro: Rio books, Programa de Pós-graduação em arquitetura - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo - PROARQ - FAU-UFRJ.
- DUTRA, I. D., & LIRA, F. B. (2021). (Re)Significando São José: a construção da Declaração de Significância Cultural, Integridade e Autenticidade (DSIA) para um trecho do bairro histórico de São José. Em V. PONTUAL, R. CABRAL, J. M. PEREIRA, & F. LIRA, *São José: olhares e vozes em confronto*. Recife: CEPE.

- FARIAS, M. C. (2022). *Travessias em Santo Antônio : a prática do caminhar fotográfico na apreensão de atmosferas e ambiências*. Recife: Dissertação (mestrado). Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Urbano, CAC/UFPE.
- FIDEM. (1978). *Região Metropolitana do Recife: Plano de Preservação dos Sítios Históricos*. Recife: Fundação de Desenvolvimento da Região Metropolitana do Recife.
- FIGUEIREDO, N. (1931). Entrevista ao jornal Diário da Manhã, 09 de agosto de 1931. *Diário da Manhã*.
- Filho, K. M. (Diretor). (2023). *Retratos Fantasmas* [Filme Cinematográfico].
- FILIZOLA, M. d. (2017). *"TOCA MACUMBA! TOCA MACUMBA!" Espaços de Sociabilidade e Negritude: Uma análise do Clube do Samba de Recife*. Recife : Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco, CFCH.
- FREIRE, P. (2019). *Pedagogia do oprimido 71. ed.* Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra.
- GASKELL, G. (2007). Entrevistas individuais e grupais. Em G. GASKELL, & M. W. BAUER, *Pesquisa qualitativa com texto: imagem e som : um manual prático - 6ª. ed.* (pp. 64-89). Petrópolis: Vozes.
- GASKELL, G., BAUER, M. W., & ALLUM, N. (2007). Qualidade, quantidade e interesses do conhecimento "evitando confusões". Em G. GASKELL, & M. W. BAUER, *Pesquisa qualitativa com texto: imagem e som : um manual prático. 6ª ed.* Petrópolis: Vozes.
- GASPAR, L. (2009). *O curso no carnaval do Recife*. Acesso em 02 de dezembro de 2023, disponível em Pesquisa Escolar Online: [http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/index.php?option=com\\_content&view=article&id=504](http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/index.php?option=com_content&view=article&id=504)
- GUERRA, F. (1960). *Velhas igrejas e subúrbios históricos*. Recife: Depto. de Documentação e Cultura, Prefeitura Municipal do Recife.
- HARVEY, D. (2014). *Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana. Tradução Jeferson Camargo*. São Paulo: Martins Fontes.
- HIDAKA, L. (2011). *Indicador de avaliação do estado de conservação sustentável de cidades - patrimônio cultural da humanidade: teoria, metodologia e aplicação*. Recife: Tese (doutorado) - Universidade Federal de Pernambuco. CAC. Desenvolvimento Urbano, 2011.
- ICOMOS. (1975). *Declaração de Amstedão - Conclusões do Congresso sobre o património arquitetónico europeu*. Amsterdã.
- ICOMOS. (2013). *The Burra Charter. The Australia ICOMOS Charter for Places of Cultural Significance*. IPHAN.
- IPHAN. (1931). *Carta de Atenas*. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

- IPHAN. (1964). *THE VENICE CHARTER – The International Charter for the Conservation and Restoration of Monuments and Sites*. Veneza.
- IPHAN. (1987). *Carta de Petrópolis*. Acesso em 20 de dezembro de 2021, disponível em Portal IPHAN: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20OPetropolis%201987.pdf>
- IPHAN. (2000). *Inventário Nacional de Referências Culturais: manual de aplicação. Apresentação de Célia Maria Corsino. Introdução de Antônio Augusto Arantes Neto*. Brasília: IPHAN.
- IPHAN. (2014). *Dossiê de Registro Maracatu Nação - INRC*. BRASÍLIA: Ministério da Cultura - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.
- IPHAN. (2016). *Educação Patrimonial: inventários participativos - Manual de Aplicação*. Brasília - DF: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.
- JACQUES, P. B. (2012). *Elogio aos errantes*. Salvador: EDUFBA.
- JOKILEHTO, J. (2006). *World Heritage: Defining the outstanding universal value. City & Time 2*. Disponível em: <http://ceci-br.org/novo/revista/docs2006/CT-2006-45.pdf>. Acesso em 09 out 2022.
- KUHL, B. M. (jul-dez de 2010). Notas sobre a Carta de Veneza. *Anais do Museu Paulista. São Paulo*, pp. 287-320.
- LACERDA, N. (2012). Valores dos bens patrimoniais. Em N. LACERDA, & S. M. ZANCHETI, *Plano de Gestão da Conservação Urbana: Conceitos e Métodos*. Olinda: Centro de Estudos Avançados da Conservação Integrada (CECI).
- LIRA, F., & RIBEIRO, C. (2012). Autenticidade, Integridade e Significância Cultural. Em N. LACERDA, & S. ZANCHETI, *Plano de Gestão da Conservação Urbana: Conceitos e Métodos* (pp. 32-33). Olinda: Centro de Estudos Avançados da Conservação Integrada.
- LORETTO, R. P. (2008). *Paraísos e Martírios: histórias de destruição de artefatos urbanos e arquitetônicos no Recife*. Recife: Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Pernambuco. CAC. Desenvolvimento Urbano.
- MAGALHÃES, A. (1985). *E Triunfo? A questão dos bens culturais no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira; Fundação Pró-Memória.
- MALTA, A. O., & ARAÚJO, R. d. (2015). *Benício Dias: fotografias*. Recife: CEPE; Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana.
- MASON, R. (2002). Assessing the values of cultural heritage. Em R. e. MASON, *Assessing values in conservation planning: methodological issues and choices* (pp. 5-30). Los Angeles: Getty Conservation Institute.
- MASSAPÊ. (2021). *Guia (co)Memorativo da Boa Vista*. Recife.

- MASSAPÊ. (2021). *Guia (co)Memorativo da Boa Vista: relatório técnico e descritivo, processo de compreensão coletiva, conceito, metodologia e etapas*. Recife.
- MENESES, U. B. (2017). Repovoar o patrimônio ambiental urbano. *Revista do patrimônio histórico e artístico nacional, Brasília-DF, 39, 39-52*.
- MENESES, U. T. (2012). O Campo do patrimônio cultural: uma revisão de premissas. *I Fórum Nacional do Patrimônio Cultural: Sistema Nacional de Patrimônio Cultural: desafios, estratégias* (pp. 25-39). Brasília: Iphan.
- MENESES, U. T., & ARANTES NETO, A. A. (2006). A CIDADE COMO BEM CULTURAL: Áreas envoltórias e outros dilemas, equívocos e alcance da preservação do patrimônio ambiental urbano. Em V. H. MORI, M. C. SOUZA, R. L. BASTOS, & H. (. GALLO, *Patrimônio: atualizando o debate*. São Paulo: Iphan.
- MENEZES, J. L. (1988). *Atlas histórico-cartográfico do Recife*. Recife : FUNDAJ. Editora Massangana.
- MENEZES, L. R. (2022). *Centro histórico e centro urbano em disputa: O mercado imobiliário como coordenador da competição entre os usos comercial e residencial em São José e na Boa Vista, Centro Histórico do Recife*. Recife: Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Pernambuco. Centro de Artes e Comunicação. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano.
- MESENTIER, L. M. (2023). Comentários: Patrimônio e sociedade: escalas e afetos. Em A. d. SAMPAIO, J. S. PESSOA, & F. d. CARSALADE, *Patrimônio cultural na contemporaneidade: Volume 2 - Prática* (pp. 55-61). Rio de Janeiro: Rio Books.
- MOREIRA, F. D. (1997). Idéias e planos do urbanismo moderno na cidade do Recife no segundo quartel do Século XX. Em ANPUR, *Anais do 7. Encontro Nacional da ANPUR* (pp. 444-462). Recife: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional. Encontro Nacional da ANPUR.
- MOTTA, L. (2000). *Patrimônio urbano e memória social: práticas discursivas e seletivas de preservação cultural: 1975 a 1990*. Rio de Janeiro: Dissertação (Mestrado em Memória Social e Documento) - Universidade do Rio de Janeiro.
- NASCIMENTO, F., & SCIFONI, S. (2015). O tombamento de Iguape como patrimônio nacional: novas práticas e políticas de patrimônio nacional. *PARC Pesquisa em Arquitetura e Construção, v.6, n.1, 26-38*.
- NITO, M. K., & SCIFONI, S. (setembro de 2017). O patrimônio contra a gentrificação: a experiência do inventário participativo de referências culturais do minhocão. *REVISTA DO CENTRO DE PESQUISA E FORMAÇÃO/Nº5*, pp. 38-49.
- NOVAES FILHO, A. (23 de novembro de 1943). Vai ser alargada a Praça da Independência. *Diário de Pernambuco*.

- OEA. (1967). *Normas de Quito*. Quito: Organização dos Estados Americanos.
- OLIVEIRA, E. (2005). *Democracia em debate: o processo constituinte no Brasil pós-ditadura militar - uma análise da representação pernambucana*. Recife: Tese (doutorado) - Universidade Federal de Pernambuco. CCSA. Doutorado em Serviço Social.
- ONU. (2019). *Nova Agenda Urbana - Conferência das Nações Unidas sobre Habitação e Desenvolvimento Urbano Sustentável (Habitat III) - Português*. Quito: Organização das Nações Unidas.
- PEIXOTO, P. (2017). Tudo o que é sólido se sublima no ar: políticas públicas e gestão do patrimônio. Em R. CYMBALISTA, S. FELDMAN, & B. M. KUHL, *Patrimônio Cultural: memória e intervenções urbanas* (pp. 15-24). São Paulo: Annablume.
- PEREIRA DA COSTA, A. F. (1953). *Anais Pernambucanos, vol V*. Recife: Arquivo Público Estadual.
- PEREIRA DA COSTA, F. (1958). *Anais Pernambucanos 1795-1817*. Recife: Arquivo Público Estadual.
- PEREIRA DA COSTA, F. A. (1952). *Anais Pernambucanos, vol III*. Recife: Arquivo Público Estadual.
- PEREIRA DA COSTA, F. A. (1953). *Anais pernambucanos 1740-1794 vol. VI*. Recife: Arquivo Público Estadual.
- PEREIRA, J. d. (2021). *Sacerdotes e profetas do patrimônio urbano no Brasil: consensos e dissonâncias no Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural do IPHAN (1990-2010)*. Recife: Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Pernambuco. Centro de Artes e Comunicação. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano.
- PONTUAL, V. (2012). Plano de Gestão da Conservação Integrada. Em S. ZANCHETI, N. LACERDA, & C. d. (CECI) (Ed.), *Plano de Gestão da Conservação Urbana: Conceitos e Métodos* (pp. 90-100). Olinda.
- PONTUAL, V. (2021). Memória e descaracterização: notas sobre narrativas literárias e técnicas do Bairro de São José, Recife. Em R. CABRAL, F. LIRA, J. PEREIRA, & V. PONTUAL, *São José: olhares e vozes em confronto* (pp. 235-263). Recife: CEPE.
- PONTUAL, V., & VALENTIM, D. (set./dez. de 2022). A noção de significância cultural segundo teóricos e instituições de salvaguarda anglo-saxões e brasileiros. *Revista CPC, São Paulo, v.17*, pp. p.10-31.
- QUEIROZ, M. E. (2020). *O espaço público urbano da Praça da Independência: uma caracterização a partir do contexto urbanístico e das dinâmicas cotidianas de interação social*. Recife: Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco. Centro de Artes e Comunicação. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano, 2020.
- RECENTRO. (2022). *Avenida Dantas Barreto: relatório da escuta social*. Recife: Prefeitura do Recife.

- RECIFE. (1919). *Lei nº1.051 de 11 de setembro de 1919*. Recife.
- RECIFE. (1961). *Código de Urbanismo e Obras*. Recife.
- RECIFE. (1979). *Lei 13.957/79 - Preservação dos Sítios Históricos*. Recife.
- RECIFE. (1981). *Preservação de Sítios Históricos*. Recife: Prefeitura da Cidade do Recife.
- RECIFE. (1996). *Lei de Uso e Ocupação do Solo da cidade do Recife - Lei nº 16.716/1996*. Recife.
- RECIFE. (1997). *Lei nº16.290/1997 - Plano Específico de Revitalização da ZEPH-09*. Recife.
- RECIFE. (2008). *cria incentivos fiscais para a realização de investimentos privados nos bairros de Santo Antônio e São José*. Recife.
- Recife. (2008). *Lei Nº 17.511 - Plano Diretor da Cidade do Recife*. Recife: Prefeitura da Cidade do Recife.
- RECIFE. (2021). *Lei Complementar nº02 de 2021, Diário Oficial do Recife, edição de 24/04/2021*. Recife.
- RECIFE. (2021). *Lei nº 18.889*. Recife.
- Recife, D. (2021). *Diagnóstico Propositivo para as Zonas Especiais de Preservação do Patrimônio Cultural - ZEPP*. Recife: Prefeitura do Recife.
- REPEP. (2019). *Dossiê do Inventário participativo do Minhocão contra a gentrificação*. São Paulo.
- REYNALDO, A. (2017). *As catedrais continuam brancas*. Recife: CEPE.
- RIEGL, A. T. (2006). *O culto moderno dos monumentos: sua essência e sua gênese*. Goiânia: Madrid:: Editora da UCG.
- ROCHA, B. A., & CUNHA, C. d. (2019). A Ampliação dos Modelos de Gestão do Patrimônio: A Importância da Participação Comunitária para as Cidades de Pequeno Porte e com Exemplares Arquitetônicos Modestos. , São Paulo, n.28, p.8-3. *Rev. CPC, 28, 8-36*.
- ROCHA, L. (21 de 2 de 1952). A A.C.C.R. e o nosso carnaval. *Jornal Pequeno*.
- SAMPAIO, A. d. (2023). Salvaguarda e reabilitação dos centros históricos de Bolonha e do Porto: perspectivas para o debate sobre o patrimônio urbano das áreas centrais. Em F. d. orgs. CARSALADE, J. S. PESSOA, & A. d. SAMPAIO, *Patrimônio cultural na contemporaneidade vol.2 - Prática* (pp. 240-257). Rio de Janeiro: Rio Books.
- SANTANA, P. V. (20-26 de Março de 2005). Os maracatus nação em Recife: da festa colonial ao carnaval espetacular. *Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina - Universidade de São Paulo*.
- SANT'ANNA, M. (1995). *Da cidade-monumento à cidade-documento: a trajetória da norma de preservação de áreas urbanas no Brasil (1937-1990)*. Salvador: Dissertação (Mestrado). Universidade Federal da Bahia. Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo.

- SANT'ANNA, M. (2003). A face imaterial do patrimônio cultural: os novos instrumentos de reconhecimento e valorização. Em M. (. CHAGAS, *Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos* (pp. 45-55). Rio de Janeiro: DP&A.
- SANT'ANNA, M. (2017). *A cidade- atração: a norma de preservação de áreas centrais no Brasil dos anos 1990*. Salvador: EDUFBA-PPG-AU FAUFBA.
- SANTANNA, M. (2019). A cidade patrimônio no Brasil: lições no passado e desafios contemporâneos. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, pp. 139-155.
- SCHLEE, M. B. (2022). *Novas abordagens em patrimônio: série de diálogos transnacionais em patrimônio - Our world heritage - Debates 2021*. Rio de Janeiro: Paisagens híbridas.
- SCIFONI, S. (2023). Patrimônio Cultural e Participação Social. Em A. d. SAMPAIO, J. S. PESSOA, & F. d. CARSLADE, *Patrimônio cultural na contemporaneidade: Volume 2 - Prática* (pp. 43-54). Rio de Janeiro: Rio Books.
- SOKOLOWSKI, R. (2004). *Introdução à Fenomenologia*. São Paulo: Edições Loyola.
- TAINTER, J. A., & LUCAS, G. (1983). "Epistemology of the significance concept". *American antiquity*, vol. 48, no. 4, 707-719.
- VALENTIM, D. D. (2020). *A significância cultural: contribuições contemporâneas de teóricos e instituições de salvaguarda anglo-saxões e brasileiros*. Recife: Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco. Centro de Artes e Comunicação. Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Urbano.
- VARINE, H. (2013). *Raízes do futuro: o patrimônio a serviço do desenvolvimento local*. Porto Alegre: Medianiz.
- VIEIRA-DE-ARAÚJO, N. (2021). Valores, significância, materialidade e imaterialidade: a relação (simbiótica) entre o Mercado e o bairro de São José. Em V. PONTUAL, R. CABRAL, J. M. PEREIRA, & F. LIRA, *São José: olhares e vozes em confronto* (pp. 195-233). Recife: CEPE Editora.
- VIEIRA-DE-ARAÚJO, N. M. (2007). *Gestão de Sítios Históricos: A transformação dos valores culturais e econômicos em programas de revitalização em áreas históricas*. Recife: Editora Universitária da UFPE.
- VIEIRA-DE-ARAÚJO, N. M. (2022). *Materialidade e imaterialidade no patrimônio construído: Brasil e Itália em diálogo*. Recife: UFPE.
- ZANCHETI, S., & LACERDA, N. (2012). *Plano de Gestão da conservação urbana: conceitos e métodos*. Olinda: Centro de Estudos Avançados da Conservação Integrada (CECI).
- ZANCHETI, S., Hidaka, L., Ribeiro, C., & Aguiar, B. (2009). *Judgement and in the Burra Charter process: introducing feedback in assessing the cultural significance of heritage*. City & Time, Centro de Estudos de Conservação Integrada (CECI).

ZUKIN, S. (2017). Patrimônio de quem? Cidade de quem? Dilemas sociais do patrimônio cultural na dimensão urbana. Tradução Carlos Szlak. Em R. CYMBALISTA, S. FELDMAN, & B. M. KUHL, *Patrimônio cultural: memória e intervenções urbanas* (pp. 25-45). São Paulo: Annablume.

# ANEXO 1 – PESQUISA DO PLANO RECENTRO NA ROTA DO FUTURO

09/11/2023, 20:38 Pesquisa de percepção sobre o Centro do Recife Survey





### Pesquisa de percepção sobre o Centro do Recife

\* 2. Idade

13 a 17 anos

18 a 24 anos

25 a 34 anos

35 a 49 anos

50 a 64 anos

65 anos ou mais

\* 3. Qual é o seu gênero?

1 de 22 respondidas

<https://pt.surveymonkey.com/j/KMCLZJ> 14

09/11/2023, 20:38 Pesquisa de percepção sobre o Centro do Recife Survey

Mulher

Homem trans

Mulher trans

Pessoas não binárias

Travesti

Outro (especifique)

Prefiro não dizer

\* 4. Como você se autodeclara com relação à sua cor, raça e etnia?

Branco(a)

Preto(a)

Pardo(a)

Amarelo(a) (Origem oriental)

Indígena

\* 5. Qual sua renda mensal?

Sem renda

Até R\$1.320,00

1 de 22 respondidas

<https://pt.surveymonkey.com/j/KMCLZJ> 24

09/11/2023, 20:38 Pesquisa de percepção sobre o Centro do Recife Survey

R\$2.501,00 a R\$4.000,00

R\$4.000,00 a R\$6.000,00

R\$6.001,00 a R\$10.000,00

R\$10.000,00 a R\$20.000,00

Acima de R\$20.001,00

\* 6. Profissão / Ocupação

Profissional liberal

Trabalhador formal

Trabalhador informal

Funcionário público

Empresário

Aposentado

Estudante

Sem ocupação

\* 7. Grau de escolaridade

Sem escolaridade

Ensino fundamental

1 de 22 respondidas

<https://pt.surveymonkey.com/j/KMCLZJ> 34

09/11/2023, 20:38 Pesquisa de percepção sobre o Centro do Recife Survey





### Pesquisa de percepção sobre o Centro do Recife

\* 9. Quantas vezes você vai ao Centro do Recife?

Diariamente

Semanalmente

Mensalmente

Anualmente

Não vou ao Centro do Recife

Já moro no Centro do Recife

\* 10. Por que vou ao Centro do Recife? – escolha até quatro opções

8 de 22 respondidas

<https://pt.surveymonkey.com/j/KMCLZJ> 32

09/11/2023, 20:38

Pesquisa de percepção sobre o Centro do Recife Survey

- Moro no Centro do Recife
- Para passear, lazer, eventos e festas
- Tenho meu próprio negócio no Centro do Recife
- Para fazer compras e/ou buscar serviços
- Trabalho no Centro do Recife
- Outro motivo
- Não vou ao Centro do Recife (especifique os motivos)

ANTER. PRÓX.

Desenvolvido pela  
  
Veja como é fácil criar um questionário

8 de 22 respondidas

<https://pt.surveymonkey.com/UJKMCLZJ>

2/2

09/11/2023, 20:40

Pesquisa de percepção sobre o Centro do Recife Survey



### Pesquisa de percepção sobre o Centro do Recife

\* 11. Havendo oferta de moradia, você teria interesse em morar no Centro do Recife?

- Sim
- Não
- Já moro no Centro do Recife

\* 12. Quais razões fariam você morar no Centro do Recife? – **escolha até três opções**

- Oportunidade de fazer renda e negócios
- Proximidade do local de trabalho
- Já moro no Centro do Recife

10 de 22 respondidas

<https://pt.surveymonkey.com/UJKMCLZJ>

1/2

09/11/2023, 20:40

Pesquisa de percepção sobre o Centro do Recife Survey

- Proximidade do local de estudo (escola ou faculdade)
- Oferta de espaços públicos (parques, praças e etc.)
- Ofertas de lazer e atrativos turísticos
- Oferta de comércio e serviços com preços acessíveis

ANTER. PRÓX.

Desenvolvido pela  
  
Veja como é fácil criar um questionário

10 de 22 respondidas

<https://pt.surveymonkey.com/UJKMCLZJ>

2/2

09/11/2023, 20:45

Pesquisa de percepção sobre o Centro do Recife Survey



### Pesquisa de percepção sobre o Centro do Recife

\* 14. Qual é a forma de melhorar o Centro do Recife? – **escolha até três opções**

- Tornar o comércio mais atrativo (promoções, produtos, horários de funcionamento)
- Ampliar a arborização, áreas verdes e de sombra
- Melhorar o transporte público
- Promover mais acessibilidade para se deslocar
- Mais oferta de estacionamento
- Melhorar a limpeza e manutenção
- Promover mais moradia

13 de 22 respondidas

<https://pt.surveymonkey.com/UJKMCLZJ>

1/2

09/11/2023, 20:45

Pesquisa de percepção sobre o Centro do Recife Survey

- Recuperar os espaços públicos (praças, pátios, etc.)
- Recupar os edifícios vazios
- Cuidar da população em situação de rua
- Outro (especifique)

ANTER. PRÓX.

Desenvolvido pela  
**SurveyMonkey**  
Veja como é fácil criar um questionário

13 de 22 respondidas

<https://pt.surveymonkey.com/UJMKCLZJ>

2/2

09/11/2023, 20:47

Pesquisa de percepção sobre o Centro do Recife Survey



### Pesquisa de percepção sobre o Centro do Recife

\* 15. Qual o principal meio de transporte que você usa para ir ao Centro do Recife?

- Carro particular
- Carro de aplicativo
- Taxi
- Ônibus
- Metrô
- Bicicleta
- A pé

14 de 22 respondidas

<https://pt.surveymonkey.com/UJMKCLZJ>

1/2

09/11/2023, 20:47

Pesquisa de percepção sobre o Centro do Recife Survey



### Pesquisa de percepção sobre o Centro do Recife

\* 16. Como você avalia a **iluminação** do Centro do Recife? (escala de 1 a 5)



\* 17. Como você avalia a **segurança** do Centro do Recife? (escala de 1 a 5)



\* 18. Como você avalia a **limpeza** do Centro do Recife? (escala de 1 a 5)

15 de 22 respondidas

<https://pt.surveymonkey.com/UJMKCLZJ>

1/2

09/11/2023, 20:47

Pesquisa de percepção sobre o Centro do Recife Survey



19. Como você avalia as **ruas e calçadas** do Centro do Recife? (escala de 1 a 5)



20. Como você avalia o **ordenamento dos espaços** do Centro do Recife? (escala de 1 a 5)



ANTER. PRÓX.

Desenvolvido pela  
**SurveyMonkey**  
Veja como é fácil criar um questionário

15 de 22 respondidas

<https://pt.surveymonkey.com/UJMKCLZJ>

2/2



### Pesquisa de percepção sobre o Centro do Recife

\* 21. O que você mais espera para o futuro do Centro do Recife? - **escolha até 3 opções**

- "Mais seguro e limpo"
- "Menos desigual e mais oportunidades de emprego"
- "Mais humanizado e que valorize as pessoas acima de tudo"
- "Com melhores condições de moradia e de mobilidade"
- "Com rios limpos e preservados"
- "Que seja melhor para caminhar"
- "Que valorize a cultura e a história"

20 de 22 respondidas

## ANEXO 2 – FICHAS DE APLICAÇÃO DA DSIA

Ficha 1 - Classificação dos bens com os quais os atores mais se identificam

 UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO   DAU – TCC – ISABELA DUARTE	
<b>FICHA 01: CONSULTA SOBRE A SIGNIFICÂNCIA CULTURAL DO POLIGONO DE EST</b> <b>SÃO JOSÉ, RECIFE – PE.</b>	
<b>NOME:</b>	
<b>CATEGORIA:</b> <input type="checkbox"/> Residente Antigo <input type="checkbox"/> Trabalhador F. Antigo <input type="checkbox"/> Trabalhador I. Novo <input type="checkbox"/> Residente Novo <input type="checkbox"/> Trabalhador F. Novo <input type="checkbox"/> Freqüentadores <input type="checkbox"/> Padre/Sacristão <input type="checkbox"/> Trabalhador I. Antigo <input type="checkbox"/> Especialista: _____	
<b>COM QUAIS DESSES BENS VOCÊ TEM MAIOR IDENTIDADE?</b> - Ordene por importância decrescente (do mais para o menos importante).	
1 -	
2 -	
3 -	
4 -	
5 -	
6 -	
7 -	
8 -	
9 -	
IMAGENS DOS 9 BENS (COLORIDAS E NO TAMANHO 10X15CM, PAISAGEM OU RETRATO) As imagens - NO VERSO - apresentam os respectivos nomes dos bens.	

Ficha 2 - Valoração dos bens culturais/atributos

 UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO   DAU – TCC – ISABELA DUARTE								
<b>FICHA 02: CONSULTA SOBRE A SIGNIFICÂNCIA CULTURAL DO POLIGONO DE EST</b> <b>SÃO JOSÉ, RECIFE – PE.</b>								
<b>NOME:</b>								
<b>CATEGORIA:</b> <input type="checkbox"/> Residente Antigo <input type="checkbox"/> Trabalhador F. Antigo <input type="checkbox"/> Trabalhador I. Novo <input type="checkbox"/> Residente Novo <input type="checkbox"/> Trabalhador F. Novo <input type="checkbox"/> Freqüentadores <input type="checkbox"/> Padre/Sacristão <input type="checkbox"/> Trabalhador I. Antigo <input type="checkbox"/> Especialista: _____								
<b>ASSOCIE A CADA UM DOS BENS OS VALORES CONSTANTES NOS CARTÕES:</b>								
BENS	VALORES	USO	ECONÔMICO	HISTÓRICO	ARTÍSTICO	CULTURAL	ANTIGUIDADE	SIMBÓLICO
Mercado de São José								
Praça Dom Vital								
Igreja de Santa Rita de Cássia								
Basilica da Penha								
Cinema   Galeria Glória								
Pátio e Igreja de São José do Ribamar								
A diversidade do comércio								
Procissão de Santa Rita								
Procissão da Penha								

Fonte: (DUTRA & LIRA, 2021).

Ficha 3 – Relatos sobre os bens culturais/atributos

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO   DAU – TCC – ISABELA DUARTE	
<b>FICHA 03: CONSULTA SOBRE A SIGNIFICÂNCIA CULTURAL DO POLIGONO DE ESTUDO</b>	
<b>SÃO JOSÉ, RECIFE – PE</b>	
NOME:	
CATEGORIA:	
<input type="checkbox"/> Residente Antigo <input type="checkbox"/> Trabalhador F. Antigo <input type="checkbox"/> Trabalhador I. Novo <input type="checkbox"/> Residente Novo <input type="checkbox"/> Trabalhador F. Novo <input type="checkbox"/> Freqüentadores <input type="checkbox"/> Padre/Sacristão <input type="checkbox"/> Trabalhador I. Antigo <input type="checkbox"/> Especialista: _____	
DIGA UMA BREVE FRASE QUE EXPRESSE O SIGNIFICADO DE CADA BEM:	
BEM	FRASE
Mercado de São José	
Praça Dom Vital	
Igreja de Santa Rita de Cássia	
Basilica da Penha	
Cinema   Galeria Glória	
Pátio e Igreja de São José do Ribamar	
A diversidade do comércio	
Procissão de Santa Rita	
Procissão da Penha	

Ficha 4 – Avaliação de Integridade e autenticidade

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO   DAU – TCC – ISABELA DUARTE	
<b>FICHA 04: CONSULTA SOBRE A SIGNIFICÂNCIA CULTURAL, A INTEGRIDADE E A AUTENTICIDADE DO POLIGONO DE ESTUDO – SÃO JOSÉ, RECIFE – PE</b>	
NOME:	CATEGORIA: Especiali
BEM:	
SOBRE O BEM E SEUS ATRIBUTOS, RESPONDA E JUSTIFIQUE (assinale X no campo em bran	
Integridade	1. Quanto à integridade do bem, você afirma que de 1979 (PPSH) a: suas características materiais ou imateriais:
	<input type="checkbox"/> Não mudaram, expressam perfeitamente os valores patrimoniais.
	<input type="checkbox"/> Mudaram, expressam parcialmente os valores patrimoniais.
	<input type="checkbox"/> Não expressam mais os valores patrimoniais.
<input type="checkbox"/> Não conheço o atributo/ não tenho propriedade.	
Justifique:	
Autenticidade	2. Quanto à autenticidade do bem, você afirma que de 1979 (PPSH) 2018:
	<input type="checkbox"/> O atributo continua autêntico.
	<input type="checkbox"/> O atributo mudou, é parcialmente autêntico.
	<input type="checkbox"/> O atributo não é mais autêntico.
<input type="checkbox"/> Não conheço o atributo/ não tenho propriedade.	
Justifique	

Fonte: (DUTRA & LIRA, 2021).

## **ANEXO 3 - FORMULÁRIO DO GUIA (CO)MEMORATIVO DA BOA VISTA**

# Questionário Atributos da Boa Vista

Este questionário faz parte do projeto do Guia (co)Memorativo da Boa Vista, e tem como objetivo fazer uma triagem de atributos e lugares importantes no bairro.

Maiores informações sobre o projeto aqui: <https://www.instagram.com/guiadaboavista/>

Nosso público alvo são as pessoas que conhecem o bairro da Boa Vista, na cidade do Recife, Pernambuco.

Queremos entender a relação dos frequentadores com o lugar, e quais valores as pessoas enxergam, em um universo amplo de entrevistados.

O tempo de resposta desse questionário varia em torno de 15 minutos para a primeira parte, e como etapa complementar temos uma segunda parte onde você pode anexar imagens e mapas. Essa segunda etapa varia bastante de acordo com cada pessoa. Mas não se preocupe, ela é totalmente opcional e você será direcionado para outro caminho, caso não deseje cumprir essa etapa.

---

## \*Obrigatório

1. Você conhece o bairro da Boa Vista? \*

*Marcar apenas uma oval.*

Sim *Pular para a pergunta 2*

Não

## 2. Qual a sua relação com a Boa Vista? Marque todas as correspondentes. \*

Marque todas que se aplicam.

- Moro no bairro há mais de 5 anos
- Moro no bairro há menos de 5 anos
- Já fui morador, por um curto período de tempo (até 1 ano)
- Já fui morador por um longo período de tempo (mais de 1 ano)
- Trabalhei na boa vista por um curto período de tempo (até 1 ano)
- Trabalhei na boa vista por um longo período de tempo (mais de 1 ano)
- Trabalho atualmente no bairro, há mais de 1 ano
- Trabalho atualmente no bairro, há menos de 1 ano
- Estudo/estudei na Boa Vista
- visito frequentemente
- visito apenas em dias de lazer - fins de semana e feriados
- Outro: \_\_\_\_\_

## 3. Em qual bairro você mora? Se não residir em Recife, diga o bairro, o nome da cidade e o estado. \*

\_\_\_\_\_

## 4. Qual seu nome? \*

\_\_\_\_\_

## 5. Qual a sua idade? \*

Marcar apenas uma oval.

- até 10 anos
- de 10 a 17 anos
- de 18 a 25 anos
- de 26 a 33 anos
- de 34 a 44 anos
- 45 a 55 anos
- acima de 55 anos

6. Com qual gênero você se identifica? \* Cis - são as pessoas que se identificam com o corpo e o gênero que lhe foram dados ao nascer. Trans - são as pessoas que não se identificam com o corpo e o gênero que lhe foram dados ao nascer \*

*Marcar apenas uma oval.*

- Mulher Cis
- Mulher Trans
- Homem Cis
- Homem Trans
- Não desejo declarar
- Outro: \_\_\_\_\_

7. Você se identifica ou faz parte do público LGBTQA+? \*

*Marcar apenas uma oval.*

- Sim
- Não
- Não desejo declarar

### Atributos

8. Quais lugares são símbolos mais importantes da Boa Vista, para você? \*

---

---

---

---

---

9. Onde você costuma ir na Boa Vista? \*

---

---

---

---

---

10. Quais eventos e festas você frequenta na Boa Vista? \*

---

---

---

---

---

11. Que eventos e atividades você considera como atividades culturais importantes no bairro? \*

---

---

---

---

---

12. Você identifica alguma expressão ou prática cultural que é específica e única da Boa Vista? Se sim, conta pra gente quais são essas atividades! \*

---

---

---

---

---

- 13. Você identifica algum produto cultural ou artístico que seja único do bairro da Boa Vista? Pode ser um artesanato característico, uma comida, algum objeto/produto que só encontra lá. \*

---

---

---

---

---

- 14. Qual a diferença da Boa Vista para os outros bairros do Recife? \*

---

---

---

---

---

**Afetos**

- 15. Como foi seu primeiro contato com o bairro da Boa Vista? \*

---

---

---

---

---

- 16. Quais cheiros, sabores, cores e / ou outras sensações a Boa Vista tem para você? \*

---

---

---

---

---

17. A Boa Vista é lugar de fazer o que? \*

---

---

---

---

---

18. Cite até 3 palavras que definem o bairro da Boa Vista para você \*

---

---

---

---

Segunda  
parte da  
pesquisa

Finalizamos a primeira parte da pesquisa! Mas abrimos espaço para pessoas que desejam contribuir ainda mais, anexando fotografias e mapas.

19. Você deseja continuar para a segunda parte da pesquisa? \*

*Marcar apenas uma oval.*

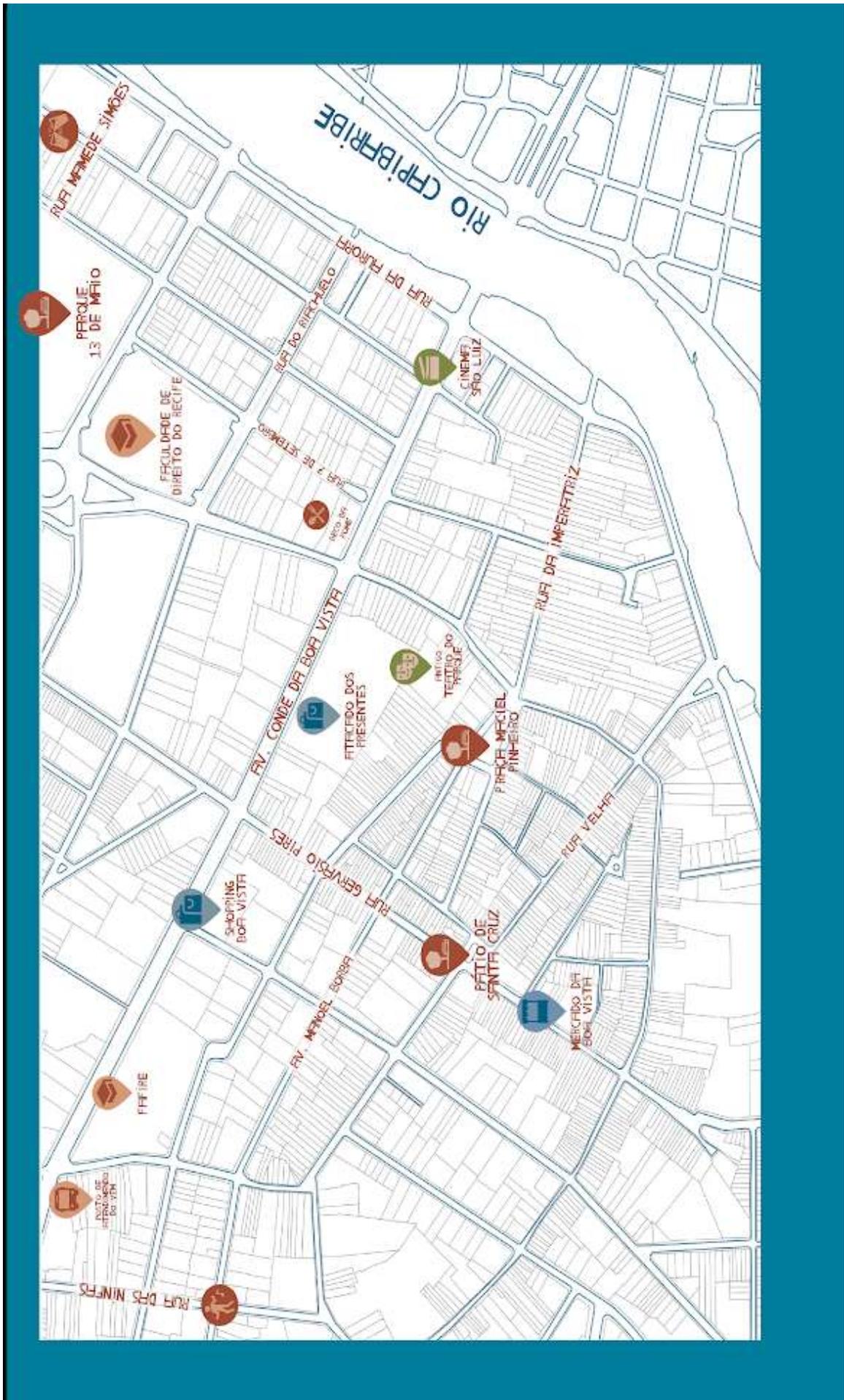
- sim, desejo continuar para a segunda parte da pesquisa
- Não, desejo encerrar minha participação *Pular para a pergunta 23*

Anexos

Que bom que você decidiu contribuir um pouco mais! Nessa segunda parte da pesquisa pedimos que você anexe fotografias e mapas de lugares e momentos importantes para você no bairro.



Você pode utilizar como base este mapa abaixo que fizemos! basta clicar com o botão direito do mouse na imagem e selecionar a opção "salvar imagem como". Após isso, poderá fazer sua edição. Se você preferir pode anexar um mapa feito por você, de memória, ou com alguma outra base.



21. Anexe aqui seu mapa e suas fotografias de lugares e momentos importantes pra você no Bairro da Boa Vista \*

Arquivos enviados:

Anexos

22. Anexe aqui até 10 fotografias, contendo lugares ou momentos significativos para você! \*

Arquivos enviados:

Agradecemos sua contribuição!

Ficamos felizes com sua disposição em participar! Suas memórias importam e também são parte da Boa Vista.

23. Antes de ir embora, você poderia nos indicar alguém que possa falar sobre a história da boa vista, que tenha memórias e histórias especiais e seja um profundo conhecedor do bairro? Será de muita ajuda se você puder colocar o nome e algum contato dessa pessoa. \*

---

---

---

---

---

24. Você deseja participar mais ativamente do nosso projeto, nas próximas oficinas que faremos? \*

*Marcar apenas uma oval.*

- Sim *Pular para a pergunta 25*
- Não *Pular para a pergunta 26*

**Participação  
nas oficinas**

As oficinas são momentos de discussão em grupo, com vários moradores/frequentadores do bairro, onde temos a oportunidade de compartilhar e investigar de maneira mais aprofundada os valores, atributos e memórias do lugar. É também uma forma de fortalecer essa relação com a comunidade e com suas lembranças, e todos saímos transformados dessa experiência.

25. Deixe aqui seu nome e contato para que você possa fazer parte das oficinas! \*  
obrigado!

**Compartilhamento  
de dados**

Para comprovar nossa pesquisa, precisaremos colocar alguns trechos de relatos no livro do Guia. Isto é importante porque ajuda a expressar os significados e valores do lugar. Esse dado pode ser divulgado associado ao Genero, raça e outras informações de contextualização e recorte social. Entretanto, manteremos sigilo quanto ao nome do entrevistado e outras informações pessoais.

26. Você autoriza o compartilhamento de suas respostas em modo anônimo? \*

*Marcar apenas uma oval.*

- sim, autorizo compartilhamento dos meus relatos.  
 Não autorizo, desejo manter todos os meus dados em sigilo.

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pelo Google.

**Google** Formulários